



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo

Periferias segregadas, segregação nas periferias
Por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de
São Gonçalo, RJ

THIAGO GILIBERTI BERSOT GONÇALVES

Rio de Janeiro

2012

THIAGO GILIBERTI BERSOT GONÇALVES

Periferias segregadas, segregação nas periferias
Por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de
São Gonçalo, RJ

Rio de Janeiro

2012

THIAGO GILIBERTI BERSOT GONÇALVES

Periferias segregadas, segregação nas periferias

Por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de
São Gonçalo, RJ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Eliane da Silva Bessa

Coorientador(a): Prof^ª. Dra. Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto

Rio de Janeiro

2012

G635

Gonçalves, Thiago Giliberti Bersot,
Periferias segregadas, segregação nas periferias: por
uma análise das desigualdades intraurbanas no município
de São Gonçalo, RJ/ Thiago Giliberti Bersot Gonçalves. –
Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2012.
218f. Il.; 30 cm.

Orientador: Eliane da Silva Bessa.

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PROURB/Programa de
Pós-Graduação em Urbanismo, 2012.
Referências bibliográficas: p.214-218.

1. Desigualdade social. 2. Segregação socioespacial – Rio de
Janeiro (RJ). 3. São Gonçalo (RJ). I. Bessa, Eliane da Silva. II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em
Urbanismo. III. Título.

CDD 305

THIAGO GILIBERTI BERSOT GONÇALVES

Periferias segregadas, segregação nas periferias

Por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de
São Gonçalo, RJ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Eliane da Silva Bessa (Orientadora – PROURB – FAU – UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto (Coorientadora – PROURB – FAU – UFRJ)

Prof. Dr. Cristovão Fernandes Duarte (PROURB – FAU – UFRJ)

Prof. Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (IPPUR – CCJE – UFRJ)

Agradecimentos

A minha mãe, ainda que sejam insuficientes as palavras de gratidão. Por todo o respaldo expresso nos gestos e palavras de respeito, carinho e perseverança. Pela sua renúncia. Mãe incontestavelmente;

Ao meu pai, ainda que distante, às atitudes de denodo e aos momentos intersticiais de afago e conversas versadas;

Aos meus parentes, principalmente meus padrinhos, agradeço por todo apoio mesmo durante longos períodos de ausência. Acima de tudo, pela compreensão;

Ao meu companheiro Vitor, obrigado por todo amor e amizade sinceros, os quais são fundamentais em minha vida. Ao seu lado, os caminhos sempre serão belos e o horizonte não tardará em se fulgir;

Aos meus amigos Patricia, Fabio, Lelê [...] pelos longos papos ao gosto de uma Coca-Cola ou de um bom copo de cerveja, ao som de uma boa música, aos devires da vida;

Aos amigos bolsistas, mestres, doutores do IGEO, PROURB, IPPUR e da Université Laval, em especial aos meus mestres Ana Lucia Britto, Eliane Bessa e Louis Guay, assim como Luiz Cesar Ribeiro e Orlando Alves Junior pelas oportunidades de um diálogo produtivo e às orientações que constituem base fundamental no desenvolvimento dessa pesquisa;

À cidade de São Gonçalo, "certamente esta graça tu tens sim, a graça que engalana a tua história".

“Maybe today is all we have left”

(Por um flâneur. Toronto, Canadá. 2011)

Resumo

O desenvolvimento desse trabalho tem o seu ponto de partida nas pesquisas sobre a dinâmica espacial em curso nas grandes metrópoles brasileiras, contemplando o debate acerca das mudanças na configuração do espaço metropolitano brasileiro (Ribeiro in org, 2000; Costa et. all, 2006). Essa transformação consiste no processo de fragmentação socioespacial verificado nos novos padrões de segregação que emergem no espaço urbano das grandes cidades do Brasil, refletindo em novas formas espaciais, assim como alterações nas relações sociais nesse espaço. Para tanto, esse trabalho tem como objetivo central investigar sobre a desigualdade e o processo de segregação socioespaciais observados na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, tendo como recorte espacial privilegiado de análise o município periférico de São Gonçalo. Propõe-se, de início, um convite à reflexão sobre o conceito de segregação em seu sentido teórico-epistemológico, assim como uma análise sobre os agentes produtores do espaço. Posteriormente, recorre-se a um resgate histórico sobre a evolução urbana do município de São Gonçalo no contexto regional, além de uma análise profunda acerca dos principais indicadores sociais e econômicos, além dos principais atores atuantes no ordenamento territorial no processo urbano regional.

Com base na compreensão de espaço como produto social e da segregação como manifestação clara das disparidades sociais materializadas neste espaço, esse estudo representa um convite à compreensão sobre as principais abordagens acerca do espaço geográfico, assim como do entendimento do urbano enquanto locus da produção humana, das relações sociais e das desigualdades na cidade capitalista e principalmente no entendimento sobre as recentes mudanças no processo urbano periférico. Representando um dos sítios pioneiros em termos de ocupação e, por conseguinte, peso importante no desenvolvimento urbano-regional por meio do processo de industrialização, o município de São Gonçalo vem apresentando, ao longo do tempo, mudanças socioespaciais significativas que vêm a romper crescentemente com o tradicional status de município periférico e subúrbio industrial, verificado principalmente no processo de segregação socioespacial.

Palavras chave: desigualdade social, segregação socioespacial, produção do espaço, São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Abstract

The development of this paper has its starting point in research on the spatial dynamics taking place in Brazilian large cities, contemplating the debate about changes in the configuration of Brazilian metropolitan regions (Ribeiro in org, 2000, Costa et. All, 2006). This transformation is the process of fragmentation found in the new sociospatial segregation patterns that emerge in urban areas of large cities in Brazil, reflecting new spatial forms, as well as changes in social relationships in this space. Therefore, this study aims to investigate the central inequalities and socio-spatial segregation process observed in the Metropolitan Region of the State of Rio de Janeiro, with the spatial area of analysis favored the peripheral city of São Gonçalo. It is proposed to initiate a call for reflection on the concept of segregation in its theoretical and epistemological sense, as well as an analysis of agents producing space. Later, it resorts to a historical survey about urban evolution of the city of São Gonçalo in the regional context, and a deep analysis about the main social and economic indicators, as well as major actors working on land in urban regional process.

Based on an understanding of space as a social product and segregation as clear manifestation of social disparities materialized in this space, this study represents an invitation to the understanding of the main approaches to the geographical space, as well as the understanding of the city as a locus of human production, social relations and inequality in capitalist city and especially in understanding the recent changes in peripheral urban process. Representing one of the pioneers sites in terms of occupation and therefore important weight in urban-regional development through industrialization process, the municipality of São Gonçalo has shown, over time, significant socio-spatial changes that come increasingly to break with the traditional status of municipality and peripheral industrial suburb, found mainly in the process of socio-spatial segregation.

Keywords: social inequality, socio-spatial segregation, space production, São Gonçalo, Metropolitan Region of Rio de Janeiro

Siglas

CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

COMPERJ – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro

CONLESTE – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Metropolitano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

NEPHU – Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais Urbanos

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UN-HABITAT – United Nations Human Settlements Programme

Apresentação

Introdução

Urbanização, Globalização e Desigualdade Socioespacial: reflexões acerca do Leste Metropolitano no contexto da metrópole fluminense – p.15

O Recorte espaço-temporal: o município de São Gonçalo em destaque – p. 19

Objetivos principais da pesquisa – p. 19

Estrutura do trabalho – p. 22

Capítulo 1 – Segregação socioespacial: evolução teórica na construção do conceito – p.24

1.1 - Da forma à origem do conceito: o pioneirismo da Escola de Chicago – p.27

1.2 - Novos rumos: a emergência histórico-materialista, a abordagem na Escola Marxista Francesa e os pensadores críticos – p.37

1.3-Críticas ao modelo e abordagens atuais sobre o espaço urbano e segregação: novas perspectivas – p.46

1.4 - O debate sobre a segregação socioespacial no Brasil: origens e algumas contribuições – p.51

Capítulo 2 – A segregação socioespacial na produção do espaço urbano: sobre os seus agentes – p. 59

2.1 – A segregação socioespacial como produto dos agentes – p.64

2.2 – Agentes na produção capitalista na periferia brasileira: algumas reflexões no espaço e no tempo – p.69

Capítulo 3 – O município de São Gonçalo no contexto regional metropolitano – p.74

3.1 - Condições históricas para o povoamento: os primórdios da ocupação do município de São Gonçalo – p. 75

3.2 – Expansão territorial, elevação à freguesia e a consolidação do primeiro núcleo de povoamento – p. 85

3.3 – Apogeu econômico, a última fronteira ocupada e “novos caminhos” nos tempos do ouro – p.93

3.4 – Um século de transformações: transitoriedade político-administrativa e econômica na era do café – p.100

3.5 – O ciclo virtuoso do esplendor industrial na primeira metade do século XX e a organização do espaço urbano – p.109

3.6 - O auge da “febre loteadora”, a crise urbana e o estigma de cidade dormitório: quais os rumos do planejamento urbano local? – p.116

Capítulo 4 – São Gonçalo no Leste Metropolitano atual: contexto socioeconômico no espaço urbano regional – p.127

4.1 – Dinâmica populacional recente – p.129

4.2 – Domicílios e infraestrutura urbana básica – p.134

4.3 – Aspectos econômicos – p.138

4.4 – Aspectos sociais – p.142

Capítulo 5 – Desigualdades espaciais e o processo de segregação no espaço intraurbano do município de São Gonçalo – p.149

5.1 – Indicadores de caracterização contextual – p.155

5.2 – Indicadores de meio de consumo coletivos – p.170

5.3 – Indicadores sociais: renda e escolaridade – p.180

5.4 – Periferias segregadas, segregação nas periferias: as suas formas em São Gonçalo – p.191

Considerações Finais – p.210

Referências – p.214

Apresentação

“É preciso que o discípulo da sabedoria tenha o coração grande e corajoso. O fardo é *pesado e a viagem longa.*”

Confúcio

Há cerca de sete anos iniciei a minha participação em pesquisa como bolsista de Iniciação Científica no Observatório das Metrôpoles¹, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No âmbito do projeto “Observatório das Metrôpoles-Desigualdades socioespaciais e Governança Urbana” obtive a oportunidade de aprofundar o conhecimento acerca do fenômeno urbano no Brasil e compreender a formação do espaço urbano na área que atualmente é compreendida pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Para tanto, através de um longo período de pesquisa no que tange à formação e estruturação urbana da metrópole fluminense, busquei compreender os processos de formação social e organização interna do espaço metropolitano que lhe conferem forma e conteúdo. Neste ponto, atendo-me aos padrões de organização social no território com base nos últimos vinte anos, buscando entender a dimensão espacial do processo de estratificação social expresso no fenômeno da segregação socioespacial.

Posteriormente, como estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo, ingresso no Núcleo de Pesquisas e Projetos Habitacionais Urbanos². No âmbito da Escola de Arquitetura e

¹ O Observatório das Metrôpoles é uma equipe, que funcionando em um sistema de rede envolvendo atores dos campos universitário, governamental e não governamental e com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, busca através da cooperação e intercâmbio científicos desenvolver atividades de pesquisa com vistas ao conhecimento da realidade metropolitana do país e suas relações com as desigualdades regionais. Científico e Tecnológico, busca através da cooperação e intercâmbio científicos desenvolver atividades de pesquisa com vistas ao conhecimento da realidade metropolitana do país e suas relações com as desigualdades regionais.

² O Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos / NEPHU – UFF, órgão diretamente ligado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense, desde 1982, se dedica ao trato da questão urbana, com ênfase, na habitação. Caracteriza-se o trabalho do NEPHU por privilegiar a inter e transdisciplinaridade, através de uma atuação que articula atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sua equipe é formada por professores, técnicos e estudantes de diversas áreas do conhecimento da Universidade entre elas, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Geografia, Cartografia, Geotecnia, Comunicação, Ciências Sociais, Serviço Social, Direito e Educação. Em sua atuação, o NEPHU busca integrar o trabalho técnico com a participação social dos grupos sociais organizados, através de lideranças políticas e comunitárias, bem como a cooperação técnico-científica com instituições públicas e organizações não governamentais. (Resolução 84/2007 do Ministério da Educação. Universidade Federal Fluminense.)

Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, participo do projeto “A Observação Internacional do Impacto do COMPERJ sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio nos Municípios do CONLESTE”.

Aproximei-me cada vez mais da realidade regional através do monitoramento e avaliação de impactos da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, nos processos de urbanização e de produção de moradia nos municípios que integram o Consórcio do Leste Metropolitano. Desde então, desperto meu interesse em pesquisar sobre o município de São Gonçalo, indagando sobre a dinâmica socioespacial local.

Esta dissertação de mestrado intitulada “Periferias segregadas, segregação nas periferias: por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo – RJ” é resultado dessas experiências acadêmicas, além de alguns trabalhos científicos³ desenvolvidos durante este tempo. Ainda ressalto a importância do mestrado em Urbanismo através do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que possibilitou o encaminhamento deste projeto de pesquisa através de uma maior investigação bibliográfica, tanto sobre o recorte espacial de análise – São Gonçalo – quanto às bases conceituais do objeto de pesquisa – o processo de segregação sócio-espacial nas áreas urbanas do município em questão.

³ Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Municípios do CONLESTE 2000 – 2008: Relatório de Acompanhamento. UN – Habitat, 2009.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Municípios do CONLESTE 2009: Relatório de Acompanhamento. UN – Habitat, 2010.

Gonçalves, T. G. B; Bessa, E. S. Entre a Preservação Ambiental e a Ocupação Urbana: Propostas e Impasses do Plano Diretor de São Gonçalo, RJ. II Seminário Nacional sobre Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano. Natal, R.G. Norte, Brasil, 2012.

Introdução

Urbanização, Globalização e Desigualdade Socioespacial: breves reflexões acerca do Leste Metropolitano no contexto da metrópole fluminense atual.

No âmbito do processo de modernização capitalista, o fenômeno da urbanização reproduz nas grandes cidades o oposto do que o projeto modernizador simbolizava em seu princípio. O mito do desenvolvimento (Ribeiro, 1997, p.26), apoiado em uma ideia de que desenvolvimento econômico traria desenvolvimento social a todos, revela ao longo dos anos que o desenvolvimento da economia não significou aumento de justiça social.

A urbanização brasileira, que se iniciava no século XX através do processo de acumulação capitalista, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, configura um novo mercado de trabalho e logo, uma nova massa de trabalhadores assalariados urbanos. Ávidos pelo progresso que pulsava através das luzes da cidade, poucos seriam os iluminados: a cidade tornar-se-ia expressão máxima da desigualdade social, em que pese a má distribuição de renda e os seus impactos no espaço urbano. O papel do poder público alia-se cada vez mais ao capital privado e a seus interesses principalmente nas décadas marcadas pelo período da Ditadura Militar, quando as políticas sociais urbanas ligadas à melhoria das condições de habitação e ao acesso a terra se tornam claramente segregatórias.

Tão logo, a explosão demográfica urbana caracterizada por um inchaço das periferias, conjuntamente com os problemas de ordem econômica na década de 1980 acabaria por dar forma a uma realidade ainda mais complexa. A conquista da democracia, a volta dos ativismos sociais e a luta pelo direito à cidade resvalam em uma máquina estatal quebrada economicamente e sem muitas escolhas no que tange ao planejamento urbano. Ainda dentro deste contexto, a violência urbana alcança níveis críticos e assim, colaborando ainda mais para as desigualdades socioespaciais nas metrópoles.

Na égide das mudanças econômicas do final do século XX, engendradas na globalização e no processo de reestruturação econômica, intensificam-se transformações importantes na estrutura

socioespacial das cidades, principalmente no espaço das grandes metrópoles. Consistindo em uma etapa de transformação do capitalismo em termos de escala planetária, a globalização está indissociavelmente ligada à difusão em todos os países da reestruturação produtiva e à reorganização do Estado de Bem-Estar Social (Ribeiro, 2000, p. 12). O novo padrão de desigualdade socioespacial urbana que se desenha nas principais aglomerações urbanas já esboça o esgotamento do modelo centro X periferia⁴ e a estrutura socioespacial na escala da metrópole torna-se mais complexa, o que resultaria em um espaço cada vez mais fragmentado e segregado.

Afinal, em que consiste essa fragmentação no contexto da produção do espaço capitalista? Qual o papel dos agentes, em especial o Estado neste contexto, valendo-se de sua crescente associação as diferentes frações de capital? É nesse contexto que as análises sobre segregação urbana vêm ganhando destaque, uma vez que as metrópoles brasileiras evidenciam por meio dessa uma das dimensões das desigualdades sociais.

Destarte, autores como Henri Léfèbvre (1971, 1976, 2008), Manuel Castells (1972), David Harvey (1978, 1993), Jean Lojkine (1977) e Christian Topalov (1979, 1984) trazem importantes reflexões teóricas acerca da dinâmica do processo de acumulação do capital e seus impactos através da reprodução da desigualdade no espaço urbano, no caso a segregação. No Brasil, autores como Lucio Kowarick (1979), Milton Santos (1996, 2002), Ana Fani Carlos (1994) e Roberto Lobato Corrêa (1995) trazem importantes abordagens sobre a produção desigual do espaço urbano capitalista.

Ainda, destacam-se autores como Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2000, 2004, 2007), Suzana Pasternak Taschner (2003) fornecem importantes contribuições no debate acerca das desigualdades no espaço da cidade, tendo como enfoque a segregação socioespacial como produto da atuação dos agentes imobiliários, assim como relacionados à dinâmica da estrutura socioocupacional. Aroldo Torres e Eduardo Marques (2006, 2008), Aldaísa Sposati (2008) Flavio Villaça (1998, 2008) sobre a atuação do Estado como agente fundamental na produção espacial através de sua articulação às

⁴ “O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos.” Villaça, F.O Espaço Intra-urbano no Brasil. Studio Nobel. São Paulo, Brasil, 1998. p.143.

diversas esferas do capital. Ainda merecem destaque os trabalhos de Marcelo Lopes de Souza (2000) e Teresa Caldeira (2000) sobre a questão da segregação e da violência urbana.

Ao trabalhar o conceito de segregação, verifica-se logo a importância de se entender o espaço como meio de construção social ao longo do tempo, através de fatores econômicos, políticos e culturais. Nas palavras de Léfèbrve (1976, p. 44), o espaço desempenha um papel e uma função decisivos na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. Tendo como recorte o meio urbano, sua forma adquire um contorno ainda mais complexo através das formas de uso, apropriações, mobilidades e permanências.

O espaço urbano do Rio de Janeiro, assim como seu entorno metropolitano, merece destaque nesta análise dada a sua importância histórica no contexto urbano nacional. Arena privilegiada nos processos político e econômico nacional, a antiga capital já esboçava os contornos de uma sociedade profundamente estratificada, reflexo da estrutura social de classes.

Um ponto em destaque encontra-se nos impactos das grandes reformas urbanas, diga-se de passagem, “cirurgias urbanas”, com o intuito de preparar a cidade para a modernidade. Dentre uma das mais importantes - a Reforma Pereira Passos⁵ privilegiou uma pequena classe emergente em detrimento de uma população mais pobre. O resultado não poderia ser mais certo do que a própria incerteza modernizadora - a pobreza urbana excluída e expulsa para longe dos olhos da metrópole e o início de um processo de segregação residencial das elites dirigentes.

⁵ “Concluindo, o período Passos, verdadeiro período Haussmann à carioca, representa, para o Rio de Janeiro, a superação efetiva da forma e das contradições da cidade colonial-escravista, e o início de sua transformação em espaço adequado às exigências do Modo de Produção Capitalista. Neste movimento de transição o papel do Estado foi fundamental, tanto no que diz respeito à sua intervenção direta sobre o urbano, como no que toca ao incentivo dado à reprodução de diversas unidades de capital. Dialeticamente, o período Passos representa também a etapa inicial de desenvolvimento de novas e importantes contradições – agora de base totalmente capitalista – que marcarão profundamente a evolução da cidade no século XX.” In. Abreu, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p. 67.

Outro aspecto peculiar quanto ao Rio de Janeiro é o histórico processo de esvaziamento econômico, político e institucional⁶, associado a uma forte concentração populacional. Conforme aponta Lago (2009, p.3), esta crise,

[...] se iniciou muito antes da “década perdida”. Desde os anos 40 a região vem perdendo posição relativa em relação a São Paulo e posteriormente, a outras regiões, valendo destacar os efeitos negativos da mudança da capital para Brasília em 1960.

Sobre o quadro da crise econômica fluminense, Lago (2009, p.3) ainda delimita dois processos que caracterizam este quadro:

- (i) a perda da capacidade competitiva da indústria, com o eixo mais moderno deslocando-se para São Paulo e sua região de influência, e mais recentemente, para Belo Horizonte e (ii) a perda na atratividade para a localização de sedes de empresas, privadas e estatais, principalmente no que diz respeito ao sistema financeiro (sedes de bancos) que se deslocam para São Paulo.

Entretanto, se assiste recentemente no Estado do Rio de Janeiro, principalmente após o ano de 2000, um novo período de crescimento econômico, no âmbito da economia brasileira como um todo. Este novo momento pode ser caracterizado através dos altos investimentos privados e públicos em setores específicos que são determinados por vantagens comparativas, como os setores da indústria de base e de transformação, assim como nas áreas de infraestrutura e logística. Esses investimentos encontram-se fundamentados dentro de uma nova dinâmica global de acumulação de capital, a partir de estratégias que busquem um novo arranjo produtivo no espaço regional.

Para o estudo que se segue, a pesquisa se concentra na Região do Leste Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, embora não deixe de evocar a região no contexto metropolitano geral. Na esteira dos grandes projetos, a região aprecia um novo momento econômico marcado pelo desenvolvimento de projetos de cunho regional.

⁶ Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, em seu texto *Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro*, publicado no livro *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade* representa um convite à reflexão sobre as mudanças em curso nas metrópoles brasileiras em relação à composição socioespacial a partir das transformações das estruturas socioocupacionais. Ainda conforme o autor, “encontramos dois argumentos que se diferenciam segundo as causas a que se atribuem tais mudanças. O primeiro centra a explicação na dimensão institucional ou, mais precisamente, na crise da governabilidade das cidades e o segundo, na economia, tomando a globalização e a reestruturação produtiva como causas direta dessas mudanças.” (Ribeiro, L. C. Q. 2000, p. 63).

Merecem destaque o COMPERJ, localizado no município de Itaboraí, o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro interligando toda a Região Metropolitana (Baixada Fluminense e Leste Metropolitano), o Porto de São Gonçalo com vistas ao tráfego de pessoas e mercadorias e a Linha 3 do Metrô conectando os municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. Igualmente, há outros grandes investimentos que se encontram em pleno estágio de desenvolvimento à jusante destes projetos nos setores de habitação, saúde, educação, lazer e de infraestrutura básica.

Sob estas circunstâncias acima citadas, é imprescindível destacar que este novo momento na história do Estado do Rio de Janeiro, marcado pelos novos arranjos produtivos, incitam a um reordenamento econômico no espaço regional com forte impacto na estrutura socioespacial urbana (urbanização e mobilidade), assim como a emergência de novos modelos de articulação territorial com vistas à integração regional nos processos de planejamento e gestão locais.

Para tanto, buscar-se-á a compreensão destes processos no município de São Gonçalo à luz dos quais (esses processos urbanos) têm conjecturado novos padrões de configuração social em seu espaço intraurbano, assim como novos processos espaciais através da produção de novas centralidades locais, conforme veremos a seguir.

O Recorte espaço-temporal: o município de São Gonçalo em destaque.

A escolha do recorte espacial de estudo é de exaustiva reflexão, uma vez que ele não se encontra isolado ou pré-determinado. A priori, ressalto a importância nesta pesquisa de um raciocínio não somente abstrato e especulativo, mas também partindo de um método empírico indutivo, valorizando e ressaltando a importância do lugar dentro de uma concepção humanística e dialética – culturalmente concebido através de relações entre os indivíduos e o meio em que vivem.

Este insight é essencial na apreensão no recorte espacial definido, valorizando a experiência e a paisagem. Nas palavras de Sorre (1952, p.26, tradução nossa), pretendemos “estudar as formas pelas quais os homens organizam seu meio – ou seja – a morada do homem”. Objeto e sujeito de análise,

forma e conteúdo do estudo – devem estar livres da falsa dicotomia e assim favorecendo uma análise mais apurada.

A apreensão do espaço se deu por muito tempo através de longa observação até a necessidade atual de se recorrer aos dados quantitativos e qualitativos – na compreensão desde uma escala maior até uma escala mais reduzida. Compreender o município de São Gonçalo, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em sua complexidade espacial e temporal até a menor de suas partes – distritos, bairros, vilas – e novamente retornando à visão macro em busca de novas argumentações.

O município possui participação fundamental nos principais circuitos econômicos e políticos regionais e nacionais. Primeiramente, destaca-se que a área que compreende o atual município de São Gonçalo é considerada como um dos sítios pioneiros no processo de ocupação no Brasil a partir do século XVI. A instalação das primeiras sesmarias no município tem papel fundamental na formação embrionária de uma hierarquia espacial através da formação de centralidades, além de constituir um dos principais pilares do futuro fenômeno urbano local.

Além deste fator, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, São Gonçalo configurava uma das áreas mais produtivas da região no âmbito do comércio agroexportador, principalmente com o plantio de cana de açúcar, construindo as primeiras usinas e abrindo os primeiros portos e estradas locais. Entretanto, momentos de apogeu e decadência econômica sempre possuíram uma relação estreita com os fenômenos políticos locais, decisivos na evolução e organização territoriais. Entre ganhos e perdas de territórios, a instituição da entidade municipal tem como obstáculo a forte transição político-administrativa, a partir do final do século XIX.

O destino da terra e o crescimento populacional acelerado também devem ser considerados essenciais na compreensão das desigualdades intraurbanas no município. A “Manchester Fluminense” teve seu crescimento populacional fundamentado no parcelamento crescente de antigas glebas agrícolas. Entretanto, o crescimento populacional ao longo dos anos não foi acompanhado de devido planejamento e investimentos em infraestrutura básica, principalmente na segunda metade do século XX. Beneficiado pela abertura de grandes eixos viários como a BR 101 e a Ponte Rio Niterói, grande

contingente de população, em sua maioria de baixa renda, destinaram-se a estes loteamentos periféricos. Muitos se constituíram de forma irregular e ausente de políticas públicas voltadas para o equilíbrio na qualidade de vida.

Do progresso econômico ao estigma de “cidade dormitório”, São Gonçalo apresentou nestes últimos anos a característica de um município metropolitano cujo perfil socioespacial é homogeneamente pobre. A carência histórica de investimentos em infraestrutura básica, o clientelismo político e o mandonismo urbano deflagrado através da articulação entre uma minúscula elite local e o poder público só reforçam o panorama da desigualdade socioespacial na escala da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Recentemente, o município vem apresentando modificações substanciais em sua estrutura socioespacial, alterando paulatinamente o seu perfil homogêneo. Dois processos de segregação socioespacial distintos emergem no espaço intraurbano: a autosegregação dos estratos médios e altos em condomínios fechados de alto padrão assim como o grande contingente populacional residindo em assentamentos precários extensos na região conferem uma quebra abrupta na organização socioespacial local.

Deste modo, o fenômeno da segregação no município será analisado através das particularidades na desigualdade no território resultantes de um processo histórico de estruturação do seu território, buscando assim, entender o resultado deste fenômeno na configuração socioespacial da cidade.

Objetivos principais

O objetivo central desta pesquisa consiste em analisar as desigualdades e o processo de segregação socioespacial no município de São Gonçalo, observando as transformações em curso e o papel dos principais agentes conformadores deste processo no espaço intraurbano.

Uma vez delimitado este objetivo, pode-se traçar alguns objetivos específicos no âmbito da pesquisa, tais como:

- Discorrer sobre a produção capitalista do espaço à luz dos principais agentes modeladores do espaço urbano, em especial o Estado e os promotores imobiliários; Analisar os principais indicadores socioeconômicos atuais do município bem como os principais indicadores de segregação socioespacial no conjunto da região metropolitana;
- Mapear de forma esquemática os principais indicadores de desigualdade socioespacial no processo de segregação intraurbana com vistas a identificar padrões espaciais de segregação;
- Observar e apreender a realidade local (através de registros fotográficos e contato com moradores), de maneira que a pesquisa empírica responda ao objeto de estudo dessa dissertação, no caso, compreender as desigualdades e o processo de segregação socioespacial em São Gonçalo.

Estrutura do trabalho

Esta dissertação de mestrado está dividida em três capítulos. A estrutura dos capítulos, a partir de seus eixos de investigação, consiste em um convite à reflexão, partindo das questões conceituais acerca do objeto de pesquisa, seguido do aporte histórico sobre o recorte espacial em questão e por último nos resultados gerais da investigação empírica dos processos aqui verificados.

O primeiro capítulo dedica-se aos marcos teórico e epistemológico acerca do objeto de pesquisa desta dissertação – a segregação socioespacial. O princípio desta investigação consiste em indagar a respeito do fenômeno como resultante da dinâmica social no espaço geográfico. Logo, a pesquisa teórica se sustentará desde o pioneirismo dos estudos a partir dos teóricos da Escola de Chicago às reflexões oriundas da Escola Crítica e seus principais impactos nos debates brasileiros. Doravante, tornar-se-á necessário abordar sobre os principais agentes que compõem a produção do espaço da cidade, com vistas à compreensão dos processos sócio-espaciais que se operam no tecido urbano.

No segundo capítulo, procura-se destacar o papel dos agentes produtores do espaço urbano à luz dos processos de acumulação capitalista do espaço. Para tanto, destaca-se a necessidade de se trabalhar cada agente no conjunto de suas relações dada a complexidade de atuação, assim como se propõe um resgate sobre o desempenho desses agentes na produção no espaço urbano periférico.

No terceiro capítulo, evocaremos os principais aspectos de formação do município de São Gonçalo, a partir de uma análise histórica dos processos sociais, políticos e econômicos no contexto regional. Através desse resgate, atenta-se à necessidade de se trabalhar o processo de evolução urbana do município à luz dos processos urbanos regionais, resgatando a formação do núcleo urbano local, sua evolução e sua caracterização.

No quarto capítulo examinaremos os principais indicadores de ordem socioeconômica, por meio de dados tabulares e espaciais, através de ferramentas computacionais com fins de evidenciar os aspectos fundamentais da desigualdade socioespacial que dão forma ao espaço intraurbano local no contexto regional. Para tanto, trabalharemos os principais indicadores de desigualdade locais à luz do processo urbano regional, tais como dinâmica populacional geral, domicílios e infraestrutura, aspectos econômicos e indicadores sociais. Os indicadores são construídos com base nas informações disponibilizadas pelo IBGE, SEPLAG/CEPERJ e UN-HABITAT.

No quinto e último capítulo, pretendemos esboçar em linhas gerais a compreensão acerca do fenômeno da segregação socioespacial que se opera no município de São Gonçalo. Em busca de um embasamento às análises espaciais, são coletados alguns registros fotográficos e relatos através do contato direto com moradores em algumas áreas selecionadas, percepções acerca da realidade socioespacial com vistas à atuação dos agentes modeladores do espaço urbano e entrevistas com alguns atores locais.

A partir desta compreensão, traremos à reflexão algumas observações no que tange aos impactos da segregação socioespacial na manutenção da qualidade de vida urbana, além de promover alguns apontamentos sobre o papel do planejamento e gestão urbanos na redução das desigualdades sócio-espaciais.

Capítulo 1

Segregação socioespacial: evolução teórica na construção do conceito

“Eu morro ontem. Nasço amanhã. Ando onde há espaço. Meu tempo é quando.”

Poética, de Vinícius de Moraes.

A construção de uma reflexão acerca do tema da segregação urbana requer a priori, uma investigação sobre o conceito de espaço. Para além desse processo, compreendê-lo consiste em um convite essencial aos pressupostos epistemológicos acerca do conceito. Portanto, a literatura geográfica se faz presente (dada a sua permeabilidade em relação às mais variadas ciências) sobre o urbano e a cidade, a partir de uma percepção materialista-histórica do fenômeno.

O conceito de “espaço” tem o seu sentido de entendimento enquanto atributo das relações sociais. Nesta perspectiva, admite-se que o espaço é resultante da ação humana enquanto natureza modificada por meio de sua ação, dando-lhe formas, valores, funções. Para tanto,

“[...] a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica – um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz, e ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1996, p.63).

Teatro privilegiado dos processos sociais ao longo do tempo, o espaço é definido a partir de um conjunto de objetos que o compõem e das possibilidades de realização social⁷. Nesse contexto, a construção do conceito de espaço parte de uma relação dialética entre a sociedade e natureza em seu tempo histórico. O espaço deve ser considerado como resultado e resultante da dinâmica social, por

⁷ Conforme aponta Santos (2008, p.10) “o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama forma pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, a vida em movimento. O conteúdo (da sociedade), não é independente, da forma (os objetos geográficos) e cada forma encerra uma fração de conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento.”

meio de uma relação conjunta, cíclica, constante, historicamente determinada. Define-se dentro de uma totalidade, estruturado a partir de formas e funções que variam no tempo e conforme cada sociedade.

Santos (2002, p.155-244) foi emblemático a cargo desta reflexão sobre o conceito de espaço enquanto objeto de estudo da ciência geográfica. Ao propor as categorias de forma, função, estrutura e processo como método de análise do espaço geográfico, esse é apresentado como um conjunto de objetos e realizações à medida que ele é produzido através do trabalho do homem e simultaneamente condição para a reprodução social. A forma é aparente, concreta no espaço por meio de um objeto, podendo configurar um padrão espacial. Essa possui uma função a ser desempenhada, no âmbito de uma estrutura, ou seja, a sua natureza social e econômica ao longo do tempo. Esse processo é o que caracteriza o movimento, a dinâmica, a transformação do espaço em sua totalidade⁸.

Castro et. al. (1992, p.24-32), ao conceber o espaço enquanto processo geográfico, a unidade dialética homem-natureza incessante, coloca o espaço geográfico como construído no processo de desenvolvimento da sociedade [...] determinado pela reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, em nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômico-social". Como produto social, "expressa as contradições que estão na base de uma sociedade de classes" e manifesta (dentre as principais formas) a segregação. Mas o que se entende por segregação? Como ela é produzida? Quais seus impactos? Eis algumas questões nas quais este trabalho propõe a compreender.

A segregação, em seu sentido mais comum, é entendida segundo o Dicionário Aurélio como "ato ou efeito de segregar-se", em que segregar significa "pôr de lado; pôr à margem; separar, marginalizar". Tomando como base a cidade capitalista, a segregação é delineada e engendrada por e a partir de fatores socioeconômicos, políticos, ideológicos e culturais. Ela é a face mais evidente das desigualdades sociais presentes no espaço urbano enquanto palco de conflitos sociais. Constitui-se para além de um fenômeno de caráter urbano, um problema crônico.

⁸ Corrêa, Roberto Lobato (1995, p.28) Espaço, um conceito chave na Geografia in. Castro, Iná Elias in org, Geografia: Conceitos e Temas.353p. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, Brasil.

Corrêa (1995, p.10-35) aponta que as desigualdades socioespaciais que se deflagram no espaço urbano capitalista são resultado da própria contradição do processo de reprodução do capital, engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São estes agentes os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Ainda:

a ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem (CORRÊA, 1995, p.11).

Como processo espacial, há um constante processo de reorganização espacial criando formas sociais, tanto pela segregação imposta quanto pela autosegregação, consecutivamente, as favelas e os condomínios exclusivos presentes em nossas cidades.

Souza (2007, p.81-91), ao tratar mais especificamente da segregação residencial, não esgota o real sentido de segregação enquanto um problema real no espaço urbano das grandes cidades. A segregação, ao separar, rompe com os laços de interação social e logo, com a cidadania. Perpetua o estigma do “lugar ruim” ou “lugar bom”, “lugar seguro ou “lugar violento”, à medida que os investimentos públicos em infraestrutura, em serviços essenciais, em habitação digna, entre outros, se dão de forma exclusiva no espaço. A segregação “deriva de desigualdades e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades”, o que o autor define como “retroalimentação positiva”, ao “condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerância e conflitos”, invertendo o real sentido de cidade enquanto “unidade da diversidade”.

Dessa forma, procuramos esboçar em linhas gerais o aporte teórico-metodológico acerca do fenômeno da segregação socioespacial, com base na compreensão de espaço como produto social e da segregação como manifestação clara das disparidades sociais materializadas neste espaço. Logo, compreender a segregação socioespacial é um convite à compreensão das principais abordagens sobre o espaço geográfico, assim como do entendimento do urbano enquanto locus da produção humana, das relações sociais e das desigualdades oriundas da formação econômica capitalista.

Olhar e refletir sobre o fenômeno urbano em que a cidade aparece como um lugar de extremos e de contradições não é algo recente. O pensar sobre a cidade surge justamente a partir dos problemas urbanos que emergiam no âmbito do desenvolvimento capitalista, principalmente no início do século XX.

Com o objetivo de atender às questões de ordem teórica no que tange o estudo sobre a segregação socioespacial como um dos aspectos do fenômeno urbano moderno, recorre-se aos primeiros estudos da Sociologia Urbana, uma vez que o seu desenvolvimento decorre das primeiras percepções acerca do urbano enquanto espaço crescentemente diverso e conflituoso. Neste contexto, a Escola de Chicago é considerada ponto de partida chave na compreensão da segregação socioespacial, dada a origem conceitual do termo.

1.1 - Da forma à origem do conceito: o pioneirismo da Escola de Chicago

Em 1840, ao publicar o seu clássico “A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, Engels apresentava uma análise sobre as mudanças que se operavam nas cidades que regozijavam a luz da Revolução Industrial: suas contradições expressas nos espaços urbanos que se desenvolviam. Precisamente, o olhar minucioso ao debruçar-se sobre o proletariado urbano, preocupa-se em descrever atentamente as peculiaridades de um progresso socialmente custoso em marcha nos trilhos e a todo vapor nas chaminés, em outras palavras, a situação de completa degradação e injustiça social na qual a grande massa de trabalhadores se encontrava às margens do desenvolvimento industrial.

Um olhar atento à obra de Engels, tendo como pano de fundo as cidades britânicas no auge do capitalismo industrial do século XIX, nos leva a crer que a visão crítica acerca dos fenômenos sociais no espaço já era da ordem do dia, dadas as circunstâncias dos problemas crescentes que as cidades enfrentavam. A cidade da acumulação capitalista e também, da acumulação de desigualdades sociais. Uma rápida passagem:

E o que é verdade para Londres, o é também para Manchester, Birmingham e Leeds, é também para todas as grandes cidades. Em toda parte, bárbara indiferença, dureza egoísta, de um lado, miséria indestrutível de outro. Em toda parte, guerra social, a casa de cada um em estado de sítio, em toda parte pilhagem recíproca com cobertura da lei [...] (ENGELS, 2008, p.57).

Dos males sociais ao planejamento do espaço urbano, tudo seria uma questão de tempo à medida que os problemas ligados aos contrastes socioespaciais se acirravam. E isso não é de hoje. Peter Hall, em seu livro “Cidades do Amanhã” (2002, p.550), busca no âmbito de uma perspectiva histórica do próprio desenvolvimento urbano mundial uma reflexão acerca dos impactos da urbanização sem planejamento assim como do próprio planejamento urbano como forma de superar tais problemas, quer sejam eles utópicos, quer sejam eles como uma resposta rápida (às vezes errônea) aos males da crise capitalista. Enfim, “visões alternativas de uma boa cidade”.

Da Londres “apavorante” do século XIX, atordoada pela crise social que emanava dos cortiços abarrotados e isentos de qualquer qualidade de vida, até a Chicago dos anos de 1920 e o “incômodo” gerado pelos imigrantes, “a permanente ralé” era a mesma, segregada e condicionada à pobreza. Do movimento Cidade-Jardim aos grandes projetos modernistas do século XX que sucumbiam em monotonia e funcionalidade⁹, fica claro que os dilemas das novas metrópoles capitalistas eram latentes, “manifestações de patologia social” (VELHO, 1973, p.7) e necessitavam alguma solução, embora só tenham trazido consequências ainda piores, aumentando ainda mais distâncias sociais engendradas no cerne do desenvolvimento capitalista. A cidade como empreendimento, mercadoria, em que ao pensar sobre o papel do planejamento, Hall (2002, p.407) coloca que:

O planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados. Em vez disso o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. Cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, eram máquinas de produzir riquezas; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina [...].

⁹ Maiores informações em Choay, F. O Urbanismo. Utopias e realidades de uma ontologia. São Paulo: Perspectiva, 2003.

Seja pelo ângulo do crescimento das cidades, seja por meio de um olhar crítico acerca dos projetos e propostas de planejamento urbano, é unânime colocar que o fenômeno urbano ganhou uma nova escala na esteira das mudanças estruturais da sociedade capitalista.

Diversas contribuições oriundas da Europa no final do século XIX, que pese "as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que caracterizavam o surgimento da sociedade moderna" (EUFRASIO, 1999, p. 21) encontrariam na América do Norte um terreno fértil para novas interpretações sobre a estrutura social no espaço urbano¹⁰. Não haveria melhor momento e lugar para que isso se concretizasse – os Estados Unidos no início do século XX – que de uma situação socioeconômica e política desoladora, encontra seu caminho no capitalismo industrial rumo à condição de potência econômica global¹¹.

Assim, surge a Escola Sociológica de Chicago desenvolvendo uma disciplina teoricamente organizada e voltada para os estudos sobre a estrutura social urbana e a formação da cidade. Ao emergir como ciência, seus pressupostos encontravam-se inicialmente nas teorias evolucionistas com origem no darwinismo. Mais tarde, incorporaria elementos oriundos da filosofia (o pragmatismo na pesquisa empírica) e da psicologia (com vistas à vertente comportamentalista), que impactaria diretamente na Sociologia Urbana e logo, em outras ciências como a Economia e a Geografia.

Tão logo, o termo segregação apareceria pela primeira vez nos estudos dos principais precursores da Sociologia Urbana americana – nas análises de Robert Ezra Park, no trabalho de

¹⁰ De acordo com Hall (2002, p. 434), a experimentação e pesquisa social norte-americana, focadas no problema da imigração em massa de contingentes populacionais principalmente de origem europeia, encontraram nas técnicas de observação social britânicas e nas teorias sociológicas alemãs a base fundamental no surgimento da primeira Escola de Sociologia Urbana dos Estados Unidos da América.

Maiores informações em Pinol, Jean-Luc. Les Historiens et les phénomènes de segregation in. Brun, J. e Rhein, C. (org). La segregation dans La vie. Concepts et mesures. 1996, Paris, L'Harmattan. p.59-71.

¹¹ Eufrasio, M. A., em seu livro *Estrutura Urbana e Ecologia Humana. A escola sociológica de Chicago (1915-1940)* (1999, p.18) aponta sobre o intenso processo de transformação que a sociedade americana viveu neste período, momento em que as cidades americanas cresceram por meio da combinação desenvolvimento industrial e imigração de massa, consolidando uma burguesia industrial, financeira e comercial, favorecendo a expansão das classes sociais média e operária e o desenvolvimento de um ambiente ideologicamente diverso e culturalmente variado o qual proporcionaria o desenvolvimento de novas ideias.

Roderick D. McKenzie, no modelo espacial de Ernest Burgess e nas pesquisas de Louis Wirth, inspirados nos pensamentos de Georg Simmel e outros pensadores¹².

Considerado fundador da Escola de Ecologia Humana de Chicago, Robert Ezra Park publicou no ano de 1916 “seu artigo mais significativo [...] espécie de manifesto ou roteiro de estudos” (VELHO, 1973, p.8). Sob o título “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, Park já esboça as linhas gerais da segregação, ao colocar a cidade como organismo, no qual os meios de comunicação, a infraestrutura, entre outros dão movimento à população, objetivando o agrupamento de indivíduos:

No interior dos limites de uma comunidade urbana, e, de fato, dentro dos limites de qualquer área natural de habitação humana, há forças que tendem a produzir um agrupamento ordenado e característico de sua população e de suas instituições (PARK apud GRAFMEYER e JOSEPH, 2000, p.84, tradução nossa).

Todavia, mesmo avançando no sentido de compreender o meio urbano como uma “unidade econômica”, considera a cidade como um “organismo com vida própria” e seus elementos caracterizados como “fatores primários”. Logo, restringe a sua dinâmica interna a processos naturais, uma vez que seus elementos são considerados meros objetos:

A organização econômica da cidade está fundada na divisão do trabalho. A multiplicação de empregos e das profissões no seio da população urbana é um dos aspectos mais impressionantes e menos compreendidos da vida urbana moderna. Neste sentido, não há nada para impedir de pensar a cidade, isto é, o lugar, os homens e todos os funcionamentos e equipamentos administrativos que lhes são relacionados como um todo orgânico, um tipo de sistema físico-psíquico no qual e através do qual os interesses privados e políticos encontram expressão não somente coletiva, mas organizada (IDEM, 2000, p.84, tradução nossa).

No que tange a organização do espaço urbano, Park apreende a cidade a partir da estrutura física e da ordem moral. A estrutura física é considerada um processo ininterrupto, inevitável e

¹² Stébé, Jean-Marc e Marchal, Hervé em seu livro *La Sociologie Urbaine* (2007, p. 24-25), comentam sobre a herança do pensamento de Georg Simmel nos fundamentos da teoria sociológica americana da Escola de Chicago. Conforme apontam os autores, Simmel “mostra os efeitos contraditórios de uma grande cidade sobre a personalidade dos cidadãos”, em especial, os estrangeiros, tornando-os mais livres e ao mesmo tempo alienados.

Outros sociólogos europeus, tais como Maine, Émile Durkheim e Max Weber também possuem papel importante no pensamento dos teóricos da Escola de Chicago. Maiores informações em Sjoberg, Gideon. *Teoria e Pesquisa em Sociologia Urbana* in. Houser, Philip e Schnore, Leo F. *Estudos de Urbanização*. 1976, São Paulo, Livraria Pioneira Editora. p. 147.

inerente à natureza humana. De mero aglomerado populacional, surgem vizinhanças, locais “com sentimentos e tradições e uma história única” (Park, 1990, p.88, tradução nossa), subjacentes à ordem econômica. Assumem hábitos e costumes diversos, posturas políticas diferenciadas de acordo com seus interesses. A cidade é compreendida no conjunto das unidades de vizinhança.

Neste sentido, a segregação aparece como um fenômeno natural, em que “a cidade aparece quase como uma máquina de filtrar e discriminar os membros da população” (VÉRAS, 2000, p.28). Logo, um indivíduo ou grupo de indivíduos, aqueles que são denominados como mais preparados a habitar determinada área, conquistam o seu habitat urbano mediante processos de competição.

A geografia física, as vantagens e os inconvenientes naturais, a compreender os meios de transporte, determinam com antecedência as linhas gerais da planta urbana. Crescendo a cidade em população, as influências sutis de simpatia, rivalidade e necessidade econômica tendem a controlar a distribuição da população (IDEM, 2000, p.88, tradução nossa).

Logo, os indivíduos ou grupos mais fortes tendem a se apoderar de áreas melhores, agrupando-se, pois apresentam de alguma forma características em comum, sejam eles interesses culturais, vocacionais, raciais, entre outros. Um conjunto de áreas, algumas constituem os guetos raciais, ou como ele mesmo denomina “quistos sociais”, como “vizinhanças” isoladas, segregadas (IDEM, 2000, p.92, tradução nossa).

McKenzie por meio de seu trabalho “A Vizinhança: Um Estudo da Vida Local em Columbus, Ohio”, publicado nos primeiros anos da década de 1920, constitui o aprofundamento sobre a análise da organização interna do espaço urbano desenvolvido por Park. Para tanto, constitui um trabalho mais profundo, com um recorte espacial bem delimitado (a cidade de Columbus, em Ohio), melhor detalhamento dos processos que definem a estrutura da cidade e logo, maior precisão na delimitação de conceitos, dentre eles, a segregação.

Os comércios, a indústria e a população se dividem no interior dos limites da cidade em função de interesses econômicos, que jogam e que tendem a produzir semelhanças de estrutura entre todas as grandes cidades (MCKENZIE apud GRAFMEYER E JOSEPH, 2000, p. 215, tradução nossa).

Desta maneira, em sua pesquisa empírica, McKenzie identifica áreas urbanas diferenciadas, de acordo com a classe de uso do solo (comercial, residencial e industrial) e que, embora sejam determinadas por processos diversos, apresentam uma forma espacial específica, dentro de uma lógica de ordenamento espacial.

Ao focar nas áreas residenciais, apresentadas como áreas urbanas de localização variada, McKenzie já delineava os aspectos essenciais do valor da terra e do status socioeconômico da população na organização da cidade, apresentando os aspectos fundamentais da segregação:

A população de uma cidade se divide de acordo com seu status econômico, em áreas residenciais com valores fundiários e imobiliários diferentes. A renda de uma família tende a segregar a população urbana em diferentes bairros [...] (todas as grandes cidades (MCKENZIE apud GRAFMEYER E JOSEPH, 1984, p. 219, tradução nossa).

Ainda sobre a organização do espaço urbano, é perceptível observar em McKenzie a interrelação entre a mobilidade da população, bem discorrida em sua apresentação, e a segregação, inevitável à medida que a cidade é encarada em um continuum incessante de transformações:

O efeito mais evidente da mobilidade da população em uma cidade é, talvez a instabilidade marcante da vida local. Bairros estão em constante evolução: alguns melhoram, outros se deterioram. Alterações envolvendo renda traduzem quase imediatamente, na mudança de casa (IDEM, 2000, p. 225, tradução nossa).

Neste sentido, ao encarar a cidade em seu movimento, McKenzie identifica processos que sustentam a organização de uma cidade – a formação das áreas urbanas e seu crescimento, as mudanças em sua estrutura e as formas de distribuição da população no espaço urbano.

À estas formas conferem as vizinhanças, as quais McKenzie aborda como locais dotados de características particulares, intrínsecas aos aspectos culturais, econômicos e raciais, seja por competição, seja por cooperação, na perspectiva da Ecologia Humana. Esta concepção pode ser observada de forma clara em “A abordagem ecológica nos estudos da comunidade humana”, de 1924, um de seus renomados artigos, em que os processos ecológicos, sejam eles competição, sucessão, invasão, determinam a estrutura interna da comunidade.

A ideia de estruturação urbana dentro desse conjunto de processos, dentre os quais o crescimento urbano e a organização social no espaço são relevantes foram fundamentais no trabalho de Ernest Burgess, publicado no ano de 1924. Em “O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa”, Burgess propõe uma base teórica profunda sobre a organização e a estrutura interna do espaço urbano de uma cidade, culminando nas “zonas urbanas”, esquematizadas a partir de círculos concêntricos (Figura 1.1a). Tão logo, a segregação ganhava um modelo.

O modelo de Burgess, desenvolvido a partir das percepções acerca da cidade de Chicago (Illinois, Estados Unidos), demonstra a partir da hierarquia de zonas de ocupação, a escala da segregação no espaço urbano sob o ângulo da competição e cooperação. Concebendo a cidade como um organismo vivo, Burgess atribui a expansão da cidade pelo processo de sucessão, que concentra e descentraliza áreas e modifica constantemente a organização social:

O esquema exprime claramente o fato de que a expansão, a saber a tendência de cada zona expandir seu território sobre a zona imediatamente periférica [...] pode ser chamado de sucessão [...] (IDEM, 2000, p.137, tradução nossa)

Para Burgess, a organização social de uma cidade é colocada como um processo de metabolismo, no qual organização e desorganização sociais estão interrelacionados e desta forma, em busca de um equilíbrio. Nesta concepção, os desequilíbrios urbanos dentre os quais a segregação, observados nas análises sobre o “ghetto”, são colocados como parte desta estrutura urbana e que cabe aos processos de adaptação e readaptação as mudanças intrínsecas ao ordenamento urbano.

Os trabalhos acima citados e comentados não são os únicos a abordarem a segregação no espaço urbano no âmbito de uma perspectiva ecológica. Também, outros autores como Louis Wirth, em seu trabalho “O ghetto” (1928) trouxe importantes contribuições na compreensão da segregação, em que os estudos desenvolvidos no âmbito da Escola de Chicago debatiam crescentemente sobre as diferenças étnicas, culturais e socioeconômicas verificadas nos diversos agrupamentos populacionais, locais estes propícios a toda sorte de problemas sociais à medida que se desintegram cada vez mais do espaço urbano.

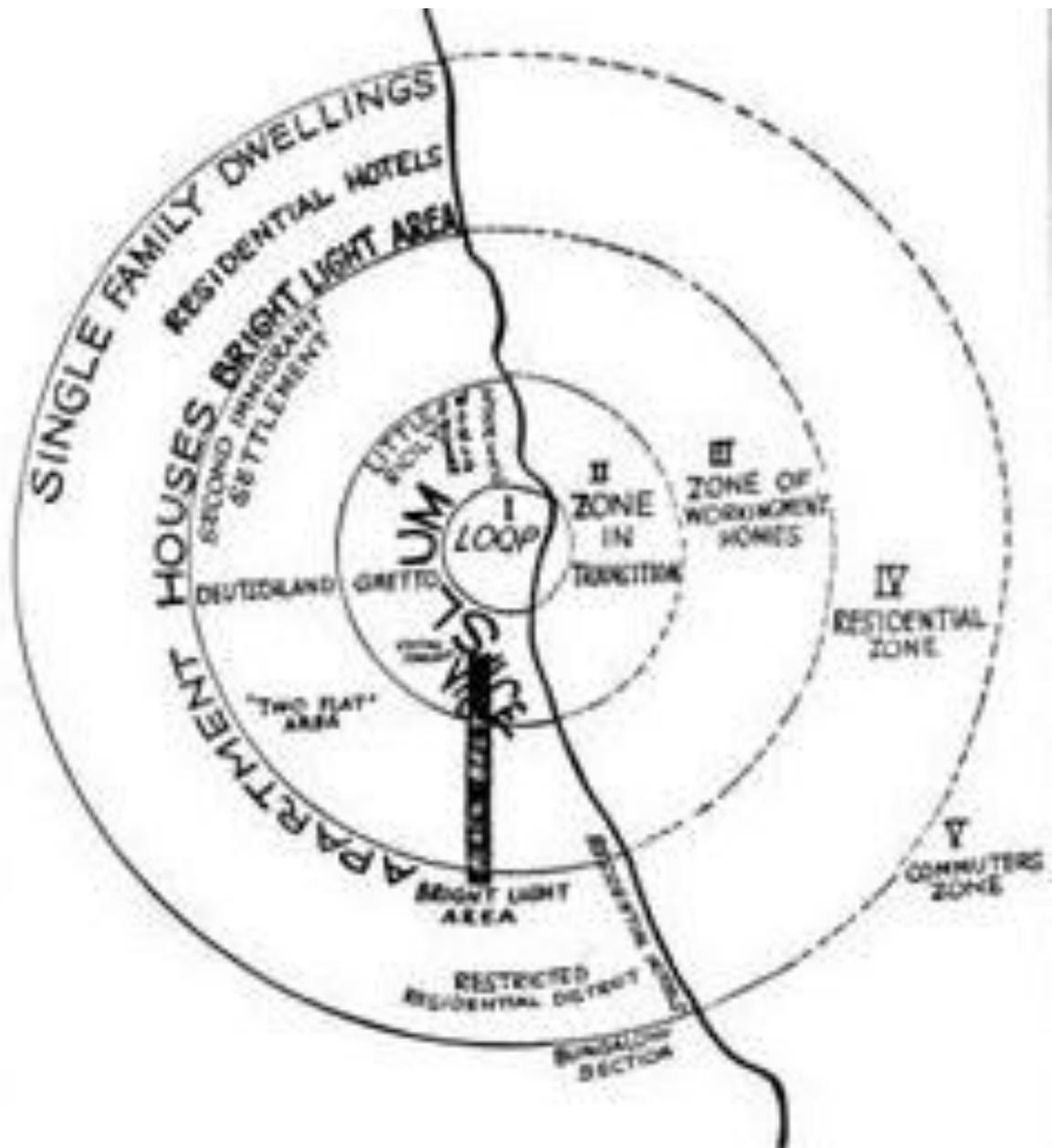


Figura 1.1a: ESQUEMA DE BURGESS PARA A CIDADE DE CHICAGO – EUA: O MODELO DE CÍRCULOS CONCÊNTRICOS – 1926.

Fonte: HALL, P. Cidades do Amanhã. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1995

O pioneirismo da Escola Sociológica de Chicago na análise crítica da segregação no espaço urbano pode ser representado nas especificidades que emergiam com a evolução e o desenvolvimento das cidades no âmbito da urbanização no início do século XX, a qual a Europa e nos Estados Unidos despontavam em termos de transformação social e espacial. Além deste fator, a emergência da segregação enquanto conceito na pauta dos estudos sociológicos urbanos constituiu-se na própria formação da sociologia enquanto ciência por meio de um diálogo transversal com outras ciências e teorias, além de diferentes abordagens empíricas.

Entretanto, a proposta teórica oriunda dessa escola sociológica, dado o seu pioneirismo, encontrou barreiras em sua própria formação e em sua evolução, uma vez que novas contribuições filosóficas e teóricas na compreensão do espaço urbano avançaram à medida que a cidade se desenvolve e ganha novos contornos em sua estrutura ao longo do tempo.

Véras (2000, p.30) atenta ao fato de que os pressupostos teóricos oriundos da Escola de Chicago apresentam certa restrição tanto pela sua base experimental quanto pelo contexto temporal de sua formulação. “Seus tópicos são baseados nas características das cidades norte-americanas das décadas de 20 e 30 e não podem ser generalizados nem para outras cidades do capitalismo industrial, muito menos para cidades pré-capitalistas”.

Préteceille (2004, p.12) apresenta uma crítica sobre determinada primazia dos estudos teóricos oriundos da Ecologia Humana que até certo ponto “cria uma cultura comum homogênea de categorias e métodos”, deflagrando alguns problemas. Primeiramente, “a maioria dos trabalhos sobre segregação trata da segregação racial”. Quando não, ao trabalhar a questão socioeconômica, alguns trabalhos chegavam a uma “concepção gradualista da estratificação social”, o que remetia à condição de estrutura social sob um enfoque puramente ecológico.

Villaça (2000, p.147-148) pontua seu questionamento sobre a tradição ecológica na interpretação dos fenômenos sociais no espaço urbano ao conceber a segregação como um fenômeno natural, resultante de um campo de forças inerente à própria dinâmica urbana. O autor chama a atenção para o fato de “que se trate nitidamente de um processo de classe” e não algo meramente

natural, ao determinar duas formas – a segregação voluntária e involuntária. “Na verdade, não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros”.

Neste contexto, Souza (2007, p.68-69) coloca que os estudos da segregação nos Estados Unidos se pautam primordialmente “como um problema de grupos minoritários” – negros ou imigrantes – particularizando e isentando o aporte teórico-metodológico de uma pesquisa mais ampla, em que pense a cidade em uma conjuntura global. Além disso, as ideias apoiadas nos critérios de seleção natural, pautadas nos processos ecológicos reduzem o peso da estrutura social de classes na análise do espaço urbano como um todo, pois o lugar do indivíduo ou do grupo é particular a sua competição. Trata-se de uma abordagem individualista e até certo ponto, com um viés liberal, interpretando a segregação como um resultado natural no bojo das relações de competição e sucessão.

Por conseguinte, Eufrásio (2001, p.187) aponta que a interpretação da sociologia urbana americana, com bases na interpretação ecológica dos processos urbanos, ao final dos anos de 1930 já não se sustentavam com a mesma força. Neste sentido, buscava-se “a interpretação básica e aspectos fundamentais da vida econômica como categorias explicativas da estrutura da cidade”, uma interpretação socioeconômica paralela à pesquisa empírica.

Esta concepção viria a transformar todo o pensamento sobre o urbano e logo os estudos acerca do fenômeno da segregação socioespacial, a serem explicados a seguir na próxima parte desse capítulo teórico. Apesar da Ecologia Humana da Escola de Chicago ter perdido força nos debates sobre o espaço urbano, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, é incontestável colocar que o seu pioneirismo é atestado, a priori, ao trabalhar o espaço como categoria de análise.

1.2 - Novos rumos: a emergência histórico-materialista, a abordagem na Escola Marxista Francesa e os pensadores críticos

O período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a limine, deve ser considerado um momento crucial para o pensamento sobre o urbano e a cidade. A partir de então, o fenômeno da urbanização alcança a escala global em suas dimensões mais amplas, ao passo que apresentou pela primeira vez na história mundial uma velocidade jamais vista. Conjuntamente, os processos socioespaciais, entre eles a segregação, ganha novos contornos em função da pobreza urbana que emerge e dos conflitos crescentes oriundos da pressão social latente.

Em um primeiro momento, assiste-se à crise do modelo de Ecologia Humana na compreensão das estruturas e da dinâmica urbana na própria Escola Sociológica de Chicago, com a emergência da interpretação socioeconômica. Interessante ainda é pontuar que a partir deste momento, a colaboração advém de outros ramos da ciência, como a Economia e a Geografia.

Isso pode ser observado a partir das novas interpretações em alguns autores (Mauricie Rea Davie, 1937; James Alfred Quinn, 1940; Homer Hoyt, 1939¹³ - vide Figura 1.2a; Chauncy Harris e Edward Ullman, 1945 – vide figura 1.2b), cujos trabalhos já direcionavam uma crítica sobre os modelos e a teoria oriunda da Ecologia Humana, observado nos trabalhos de seus antecessores¹⁴. Por outro lado, após a Segunda Guerra Mundial, os trabalhos oriundos de Amos H. Hawley (1950) e Leo F. Schnore (1958) representariam outra fase da Escola de Chicago, o que viria a influenciar uma série de novos autores cujas obras forneceriam ideias sobre a dinâmica e a estrutura urbanas com base no Positivismo (observado principalmente em Durkheim), na Economia Clássica e ainda que de forma elementar, no Materialismo Histórico Marxista¹⁵.

¹³ Homer Hoyt propõe em 1939 o modelo de estruturação urbana a partir de setores, desenvolvendo uma nova abordagem na compreensão da segregação socioespacial. Ver mais em Corrêa, Roberto L. O Espaço Urbano. São Paulo, 1995. Editora Ática. p. 69.

¹⁴ Eufrazio, Mario A. Estrutura Urbana e Ecologia Humana. A escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo, 1999. Editora 34.

¹⁵ Sjoberg, Gideon. Teoria e Pesquisa em Sociologia Urbana in. Houser, Philip e Schnore, Leo F. Estudos de Urbanização. 1976, São Paulo, Livraria Pioneira Editora. p.152-155.

A partir dos anos de 1960, a corrente teórica fundamentada no marxismo se constitui uma alternativa ao paradigma da ecologia humana da Escola de Chicago na compreensão do fenômeno urbano. Tendo seu nascedouro na França, esta nova base teórica na interpretação da cidade não se trata somente de um resgate importante do materialismo dialético e histórico desprezado pelos sociólogos americanos no início do século. Acima de tudo, é fortalecido diante de um contexto de crise capitalista iminente, principalmente na década de 1970, em que novas ideias surgem em resposta às crescentes instabilidades sociais urbanas.

Neste contexto, a cidade deixa de ser compreendida como mero espaço estruturado a partir de áreas naturais, em que processos sociais podem ser explicados biologicamente na dinâmica espacial. Como instância social e histórica, a cidade passa a ser entendida a luz do modo de produção capitalista, produto realizado pelo trabalho do homem e simultaneamente produtora das condições de realização de trabalho e vida. A “cidade capitalista”, teatro privilegiado da produção e do consumo, resultante da divisão social e territorial do trabalho do processo de acumulação de capital (VÉRAS, 2000, p. 50), por meio da produção de mais valia.

A segregação no espaço urbano das grandes cidades, observada como fenômeno urbano neste contexto, é resultante desta divisão social a partir da reprodução de grupos sociais distintos assim como reprodutora de desigualdades. A segregação encontra-se, desta forma, fundada em relações de conflito de classe, separando e integrando grupos sociais.

A leitura do espaço urbano na égide da teoria marxista, crítica do espaço e da sociedade, pode ser encontrada por meio de referências bibliográficas extensivas, sobretudo sobre a segregação no espaço urbano. Entretanto, neste trabalho, será priorizada a leitura e investigação teórica de autores clássicos da corrente marxista. Podemos destacar Henri Léfèbvre, Jean Lojkine, Manuel Castells, David Harvey e Christian Topalov, que apesar de partirem de uma mesma corrente teórica, apresentam diferenças marcantes tanto na apreensão do espaço urbano como objeto de estudo quanto da segregação como fenômeno socioespacial.

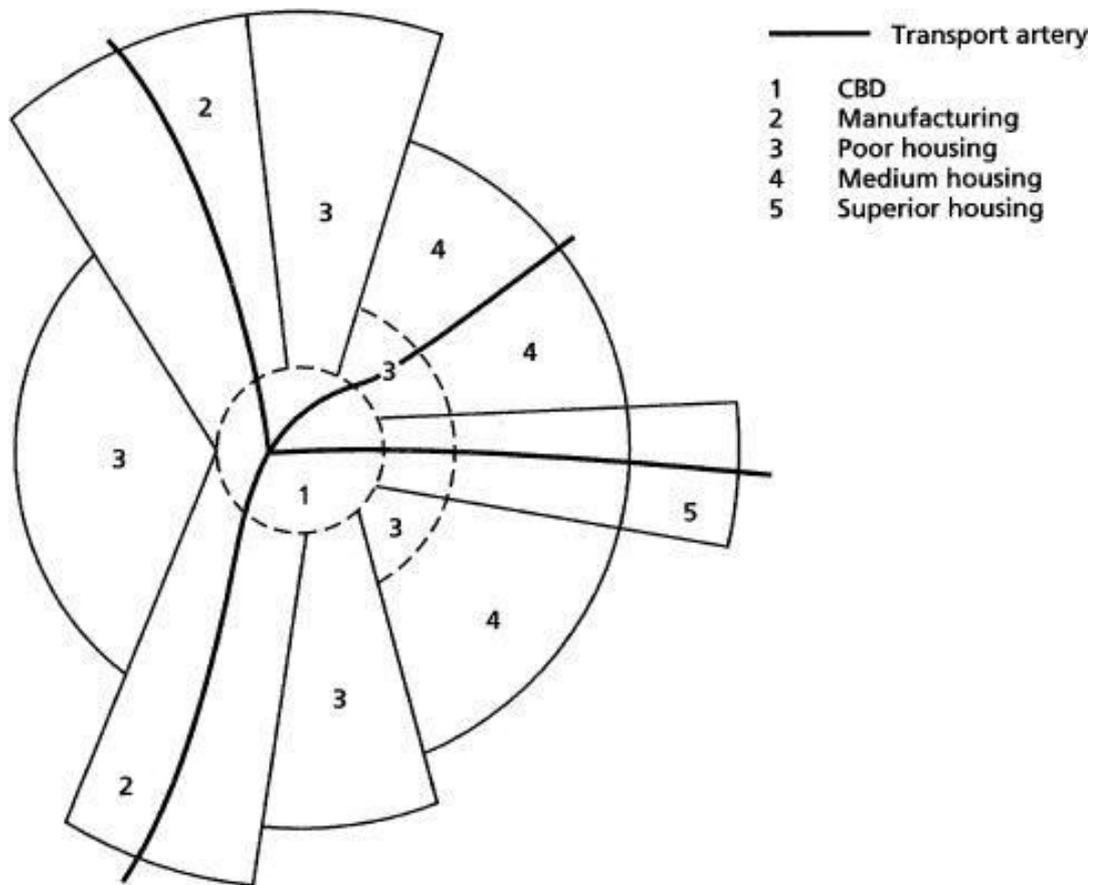


Figura 1.2a: ESQUEMA DE HOYT: O MODELO DE SETORES – 1939.

Fonte: HOYT, H. The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities. Washington, Federal Housing Administration, 1939.

Henri Léfèbvre, considerado um dos teóricos críticos precursores sobre o fenômeno urbano na égide das transformações capitalistas, apresenta em muitos de seus trabalhos importantes contribuições, a priori, acerca do espaço. Dentro de uma concepção espaço-tempo e refutando o marxismo formal, Léfèbvre coloca que na relação sociedade x natureza, o homem não só a transforma como também a sua relação com a natureza se transforma, da mesma forma que essa acarreta mudanças nos processos sociais.

Esta concepção é a base para a sua compreensão acerca da urbanização. Em algumas de suas obras principais – “Direito à cidade” publicado em 1969, “A Revolução Urbana” em 1971 e “A Produção do Espaço” em 1976, Léfèbvre versa sobre a cidade capitalista emergente e seus dilemas diante do processo de industrialização e da crescente urbanização e desigualdade, em que o espaço é simultaneamente revérbero e reflexo oposto das relações sociais, dialético.

O espaço urbano como lócus da produção econômica e também da vida social concentra virtudes e fraquezas, duas faces de uma mesma moeda, intrínsecos ao desenvolvimento capitalista, privando-se de sua urbanidade à medida que os conflitos de classe se acirram (Léfèbvre, 2008, p.27). Urge a necessidade de entender o urbano dentro de sua complexidade histórica e realidade social, como processo, e não somente a cidade, nos aspectos mais gerais concernentes à sua forma, ao que o autor define como “base prático-sensível” (IDEM, 2008, p.118). O espaço urbano, logo, se constitui além de seu visível imediato: ele deve ser analisado sob seu prisma social e os conflitos que dele emergem, os diferentes modos de vida, conflitos de classe.

Neste ponto, há toda uma relação entre as forças sociais desiguais que se operam no espaço, em que pese o poder econômico e político que determinado estrato social possui em relação ao outro e que vem de encontro na percepção da urbanidade. Essa pode ser observada nas assimetrias expressas em termos de políticas públicas no espaço, na ideia do urbanismo ideológico dos projetos urbanos e nas diferentes formas socioespaciais.

Considerar estes três aspectos é fundamental na compreensão da segregação social no espaço urbano. Conforme aponta Léfèbvre (2008, p.97), a segregação pode ser analisada sob três enfoques:

espontânea (a partir de diferenças de renda e ideológicas), voluntária (a partir da geração de espaços próprios paralelo às classes sociais) e programada (legitimada nos projetos e planos urbanos).

Logo, a segregação pode ser compreendida em Léfèbvre como produto social, reflexo de uma sociedade de classes no espaço, a partir de tendências ideológicas, das características culturais de determinados grupos e das diferenças espaciais em relação aos meios de consumo coletivo. Acima de tudo, a segregação rompe com as relações de sociabilidade no espaço urbano, traduzindo a sua fragmentação:

A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si só, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade (LÉFÈBVRE, 2004, p. 124).

Manuel Castells, em seu livro “A Questão Urbana”, publicado em 1972, o autor aborda o fenômeno urbano em sua complexidade histórica, a partir do enfoque estruturalista, em que a urbanização pode ser compreendida como forma específica da sociedade humana, concentrando atividades e populações e difundindo a cultura urbana a partir da produção de valores sociais. Precisamente, Castells (1983, p.28) vem a falar da produção social das formas espaciais, em que uma parte da população se concentra em um determinado espaço, constituindo aglomerados funcionais e interdependentes do ponto de vista social, inserido em uma rede urbana maior.

Posteriormente, em sua leitura sobre as formas urbanas, observadas a partir de seu estudo sobre as metrópoles, Castells (1983, p.29-52) comenta sobre a necessidade de inovação na análise das formas espaciais, ultrapassar os limites restritos a sua dimensão em números e apelar para uma abordagem mais qualitativa, em que pese atividades, funções, grupos dentro de uma dinâmica social. Isso vem de encontro ao seu debate sobre a ideologia que para Castells se exerce na sua prática, fomentando a trajetória rumo a uma “ciência do urbano”.

Sobre a estrutura urbana, Castells (1983, p.146-149) inicia seu ensaio crítico comentando que o estudo do fenômeno urbano deve ir além do corolário ecológico e do enfoque puramente cultural. Partindo dos pressupostos oriundos do materialismo histórico, coloca que o espaço é expressão da

estrutura social, resultante da reprodução da força de trabalho, no âmbito de um sistema político, ideológico e econômico.

O espaço urbano fragmentado, observado sob a ótica da segregação, é resultante das diferenças sociais, aos diferentes níveis de acesso que parcelas da população se inserem nos meios de produção, em que a estratificação é caracterizada pela crescente polarização social. A segregação, enquanto processo é reflexo das diferenças espaciais em termos de meios de consumo coletivo e nas políticas públicas orientadas a atender uma classe dominante em detrimento da classe trabalhadora. Se manifesta a partir de grandes diferenças sociais expressas em espaços caracterizados por forte homogeneidade interna, segregados, bastante diferentes entre si e configurando uma hierarquia.

Em suma, a segregação assume posição de destaque na estrutura e dinâmica urbana à medida que ela é inerente à produção do espaço, a se pensar, nos agentes estratégicos que compõem o jogo urbano, sejam eles econômicos, sociais, ideológicos e acima de tudo, políticos – a se pensar, no papel do Estado, das camadas sociais mais favorecidas e das classes sociais mais baixas. Logo, a segregação é compreendida a partir dos conflitos que emergem entre estes agentes, definindo-se como uma questão não somente da estrutura social, mas acima de tudo, sociopolítica.

Há a contribuição de David Harvey, geógrafo e grande teórico urbano de tradição marxista sobre o processo de acumulação de capital, sobretudo no final do século XX. Apresentando aproximação às ideias de Henri Léfèbvre, em seu livro “Justiça Social e a Cidade” de 1973, Harvey apresenta uma compreensão sobre o urbano enquanto ciência e objeto de estudo científico:

“Qualquer teoria geral sobre a cidade deve relacionar de algum modo os processos sociais à forma espacial que ela assume. Em termos disciplinares, isso implica integrar duas tradições importantes na pesquisa e na educação; chamarei a isso construir uma ponte entre aqueles que possuem a imaginação sociológica e os imbuídos de uma consciência espacial ou de imaginação geográfica” (HARVEY,1980,p. 14).

Procurando situar o fenômeno urbano e a sociedade em seu todo no âmbito da natureza do espaço, Harvey (1980, p.4-5) concebe o espaço sob três enfoques – o absoluto (ele em si mesmo, material), o relativo (relação entre objetos que compõem o espaço) e o relacional (contido nos objetos

e que os contém à medida que eles se relacionam). Isso se insere em sua argumentação ontológica que remete a uma questão – afinal, o que é espaço? Pois, Harvey indaga que para avançar no estudo do fenômeno urbano, ao colocá-lo sob a tríade forma-espaço-processo social, o sentido de compreender o espaço não está no conceito de espaço em si, mas no que as distintas práticas humanas constituem como espaço. Logo, o espaço é percebido a partir das práticas sociais no âmbito de um processo, o colocando como absoluto, relativo e relacional, dentro de um movimento.

Este conjunto de práticas proporciona ao espaço uma configuração, uma feição intrínseca à sua dinâmica social. Em outras palavras, “é simbólica de nossa cultura, da ordem social existente, de nossas aspirações, necessidades, temores” (HARVEY, 1980, p.21). Isso evoca uma concepção transdisciplinar do espaço em seu amplo entendimento, o espaço social como maneira de se entender a forma e múltiplas formas da cidade. O essencial de sua complexidade.

O foco de Harvey na questão da justiça social, ao pensar a desigualdade social no espaço urbano, perpassa em sua compreensão acerca do conceito de renda. A partir deste entendimento, o autor pontua duas hipóteses importantes:

[...] o processo social de determinado salário é parcialmente modificado pelas trocas de localização das oportunidades de emprego (por categorias) e nas oportunidades de moradia (por tipo). O fracasso do emprego e das oportunidades de moradia em manter-se em equilíbrio têm imposto custos de acessibilidade para alguns grupos da população em relação aos outros. Tentaria mostrar também como as trocas no valor dos direitos de propriedade e na utilidade e preço dos recursos podem ocorrer através da dinâmica espacial do crescimento urbano [...] essas trocas têm efeito substancial sobre a distribuição de renda, e seus efeitos tornam-se desproporcionalmente importantes a medida que o tamanho de um sistema urbano aumenta. (HARVEY,1980,p.42)

Logo, o sistema urbano é concebido de forma desigual, implicando em custos diretamente ligados à acessibilidade e mobilidade, em efeitos externos oriundos dos investimentos públicos e privados em bens de consumo coletivos, na localização das atividades econômicas e no acesso ao solo e à moradia. Este desequilíbrio tem suas relações atribuídas às instâncias maiores, sejam elas políticas e econômicas.

Ao argumentar sobre a propriedade enquanto direito privado na sociedade capitalista, Harvey já esboça alguns dos principais aspectos da segregação social no espaço urbano. Coloca que em relação à propriedade e à terra, o valor é mutável no tempo e no espaço, dentro de uma conjuntura definida a partir dos agentes que estruturam o urbano, se organizam e lhe conferem dinâmica, a partir de mecanismos de mercado. Isso confere a apropriação de vantagens econômicas e políticas no espaço em diferentes níveis sociais:

O resultado lógico disso é uma organização territorial da cidade na qual cada território contém um grupo provido de valores, funções de utilidade e comportamentos relativamente homogêneos (na medida que estes se relacionam com a propriedade). Isso leva a uma organização que distribui exteriorizações (e cria exteriorizações para outros) (IDEM,1980,p.53).

Logo, a compreensão sobre a segregação urbana no estudo de Harvey é observada em termos de diferenças significativas das relações sociais, podendo ser interpretadas a partir da questão da propriedade individual, em destaque, a moradia. Esta diferenciação na apropriação e uso do solo urbano, já estabelecida por meio da renda, é redimensionada ao nível das diferentes modalidades de acesso aos bens de uso coletivos e às disparidades em termos de oportunidades de elevação social. Configura-se uma ruptura à justiça social urbana, o direito à cidade.

Jean Lojkine, contrapondo à perspectiva de Manuel Castells em sua obra “O estado capitalista e a questão urbana” de 1977, parte de uma vertente mais economicista, procurando situar a política, necessariamente, as políticas sociais urbanas no sistema capitalista atual. O papel da política estatal na política urbana face à organização do espaço urbano marcado pela divisão social do trabalho.

Primeiramente, através de uma análise crítica acerca do modelo funcionalista e estruturalista, em que preze o isolamento da esfera política da esfera econômica, coloca o Estado no âmbito de uma concepção materialista e histórica. Em suma, o Estado não é externo à estrutura social, não é uma organização autônoma e da mesma forma, a política a ele atribuída não é constituída de decisões de atores autônomos (LOJKINE,1981, p.84).

Em seguida, o autor interpreta a organização social no espaço urbano como crescentemente influenciada pelo agente estatal, à medida que esse se associa a diferentes frações de capital, notadamente, o da classe ou fração hegemônica, representando os interesses da classe dominante. Desta maneira, Lojkine (1981, p.221) indaga sobre o peso da política urbana na segregação social, termo que o autor coloca com exclusividade às questões socioespaciais:

Até onde pode-se dizer que a política urbana age sobre o duplo processo de monopolização e de proletarização pelo qual caracterizamos a estrutura social do capitalismo monopolista do Estado? Trata-se de uma regulação que atenua as clivagens sociais ou, ao contrário, de uma exacerbação das contradições sociais? (LOJKINE,1981, p.221)

Lojkine (1981, p.222) ainda aponta para três tipos de segregação socioespacial que se operam na escala urbana: no nível da habitação (a morada operária e a morada burguesa), no nível dos equipamentos de uso coletivo (concentração de hospitais, escolas, creches em determinadas áreas, etc), no nível do transporte (meios de transporte coletivos para as classes operárias e o transporte individual como privilégio burguês).

Em suma, a segregação na visão de Lojkine decorre da aliança latente entre o Estado e os grupos hegemônicos, de forma que as políticas públicas modelam o espaço social. Isso se reflete nos diferentes níveis de acesso aos bens de uso coletivo, equipamentos sociais e de reprodução de capital por parte da população, deflagrando uma cidade dos ricos (bem equipada) em oposição à cidade dos pobres (marginalizada).

Ainda, podemos encontrar algumas contribuições em Christian Topalov, por meio de suas obras “A urbanização capitalista” (1979) e “Le profit, la rente et la ville. Éléments de théorie” (1984). Neste último, dialogando com as ideias de Jean Lojkine e David Harvey sobre a produção do espaço urbano, Topalov aborda a questão da renda fundiária urbana e de seus reflexos nos processos de fragmentação social no espaço.

Pensando o sistema urbano desigual e a atuação dos agentes produtores do espaço urbano, Topalov aponta para duas práticas opostas que se operam no tecido urbano da cidade convergindo para

uma estrutura bimodal de estratificação socioespacial: o espaço das camadas sociais superiores concentrando os bens de consumo coletivos e privados e infraestrutura diversificada e por outro lado, uma parcela da população mais pobre, à margem da reprodução do capital, desprovida de serviços e bens essenciais à reprodução de capital.

Diante do quadro teórico apresentado, são perceptíveis as diferentes abordagens adotadas pelos autores precursores da corrente neomarxista, além de diferentes concepções de segregação socioespacial. Entretanto, é de legítimo consenso que os autores se articulam em um ponto específico sobre a segregação, a concebendo a partir das disparidades socioespaciais, seja em função da estrutura social, seja em função do acesso aos bens de uso coletivo ou do papel dos agentes produtores do espaço.

Neste percurso outros autores ainda fornecerão, em bases mais recentes de produção acadêmica, contribuições interessantes acerca do espaço urbano, bem como a segregação urbana a partir de um viés crítico, como veremos a seguir.

1.3 - Críticas do modelo e abordagens atuais sobre o espaço urbano e segregação: novas perspectivas

Da mesma forma que a concepção acerca do fenômeno da segregação social no espaço urbano tem surtido abordagens diferentes ao longo do tempo, a forma de apreender o fenômeno urbano também tem sido um ponto de convergência e divergência na própria corrente marxista.

Em “Geografias pós-modernas” (1989), Edward Soja ao situar a Geografia na pós-modernidade, abre espaço para um diálogo interessante sobre os limites encontrados nas pesquisas apoiadas na teoria social crítica, sobretudo na relação dialética entre os objetos espacial e social.

Ao revisitar importantes autores marxistas anteriormente citados (Léfebvre, Castells, e Harvey), Soja argumenta sobre as análises apoiadas na teoria marxista voltada para a compreensão do fenômeno urbano, em que o urbano perde paulatinamente a sua especificidade na compreensão do

espaço em sua totalidade em detrimento de um entendimento puramente economicista, ou seja, o urbano enquanto produto do capital:

Logo, o autor traz uma importante contribuição acerca da reflexão socioespacial no contexto urbano – por uma visão dialética entre espaço e sociedade, sem esgotar a importância da teoria marxista:

“A estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e de transformação, nem é simplesmente uma expressão da estrutura da classe social emergente (e, portanto, a-espacial?) das relações de produção. Representa, em vez disso, um componente dialeticamente definido das relações gerais de produção, as relações que são simultaneamente social e espacial.” (SOJA, 1989, p.78, tradução nossa.)

Já, em “A condição pós-moderna” de David Harvey (1993), obra de extrema relevância no campo das teorias contemporâneas em seu sentido epistemológico, consiste em um convite a se pensar a transição da modernidade para a pós-modernidade. Utilizando-se do materialismo histórico em sua análise, o autor aborda a pós-modernidade em sua condição – na perspectiva da modernidade – como um processo. Seria o fugidio, o transitório, o fugaz na inspiração em Baudelaire, criação e destruição em Friedrich Nietzsche. Enfim, um mundo fragmentário.

Entretanto, esta concepção é colocada por Harvey à luz dos processos de acumulação capitalista, ou seja, deflagrada na crise da rigidez do regime fordista para o novo regime de acumulação flexível, na égide da globalização. Desverticalização da produção a partir do surgimento de novos setores produtivos na busca de vantagens comparativas e competitivas (em que a localização é fator preponderante), novas relações de trabalho e de consumo, a rapidez no fluxo de capital e da informação na ideia de anulação de espaço pelo tempo – ou seja, um conjunto de mudanças que trazem no bojo da flexibilidade o inesperado em sua velocidade, o fragmentário no desenvolvimento crescentemente desigual.

Pensando as grandes cidades no curso da globalização, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro em seu livro “O Futuro das Metrôpoles: Desigualdades e Governabilidade” (2000) esboça em sua breve apresentação as mudanças nos grandes espaços urbanos, a priori, nas metrôpoles globais, sobre as

estruturas sociais e urbanas, em um quadro de reestruturação econômica na base produtiva e de trabalho. Essas mudanças configuram novos arranjos socioespaciais, uma nova ordem urbana” marcada por novas modalidades de segregação das camadas sociais.

Algumas questões referentes às análises sobre segregação socioespacial são colocadas por Edmond Préteceille, em seu artigo “A construção social da segregação urbana: convergências e divergências” (2004). O autor coloca como de suma importância a compreensão dos processos sociais “sob uma ótica de pesquisa comparada” (PRÉTECEILLE, 2004, p. 11), rompendo com as especificidades do modelo restrito às experiências oriundas das pesquisas dos Estados Unidos. Além disso, o autor ainda esboça a questão da dualidade urbana, no âmbito das cidades globais tendo como referência o modelo da “cidade americana”. Uma crítica à ordem bimodal de sociedade.¹⁶

Primeiramente, o autor procura expor as principais dificuldades de ordem metodológica para esta pesquisa. A crítica se fundamenta nas possibilidades de análise da segregação que, ao que parece, se encerram em “uma cultura comum homogênea de categorias e métodos” (PRÉTECEILLE, 2004, p. 12). Pensando os modelos dos EUA e da França, o autor comenta que “há, portanto, um primeiro princípio de variação, na medida em que se consideram as diferenças etno-sociais ou socioeconômicas como as questões maiores sobre a diferenciação dos espaços urbanos” (IDEM). Contudo, há outras possibilidades de estudo, como os trabalhos concentrados nos estudos das categorias socio-ocupacionais a partir de informações sobre a estrutura social sem, entretanto, esgotarem os desafios deste método.

Em seguida, há a questão do recorte a ser definido – o estudo de determinados espaços ou o conjunto que compreende a cidade? Quanto à primeira direção, apresentam-se opções inspiradas nos EUA, tais como os estudos voltados para os “guetos”, para os bairros “gentrificados” e para as “gated communities” na periferia; ou das “zonas urbanas sensíveis” francesas e as “problem áreas” inglesas.

¹⁶ Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: Ribeiro, Luiz Cesar Queiroz (in org). O Futuro das Metrôpoles: Desigualdades e Governabilidade. Rio de Janeiro. Editora Revan. 2000, p.65-66.

Maiores detalhes em Préteceille, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: Ribeiro, L.C.Q. e Santos Junior, O. A. Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1994.

Já na análise conjunta do espaço da cidade, “na ideia de segregação como distribuição desigual de categorias da população entre os espaços” (IBDEM, p.14), pensa-se a escala de análise. Seja de uma forma, seja de outra, as resistências são encontradas à medida que se analisa a divisão social no espaço. Não há um modelo de padrão espacial a ser seguido – por exemplo, a escolha arbitrária em termos de limites político-administrativos. “É preciso escolher – quando se tem a oportunidade, aquela cuja escala corresponde à prática social da qual se quer privilegiar a análise” (IBDEM, p. 15). Neste caso, a contextualização socioespacial em suas múltiplas escalas constitui um ponto essencial na compreensão da segregação enquanto processo.

Os métodos estatísticos também são essenciais nas análises sobre segregação, dependendo de como são percebidas as diferenças socioespaciais e qual a escala de análise. O autor enfoca três tipos de análise – por índices globais (com base em análises fatoriais) e por tipologias (clusters de categoriais sociais). Mais uma vez, há diferenças na aplicação de cada uma, dependendo de como procederá em termos de análise.

Préteceille (2004, p. 17-19) ainda avança no sentido de situar a construção científica da segregação no âmbito das políticas públicas, tomando os casos dos EUA e da França. Há “uma amplidão das diferenças, em se tratando da sensibilidade ao problema das desigualdades urbanas, dos modos políticos de construção do problema, da intensidade das ações públicas para a sua resolução, dos tipos de práticas implementadas” (IDEM, p.19). As questões, logo, são diferentes, dotadas de especificidades sociais e históricas de acordo com cada local.

Em outro estudo, realizado por Peter Marcuse – “Enclaves, sim; guetos, não: A segregação e o Estado” (2004), o debate sobre a segregação ganha ainda mais profundidade ao se constituir como um adendo fundamental nas compreensões observadas por Edmond Préteceille, principalmente em termos de políticas públicas. Ainda, o autor propõe revisitar o conceito de segregação, libertando-o de formulações que analiticamente “constituem oximoros e do ponto de vista das políticas públicas, são insidiosas” (MARCUSE, 2004, p. 24). Segregação e gueto seriam conceitos mais voltados para

denominar padrões de aglomerações indesejáveis, ao passo que há outras definições em termos espaciais e de processo para compreender as divisões espaciais.

Estas divisões espaciais conferem padrões de aglomeração, “que nos ajudará a diferenciar as formas de segregação aceitáveis das não aceitáveis” (IDEM, p.25). Em termos de políticas públicas, o autor define três grupos separados: por cultura, por papel funcional e econômico e posição na hierarquia do poder. Estas categorias se entrelaçam, o nível de complexidade aumenta à medida que o espaço não é constante, refletindo divisões indesejáveis. O autor ainda pontua:

“Divisões, aglomerações por status, refletindo e reforçando relações hierárquicas de poder são inaceitáveis do ponto de vista das políticas públicas e se constituem alvos apropriados de proibição por parte do Estado; aglomerações culturais ou sociais que não reforcem tais relações de poder não o são” (IBDEM, p.27).

O Estado possui papel fundamental tanto na legitimação da segregação quanto em sua redução. Seja por meio de leis promulgadas e sancionadas, seja pela maneira de provisão de bens coletivos, “se em qualquer sociedade houver segregação ela ocorrerá com a sanção tácita, quando não explícita, por parte do Estado” (IBDEM, p.30). Para tanto, se dispõe de uma série de instrumentos legais, jurídicos voltados para o planejamento urbano que tendem a reduzir a segregação e logo, minimizar os efeitos das desigualdades subjacentes.

As abordagens recentes sobre a segregação socioespacial vêm de encontro às principais questões de ordem teórico-metodológicas no âmbito dessa pesquisa. Contextualizar a segregação socioespacial na atualidade, refletir sobre as suas possibilidades diversas de apreensão em termos de análise da estrutura social nas suas diversas escalas e pensar as políticas públicas como um conjunto de medidas propulsoras ou mitigadoras no processo de segregação socioespacial consistem, nessa forma, nas bases elementares da compreensão do fenômeno no espaço urbano atual, inclusive merecendo destaque no conjunto de reflexões no Brasil, como será visto a seguir.

1.4 - O debate sobre a segregação socioespacial no Brasil: origens e algumas contribuições

Embora os estudos urbanos no Brasil remontem o início do século XX, será na década de 1970 que o espaço urbano como fenômeno espacial engendrado em processos sociais, ou seja, a dimensão espacial da realidade social na cidade emergirá como objeto de central de pesquisa. Conforme aponta Marques e Torres (2005, p.20), a crescente centralidade das cidades e dos fenômenos urbanos na cena nacional, com os intensos processos de urbanização e metropolização que se verificam a partir dos anos 1950 podem ser colocados como pontos de partida.

Dessa forma, trata-se de estudos que no geral se fundamentam nas inquietações concernentes aos dilemas da metrópole nascente, no sentido de apreender o espaço urbano como condição geral de realização do processo de reprodução do capital e arena privilegiada dos conflitos que emergem a partir das necessidades do capital por um lado e de outro, das necessidades sociais (CARLOS,1994, p.14-15). Em uma perspectiva focada no materialismo dialético e histórico, a metrópole nesse contexto é interpretada como lócus privilegiado da reprodução capitalista na modernidade e simultaneamente de reprodução das desigualdades sociais.

Partindo do pressuposto das mudanças concernentes ao desenvolvimento capitalista que se operam no espaço urbano e com referência aos estudos teóricos precursores, Marques (2004, p.45) salienta que a produção acadêmica sobre os estudos acerca do processo de segregação socioespacial no Brasil possui foco nos seguintes temas: a dinâmica econômica e seus impactos no mercado de trabalho e na estrutura social; a dinâmica do mercado de terras em relação aos agentes produtores do espaço; o papel do Estado e das políticas públicas; sobre a ordem jurídica brasileira que privilegia a hierarquia social e o preconceito. Embora haja cada um desses temas para se compreender a segregação, é irrefutável dizer que no transcorrer desses estudos, os temas apresentem uma interrelação forte uma vez que há uma dialética entre eles.

Primeiramente, um ponto relevante consiste em colocar que os primeiros estudos sobre segregação socioespacial no Brasil são precedidos pelas análises sobre exclusão social. Esse conceito possui uma conexão profunda com a segregação, se tratando de eventos conjuntamente estruturadores

do espaço urbano, fruto das contradições expressas no bojo do sistema capitalista. A segregação socioespacial neste aspecto é uma das faces da exclusão e injustiça sociais que permeiam todo o processo de urbanização no qual o Brasil se insere, uma vez que pobreza urbana nas grandes cidades brasileiras afeta a maioria da população.

Neste contexto, merece destaque a obra de Lucio Kowarick, “A Espoliação Urbana”, de 1979. Ao debruçar-se atentamente sobre os principais acontecimentos da metrópole paulistana na década de 1970, o autor chama a atenção para o aspecto mais incisivo da modernidade no auge da Ditadura Militar brasileira – a privação de uma grande parcela da população do direito à cidade em seu amplo sentido. Trata-se de uma cidade cuja crise social é deflagrada na exploração do trabalho em detrimento de uma fatia da sociedade detentora de plenos poderes políticos e econômicos. Uma parcela significativa da população espoliada, os “alijados dos benefícios do desenvolvimento” (KOWARICK, 1979, p. 26), o exército de reserva essencial para o processo de acumulação do capital submetido às condições precárias e às vezes sub-humanas de moradia (favelas, loteamentos precários longínquos, cortiços). Fórmulas de sobrevivência dos excluídos, atribuídas ao capital e suas contradições.

Outros trabalhos de Lucio Kowarick também têm o seu lugar de destaque na produção acadêmica voltada para os processos de exclusão social¹⁷, além dos trabalhos desenvolvidos por Fernando Henrique Cardoso sobre Brasil urbano que emergia em um contexto de dependência econômica e regime político autoritário¹⁸. Os trabalhos voltados para os processos intrínsecos à produção do espaço urbano da periferia, onde a questão da exclusão encontra seu maior expoente na metrópole, merece destaque os trabalhos desenvolvidos por Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Licia Valladares, entre outros¹⁹.

¹⁷ Kowarick, L. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2000.

¹⁸ Cardoso, F. e Falleto, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. Ed. LTC Rio de Janeiro. 1970

¹⁹ Ver mais em Maricato, E. (in org.). A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial. Ed. Alfa-Ômega São Paulo, 1982, 160p.; Valladares, L. (in org.) Habitação em questão. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1980. 196p.

A partir dos anos de 1980, diante de um novo quadro político que surgia no Brasil e que culminaria na abertura democrática da política do país, os estudos urbanos são caracterizados pelo papel da sociedade civil organizada em relação ao direito à moradia digna, infraestrutura básica e participação nas políticas públicas²⁰.

Ainda, conforme aponta Marques in Marques e Torres (2005, p.24), “análises sobre assuntos mais específicos se estabeleceram e se desenvolveram nos últimos anos, como o efeito dos instrumentos de regulação da cidade e da terra urbana; os efeitos condicionantes da irregularidade no uso da terra; a dinâmica da economia urbana, em particular o capital imobiliário, tanto sob o ponto de vista econômico quanto sociológico”. Neste âmbito, o trabalho de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro merece importância ao trabalhar a lógica da produção de moradia no Rio de Janeiro desde o final do século XIX até os primeiros anos da década de 1990, trazendo à tona um importante estudo sobre a atuação do capital incorporador na estruturação do espaço urbano da metrópole carioca²¹.

Por outro lado, há autores que apresentam a segregação socioespacial a partir de um enfoque sociopolítico, abordando as transformações no espaço urbano em termos de sociabilidade à medida que a violência urbana se desenvolve. Segregação socioespacial e violência urbana neste aspecto são dialéticos, uma vez que a segregação rompe com os laços de cidadania e fragiliza o exercício da cidadania. Ao mesmo tempo, a violência gera segregação à medida que ela constrói uma realidade ameaçadora, isolando pessoas no espaço. Logo, pensa-se no papel das políticas públicas voltadas para a segurança e acima de tudo, na redução das desigualdades. A ausência do poder público na manutenção de qualidade de vida é um fermento poderoso na mercantilização da segurança, observada nos condomínios fechados ou enclaves fortificados. A fragmentação do tecido sociopolítico espacial,

²⁰ Destaque para Taschner, S. Favelas: fatos e políticas in. Espaços e Debates. Revista de Estudos Urbanos e Regionais n° 18. São Paulo, 1986; Rolnik, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo, Editora Nobel, 1989.

²¹ Ver mais em Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados. as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. IPPUR/UFRRJ, FASE. 1997. 352p.

bastante trabalhado por Marcelo Lopes de Souza sobre o Rio de Janeiro e Teresa Pires do Rio Caldeira em São Paulo²².

Nos últimos anos do século XX, a revista “Espaço e Debates”, em sua edição de número quarenta e cinco sobre o tema “Segregações Urbanas” (2004) traz consigo uma contribuição importante acerca das percepções sobre o fenômeno da segregação no espaço urbano. A priori, trata-se de um debate oportuno diante das diversas abordagens e até certo ponto, clivagens conceituais e metodológicas na interpretação desse processo.

Em sua análise, Aldaíza Sposati (2004, p.87-90) questiona em primeira mão sobre os limites na abordagem da segregação enquanto categoria de análise e objeto de estudo. Tendo a cidade de São Paulo como seu recorte espacial na pesquisa, a autora defende um trabalho mais apurado, uma ultrapassagem do “fenômeno resultado” em direção aos condicionantes de sua resultante, compreendendo as diferenças sociais no espaço para além das homogeneidades territoriais, o urbano em um continuum, movimento relacional em termos de inclusão e exclusão social.

Esta percepção vai de encontro à ideia de “topografia social” (IDEM, p.89) na compreensão das desigualdades socioespaciais na metrópole. Da mesma forma, trata-se de uma reflexão sobre “a construção histórica do território”, que pese o “movimento entre a precarização e a concentração de excelência” (IDEM, p.89) no processo de produção e reprodução do capital no espaço urbano. Longe de ser um resultado da globalização econômica, as desigualdades expressas em termos de inclusão e exclusão social logram no tempo. Na verdade, a agudização da exclusão social em sua dimensão urbana atual não deve ser interpretada de maneira determinada, de forma que o elo entre as desigualdades socioespaciais e a globalização se reduza a um axioma.

Ainda, a autora coloca a questão da homogeneidade espacial, em termos de segregação socioespacial, como legitimada pelo Estado através do zoneamento urbano e principalmente – à luz

²² Ver mais em Caldeira, T. P. R. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Ed. EdUSP. 2000. 400p.; Souza, M. J. L. O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Ed. Bertrand, Rio de Janeiro, 2000. 366p.

dos Planos Diretores municipais, ao hierarquizar o espaço urbano de acordo com suas funcionalidades. Isso reflete nas diferentes alocações de serviços públicos essenciais à qualidade de vida da população.

Para essa radiografia das desigualdades, Sposati ainda comenta sobre as dificuldades na interpretação dos dados, além das possibilidades que esses encerram. Dicotomias entre os resultados da análise dos dados censitários e a realidade são um convite às análises de campo, na compreensão das vulnerabilidades detectadas no espaço urbano e na busca por uma “heterotropia da inclusão”.

Torres (2004, p.90-91) em seus argumentos apresenta um diálogo interessante com a pesquisa de Sposati, embora a sua perspectiva de análise seja diferente. Dialoga, outrossim, no sentido de identificar as áreas de vulnerabilidade social, no que tange as condições de trabalho e as políticas públicas. Entretanto, para Torres, a dimensão da segregação encontra-se na separação residencial dos grupos sociais na cidade.

Neste sentido, o autor amplia o leque de pesquisa para a cidade de São Paulo no sentido de abordar outras dimensões da segregação além da socioeconômica, como a questão étnica. Para tanto, ressalta a preocupação em “medir” a segregação por meio de indicadores certos que apresentem adequação à operacionalização do método, através de dados oriundos de censos demográficos.

Ainda, a questão das políticas públicas e seu papel preponderante na segregação socioespacial é colocado como ponto fundamental em sua reflexão. Tendo como base o local de moradia das pessoas, as características sociais e espaciais funcionam como reprodutoras de condições de vulnerabilidade. Pensa-se na relação centro x periferia, de forma que as condições de acesso ao mercado de trabalho, saúde, educação, entre outros bens coletivos são relativizados em função da atuação do poder público no espaço.

Taschner (2004, p.91-93) ainda vai mais longe, procurando dialogar com as ideias de Sposito e Torres ao construir o seu pensamento sobre segregação. Ao privilegiar o recorte metropolitano em sua pesquisa, a autora busca compreender as mudanças nas estruturas sócio-ocupacionais à luz dos

processos engendrados na globalização econômica, de forma que essas mudanças impactaram nas estruturas sócio-territoriais.

Primeiramente, cabe Taschner questionar sobre o modelo centro x periferia, pesquisado exaustivamente no final da década de 1980. Surge a hipótese de emergência de um novo modelo caracterizado por uma fragmentação territorial em larga escala, fractal. Nessa direção, a autora vai além da segregação – compreender a organização socioespacial na égide das mudanças produtivas no espaço, ressaltando a importância de uma pesquisa comparada ao nível de cada território metropolitano.

Diferentemente dos outros autores, Taschner estuda a estrutura socioespacial a partir de uma tipologia com base em três variáveis do censo – ocupação, instrução e renda, na criação de uma tipologia sócio-ocupacional. Os resultados são áreas agregadas tipologicamente diferenciadas de acordo com as categorias ocupacionais, que lhe conferem nome.

A análise observada em Taschner é considerada um avanço nos estudos sobre a organização social no espaço, uma vez que a segregação é estudada à luz dos novos padrões de desigualdade que emergem na metrópole atual, situando as mudanças metropolitanas na reestruturação produtiva local e global. Neste caminho, pode-se destacar o trabalho de Luciana Corrêa do Lago, intitulado “Desigualdades e segregação na metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise” (2000), no qual a autora esboça as mudanças na estrutura socioespacial e a hipótese de um novo padrão de segregação emergente na metrópole fluminense. Em suma, uma das bases fundamentais dessa pesquisa.

Diante deste breve quadro teórico sobre a segregação socioespacial, o que se pode extrair como denominador comum nas análises efetuadas pelos mais diversos autores, aqui abordados ou não? É sabido sobre as diversas maneiras de se pensar a segregação, diversas formas de mensurá-las no espaço, convergências e divergências nos debates recentes. Enquanto processo, a compreensão sobre o fenômeno da segregação não pode ser estanque, de forma a encerrar o universo de possibilidades para a sua análise.

Logo, ao se pesquisar as principais fontes bibliográficas que abordam o tema da segregação, alguns resultados merecem observação. Trata-se de pontos de vista que atestam não somente a complexidade de se compreender o fenômeno em suas múltiplas visões, como também traçam os aspectos mais essenciais do processo.

Dando complementaridade aos temas abordados, Salas e Castro (1993, p.22-24) propõem quatro dimensões bastantes específicas observadas nas múltiplas interpretações sobre a segregação no espaço urbano: a dimensão residencial, a dimensão política, a dimensão sociocultural e a dimensão espacial. São linhas mestras no pensamento sobre esse fenômeno consistindo em uma contribuição importante em termos de abstração, entretanto, que não podem se esgotar em si²³.

A dimensão residencial encontra-se voltada para as análises sobre a formação, localização e reprodução dos bairros operários no espaço urbano, cujo pressuposto teórico-metodológico é compreender a segregação à luz das condições de habitabilidade que caracterizam a reprodução material da força de trabalho no capitalismo dependente. Nesse sentido, abarca-se sobre os principais mecanismos de reprodução social na sociedade capitalista e principalmente, sobre o papel do Estado e sua atuação no espaço urbano.

A dimensão política coloca a análise sobre a segregação focada nas relações entre a população e o Estado, que pese a articulação entre esses dois agentes no papel estruturador do espaço urbano. Ainda nesse aspecto, a segregação é observada como a expressão legítima dos conflitos no espaço urbano, fenômeno sociopolítico. Aborda as políticas sociais urbanas, sobretudo as habitacionais.

A dimensão sociocultural analisa a segregação sob o ponto de vista da interação social e apropriação cultural de uma camada da população no espaço. O debate consiste nas possibilidades e limites da interação e organização social como meio de superação ou acirramento dos processos de segregação socioespacial, focando nos impactos desse processo nas relações de sociabilidade entre os cidadãos.

²³ Ver mais em Salas, M. M. e Castro, F. S. "Segregación urbana: un acercamiento conceptual". In: Revista de Ciências Sociales. Universidade de Costa Rica, Costa Rica, n.61, 1993. p. 17-26,

Por último, a dimensão espacial, abordada de acordo com a localização territorial das residências, de forma que se apreenda a totalidade do espaço urbano no conjunto de seu conteúdo social, ou seja, a relação entre organização social no espaço e território. Logo, o espaço é um componente central no conjunto das relações sociais, considerado um resultado e resultante da ação social.

Em suma, o estudo sobre o fenômeno da segregação socioespacial é, para além da percepção dos territórios homogêneos na cidade, compreendê-los à luz da organização social no espaço da metrópole. A segregação socioespacial dessa forma encontra-se engendrada em processos econômicos, políticos e culturais, conferindo-lhe forma.

Por conseguinte, percebe-se que o ato ou efeito de segregar-se, para além de formar espaços homogêneos, parte de um processo de distanciamento, de apartamento diante da diversidade e da adversidade. Quando um grupo de pessoas se segrega, automaticamente estão segregando o outro. Uma relação de causa e efeito, levando à reflexão as diferentes maneiras de separação – imposta ou voluntária, e que não se restringe à determinada classe, rica ou pobre. Afinal, da mesma forma que as classes abastadas auto-segregam, essas podem estar sendo impostas de alguma maneira a tomar determinada atitude. Ou a classe mais pobre, sem escolhas de moradia, tende a se concentrar em determinado espaço, construindo uma alternativa àqueles que estejam na mesma situação. Para além dos valores socioeconômicos, há uma série de valores simbólicos e até certo ponto subjetivos que permeiam esse fenômeno.

Enquanto processo no âmbito da dinâmica social no espaço urbano, a segregação socioespacial é um fenômeno histórico, produto de diferenças que encontram na cidade capitalista desigual a sua expressão máxima. Como expressão da desigualdade social, é uma das faces das contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista. Oriundo das relações sociais de produção e de condições essenciais de produção, a segregação socioespacial pode ser interpretada a partir da produção capitalista do espaço, que pese o papel dos agentes produtores do espaço urbano na estruturação social.

Capítulo 2

A segregação socioespacial na produção do espaço urbano: sobre os seus agentes.

"atrocaducapacaustiduplielastifeliferofugahistoriloqualubri
mendimultipliorganiperiodiplastipublirapareciproustisagas implitena velovera vivaunivora
cidade city cité"

por Augusto de Campos (1963).

Perceber a cidade como a expressão máxima da materialidade do urbano, sentir o espaço na sua alteridade, reconhecer-se na sua velocidade e na sua diversidade. A cidade em sua complexidade, para além de sua forma concreta, manifestação da ordem e do caos, “um emaranhado difícil de ser apreendido, quase impossível de ser capturado” (CARLOS, 1992, p.11).

Olha-se a paisagem e indaga-se, muitas das vezes, sem o compromisso de saber entendê-la – o transeunte, o passageiro de ônibus, o motorista ou o ciclista em sua direção ao centro da cidade, à Zona Sul ou à periferia distante – no tempo que não cessa na metrópole, diante da opressão das tarefas quotidianas. Desde uma criança a um adulto, as respostas parecem se perder nas perguntas, na rapidez da apreensão, na fugacidade das percepções. Um prédio ali e uma favela aqui. Uma área abandonada, arborizada ou completamente gradeada, comprimida entre dois arranha-céus. Uma rua bastante bonita, uma avenida perigosa e deserta. Cidade.

Cidade, city, cité de Augusto de Campos, poesia concreta que apesar de partir de uma completa renúncia à abstração diante do mundo acaba convidando para tal exercício. Para além, ela simboliza exatamente não somente a natureza da cidade no espaço urbano como também a maneira como na maioria das vezes pessoas enxergam a cidade. Hierarquias fragilizadas, deflagradas na confusão iminente. Acima de tudo, um todo complexo altamente articulado, que se completa, que confere uma unidade.

A cidade capitalista e sua variedade de espaços no conjunto urbano, diferentes formas, usos, conteúdos, práticas que conjugados conferem uma organização espacial. “Um espaço simultaneamente

fragmentado e articulado, em que cada uma das partes mantém relações espaciais com as demais” (CORRÊA, 1995, p.7). Relações espaciais e relações sociais que no âmbito do modo de produção capitalista engendram as contradições do sistema para além de sua mutabilidade.

No capitalismo, as necessidades de reprodução do sistema fundado no capital irão estabelecer os rumos, os objetivos e finalidades do processo geral de reprodução, no qual o espaço aparecerá como condição e meio, desvanecendo-se do fato de que também é produto (CARLOS, 1994, p.22).

A produção do espaço determina dessa maneira formas de uso e ocupação que variam no espaço e no tempo. A cidade como lócus privilegiado da reprodução do capital e de sua circulação, concentra atividades e também concentra população assim como os serviços e bens de uso coletivo na reprodução social.

Partindo do ponto de vista da cidade capitalista fragmentada, os diferentes usos no espaço urbano encontram-se relacionados à divisão técnica e social do trabalho (IDEM, 1992, p.46), quem vem a definir não somente as diferentes formas das atividades e serviços se materializarem no espaço como também a estrutura social de classes, em que cada indivíduo terá o seu lugar específico no processo geral de produção e logo, engendrando desigualdades²⁴.

Sabendo que o uso do solo implica em apropriação de maneira distinta do espaço, esse tem seu preço e estabelece qual classe social terá acesso. Conforme visto anteriormente, a segregação no espaço urbano é considerada um reflexo social no espaço urbano capitalista, que pese essas profundas desigualdades oriundas na estrutura social de classes. Ainda, deve ser considerada reprodutora de classes sociais no âmbito das relações de produção. Isso pode ser observado através dos diferentes usos do solo no espaço urbano, intrinsecamente relacionado às condições gerais de reprodução do processo de produção. A terra como mercadoria institui os diferentes níveis de acesso a cada parcela da população bem como as diferentes localizações as quais determinada parcela terá acesso.

²⁴ “Há consenso atualmente de que o espaço urbano é produzido – todo espaço social o é, mas vamos nos limitar ao espaço urbano. É produzido pelo trabalho social dispendido na produção de algo socialmente útil. Logo esse trabalho produz um valor. Uma pergunta fundamental que poucos se fazem: qual é o produto desse trabalho? Há aí dois valores a se considerar. [...] as infraestruturas [...] e a localização que os insere na aglomeração [...]”. Maiores informações em Villaça, Flávio. O espaço intra-urbano no Brasil. Studio Nobel, São Paulo. 1998. (p.72-73)

Pensando sobre as diferentes formas e funções no espaço urbano, segmentado ou fragmentado, dentro de uma lógica que lhe atribui uma hierarquia, indaga-se: quem está por trás dessa trama? Afinal, quais são os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano? Corrêa (1995, p.12) considera os seguintes agentes produtores do espaço urbano: os grandes proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos excluídos. Vejamos alguns aspectos, conforme aponta o autor:

- **Proprietários dos meios de produção:** representados pelos grandes proprietários de empresas industriais e comerciais, embora sejam excepcionalmente minoria na sociedade. São detentores legítimos da propriedade e do capital, o que lhes conferem peso no processo de produção e reprodução do espaço urbano. Para tanto, consomem bastante espaço, de preferência barato e dotado de infraestrutura logística, requisitos essenciais no processo de localização. Encontra no **Estado** apoio preponderante no processo de reprodução de seus interesses quanto às vantagens locacionais que lhes fornece.
- **Proprietários fundiários:** representados pelos proprietários do solo, ou seja, da propriedade privada da terra. Almejam o lucro máximo extraído da terra com o intuito de auferir uma renda progressiva de sua propriedade. Logo, estão interessados em três processos retroalimentadores: na conversão em terra urbana, na crescente monopolização do solo e no valor de troca desse solo, dependendo dos condicionantes locacionais. Na maioria das vezes, recorre-se ao uso que lhe trará retorno financeiro maior, ou seja, o uso voltado para a atividade comercial e residencial de alto padrão, aliando-se ou muitas das vezes tornando-se **promotor imobiliário**. Quando não há perspectiva de ganhos com o uso e ocupação de alto status, torna-se loteador, recorrendo ao **Estado** na produção de moradia voltada para a população de baixo status ou deixando a cargo dos **grupos sociais excluídos** a sua produção por meio da autoconstrução.

- **Promotores imobiliários**²⁵: corresponde, na verdade, a um grupo de agentes à medida que suas atividades se dão de forma interconectada e promovem interesses em conjunto. São os incorporadores (gerenciadores na transformação do capital em mercadoria); os financiadores (representados na figura das pessoas físicas ou jurídicas); os consultores (elaboradores dos estudos de viabilidade técnica); os construtores (empresas da construção civil) e as empresas de operação imobiliária (corretoras e de marketing). A sinergia entre alguns desses setores é de sobremaneira articulada que uma única empresa pode controlar todas as etapas do processo de produção imobiliária. Da mesma forma, os **proprietários fundiários** e o **Estado** podem atuar como promotores, sejam por incorporação ou construção, esse último principalmente vindo de encontro à demanda por parte das camadas sociais inferiores. Sua atuação é desigual no tempo e no espaço, de acordo com os interesses de mercado no espaço urbano.
- **Estado**: pode ser considerado o mais importante agente no processo de produção do espaço urbano, uma vez que permeia a ação de todos os outros agentes ou, diga-se de passagem, assume a posição desses agentes: é o **proprietário industrial**, o **proprietário fundiário**, o **promotor imobiliário** e representante da **sociedade civil**. Sua relevância tem por base o seu grau de complexidade em uma escala espaço-temporal, à medida que a ação desse agente interdepende de sua competência em relação às suas esferas de atuação (municipal, estadual e federal). Além disso, outro ponto em destaque encontra-se fundamentado nas alianças entre o Estado representado em suas diversas esferas e os outros agentes produtores do espaço, alianças tão profundas quanto o grau de interdependência entre eles e que vem a determinar o nível de importância de sua atuação na produção do espaço. A sua ação no âmbito do espaço urbano capitalista se legitima a partir de interesses coadunados nas suas diversas escalas de atuação, o que lhe confere certa “camuflagem” e uma difícil apreensão de sua real dimensão no jogo urbano. Detentor legítimo do poder no território, o Estado atua em todos os níveis de

²⁵ Maiores informações em Ribeiro, L.C.Q.R. Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1996. 352p.; Smolka, M. O. O Capital Incorporador e seus Movimentos de Valorização. Rio de Janeiro, Cadernos IPPUR/UFRJ n°3, Rio de Janeiro, 1987. p.41-77.

produção do espaço: desde a implantação de infraestrutura urbana e bens de uso coletivo até a edição de leis urbanísticas que venham a orientar o planejamento urbano das cidades.

- **Grupos excluídos:** grupos diametralmente opostos aos grupos de alto status. Correspondem aos grupos sociais que de certa forma encontram-se “à margem” da sociedade em geral, os menos favorecidos e ausentes de escolhas. A produção do espaço urbano pelos grupos excluídos pode ocorrer nas seguintes formas: seja por intermédio do **proprietário fundiário** (ainda, como **promotor imobiliário**) no comércio da terra para a população de baixa renda; seja pelo **Estado** (também como **promotor imobiliário** ou coadunado a esse) na destinação e construção de moradia de baixo custo; seja pelos próprios **grupos excluídos** no que resultaria os assentamentos precários e os loteamentos clandestinos. Merece destaque ainda a atuação dos **grileiros**, que forjam o direito de propriedade e a operação imobiliária ou fundiária. Os grupos excluídos ainda podem ser organizados por meio de associações ou organizações não governamentais, que venham a atestar o nível de exclusão e a necessidade de inserção à sociedade.

Em suma, é possível considerar que as forças que se operam no espaço urbano conferindo-lhe forma e conteúdo conjugam uma espécie de jogo. Conforme aponta Corrêa (1995, p.10), trata-se de agentes concretos, de atuação complexa cujas ações estão relacionadas à dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem.

Primeiramente, a atuação desses agentes na maioria das vezes não se dá de forma isolada no espaço e no tempo. Da mesma forma em que a cidade capitalista é teatro privilegiado de um conjunto de interesses específicos na reprodução de capital, os agentes possuem interesses em comum, que pese a articulação desses como uma margem de manobra no processo de acumulação de capital. Pensando o mundo globalizado atual, a atuação de alguns é de sobremaneira tão articulada e ao mesmo tempo tão fugaz que analisar o papel de cada agente torna-se complexo à medida que se tenta observar cada qual em sua função.

Ainda, a atuação desses agentes depende do domínio de um conjunto de regras estruturais nas quais a produção do espaço urbano se desenvolve, legitimando o interesse de cada agente no jogo urbano. Há um marco jurídico que regula atuação deles, que pese os diferentes interesses e níveis de interesse entre eles (CORRÊA, 1995, p.12). Portanto, a atuação de cada um ou simultânea dos agentes sempre corresponderá à atuação de um ou mais agentes.

Em suma, da mesma forma que o espaço urbano é diverso, dividido, fragmentado, segmentado, segregado, conflituoso, ele confere uma unidade que lhe atribui uma forma – a cidade. Contraditório em seu próprio processo de produção, o espaço urbano é desigual no que concernem os diferentes interesses nele materializados. Logo, o papel dos agentes produtores do espaço urbano, embora obedeçam a uma lógica entre eles e partam de regras em comum a eles atribuídas, trazem em seu interesse determinada aleatoriedade engendrada no processo capitalista.

Entretanto, qual é a influência de cada um desses agentes na segregação socioespacial? Nos próximos capítulos, os agentes produtores do espaço urbano serão tratados em sua conjuntura com o intuito de compreender alguns aspectos gerais na produção da segregação socioespacial e principalmente, como isso ocorre à luz de alguns aspectos sobre a produção no espaço urbano periférico.

2.1 – A segregação socioespacial como produto dos agentes

Uma vez sabido do papel dos agentes sociais na produção do espaço urbano, pergunta-se qual é a relação desses agentes no processo de segregação socioespacial. O interesse em se trabalhar cada um desses agentes é interessante à medida que eles atuam em conjunto na produção do espaço urbano.

O papel dos proprietários dos meios de produção, no caso, os grandes proprietários industriais são significativos nesse processo. Antes de tudo, porque a indústria é um elemento poderoso na estruturação do espaço urbano, ao possuir um alto grau de independência em desfrutar ou escolher localizações (VILLAÇA, 1998, p. 140).

Ainda, é perceptível a forte relação entre a escolha de localizações das indústrias e a localização das classes mais baixas nesse processo de estruturação e organização do espaço urbano, em que coincidentemente optam por áreas onde os preços da terra são mais baratos, logo, áreas distantes do centro. Há possibilidade de trabalho para a massa e ao mesmo tempo essa massa forma grande potencial de mão de obra barata para abastecer as unidades industriais. Entretanto, da mesma forma que as escolhas de localização são flexíveis, o emprego para a população que ali reside também o é. Assim como não se pode desconsiderar parte da população pobre que também vem a ocupar as áreas centrais ou adjacentes ao centro, nos denominados cortiços ou favelas, próximas às oportunidades de emprego dadas as dificuldades de habitação e locomoção em áreas distantes.

Além disso, a maioria das indústrias provocam efeitos indesejáveis, tanto em relação à população em geral como em relação à atuação de alguns agentes, como os proprietários fundiários e os promotores imobiliários. Tanto em termos ambientais como em termos de reprodução social no espaço, a indústria tende a representar um ativo forte em relação ao zoneamento quanto ao uso e ocupação do solo. Nesse sentido, fica claro, conforme aponta Villaça (1998, p.138), porque as indústrias e as classes mais abastadas (associadas, claro, à produção imobiliária e logicamente aos proprietários fundiários) são considerados grandes jogadores na arena urbana.

Em relação aos proprietários fundiários, conforme já foi apresentado, há o interesse legítimo em obterem o maior lucro possível do solo. Estão interessados na especulação fundiária, que ganha valor sem necessariamente ser comercializada. Trata-se de uma estratégia importante no processo de produção e reprodução ampliada do capital no espaço e que apresenta uma forte relação com outros agentes produtores do espaço, principalmente o poder público em relação ao Estado.

Aos proprietários fundiários, interessa-lhes o valor de troca, independente do uso que a terra venha a ter futuramente. Entretanto, grande parte dessas terras já se encontra enquanto reserva de valor à espera principalmente dos promotores imobiliários. Uma das chaves desse processo encontra-se na concentração fundiária à medida que a procura supera a oferta, não somente por parte da demanda solvável, mas também pela demanda não solvável. Contudo, como a renda da terra é a questão central

no objetivo de maximização dos lucros, interessa aos proprietários fundiários os maiores ganhos, no caso, voltado para o mercado imobiliário de alto status.

Logo, os terrenos bem localizados, dotados de amenidades, apresentando boa infraestrutura, próximos aos serviços e acessíveis aos bens de uso coletivo constituem uma moeda de troca rentável aos proprietários fundiários e logicamente, aos promotores imobiliários. Interessa a todos, mas somente uma parcela da população tem acesso.

E qual é o lugar dos promotores imobiliários no processo de segregação socioespacial? Primeiramente, o capital imobiliário visando o lucro máximo destinará a sua produção à demanda solvável, ou seja, à camada da população que tenha condições de pagar pela mercadoria, no caso, a terra ou o imóvel. Incorporam-se áreas valorizadas – áreas que apresentem um diferencial positivo no espaço urbano. A propaganda é essencial na divulgação do “produto”, a mola-mestra na comercialização do empreendimento, que pese o design arquitetônico e a qualidade do espaço construído. Vende-se não somente o condomínio ou o terreno, como também se vende parcela da cidade, o que vem a orientar os interesses do poder público em uma determinada área assim como novos investimentos por parte do capital imobiliário. Tanto a compra quanto o financiamento é facilitado àqueles que podem usufruir de crédito elevado ou que tenha condições de arcar a priori com todos os custos.

Sabendo da realidade social brasileira marcada pela forte desigualdade social, pergunta-se sobre o papel dos promotores imobiliários na comercialização de parcelas de terra ou unidades habitacionais voltadas para as camadas sociais mais inferiores. Nesse caso, os promotores imobiliários focam em uma produção baseada na máxima redução de custos, uma vez que o retorno de capital tende a ser inferior em relação aos investimentos em moradia de alto status. Prezam-se os locais afastados, distantes das áreas valorizadas ou consideradas futuras fronteiras de ocupação nos interesses do capital imobiliário. As construções geralmente são de baixa qualidade e não há uma preocupação com as inovações em termos de infraestrutura e design. São áreas densamente ocupadas, seja por casas

ou por grandes blocos residenciais compostos por apartamentos que fazem jus ao custo inferior de aquisição.

Nesse ínterim, os interesses do capital imobiliário encontram no Estado um agente importantíssimo na solidificação de suas ações no sentido de garantir subsídios ao comércio dos loteamentos e unidades habitacionais. Uma série de instrumentos urbanísticos definidos juridicamente é disponibilizada aos promotores imobiliários dando respaldo à atuação na produção do espaço urbano e simultaneamente legitimando o papel do Estado como agente regulador desse mesmo espaço. Nesse contexto, Corrêa (1995, p.23) ainda coloca que a atuação do poder público em consonância com os agentes do capital imobiliário vem de encontro aos próprios interesses da reprodução de capital, de forma a amortecer crises cíclicas na economia, seja através da geração de empregos para a construção civil, seja nos benefícios que isso gera aos outros agentes, como o setor financeiro.

Em suma, é notório que a atuação dos promotores imobiliários na produção do espaço urbano é desigual, reproduzindo as desigualdades socioespaciais no cerne do desenvolvimento capitalista. Com o advento da propriedade privada do solo, ou seja, da terra e do imóvel como mercadoria e que essa possui um valor, o acesso a esse bem ocorre de forma seletiva à medida que o acesso por uns decorre em detrimento da restrição a outros. Essa lógica encontra-se no projeto de acumulação no âmbito do processo de produção capitalista do espaço. A partir do momento em que se reconhece a propriedade privada do solo, sabendo que o solo não é produzido, o seu valor encontra-se relacionado à monopolização de seu uso. O preço de um terreno, de um imóvel e até mesmo de sua localização se dão em função do monopólio, concentrando um bem e a renda oriunda desse bem.

Desde já, as nuances da segregação no espaço urbano aparecem, deflagradas pela capacidade dos promotores imobiliários na maioria das vezes coadunados a outros agentes produtores do espaço como os proprietários fundiários e o Estado, se legitimarem no jogo urbano como um “player” importante no processo de acumulação capitalista no espaço urbano.

Ainda, esse papel essencial no processo de estruturação do espaço urbano confere aos agentes promotores imobiliários uma contribuição fundamental no planejamento urbano das cidades. Mesmo

com o advento de diversos avanços no campo jurídico recente²⁶, o planejamento e as políticas voltadas para o ordenamento urbano no que tange a problemática habitacional e social ainda esbarram em alguns problemas inerentes a sua implementação, voltados para um desenvolvimento urbano mais justo.

Nesse aspecto, cabe uma reflexão necessária sobre o papel do Estado nesse processo. Conforme aponta Marques in Marques e Torres (2005,p.48-49), para além da questão da desigualdade social e das manobras de mercado, cabe ao Estado o papel de multiplicar esse processo ou mitigar os efeitos da segregação. Todavia, seja por meio da legislação urbanística e o planejamento urbano, seja na provisão de infraestrutura urbana (transportes, habitação, rede de esgoto, abastecimento de água, etc.) ou através de políticas sociais por meio do acesso maior aos serviços de saúde, educação, redistribuição de renda, entre outros, “a atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista” (CORRÊA, 1995, p.26).

Em diversos aspectos o Estado ratifica os processos segregatórios. Na alocação diferenciada dos meios de consumo coletivos e na infraestrutura urbana ou por meio grandes obras de renovação urbana que tendem a valorizar determinadas áreas do espaço urbano. Há também por meio da provisão de habitação para as camadas mais pobres nas periferias como benefício indireto aos promotores imobiliários e de certa maneira, permeadas pelo clientelismo político através de práticas ideológicas.

Os grupos excluídos, como já são denominados, encontram-se engendrados nesses processos e são eles, injustamente, a expressão mais acabada da segregação social, em oposição à camada de alto status. Desprovidos e espoliados, os grupos excluídos podem ser considerados como um agente social impostamente segregado. Constitui margem de manobra para auto-segregação das elites.

²⁶ Merece destaque a Constituição de 1988 e em termos mais atuais o Estatuto da Cidade (Lei nº 10257 de 10 de Julho de 2001), a Regularização Fundiária (MP 2220) e o Programa Minha Casa Minha Vida (Lei 11977 de 7 de Julho de 2009). Maiores observações na cartilha proposta pela Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos em Rolnik (in org). Como produzir moradia bem localizada com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida? Implementando os Instrumentos do Estatuto da Cidade! Ministério das Cidades, Brasília. 2010. (132p.)

Seja por meio das favelas ou na imagem dos assentamentos precários periféricos, o seu papel na produção do espaço é a verdade mais nítida da luta pelo direito à cidade. “Uma forma de resistência, e ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência” (CORRÊA, 1995, p.31), seja organizada ou desorganizada, buscando no aparelho Estatal a legitimação de seus direitos.

2.2 – Agentes na produção capitalista na periferia brasileira: algumas reflexões no espaço e no tempo

Nesse contexto, toma-se como ponto de partida para o debate sobre a periferia e a produção do espaço periférico as seguintes referências teórico-metodológicas, de acordo com Costa in Costa org. (2006, p. 13-15):

- A periferia em função da existência de uma centralidade que pese a relação entre esse centro e essa periferia, uma relação dialética;
- Ao padrão periférico de crescimento urbano na metrópole marcado por uma forte precariedade em termos de justiça social e ambiental;
- Na expansão periférica metropolitana em função da atuação do poder público (o Estado), dos movimentos sociais e do capital (esse representado nos interesses do capital imobiliário e fundiário).

Conforme aponta Villaça (1998, p.225-236), é possível salientar que a periferia, no processo de produção e consumo no espaço urbano, é habitada essencialmente por uma população de poder aquisitivo mais baixo, no âmbito da estruturação e organização do espaço metropolitano. Por hora e por outrora, a periferia pobre, relativamente mais barata em termos de acesso a terra tem seu surgimento em oposição ao centro, no qual a concentração de diversas atividades assim como a proximidade com os serviços o torna privilegiado e logo, mais caro e acessível a uma determinada classe social.

À medida que o centro se volta cada vez mais para as atividades comerciais e de serviços, também sofre os impactos referentes às melhorias urbanas. Exemplos disso são as grandes reformas

urbanísticas que transformaram radicalmente a paisagem urbana riscando novas avenidas, ruas, quadras e lotes, redesenhando os padrões de uso e ocupação do solo. Tanto as camadas populares que resistiam nos cortiços quanto às camadas de alta e média renda passaram a ocupar outros lugares: enquanto a população de alto e médio status foram buscar áreas dotadas de amenidades naturais e próximas dos centros, a população de baixa renda sem opção é deslocada para os setores urbanos mais distantes, subúrbios e periferias longínquas. A demanda solvável é beneficiada pelos interesses intraurbanos deflagrados no papel dos agentes imobiliários em conjunto com as políticas públicas locais, enquanto que a demanda não solvável apropriava-se dos vetores de comunicação regional existentes, inicialmente longas ou as grandes rodovias.

A expansão do espaço urbano no conjunto da metrópole, principalmente nos anos que caracterizaram o auge do processo de industrialização no Brasil (década de 1940), produz um novo padrão de ocupação na periferia: os loteamentos periféricos. Conforme aponta Lago (2000, p.67), uma das características principais desse modelo era a produção extensiva da ocupação.

Esse padrão vem ao encontro dos interesses dos proprietários fundiários em relação à conversão de terras rurais em terras urbanas, retalhando as grandes glebas de terra e logo, possibilitando a sua ocupação de forma densa: essa ocupação se dá de forma diferenciada, em relação aos setores periféricos e às estruturas agrárias distintas, o que caracteriza desde a urbanização de status até a urbanização popular.

No caso das terras mal localizadas não há interesse dos proprietários fundiários em se tornarem promotores imobiliários e muito menos dos próprios promotores imobiliários. Resta somente o apoio do Estado no sistema de construção de grandes conjuntos habitacionais ou o sistema de autoconstrução por parte da população, que origina os assentamentos precários (CORRÊA, 1995, p.16-19).

Além disso, a área periférica é atraente ao proprietário industrial à medida que as áreas do entorno do centro da metrópole se valorizam por meio dos novos usos e formas de ocupação e que os investimentos em infraestrutura em termos de logística chegam às áreas mais afastadas. Não é de

interesse do capital industrial a instalação de unidades fabris em áreas valorizadas, uma vez que demandam de grandes áreas de terreno baratas e mão de obra farta que satisfaçam as suas necessidades de produção.

Por sua vez, o Estado mais uma vez atua como mediador no processo de produção do espaço urbano no que tange às facilidades de acesso a terra por parte do capital industrial, mediando conflitos entre os proprietários fundiários interessados na renda da terra e os proprietários industriais interessados no valor de uso. Ainda, o peso do poder público também é observado a partir das suas posses de terra consideráveis no sitio periférico, sejam elas dotadas de uso institucional específico ou ausentes de função. Para tanto, realizam-se desapropriações, instala-se infraestrutura e acima de tudo – possibilita a construção de casas populares voltadas para a classe operária, as denominadas “vilas operárias” (IDEM, p.13-14).

Se durante muito tempo, as periferias de algumas cidades brasileiras foram o destino principal da maioria da população menos privilegiada, principalmente dos grupos excluídos, será durante os anos de 1970 e 1980 que caracterizam o período da ditadura militar que as periferias de fato apresentaram crescimento populacional exponencial e conjuntamente, o crescimento da pobreza.

O modelo centro x periferia, observado na sobrevalorização das áreas próximas aos grandes centros em contraste com cordões periféricos extremamente pobres era a face mais nítida da atuação dos promotores imobiliários em conjunto com as políticas públicas centralizadoras por parte do Estado. Ainda, chama-se a atenção para a ação coercitiva do poder público no processo remoção de favelas nas áreas valorizadas, o interesse do Estado na promoção imobiliária voltada para os eixos mais valorizados no centro da metrópole (via diversos instrumentos, tais como o Sistema Financeiro de Habitação) e a viabilidade de habitação para as camadas populares restritas aos conjuntos habitacionais ou loteamentos, seja nos subúrbios distantes ou na coroa periférica.

A atuação dos proprietários industriais também mudaria em relação à periferia, à medida que as mudanças econômicas ocorrem, principalmente a partir da década de 1980. Primeiramente porque surgem novas possibilidades de localização industrial no âmbito das vantagens comparativas no

processo produtivo. Em segundo porque os municípios periféricos no conjunto da metrópole começam a apresentar um forte desenvolvimento do setor de serviços, sem que haja necessariamente um declínio potencial das atividades industriais.

Surgem os grandes vazios urbanos industriais, permanecendo intactos como reserva de valor por parte dos proprietários industriais. Há a questão da ocupação irregular de muitos desses vazios por parte dos grupos excluídos que já não possuem alternativas na periferia e optam por esses espaços à medida que eles fornecem vantagens, como proximidade com grandes eixos viários e transporte.

Em termos recentes, a partir de meados dos anos de 1980 e principalmente a partir da década de 1990, as periferias urbanas começam a apresentar um processo de “renovação espacial”, observada na crescente heterogeneização do espaço urbano através dos grupos sociais médios ou mais elevados. São muitas as razões para a ocorrência desse fenômeno no espaço periférico, pelas quais determinados grupos são estimulados a buscarem a periferia - sejam “pelos crescentes níveis de insegurança e violência e estimulados pela dinâmica do mercado imobiliário” (COSTA, 2006, p.14).

Em termos de oferta e procura, a renda auferida pela grande procura de terras e a baixa oferta deflagrada na concentração fundiária constituem um ganho excepcional aos proprietários fundiários. Conforme já abordado, é típica no espaço periférico a existência de grandes porções de terra sob o controle de poucos proprietários, que veem a maximização de seus lucros com base na conversão para uso tipicamente urbano e principalmente, a cargo da infraestrutura urbana implantada pelo poder público em suas áreas.

O mesmo pode ser dito para os promotores imobiliários, que a partir da relação entre oferta e procura, delineiam um quadro geral de procura por novos imóveis com o advento de que há demanda solvável reprimida. Os ganhos dos proprietários fundiários tendem a aumentar ainda mais à medida que as ofertas por parte dos grandes promotores imobiliários batem às portas da periferia assim como os promotores imobiliários ganham espaço, no amplo sentido do termo. Essa conjuntura vem a favorecer a reprodução social de uma classe no espaço urbano por meio de um largo efeito de valorização do solo.

Ainda há os proprietários industriais, que no contexto periférico de produção imobiliária possuem peso relevante. Primeiramente porque algumas áreas das periferias metropolitanas são constituídas de grandes “friches industriais”, dotadas de toda ordem de vantagens em termos de infraestrutura urbana – em alguns casos acesso à rede geral de água e esgoto, abastecimento de energia e coleta de lixo, proximidade aos bens de consumo coletivos e principalmente acesso aos grandes eixos de circulação de meios de transporte. Segundo porque é interessante ao proprietário industrial, à medida que o surgimento de novos usos do espaço urbano periférico constitui uma moeda de troca rentável em função de seus interesses maiores, elevando o preço dos terrenos. Afinal, os proprietários industriais também podem ser considerados como proprietários fundiários, pois detêm o controle de parcelas consideráveis de solo urbano.

E o papel das políticas públicas? Parte-se do pressuposto que a periferia urbana já nasce segregada, receptáculo das categoriais sociais mais inferiores, principalmente os grupos excluídos. Por outro lado, trata-se de uma área que ainda enfrenta os efeitos do atraso em investimentos em urbanização no seu todo. De uma forma e de outra, com o papel de reduzir as disparidades sociais no espaço urbano, a atuação do Estado muitas das vezes acaba sendo pontual e ainda, viabilizando a promoção imobiliária status mais elevado. O caso mais emblemático são os investimentos em algumas áreas pobres que a longo prazo, tendem a provocar um efeito de valorização no terreno e logo, tornando insustentável a permanência dos mais pobres no local. Da mesma forma, os investimentos em habitação geralmente tendem a reforçar a lógica da produção imobiliária, como no caso a construção de conjuntos habitacionais ou loteamentos nas franjas periféricas ou afastados dos centros.

Em parte, esse conjunto de fatores vem a alterar paulatinamente o processo de organização do espaço urbano periférico. O rompimento com a ideia de homogeneidade é percebida por meio das mudanças aparentes no espaço urbano periférico. Surgem os condomínios fechados e voltados para uma demanda de alto status, resultando em grandes espaços fortificados de padrão residencial elevado. Por hora, tratam-se verdadeiramente de enclaves territoriais de riqueza ao pensar a totalidade que os cerca: realidades que simultaneamente se costumam e ao mesmo tempo se destoam, formando um espaço fragmentado e altamente segregado.

Capítulo 3

O município de São Gonçalo no contexto regional metropolitano: evolução espacial no processo histórico regional

*“Teu passado, cidade, foi honroso,
Teu futuro será maravilhoso,
E o teu presente fúlgida verdade...
Teu povo sempre ordeiro e liberal
Semeia no teu seio maternal
As propícias sementes da bondade [...]”*

Hino do município de São Gonçalo

Neste capítulo pretendemos compreender os processos urbanos atuais no município de São Gonçalo tendo como fundamento o resgate dos processos históricos que atualmente lhe conferem forma. Para tanto, diante do estudo que se segue, é precípuo analisar, ainda que de forma célere, os principais aspectos da evolução urbana do município com vistas a sua história, correlacionados ao desenvolvimento econômico, social e político mais amplo, ou seja, na escala regional e nacional.

A princípio, quanto à revisão bibliográfica especializada, é reconhecido que há documentos e trabalhos que conduzem de forma extraordinária a pesquisa sobre a evolução histórica de São Gonçalo justamente por serem poucos. Sobre as condições para o desenvolvimento da evolução urbana do município encontrada nos interstícios textuais e em alguns arquivos e bibliotecas locais, não há uma obra que trate do tema in situ.

Sobre a história do município de São Gonçalo, vale destacar a realidade local historicamente construída como reflexo fidedigno dos processos regionais. Os primórdios de sua evolução em relação à cidade do Rio de Janeiro e a sua elevação a status de freguesia, a forte transitoriedade político-administrativa, os momentos de apogeu e decadência no século XX e as mudanças recentes na configuração socioespacial do território sob um enfoque regional.

Destarte, o município, que no passado já ostentou títulos que lhe atribuíam honras ao progresso econômico, social e político assim como já despertou grande orgulho em seus habitantes e a outras municipalidades do estado, em tempos recentes vem assistindo à degeneração desta visão, acompanhada do acirramento dos problemas urbanos existentes e do preconceito, até, de seus próprios moradores diante destes vieses. A cidade que muito assiste (a toda sorte de problemas que nela existem e dos quais deles compartilha), mas é pouco assistida (por aqueles que fazem dela, cidade).

Para tanto, o resgate histórico do fenômeno urbano do município não pretende somente compreender os processos sociais intraurbanos no âmbito do espaço urbano regional, mas promover um reconhecimento da realidade municipal com vistas à história da cidade e do próprio país.

3.1 - Condições históricas para o povoamento: os primórdios da ocupação do município de São Gonçalo.

Conforme aponta Braga (1998, p. 23), a história de São Gonçalo está nitidamente ligada à história do Brasil. Na égide das Expedições Exploratórias, sob as ordens da Coroa Portuguesa, a área que compreende o município de São Gonçalo no atual território fluminense já era visitada por viajantes em busca da exploração dos recursos naturais, principalmente do valioso pau-brasil, além de demarcação de pontos notáveis no território. Não somente portugueses exploravam a área, mas espanhóis, holandeses e principalmente franceses já estavam promovendo uma série de visitas com vistas à exploração e comércio clandestinos, além de reconhecimento local²⁷. Esta situação fez com que Portugal organizasse as Expedições Guarda-Costas, posteriormente, com o objetivo de tentar controlar e vigiar o comércio de exploração.

²⁷ Portugal enviou, no período de 1501 a 1530, três Expedições Exploradoras ao atual território brasileiro. Na primeira, sob o comando de Gaspar de Lemos, em 1502, descobre-se a Baía de Guanabara. Na segunda, sob comando de Gonçalo Coelho, funda-se um arraial na foz do atual rio Carioca. Na terceira, sob o comando de Christóvão Jacques, percebem-se incursões clandestinas promovidas principalmente por franceses, para exploração do pau-brasil através de relações amistosas com os nativos locais (Tupinambás). Ver mais em Mata e Silva, S. e Molina, E. São Gonçalo no Século XVI (1995, p. 17-22) e Braga, M.N.C. O município de São Gonçalo e sua história (1998, p. 17-20).

Percebendo que as ações ilegais representavam uma ameaça ao monopólio português de comércio no território, além de que os interesses evidentes nestas expedições clandestinas revelavam potencialidades ainda que desconhecidas, é realizada a primeira Expedição Colonizadora, ordenada pela Coroa Portuguesa e sob o comando de Martim Afonso de Souza. Funda-se, em 1532, a Vila de São Vicente; “formando assim o primeiro núcleo com organização social e administrativa do Brasil com a abertura de ruas e construções da Casa Forte, da Casa do Conselho e da Igreja” (BRAGA, 1998, p.18). A Capitania de São Vicente abrangia a área correspondente ao atual litoral Sul do estado do Rio de Janeiro assim como o litoral Norte do estado de São Paulo. A sede da vila encontrava-se no atual município de São Vicente, na costa do estado de São Paulo.

Até o primeiro quarto da segunda metade do século XVI, a área que abrange hoje o território do município de São Gonçalo era habitada por índios Tamoios, autodenominados Tupinambás. Estes se organizavam em aldeias, principalmente próximas ao litoral da Baía de Guanabara e de rios afluentes. As aldeias que se localizavam nas atuais terras do município eram as aldeias de Itaoca, no litoral e de Morgoniaçu, no interior denominado sertão. Todavia, havia muitas outras, que seriam citadas em trabalhos posteriores através das experiências dos viajantes²⁸.

Há outros relatos de expedicionários na época que, através de representações cartográficas da Baía de Guanabara, não somente mapearam acidentes geográficos e as primeiras vilas como também demarcaram a presença de populações nativas e aldeias no litoral e interior da região. Trata-se dos primeiros registros cartográficos para reconhecimento da área²⁹.

²⁸ O escritor e viajante francês Jean Lery, que na época das Expedições Predatórias participava das incursões francesas no recôncavo da Guanabara, escreveu em 1557 um livro intitulado “Viagem à terra do Brasil”. Neste livro, o autor descreve os primeiros contatos entre franceses e índios Tamoios, caracterizando-se por uma relação pacífica, apesar do comportamento hostil por conta dos nativos tupinambás. Também, ainda neste, citou e descreveu a localização de algumas aldeias tupinambás no entorno da Baía de Guanabara, principalmente na “Banda do Além”, na orla oriental: as aldeias de Kery (atual Saco São Francisco) e Akaray (atual Icaraí) em Niterói; Itaoca (atual Ilha de Itaoca) e Morgoniaçu (sem dados confirmados de localização) em São Gonçalo. Ainda há relatos da tapera de Mutua (atual localidade de Mutuá em São Gonçalo). Ver mais em Mata e Silva, S. e Molina, E. São Gonçalo no Século XVI (1995, p.33 e 34)

²⁹ Podemos destacar a Carta do Rio de Janeiro, do português Luiz Teixeira (1586), considerada a primeira carta da Baía de Guanabara, além das cartas de André Thevet (Gouffre da La Riviere de Guanabara ou Janaire, de 1558 e La Baie de Guanabara, d’après Thevet, de 1575) que mostram aldeias, construções rudimentares e canoas de remo na região, com destaque para São Gonçalo. Ver mais em Mata e Silva, S. e Molina, E. São Gonçalo no Século XVI (1995, p.24-28).

A exploração do local estimulou as primeiras atividades econômicas na região. Estas atividades se restringiam aos bens de consumo dos nativos presentes na área, tais como laranja, mandioca e outros gêneros. Contudo, a exploração de pau-brasil seria o destaque na exploração e na pauta de comércio colonial³⁰.

A partir da segunda metade do século XVI, importantes acontecimentos no cenário colonizador alterariam a configuração territorial da capitania e daria início ao processo de desbravamento na região do Recôncavo da Guanabara, impactando na formação territorial gonçalense.

Primeiramente, destaca-se a crise deflagrada através da relação agressiva entre índios tupinambás e conquistadores portugueses conjuntamente com as crescentes incursões francesas ainda que beneficiadas pela relação amistosa que possuíam com os nativos hostis. Este conjunto de fatores culminaria em uma guerra entre portugueses e franceses, cujo resultado seria a vitória da Coroa Portuguesa sobre os invasores, a fundação do arraial de Vila Velha no dia 1º de Março de 1565 (localizado no Morro do Descanso, no atual centro da Cidade do Rio de Janeiro) e a seguridade na formação de um primeiro núcleo de povoamento³¹.

A crise do sistema de Capitânicas Hereditárias também pode ser colocada como decisiva neste processo. Choque entre nativos e colonizadores portugueses, dificuldades e até mesmo discordância por parte das companhias jesuíticas na catequização dos índios e as dificuldades administrativas, econômicas e de permanência nas capitânicas pelos donatários fizeram com que a Coroa Portuguesa aprovasse o regime de sesmarias. Este regime permitia a divisão de terras por parte dos capitães-

³⁰ Maiores detalhes em Caetano, A. F. A. *Entre a Sombra e o Sol: A Revolta da Cachaça, a Freguesia de São Gonçalo do Amarante e a crise política Fluminense*. Tese de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2003.

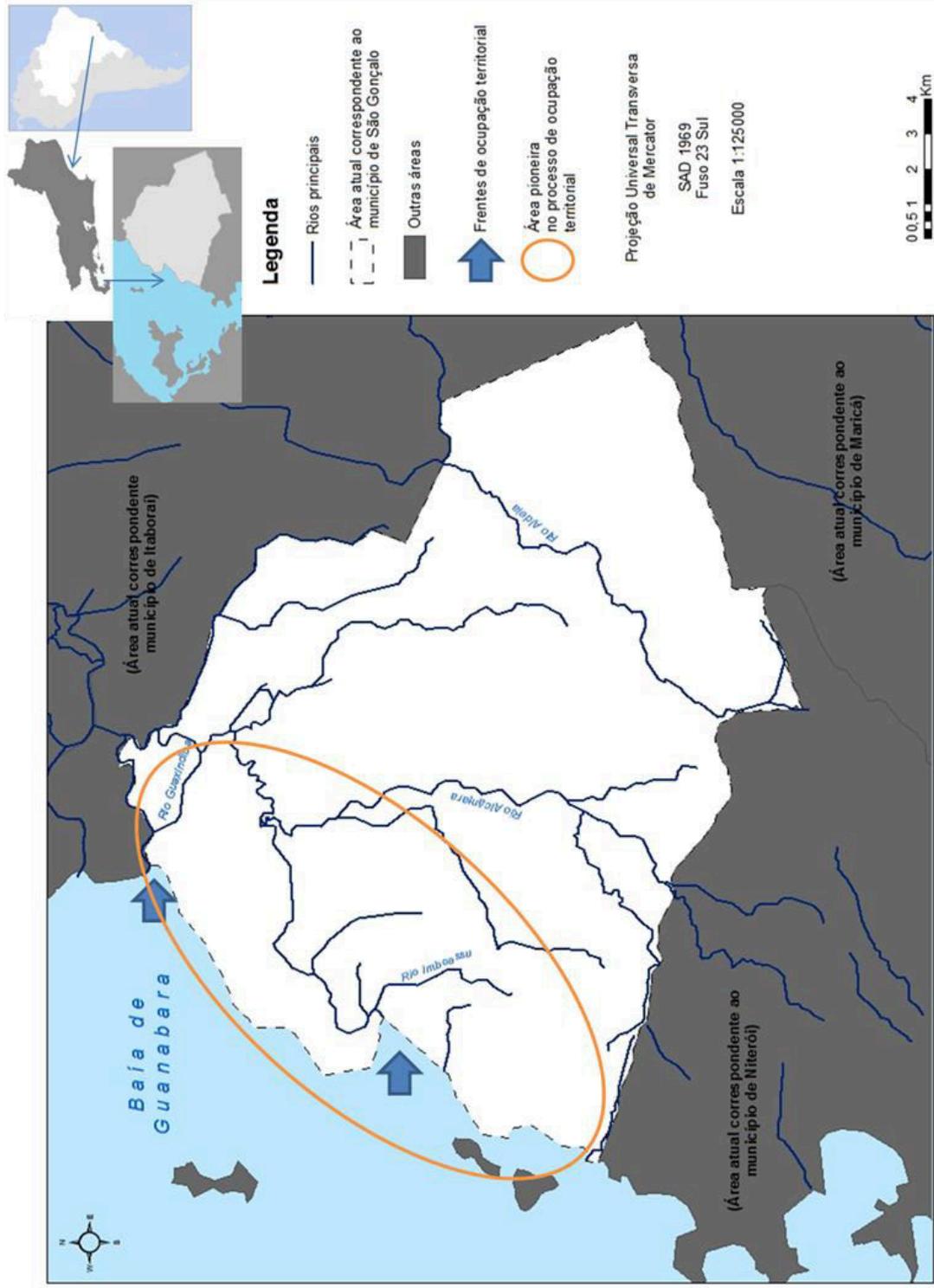
³¹ Conforme aponta Mata e Silva, S. e Molina, E. (1995, p.44-45), a fundação da cidade do Rio de Janeiro foi precedida da luta de domínio territorial das cercanias da Baía de Guanabara, tendo de um lado conquistadores portugueses e de outro, invasores franceses ajudados pelos índios Tupinambás. A grande extensão das terras tupinambás favorecia um maior controle da região por parte dos franceses aliados. Entretanto, os portugueses firmaram alianças importantes com os índios Temiminós, rivais dos índios Tupinambás. A aliança portuguesa, firmada entre o militar português Estácio de Sá e o representante dos índios Temiminós Araribóia saiu vitoriosa, a começar pela destruição do Forte de Coligny de Villegagnon em 1560; da retomada da área que futuramente seria denominada Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565, do combate de Uruçu-Mirim (quando Estácio de Sá se fere gravemente no rosto com uma flecha envenenada) e finalmente no cerco aos oponentes na Ilha de Paranapuã (atual Ilha do Governador) em 1567. Araribóia, pelo seu feito através da aliança entre índios e portugueses, recebe de Estácio de Sá o direito de escolha para permanência de sua tribo na região, escolhendo a atual área que compreende o município de Niterói. Nesta área seria fundada a Vila de São Lourenço dos Índios.

donatários a cidadãos ilustres da Coroa Portuguesa, os sesmeiros. Estes tinham a função desenvolver a área, dotando-a de alguma atividade agrícola, melhorias e fundação de um núcleo de colonização³².

Diante desta conjuntura, conforme aponta Braga (1998, p. 24-25), São Gonçalo começa a passar, a partir do final do século XVI, por um processo de devassamento territorial. Jesuítas começam a se estabelecer às margens dos Rios Cabuçu, Imboassú e Aldeia, em direção ao interior do território. Conjuntamente com as campanhas jesuíticas, formam-se as primeiras sesmarias (Vide Mapa 3.1a).

³² “Em 1534, o Brasil é dividido em doze Capitanias, fazendo-se doações de grandes sesmarias a muitas pessoas nobres, que se haviam dedicado á defesa da terra e á conquista. Por essa mesma época consentiu a metrópole que os padres da ordem de Santo Ignacio de Loyola, chamados jesuítas, se entregassem á catechese nas terras descobertas e conquistadas por Portugal.” Santos, N. Chorographia do Districto Federal (Cidade do Rio de Janeiro). 1913, p.10-11.

Mapa 3.1a – FRENTE PIONEIRAS DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL – SÃO GONÇALO – SÉCULO XVI



Fonte: Informações extraídas em Mata e Silva, S. e Molina, E. *São Gonçalo no Século XVI*.1995, Editora Nucleo Gonçalense de Memória, Pesquisa e Promoções Culturais.83p.

Inicialmente, as sesmarias em São Gonçalo se estabeleceram próximas da orla da Baía de Guanabara, compreendidas entre a Ponta do Gradim e os arredores de Neves (limítrofe às terras de Araribóia) e Itaoca (Praia da Luz) (vide Figuras 3.1a, 3.1b e 3.1c) Apesar de inicialmente serem poucas, o número de sesmarias e sesmeiros evoluiu progressivamente no tempo. Houve sesmarias que alcançaram relativa pujança econômica - através da monocultura de cana de açúcar, da lavoura de laranjas e da criação de gado - e administrativa - através do status socioeconômico atribuído ao sesmeiro - impactando fortemente na evolução urbana, no ordenamento e configuração dos atuais limites do município³³.

³³ Dentro de um processo histórico de formação territorial, a evolução do município de São Gonçalo pode ser marcada por dois momentos distintos até o final do século XVI: a primeira de 1565 a 1567, em que os sesmeiros se concentravam entre a Ponta do Gradim e a Praia da Luz; a segunda entre 1567 e 1568 com o processo de fragmentação territorial e expansão das sesmarias ao Sul e a terceira a partir de 1568, com a expansão para o Norte, em direção a atual área de Guaxindiba.

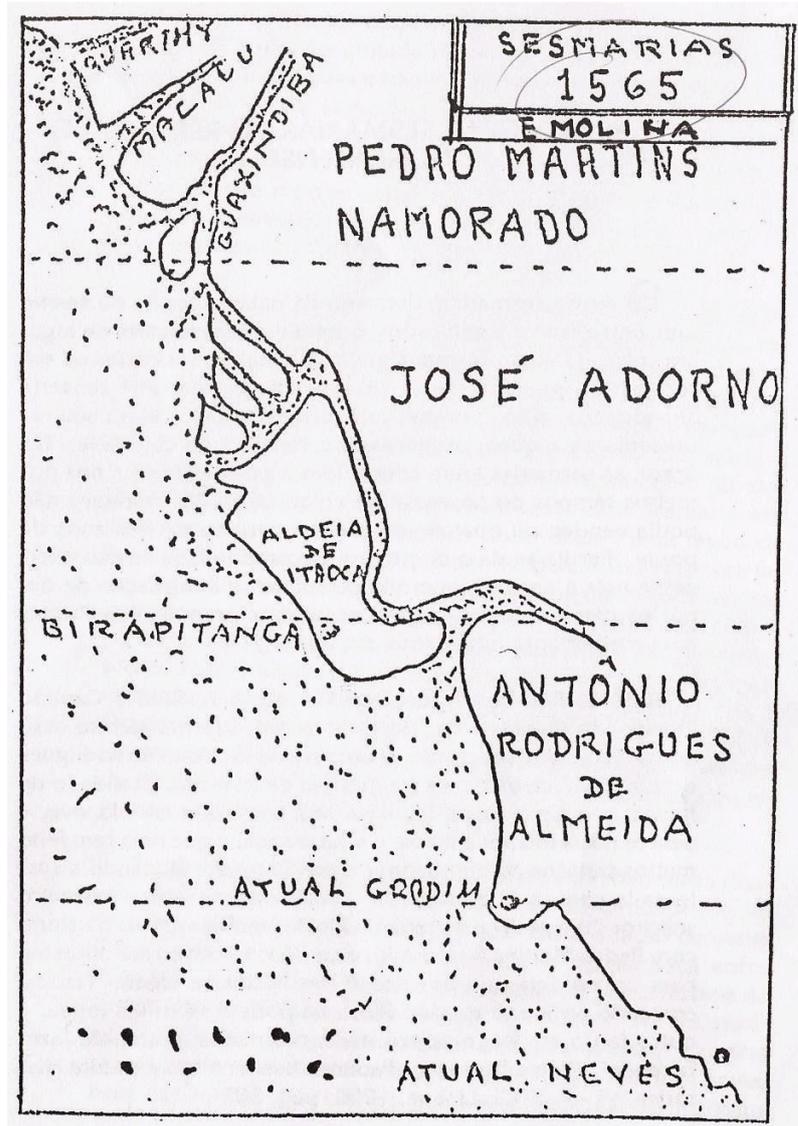


Figura 3.1a: SESMARIAS EM SÃO GONÇALO – SÉCULO XVI (1565)

Fonte: MATA e SILVA, S., MOLINA, E. São Gonçalo no Século XVI. São Gonçalo, Rio de Janeiro. Ed. ICBEU, 1995.

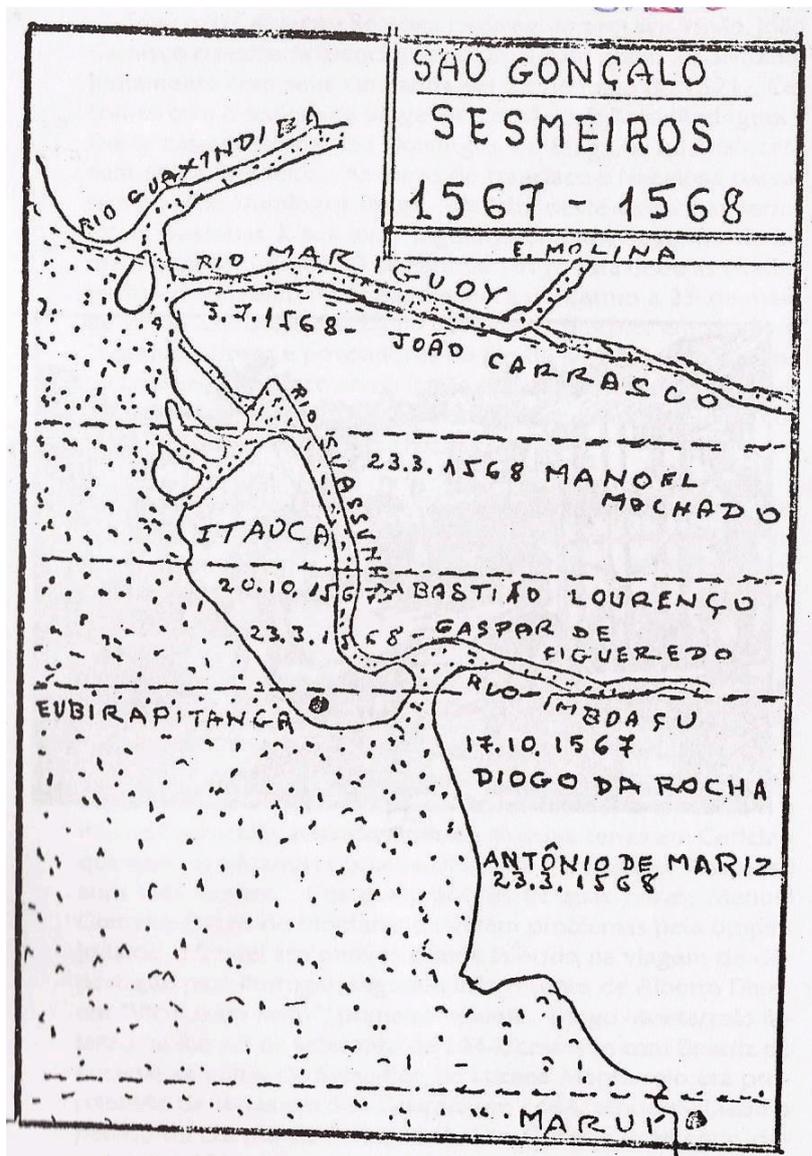


Figura 3.1b: SESMARIAS EM SÃO GONÇALO – SÉCULO XVI (1567 – 1568)

Fonte: MATA e SILVA, S., MOLINA, E. São Gonçalo no Século XVI. São Gonçalo, Rio de Janeiro. Ed. ICBEU, 1995.

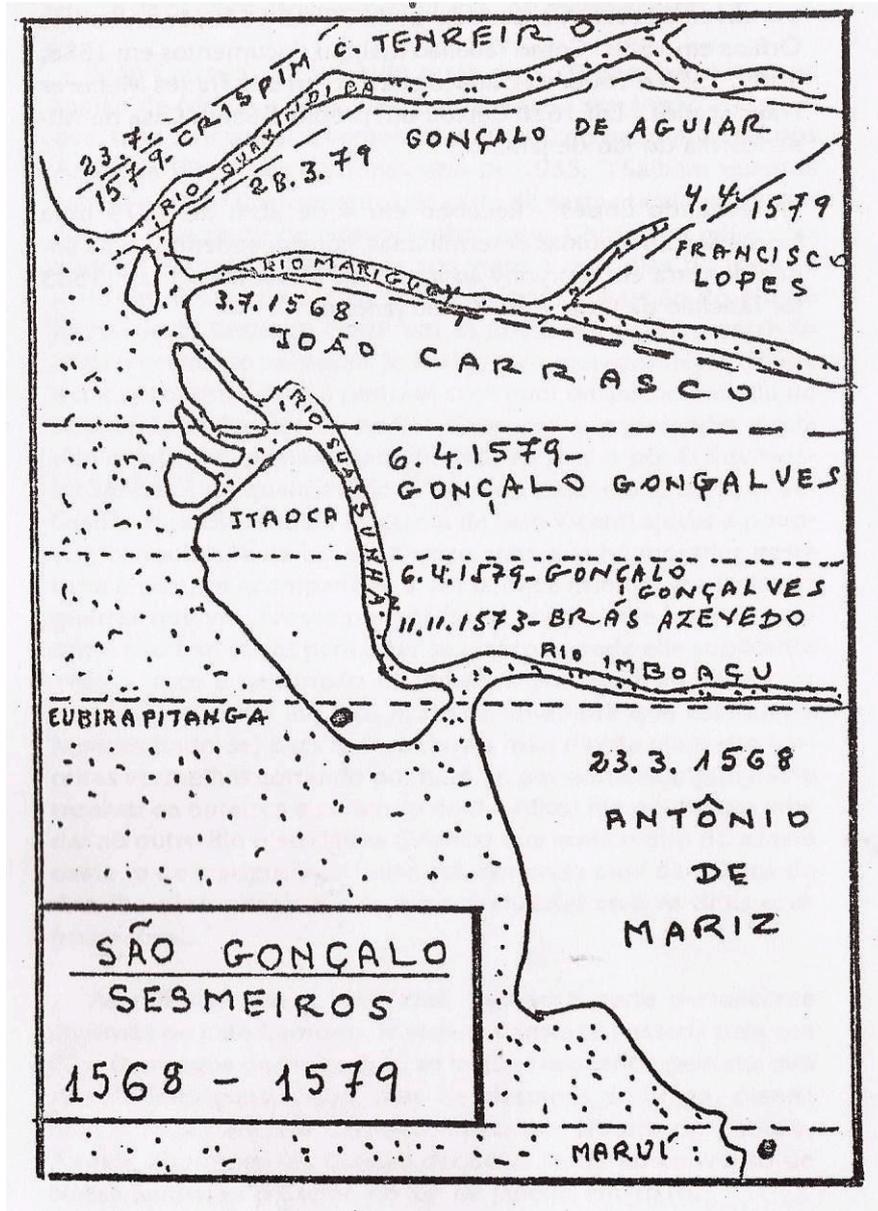


Figura 3.1c: SESMARIAS EM SÃO GONÇALO – SÉCULO XVI (1568 – 1579)

Fonte: MATA e SILVA, S., MOLINA, E. São Gonçalo no Século XVI. Ed. ICBEU, São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Há controvérsias quanto ao local de origem da cidade devido às diversas abordagens históricas. Estudos apontam que o primórdio da ocupação e povoamento do município ocorreu às margens do Rio Guaxindiba, na atual área de bairro homônimo. Outros pesquisadores afirmam que o processo de ocupação iniciou-se às margens de outro rio, o Rio Imboassu, tendo origem no atual centro do município³⁴.

Todavia, há consenso que de todas as sesmarias que correspondem ao atual território de São Gonçalo, a sesmaria que adquiriu maior destaque na história do município foi a do fidalgo Gonçalo Gonçalves. Conforme aponta Mata e Silva e Molina (1995, p. 61),

[...]recebeu terras, compreendendo “1000 braças de largo e 1500 de comprido em Suassunã do Porto de Birapitanga³⁵” em 6 de Abril de 1579.”

Ainda segundo Braga (1998, p. 38),

“É nítida a localização da sesmaria de Gonçalo Gonçalves às margens do Rio Suassunhão (hoje atual canal do Imboassu) e Imboassu [...]”

A evidência desta sesmaria na história gonçalense procede do poder econômico que este sesmeiro possuía em detrimento de outras sesmarias nesta região. Era um homem abastado, de grande influência política no Rio de Janeiro, além de devotado cristão.

Tamanho fervor religioso, além da obrigatoriedade de se construir um local para o orago, entusiasmou Gonçalo Gonçalves a erguer uma capela em nome de seu venerado santo – São Gonçalo do Amarante, a primeira do município. Essa capela encontrava-se na atual área do centro de São Gonçalo, compreendida entre os bairros do Zé Garoto e Rodo. Nessa área iniciou-se o primeiro núcleo

³⁴ Ver mais em Braga, M. N. C (1998, p. 27.31), em *Desvendando a História*. Outras observações interessantes podem ser encontradas em Palmier, L. (1940) *São Gonçalo Cinquentenário*.

³⁵ A sesmaria de Gonçalo Gonçalves era compreendida a partir de alguns acidentes geográficos, hoje, dotados de nomes similares ou diferentes. Suassunã ou Suassunhão é o atual canal do Rio Imboassu, entre a Ilha de Itaoca e a desembocadura do Rio Imboassu, na orla da Baía de Guanabara. Birapitanga ou Eubirapitanga tratava-se de uma área do município compreendida entre a Ilha de Itaoca e o interior do território, rico em pau-brasil e com vastas áreas de cultivo de laranja.

de povoamento do município, o que pode ser colocado como o local onde a cidade de São Gonçalo nascia e que em pouco tempo, seria elevada à categoria de freguesia.

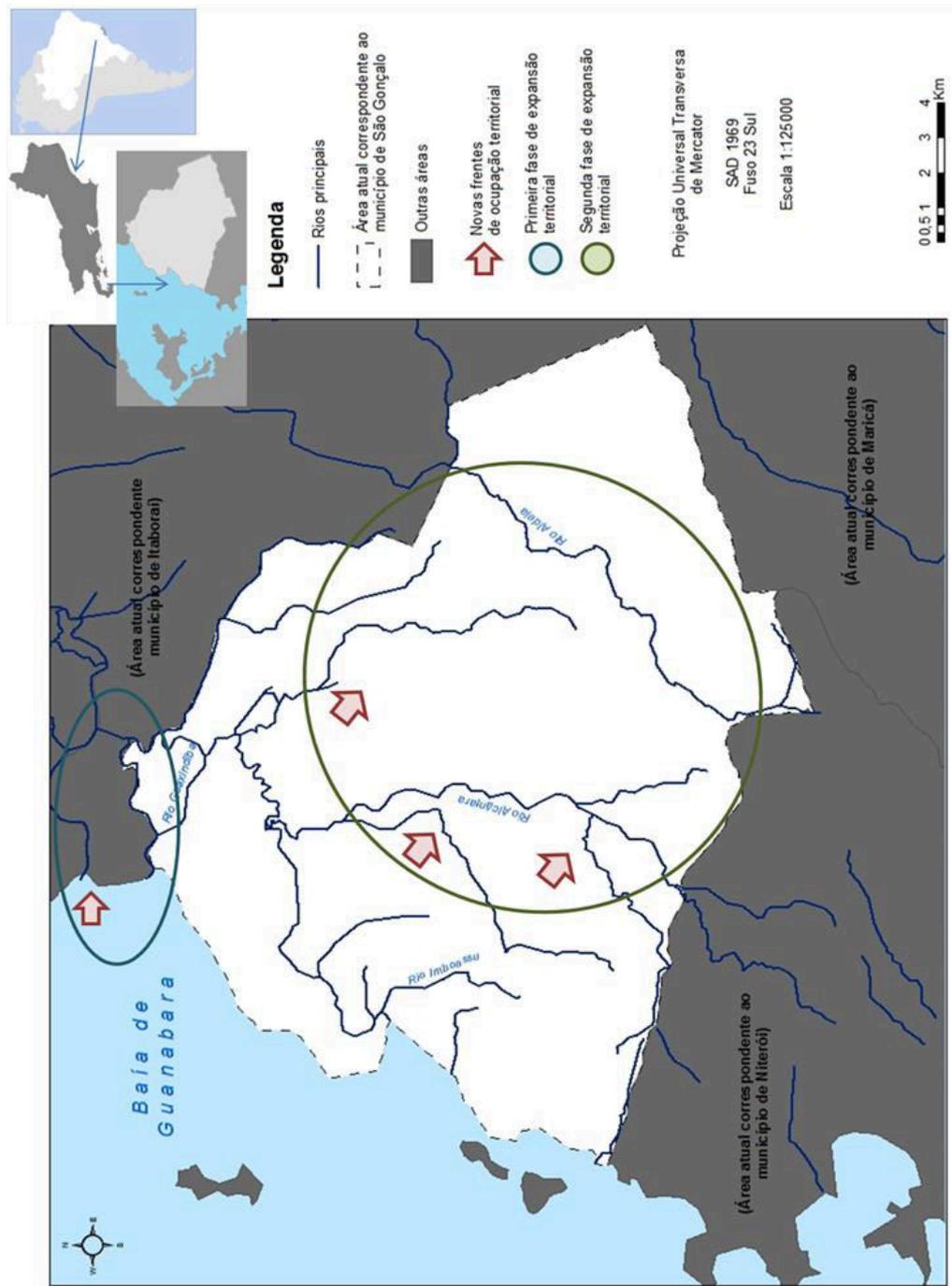
Além da sesmaria de Gonçalo Gonçalves, outras sesmarias ganharam destaque neste período da história contribuindo posteriormente para o processo de evolução urbana do município. Merece destaque a sesmaria de Antônio de Mariz, que se localizava na atual área e arrabaldes do bairro de Neves, ao Sul do município e limítrofe às terras de Araribóia e se estendia até as terras do atual município de Maricá, assim como a sesmaria de Gonçalo Aguiar, localizada na área atual do bairro de Guaxindiba e adjacências³⁶.

3.2 - Expansão territorial, elevação à freguesia e a consolidação do primeiro núcleo de povoamento

A partir do final século XVI e início do século XVII, a lógica de ocupação do território gonçalense ganha outra perspectiva. Na égide do regime de sesmarias, dois processos de ocupação distintos no espaço e no tempo ocorrem no município, embora estejam correlacionados: a ocupação ao Norte do município em direção à foz do Rio Guaxindiba e a ocupação do interior próximo, denominado “sertão” (Mapa 3.2a e Figura 3.2a).

³⁶ As sesmarias de Antônio de Mariz, assim como a de Gonçalo Aguiar ganharam prestígio relevante na formação territorial de São Gonçalo. Grande influência deve-se ao prestígio social e econômico conferido aos sesmeiros, além do papel desempenhado em administrar grandes glebas de terra que conformariam os atuais limites do município. Ver mais em Mata e Silva, S. e Molina, E. (1995, p.55-59).

Mapa 3.2a – FRENTE DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL – SÃO GONÇALO – SÉCULO XVII



Fonte: Informações extraídas em Mata e Silva, S. e Molina, E. *São Gonçalo no Século XVII*. 1997, Editora Núcleo Gonçalense de Memória, Pesquisa e Promoções Culturais. 131p.

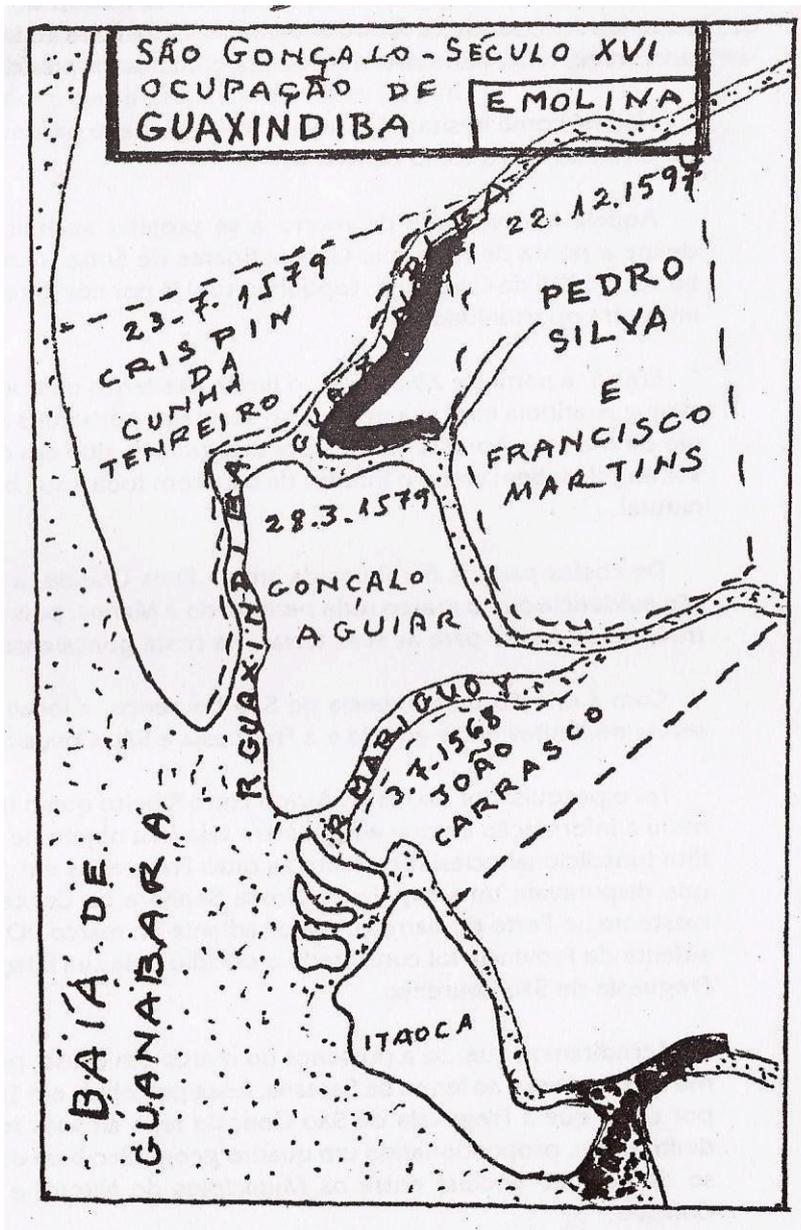


Figura 3.2a: SESMARIAS EM SÃO GONÇALO – SÉCULO XVI – OCUPAÇÃO DE GUAXINDIBA (1579 -1598)

Fonte: MATA e SILVA, S., MOLINA, E. São Gonçalo no Século XVI. São Gonçalo, Rio de Janeiro. Ed. ICBEU, 1995.

O primeiro processo é preponderante entre os anos de 1602 e 1631, embora tenha ocorrido durante todo o século. Grandes glebas de terra da área da foz do Rio Guaxindiba ainda se encontravam devolutas. Além disso, o rio se constituía um meio natural de desbravamento rumo ao interior devido ao seu longo trecho navegável (Figura 3.2b).

Com isso, inicia-se o processo de interiorização na ocupação territorial, bastante difundido a partir da segunda metade do século XVII. Este processo se deu até as proximidades do atual município de Maricá, passando pelas localidades de Ipíiba e da Serra de Itaintidiba (Mapa 3.2c)

A evolução da ocupação neste período corresponde ao processo de desenvolvimento das novas fronteiras territoriais. Há um importante estoque de terras na lógica de expansão da ocupação, determinada pelos processos econômicos e sociais da época. O regime de monocultura de cana de açúcar (plantation) para produção de açúcar e derivados evolui além da cultura de outros gêneros agrícolas (em destaque, cítricos) e de gado bovino. Há também os processos intrínsecos ao regime de sesmarias (herança, desmembramento, comércio de terras), que redefiniriam comumente a configuração territorial.

No âmbito do desenvolvimento territorial, o crescimento populacional nas sesmarias que configuravam o território já demandava a criação de uma freguesia na região. Antes do ano de 1644 a Capitania do Rio de Janeiro dispunha de duas freguesias: a de São Sebastião (ou da Sé) e da Candelária. A Sé atendia os moradores do centro da cidade, enquanto que a da Candelária teria que dar assistência às demais áreas e a todas as regiões do “recôncavo” da baía de Guanabara (MATA E SILVA E MOLINA, 1997, p.35).

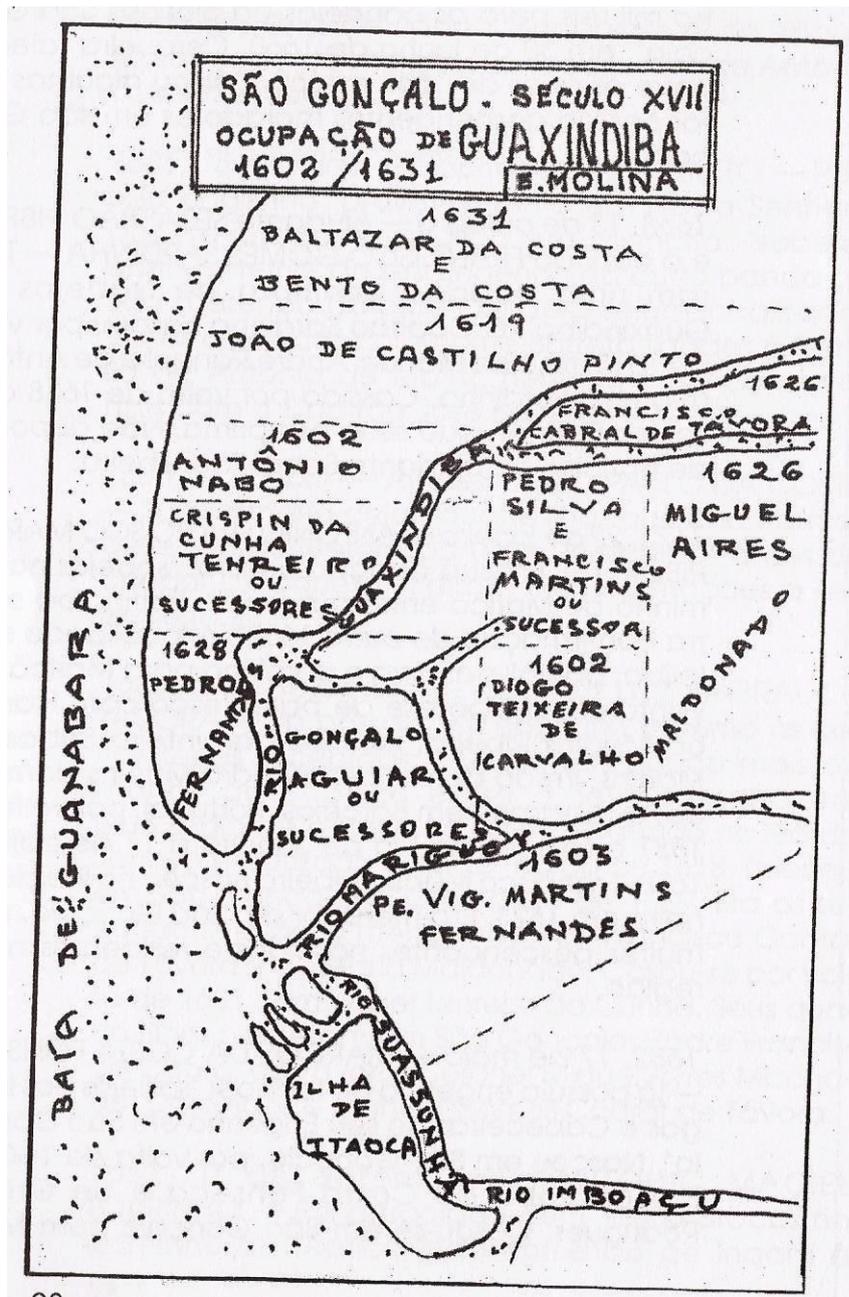


Figura 3.2b: SESMARIAS EM SÃO GONÇALO – SÉCULO XVII – OCUPAÇÃO DE GUAXINDIBA (1602 -1631)

Fonte: MATA e SILVA, S., MOLINA, E. São Gonçalo no Século XVII. São Gonçalo, Rio de Janeiro. Ed. ICBEU, 1997.

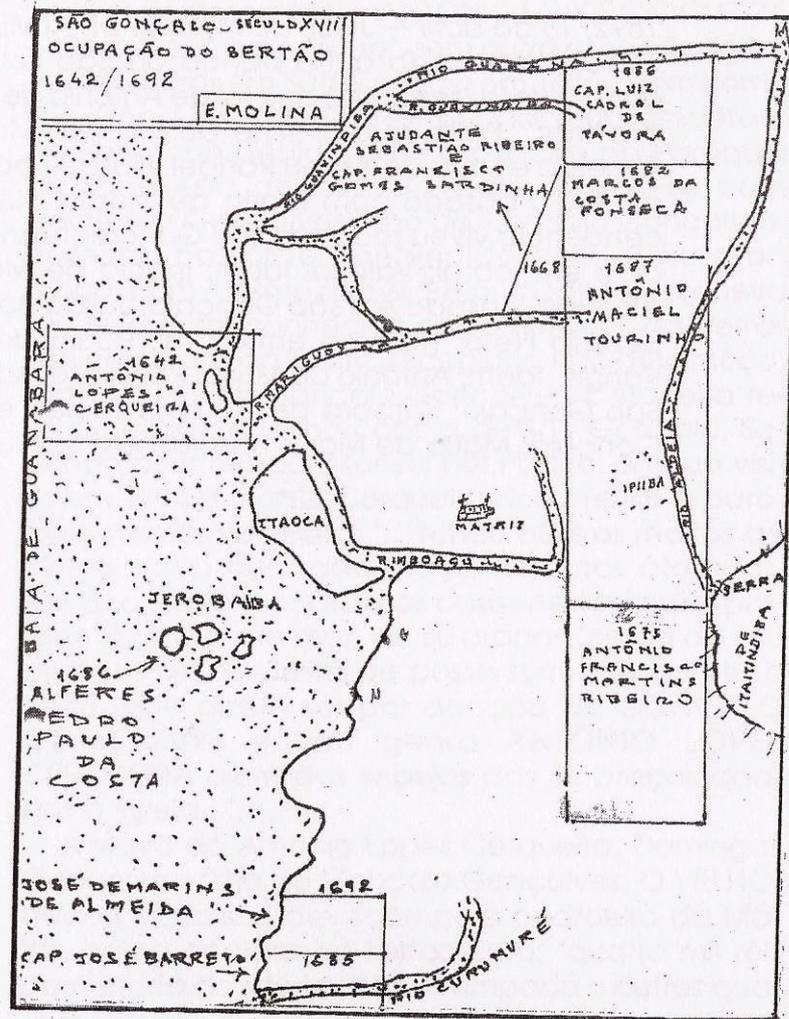


Figura 3.2c: SESMARIAS EM SÃO GONÇALO – SÉCULO XVII – OCUPAÇÃO DO SERTÃO (1642-1692)

Fonte: MATA e SILVA, S., MOLINA, E. São Gonçalo no Século XVI. São Gonçalo, Rio de Janeiro. Ed. ICBEU, 1997.

Sob o comando de uma prelazia, que evocava a formação de uma freguesia³⁷, no dia 30 de Dezembro de 1647 é criada a freguesia de São Gonçalo. A capela dedicada a São Gonçalo, construída às margens do Rio Imboassu, na atual área do centro da cidade de São Gonçalo, torna-se a Sexta Paróquia da Diocese do Rio de Janeiro.

Sobre os limites territoriais da freguesia, Braga (1997, p.45) aponta que:

“Elevada a categoria de freguesia, seus limites eram as freguesias de: São João Baptista, de Carahy (depois Icarahy, hoje Icaraí); São Lourenço dos índios; Nossa Senhora do Desterro, de Tambi (hoje Itambi), Nossa Senhora do Amparo, de Maricá e São João Baptista, de Taboráí (depois Itaborahy, hoje Itaboráí).”

Ainda, conforme Braga (1997, p.45),

“Com o primeiro núcleo de habitantes formado, São Gonçalo começa a dar seus primeiros passos para o desenvolvimento de uma economia própria, crescendo às margens dos caminhos de carros-de-bois, charretes, cavalos [...]”

A elevação à freguesia fomentou um maior desenvolvimento do território, assim como corroborou para uma aliança sociopolítica conferindo maior coesão territorial na região. O apoio fundamental no processo de formação da vigairaria de São Gonçalo partiu de personalidades importantes no cenário político e econômico na época (sesmeiros, senhores de engenho, nobreza da corte portuguesa), conjuntamente com a Igreja, aliada à Monarquia Portuguesa.

Muitas fazendas e engenhos começaram a prosperar nesta época. Conforme aponta Mata e Silva e Molina (1997, p.123), no final do século XVII, São Gonçalo já possuía mais de uma dezena de engenhos, com várias centenas de escravos africanos. Entretanto, a prosperidade da economia açucareira local constituía um paradoxo no âmbito da economia da colônia, que se encontrava em declínio. Durante todo o século XVII, a produção de cana de açúcar e derivados ganhou escala na

³⁷ “Era prelado o padre Antônio de Mariz Loureiro, neto do sesmeiro de 1568, Antônio de Mariz. Aquela autoridade eclesiástica criou mais quatro Freguesias, ou seja, Paróquias, nas localidades de Campo do Irajá, Cassarabus, Trairapenga e Guaxindiba” (Mata e Silva, S. e Molina, E., 1997, p.35).

região de forma a compensar a perda de áreas produtivas no período de ocupação holandesa no Nordeste brasileiro³⁸.

A importância de muitos destes engenhos e fazendas tornou-se simbólica no território da freguesia, sendo traduzida para nomes de bairros e localidades atuais no município. O Engenho de Nossa Senhora das Neves, na sesmaria de Antônio de Mariz, que a título de exemplo batiza o nome do atual bairro de Neves, é considerado o mais primitivo dos engenhos construídos e o primeiro mais produtivo da região. Entretanto, há outros engenhos e fazendas que também alcançaram preponderância nos processos econômicos, sociais e políticos na freguesia durante todo o século XVII³⁹.

Por outro lado, o processo de expansão territorial para o interior da região encontrou no modelo de produção espacial vigente o “fio condutor” para a configuração de novas centralidades territoriais, principalmente através de rios e canais navegáveis. Durante o século XVII, os rios de São Gonçalo assim como os de toda a região do recôncavo da Guanabara serviram de escoadouros naturais para os produtos oriundos das sesmarias localizadas no interior da província⁴⁰.

Ao analisar os mapas anteriores, é notável que os rios beneficiaram o processo de ocupação em áreas ainda devolutas assim como o escoamento da produção de inúmeras fazendas e engenhos. A localidade de São Pedro de Alcântara, atual bairro de Alcântara, localizada às margens do rio e próxima do afluente de outros rios menores, emergiu como entreposto comercial de produtos assim

³⁸ Entre os anos de 1624 e 1654, o Nordeste brasileiro foi alvo de incursões holandesas através da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Tradicionais parceiros dos portugueses no comércio de açúcar e de escravos, os holandeses se voltaram contra o império português quando da União Ibérica, entre 1580 e 1640, período em que Portugal se uniu à coroa espanhola.

³⁹ O Engenho de Gonçalo Gonçalves conquistou grande prestígio quando de seu papel na fundação de São Gonçalo a partir da construção da primeira capela em louvor ao seu santo de devoção. Esta capela passaria por uma reforma a cargo de sua filha, Domingas Gonçalves, o que a tornaria a capela matriz no ano de 1647. O Engenho do Colubandê (ou Golambande) fundado por Catarina Siqueira, e posteriormente vendido a Duarte Ramires de Leão após 1617, adquiriu prosperidade se tomando um dos mais produtivos do “recôncavo” da baía de Guanabara, além de abrigar secretamente uma comunidade judia cuja geração se denominaria “Judeus Gordos”. O Engenho de Nossa Senhora da Luz, por sua vez, foi considerado um dos mais tradicionais de São Gonçalo, fundado por Francisco Dias da Luz. Outros engenhos e fazendas, como Vera Cruz, Barreto, Itaúna, Pequeno, Guaxindiba, Nossa Senhora da Conceição de Pendotiba, Ipíiba de Malheiro, Ipíiba Pequena e Capitão Francisco Brito Meireles são relevantes, bastante comentados por Mata e Silva, S. e Molina, E. (1997, p.95-107).

⁴⁰ “O aproveitamento dos grandes rios para o transporte fácil e barato da produção favorecia o desenvolvimento econômico na região; as mercadorias desciam os rios para a Baía de Guanabara em direção ao pôrto do Rio de Janeiro, surgindo pequenas localidades, portos de embarque à margem dos cursos d’água, como por exemplo Pôrto das Caixas (hoje vila decadente do município de Itaboraí)”. Geiger, P. P. e Santos, R. L. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. In: Revista Brasileira de Geografia, 1954. p.4, 22p.

como importante ponto de escoamento da produção agrícola para outras localidades do recôncavo da baía de Guanabara e principalmente em direção ao Porto do Rio de Janeiro.

3.3 - Apogeu econômico, a última fronteira ocupada e “novos caminhos” nos tempos do ouro

A chegada do século XVIII representa a última etapa do processo de expansão territorial sob o regime de sesmarias na Freguesia de São Gonçalo do Amarante. Entretanto, este período será fortemente marcado pela consolidação da ocupação em terras do interior através da conquista de áreas cada vez mais longínquas no sertão (Mapa 3.3a).

Sobre as sesmarias presentes neste período no território definido pela freguesia, aponta Mata e Silva e Molina (1998, p.21):

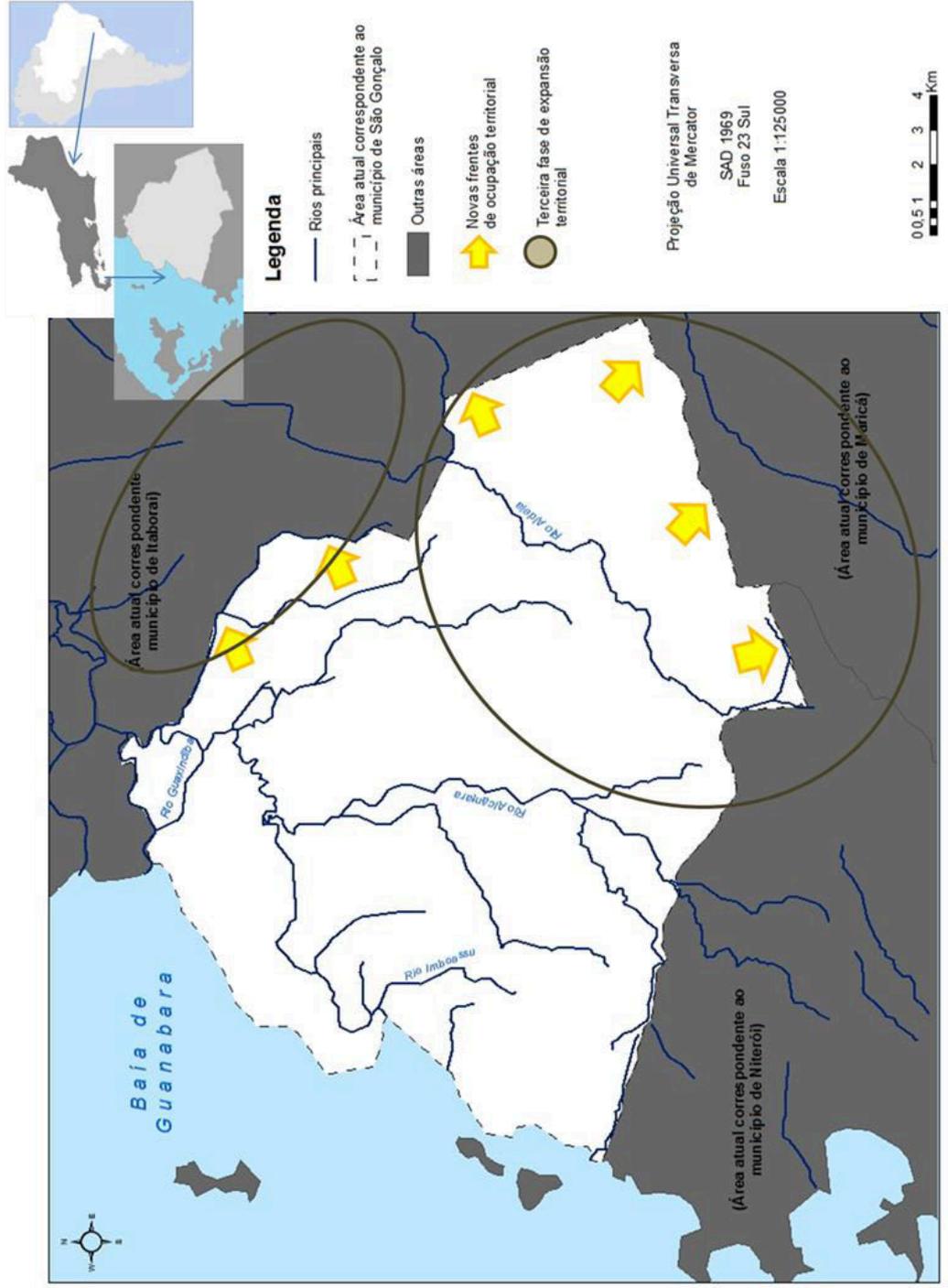
“Durante o século XVIII, levantamos um total de 31 sesmarias; algumas extraídas das relações estudadas pelo Monsenhor Pizarro⁴¹; outra boa parte levantamos do códice 132, com a Coleção nº 86 e do códice 64, pertencentes ao Arquivo Nacional.”

Ainda, conforme Mata e Silva e Molina (1998, p.21), sobre a evolução das sesmarias no contexto de expansão e produção territorial:

“A posse de terras destinadas ao cultivo da agricultura, à indústria açucareira, ao exercício da pecuária e outras modalidades de criação, podia advir, tanto através de concessões de sesmarias, da sucessão resultante de heranças, quanto da compra de terras, fazendas ou engenhos.”

⁴¹ José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, mais conhecido como Monsenhor Pizarro, é considerado um dos maiores pesquisadores da história da Cidade do Rio de Janeiro desde sua fundação. Suas principais obras são “Memórias Históricas do Rio de Janeiro”, de 1810 e “Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, extraídas dos livros de sesmarias e registros do Cartório do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho. De 1565 A 1796”, de 1900. Maiores detalhes podem ser encontrados em Mata e Silva, S. e Molina, E. São Gonçalo no século XVIII (1998, p.73-76).

Mapa 3.3a – FRENTE DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL – SÃO GONÇALO – SÉCULO XVIII



Fonte: Informações extraídas em Mata e Silva, S. e Molina, E. *São Gonçalo no Século XVIII*. 1998, Editora Núcleo Gonçalense de Memória, Pesquisa e Promoções Culturais. 152p.

Cabe aqui delimitar dois períodos neste contexto temporal que seriam definidos por processos de ocupação territorial na freguesia. Até meados do século XVIII, ainda é predominante o processo de ocupação dos sobejos e brejos da área de Guaxindiba, pequenas porções de terra e ilhotas próximas à área de Itaoca.

Contudo, foi na segunda metade do século XVIII que o processo de conquista territorial do sertão ganhou vigor frente aos processos de ocupação próximos à orla do recôncavo e definiu as novas fronteiras de expansão. Estas novas áreas encontram-se nas direções dos atuais municípios de Niterói, Maricá e Itaboraí⁴² (Figura 3.3a).

O setor pecuário e de subsistência assumiram uma posição de destaque nos processos de ocupação e produção da terra da freguesia, embora a lavoura de cana de açúcar ainda possuía mais peso econômico na organização produtiva no território⁴³. Além do açúcar, principal produto gonçalense, havia também em São Gonçalo a produção de aguardente, frutas, principalmente laranjas, pau-brasil, especiarias e outros produtos (MATA E SILVA E MOLINA, 1998, p.139).

Outro fato bastante interessante é a ocorrência, na freguesia, das primeiras manufaturas, relacionadas à produção da lavoura de exportação assim como de subsistência, na produção de instrumentos agrícolas. Há também o desenvolvimento de pequenas unidades fabris voltadas para a tecelagem, assim como oficinas para a produção de peças de ferro.

⁴² Localidades de Itaitindiba (atual área do bairro de Santa Izabel, no extremo leste do município, 2º distrito), Cabuçu (atual área entre os municípios de Itaboraí e São Gonçalo, a nordeste do município, 3º distrito), Taipu (posteriormente denominado Itaipu, bairro atual do município de Niterói, na Região Oceânica), Cassoritiba e Inuã (ou Cassorotiba e Inoã, áreas localizadas atualmente nos limites entre os municípios de São Gonçalo e Maricá).

⁴³ Conforme aponta Silva, E.M.B. (2010, p.41), a Freguesia de São Gonçalo ocupava no século XVIII, a quinta colocação (24 engenhos) em toda capitania, ficando atrás de Campos dos Goitacases (168), Guaratiba (34), Maricá (30) e Irajá (27) respectivamente. No entanto, o número de engenhos não refletia em nada a sua capacidade de produção, pois a freguesia posicionava-se em segundo lugar (263 caixas) atrás apenas de Campos dos Goitacases com suas absurdas 2.161 caixas de açúcar.

SÚMULA DAS SESMARIAS

Datas	Nomes	Locais
15.07.1700	D. Úrsula de Martins de Almeida	Guaxindiba
27.01.1703	Amaro dos Reis Tibau	Cabeceira de João de Castro Pinto
14.01.1706	José Pereira de Martins	Ilhota do Porto de São Gonçalo
17.08.1718	Desembargador Roberto Car Ribeiro	Itaitindiba
04.10.1719	Luiz Antunes Alves	Além de Itaoca
04.01.1724	Clemente Pereira de Azevedo Coutinho e Jorge de S. Coutinho	Cabuçu
02.05.1725	Desembargador Roberto Car Ribeiro	Rumo Aratiba Guaxindiba
09.06.1734	Manoel de Lima	Rio Mariguly
03.11.1735	Desembargador Roberto Car Ribeiro	Guaxindiba
24.09.1739	Marechal de Campo Antônio Dias Delgado	Guaxindiba
12.01.1763	Marechal de Campo Antônio Dias Delgado	Guaxindiba
07.11.1763	Antônio Pinto de Coelho	Cassoritiba
06.04.1772	Sebastião Corrêa da Silva	Cassoritiba
10.06.1720	João da Guarda Figueira	Rio Cabuçu
17.07.1722	Manoel Pimenta Telo	Taipu
13.08.1723	Manoel Pimenta Telo	Taipu
S.DATA	Antônio Cardoso Barbosa	São Gonçalo
08.04.1742	Antônio dos Reis Porto	São Gonçalo
23.12.1751	Manoel de Tuvo Matta	Rio Cabuçu
01.03.1760	Antônio Cordeiro d'Oliveira	Cabuçu
17.02.1763	João Rodrigues Cordeiro e Ignácio Correia de Sá	Omitiu local
10.12.1763	Antônio Dias Delgado	Guaxindiba
10.05.1765	Lourenço Alves de Barros	Omitiu local
25.06.1771	Antônio da Rocha	Cabuçu
25.06.1771	Antônio de Azeredo Coutinho Maldonado	Cabuçu
02.11.1770	Joaquim Franco da Mota	Itaitindiba e Inuã
26.03.1772	Helena d' Andrade Souto Maior Coutinho	Guaxindiba
02.07.1772	Batolomeu Corrêa Medeiros	Omitiu local
30.07.1779	Ignácio Xavier Salgado	Icarahy
04.09.1784	Antônio de Azeredo Coutinho Maldonado	Cabuçu
01.10.1788	Francisca Martins Conceição, viúva de Antônio de Barros Lima	Icarahy
16.04.1796	Domingos de Freitas Rangel	Rio Cabuçu

Figura 3.3a: SÚMULA DAS SESMARIAS DE SÃO GONÇALO – SÉCULO XVIII (1700-1796)

Fonte: MATA e SILVA, S., MOLINA, E. São Gonçalo no Século XVI. São Gonçalo, Rio de Janeiro. Ed. Muiraquitã, 1999.

Estas mudanças encontram-se engendradas nos processos econômicos e políticos maiores no âmbito da colônia. Desde o final do século XVII, a economia açucareira entrou em declínio⁴⁴ de forma que a pecuária e a produção de outros gêneros alimentícios ganham mais espaço na economia. Por outro lado, na primeira metade do século XVIII, o Brasil descobre nas jazidas das Minas Gerais a saída para a crise do açúcar por meio da exploração do ouro.

O ciclo do ouro acarretou mudanças importantes na estrutura social, econômica e política da colônia. As fronteiras auríferas são densamente ocupadas propiciando o surgimento de inúmeras cidades. A estrutura social se modifica com o surgimento de novas classes sociais, o comércio se intensifica e tão logo, as vias de circulação surgiriam fomentando o desenvolvimento regional. Urge a necessidade de maior amparo por parte do império português por meio do controle fiscal e o deslocamento da capital da colônia da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro é a face mais nítida destas mudanças: a cidade passa a exercer forte capitalidade no âmbito da colônia. O Rio de Janeiro passava por uma onda de mudanças incontestáveis no espaço da cidade⁴⁵, uma vez que a nova capital assumiria cada vez mais um papel preponderante na articulação econômica e política no território. O sentimento nacionalista e emancipacionista é crescente no país, uma vez deflagrados os conflitos entre uma crescente elite metropolitana defensora dos ideais liberais e a aristocracia rural conservadora⁴⁶.

⁴⁴ A decadência do açúcar brasileiro tem suas origens na concorrência com o açúcar produzido pelos holandeses nas Antilhas assim como na qualidade do produto, bastante inferior. Esta baixa qualidade associada aos impostos altos estabelecidos pela Coroa Portuguesa repercutiram negativamente na produção e comércio de cana de açúcar e derivados.

⁴⁵ Noronha Santos, em seu livro *Chorographia do Districto Federal (Cidade do Rio de Janeiro) 1913*, p. 20-26, relata importantes mudanças ocorridas no contexto evolutivo da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. Grandes obras foram desenvolvidas com vistas ao melhoramento urbano no âmbito de um grande projeto de desenvolvimento econômico, principalmente após a segunda metade do século XVIII, sob o comando do vice-rei Marquês de Pombal e de continuidade dos vice-reis vindouros. De acordo com o autor, o desenvolvimento presente na cidade durante este século era objeto de grande júbilo para a metrópole.

⁴⁶ Nesta época, o Brasil passa por uma importante fase de agitação cultural tendo em vista as transformações políticas na Europa e nos Estados Unidos entre os séculos XVIII e XIX. A Inglaterra passa por mudanças econômicas profundas no transcorrer da Revolução Industrial. Na França, o pensamento liberal apoiado nos ideais iluministas se voltam contra o Antigo Regime. A independência dos Estados Unidos fortalece ainda mais o desejo das colônias de independência dos países europeus. No Brasil, o decreto que estabelece o fim das Capitânicas Hereditárias em 1759, assim como os primeiros movimentos insurgentes (Inconfidência Mineira (1788/1789) e a Conjuração Baiana (1798)) podem ser considerados como o estopim para as mudanças no sistema colonial.

Esta evolução trazia consigo o desenvolvimento de outras áreas da capitania. O desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro assim como das cidades das regiões auríferas demandou não somente um salto na produção agropecuária como também intensificou o comércio e o fluxo de pessoas e mercadorias no território da Freguesia de São Gonçalo. Nas palavras de Mata e Silva e Molina (1998, p. 146)

[...] Assim, intermediaram-se vários novos acessos, propiciando a criação de portos na costa gonçalense. A rede viária cresceu. Caminhos e estradas naturais formaram trilhas definitivas por entre montanhas, penhascos, rios, cachoeiras e outros acidentes. Diferentes rotas configuraram a malha viária, em busca de melhor escoamento da produção agropecuária.

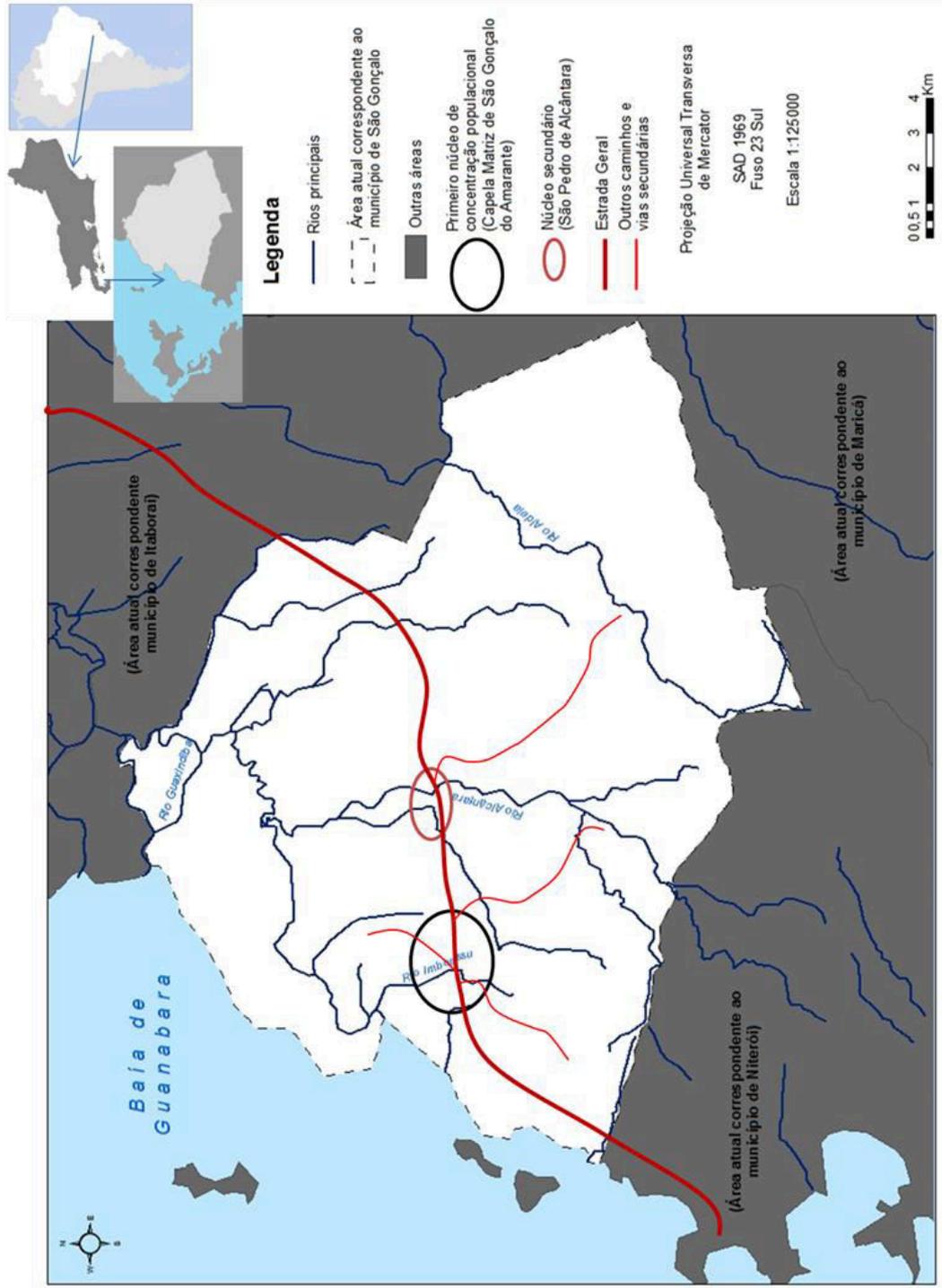
A área compreendida pela Capela da Matriz de São Gonçalo do Amarante (atual bairro do centro de São Gonçalo) assim como a área de São Pedro de Alcântara (atual bairro de Alcântara) passam a exercer uma centralidade cada vez maior no território da Freguesia, principalmente após o surgimento, em 1769, da primeira grande estrada regional, a Estrada Geral, interligando estas áreas às diversas localidades importantes de São Gonçalo e arrabaldes assim como outros caminhos da região (Mapa 3.3b)⁴⁷.

“A Estrada Geral, maior artéria da freguesia, provinha da Aldeia de São Lourenço, estendia-se pelas proximidades da costa, servia a igreja matriz de São Gonçalo, prosseguindo por longo percurso por Pachecos, Itaintidiba, servindo a freguesia de Itaboraí, depois a de Santo Antônio de Sá com acesso a Macacu. Dali, elevava-se aos tortuosos caminhos da Serra dos Órgãos. Por fim, a extensa rota alcançava distantes regiões vizinhas a Itaocara” (MATA E SILVA E MOLINA, 1998, p. 146-147).

Por outro lado, a área litorânea da freguesia despontava com o surgimento e desenvolvimento dos portos uma vez que a proximidade com o Porto do Rio de Janeiro era fator determinante. Estes portos se localizavam nas localidades de Neves, Porto Velho, Porto Novo, Boaçu e Guaxindiba utilizados para escoar os produtos do interior do sertão.

⁴⁷ É necessário ressaltar que além desta grande via de acesso no interior da freguesia, havia outros acessos menores (caminhos) que conectavam a Estrada Geral às áreas agrícolas. As vias fluviais também adquiriram grande relevância neste período. Maiores detalhes podem ser observados em Mata e Silva, S. e Molina, E. São Gonçalo no século XVIII (1998, p.147) e Braga, M.N.C. O município de São Gonçalo e sua história (1998, p.46-47).

Mapa 3.3b – PRÉ - FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS NÚCLEOS INTRAURBANOS E O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS VIAS DE COMUNICAÇÃO REGIONAL – SÃO GONÇALO - SÉCULO XVIII



Fonte: Informações extraídas em Mata e Silva, S. e Molina, E., *São Gonçalo no Século XVIII*, 1998, Editora Núcleo Gonçalense de Memória, Pesquisa e Promoções Culturais, 152p.

O desenvolvimento também favorece novos desmembramentos e anexações territoriais. Nas terras de Taipu (atual bairro de Niterói denominado Itaipu), é criada em 1768 a Freguesia de São Sebastião de Itaipu. Por outro lado, da criação da Freguesia de Paquetá em 1769, esta é anexada à Freguesia de São Gonçalo.

No final do século XVIII, além de despojar de uma exuberante riqueza agrícola, a freguesia de São Gonçalo do Amarante também apresenta um peso demográfico considerável. De acordo com Braga (1998, p. 47), até 1789, São Gonçalo tinha uma população de 6378 habitantes enquanto que freguesias limítrofes como São João Batista de Icaraí tinha 3231 habitantes, São Sebastião de Itaipu 1279 e São Lourenço dos Índios 170 habitantes⁴⁸.

3.4 - Um século de transformações: transitoriedade político-administrativa e econômica na era do café

Os anos vindouros após o período do Vice-Reinado e a era do ouro podem ser considerados como um momento de ruptura na história da Freguesia. Em suma, o século XIX vem simbolizar o início de um período de importantes mudanças econômicas e políticas em São Gonçalo, tendo vistas às transformações vivenciadas pelo Brasil neste período principalmente a cargo de um lento processo de industrialização e do ciclo cafeeiro.

A riqueza do Brasil, concentrada no plantio da cana de açúcar e na mineração, rapidamente cede lugar à produção do café. E São Gonçalo tem um capítulo importante na história do café no Brasil, uma vez que foi, conjuntamente com o atual município de Resende, um dos primeiros locais de

⁴⁸ Além das freguesias citadas, são freguesias limítrofes à Freguesia de São Gonçalo nesta época: Freguesia de São João Batista de Itaborahy, São Barnabé da Aldeia dos Índios, Nossa Senhora do Desterro de Itambhy e Nossa Senhora do Amparo de Marica. Maiores informações em Fridman, F. Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII. II Encontro Internacional de História Colonial. UFRN, Rio Grande do Norte. 2008, v.9, n.24.

introdução da cultura dos cafezais. A partir destas cidades, o plantio de café se expandiu para o interior do Rio de Janeiro e posteriormente, São Paulo e outras regiões do país⁴⁹.

Entretanto, a difusão do café na região resvalou nos interesses da aristocracia rural açucareira gerando conseqüentemente um impacto na produção econômica. A necessidade de manutenção do modelo econômico vigente representava uma margem de manobra na conservação da autoridade política historicamente instituída por parte dos grandes senhores de engenho no território. Esta situação vinha contra os interesses dos novos produtores de café, que já observavam o declínio da atividade açucareira e que desejavam instaurar a nova produção nas sesmarias. Logo, o plantio de café foi sendo empurrado pelos plantadores de cana de açúcar para Itaboraí e Magé, subindo as serras de Friburgo, passando por Bom Jardim, Cordeiro, Cantagalo, e outras (Mata e Silva e Molina, 1998. p. 142).

Aliás, no início do século XIX, São Gonçalo passa por uma série de crises deflagradas por uma grande epidemia de malária, acometendo grande parte da população. Os fatores oriundos dos problemas de saúde pública em conjunção com os revezes econômicos provocaram um esvaziamento populacional na freguesia (Braga, 1998. p.48).

No entanto, o ciclo das mudanças econômicas a cargo da ascensão do café ao comércio mercantil se intensificaria principalmente após a chegada da Família Real em 1808 ao Brasil, se estabelecendo no Rio de Janeiro⁵⁰. Nas palavras de Carlos Lessa, em seu livro *O Rio de todos os Brasis* (2000),

⁴⁹ Carlos Lessa, em seu livro *O Rio de todos os Brasis* (2000, p.101-125), apresenta um complexo panorama sobre a introdução do café no Brasil e principalmente no Rio de Janeiro no século XIX. Introduzido na capital fluminense na segunda metade do século XVIII, surge como pequena produção e logo adquiriria status comercial, evoluindo para as grandes plantações localizadas inicialmente nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro e no Maciço da Tijuca. A plantação do café logo geraria economias de escala, desenvolvendo os meios de comunicação regionais e criando uma intensa rede de cidades, assim como alteraria a forma de apropriação da terra, incentivando a expansão da grande lavoura.

Mata e Silva, S. e Molina, E, em *São Gonçalo no século XVIII* (1998, p.142), sobre a chegada do café na freguesia de São Gonçalo, comentam: “Assim relata Costa Neves, em *Histórias Singelas do Café: de São Gonçalo o café se espalhou por todo o interior do Estado do Rio de Janeiro* (Friburgo, Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, etc...), e de Rezende irradiou-se, seguindo o vale do rio Paraíba, pelo Sul do Estado de Minas Gerais, em 1780, e pelo Nordeste do Estado de São Paulo em 1782. [...] Da província fluminense o café se espalhou também para a província da Bahia, em 1786, e para o Espírito Santo, no século seguinte”.

⁵⁰ No início do século XIX, Portugal se encontrava prestes a ser invadido pelas tropas francesas sob o comando de Napoleão Bonaparte. Na égide da Inglaterra, importante aliada comercial e política, D. João VI, príncipe regente de Portugal, transfere a capital da corte portuguesa para o Brasil em busca de refúgio.

“Com a chegada da Corte portuguesa, a cidade recebeu um choque autônomo “keynesiano”, um presente de Napoleão: a Família Real e mais 15 mil portugueses. Esta incorporação acontece numa vila colonial com população estimada entre 43 e 50 mil pessoas. Com este impacto demográfico e de gastos, a cidade bruscamente eleva seu patamar de renda, de atividade, de emprego, de exposição de riqueza, de inovação de costumes e procedimentos. A renda per capita dá um salto, e as atividades econômicas e sociais se diversificam” (LESSA, 2000. p.77).

O Rio de Janeiro, precisamente a cidade, lentamente vai transformando o seu perfil de cidade colonial à capital de um Reino. Diversas instituições reais são criadas no início do período joanino tais como tribunais, câmaras, secretarias, dentre outros departamentos. Os portos se abrem para o mundo e o comércio mercantilista se intensifica e a industrialização, ainda tímida, começa a dar seus primeiros passos com a implantação da manufatura têxtil. Obras de infraestrutura, como abertura de estradas carroçáveis no perímetro da cidade em direção aos arrabaldes periféricos, melhorias no sistema de abastecimento de água e ampliação da limpeza pública também despertavam a cidade para um novo tempo em sua história. A cidade se cosmopolitiza e logo, os primeiros processos de estratificação social no espaço ganham contornos visíveis no espaço.

Em contrapartida, a paisagem ainda que bucólica do recôncavo oriental da Baía de Guanabara, apesar do intenso desenvolvimento econômico e populacional a cargo do comércio agroexportador, atraiu não somente estudiosos e novos desbravadores como também cativou os interesses de D. João VI. Sucessivas visitas do imperador às terras do índio Araribóia culminariam na fundação da Vila Real de Praia Grande, em 1819⁵¹. Neste contexto, São Gonçalo, que passava por um momento socioeconômico bastante delicado, perde seu status de freguesia e torna-se sexto distrito da vila, assim como a Freguesia de São Sebastião de Itaipu.

Após a supressão da condição de freguesia, São Gonçalo é dividido em dois grandes distritos, correspondendo ao histórico processo de ocupação na área da freguesia. O primeiro grande distrito é compreendido pela área de abrangência da Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante (atual centro da

⁵¹ Alvará de 10 de Maio de 1819. Erige em Villa a povoação de São Domingos da Praia Grande do termo desta cidade, com a denominação de – Villa Real da Praia Grande. Índice de Decretos Cartas Régias e Alvarás de 1819. Bibliotheca da Câmara dos Deputados. A Vila Real de Praia Grande é criada a partir da união das freguesias de São Gonçalo do Amarante e de São João Baptista de Carahy , assim como da supressão de São Lourenço da Aldeia dos Índios. Maiores informações em Fridman, F. Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII. 2008, v.9, n.24.

cidade de São Gonçalo) e o segundo distrito compreende os arrabaldes e sobejos de Guaxindiba (atual área do bairro de Guaxindiba).

Mais mudanças ainda viriam a ocorrer principalmente após a Independência do Brasil no ano de 1822. A cidade do Rio de Janeiro torna-se capital do Império do Brasil e a Vila Real de Praia de Grande é elevada a categoria de capital da Província do Rio de Janeiro, sob o nome de Nichteroy⁵². O ciclo de transformações no espaço da cidade do Rio de Janeiro se espalha para os subúrbios e para o lado oriental da Baía de Guanabara com a implantação de grandes obras de infraestrutura, tais como iluminação pública, abastecimento de água e desenvolvimento de novos meios de transporte interligando o Distrito Federal à costa Leste da Baía de Guanabara⁵³, assim como planos urbanos⁵⁴ são propostos para a nova capital da província, como o Plano Pallière e posteriormente, o Plano Taulois (Figura 3.4a). Os novos limites territoriais entre Niterói e as freguesias adjacentes (Maricá e Itaboraí) são fixados, formando a nova vila⁵⁵.

⁵² Ato Adicional pela Lei nº 16 de 12 de Agosto de 1834. Disponível em <http://www.2camara.gov.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoesdoimperio>.

⁵³ Merecem destaque a implantação do serviço regular de bondes em direção aos subúrbios rurais da Zona Norte como a Estrada de Ferro Dom. Pedro II, assim como de barcas a vapor entre o Rio de Janeiro e Niterói por meio da Sociedade Navegação de Nichteroy, assim como a prestação de serviços públicos pela Cia. City Improvements. Ver mais em Abreu, M. A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 2008, p. 42-43.

⁵⁴ Maiores informações em Wehrs, Carlos. Niteroi Cidade Sorriso: Historia de um lugar. Rio de Janeiro, Gráfica Vida Doméstica, 1984.

⁵⁵ Decreto 211 de 25 de Maio de 1840 (número 41), art. 1º; Deliberação de 22 de Dezembro de 1842; Decreto 796 (número 31) de 26 de Abril de 1855. Para maiores informações, consultar Braga, M.N.C. O município de São Gonçalo e sua história (1998, p.48-49).



Figura 3.4a: PLANOS URBANOS PARA A CIDADE DE NITERÓI: PLANO TAULOIS (1841) – SÉCULO XIX.

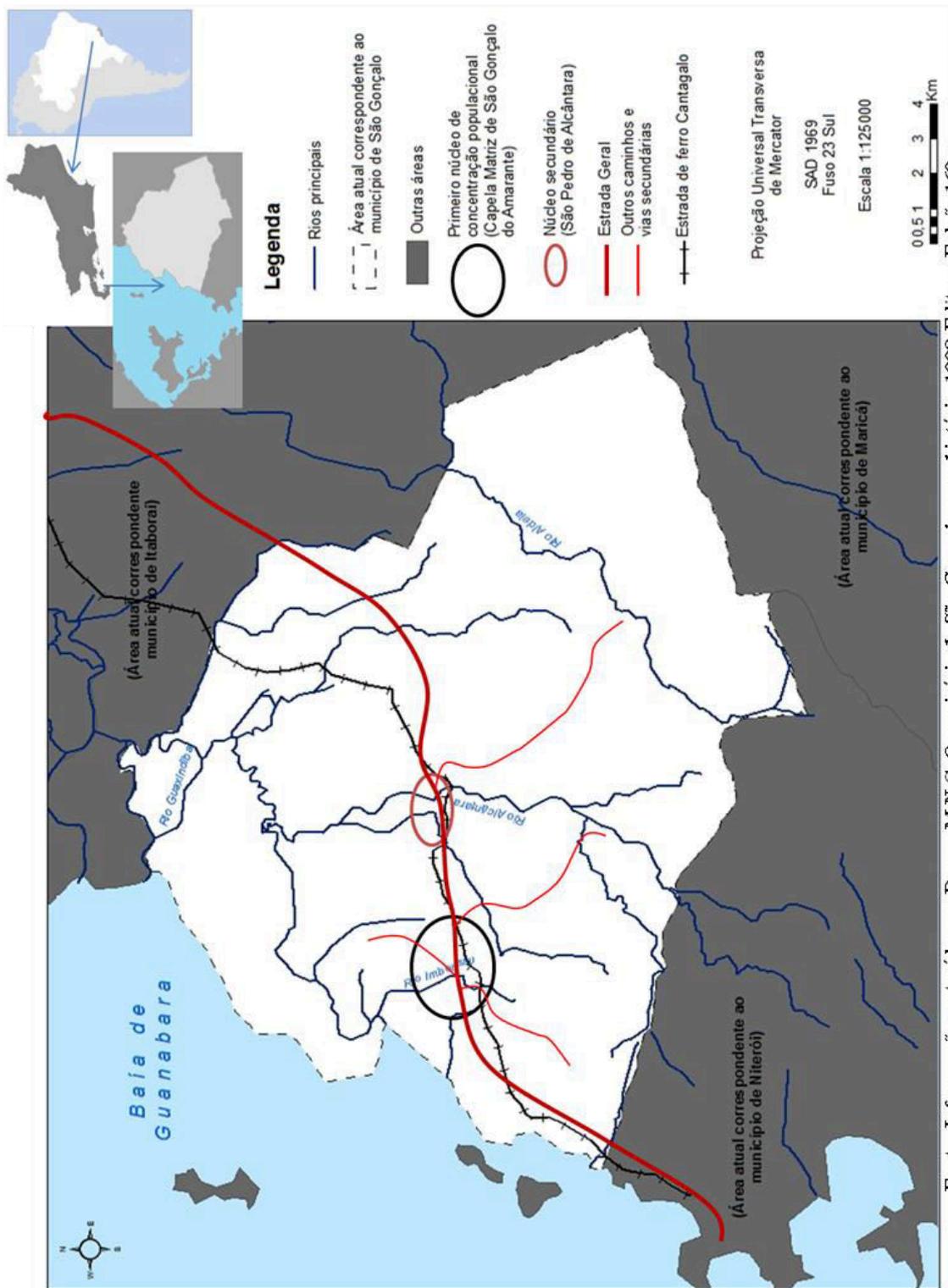
Fonte: WEHRS, Carlos. Niterói Cidade Sorriso: História de um lugar. Rio de Janeiro, Gráfica Vida Doméstica, 1984.

Contudo, será a partir da segunda metade do século XIX que a área de São Gonçalo (re) conhecerá uma nova onda de desenvolvimento na égide da prosperidade econômica regional através da produção de açúcar e de café. O aumento na demanda do núcleo da metrópole assim como oriunda de outras localidades da província do Rio de Janeiro beneficiaria o comércio com a intensificação da produção de gêneros alimentícios.

A intensificação do comércio encontraria o seu apogeu na inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo por Dom Pedro I, tendo como ligações o Porto de Niterói ao sertão de Itambi, em Itaboraá, passando por todo o município de São Gonçalo, principalmente pelo centro do principal distrito e por Alcântara, outro centro dinâmico da antiga freguesia. Brevemente, novos ramais se expandiriam em direção às terras de Maricá e São Sebastião de Itaipu através da implantação da Estrada de Ferro de Maricá (Mapa 3.4a).

No auge do clima da Proclamação da República, após 1888, o Rio de Janeiro presenciava a revolução que efervescia nos levantes populares e nos ideais da elite progressista que clamava por mudanças estruturais profundas de cunho político, social e econômico. Uma vez que o regime monárquico há muito perdia sua influência, observados na gradual decadência econômica, no esgotamento do modelo escravista e na interferência da Igreja nos assuntos do Estado, a nova República enfrentava o poder centralizador nas mãos do Exército.

**Mapa 3.4a – CONSOLIDAÇÃO DOS NÚCLEOS INTRAURBANOS, A ESTRADA GERAL
E A ESTRADA DE FERRO CANTAGALO – SÃO GONÇALO – SÉCULO XIX**



Fonte: Informações extraídas em Braga, M.N.C. *O município de São Gonçalo e sua história*. 1998. Editora Falcão, 160p.

Em um contexto histórico crucial, nos últimos anos do século XIX, São Gonçalo viveria a fase mais conturbada de sua história através de sucessivas alternâncias político-administrativas em relação à Niterói (mapa 3.4b). Em 22 de Setembro de 1890, através de Decreto Estadual⁵⁶, São Gonçalo deixa fazer parte de Niterói e é elevado à categoria de Vila, levando consigo as freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiro (área e adjacências de Itambi, no atual município de Itaboraí) e São Sebastião de Itaipu (atual área e arrabaldes do bairro de Itaipu, no município de Niterói). Pouco depois, em 12 de Outubro de 1890, São Gonçalo é elevado à categoria de município. Niterói, que se encontrava mergulhada em uma grave crise devido à Revolta da Armada, viu através de uma fuga maciça de população e recursos financeiros, uma situação ainda mais calamitosa com a saída da capital para Petrópolis em 1894.

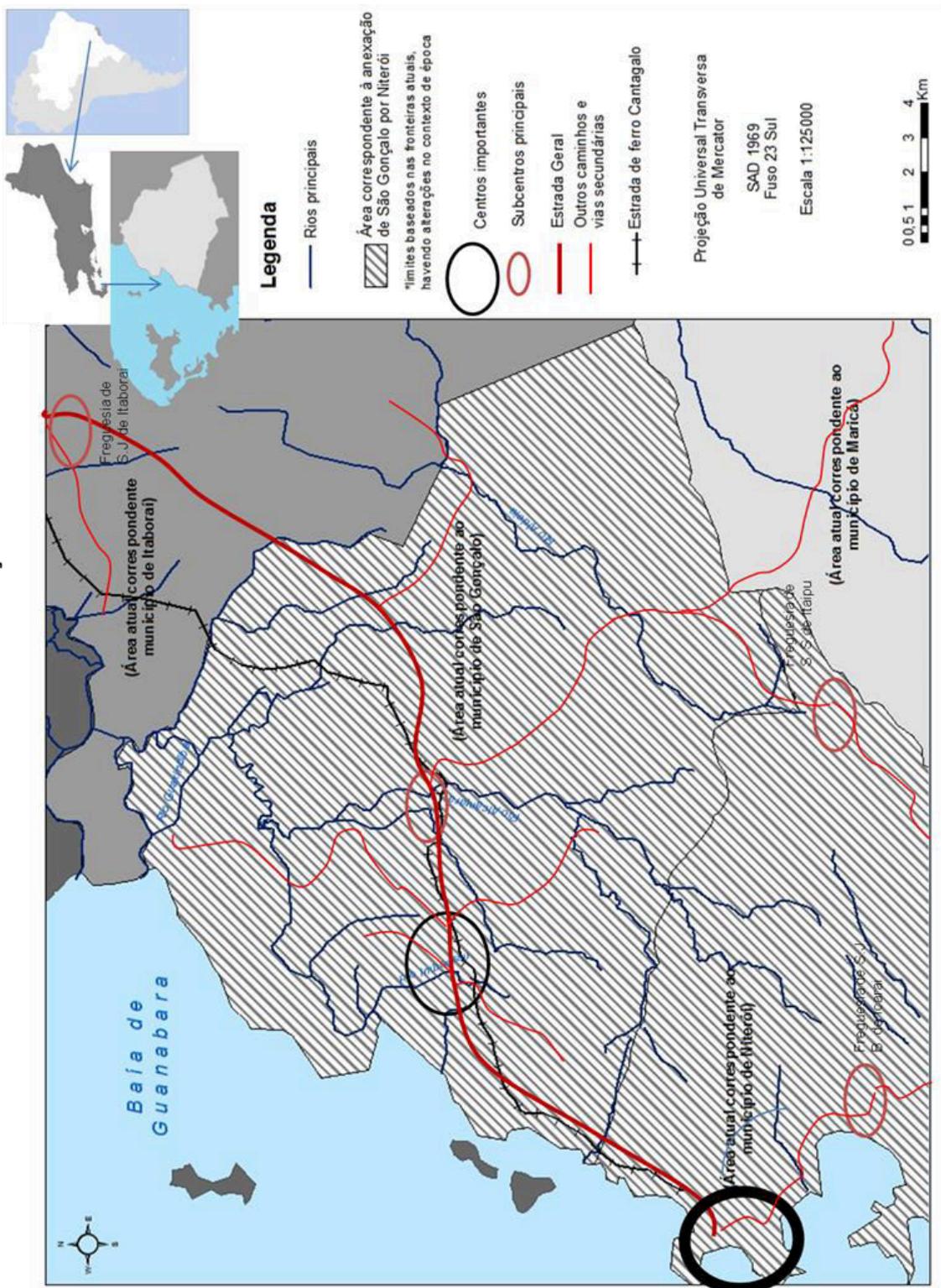
Entre a perda de sua autonomia administrativa e a perda de território para Niterói no último decênio do século XIX, São Gonçalo viu sua trajetória política autárquica ameaçada através de sucessivos decretos⁵⁷. Contudo, em 17 de Setembro de 1892, conquista por definitivo o seu status de Município, instalando a primeira Câmara Municipal e eleições letivas.

O final do século XIX vem a engendrar os contornos gerais do município que, em meados do próximo século, é consagrado como uma das cidades em maior desenvolvimento do país. São Gonçalo, que até então apresentava uma característica rural, viverá o primeiro surto de um desenvolvimento verdadeiramente urbano em sua primazia industrial na primeira metade do século XX, sendo teatro privilegiado de importantes mudanças em sua estrutura socioespacial, econômica e política.

⁵⁶ Decreto Estadual nº 124 de 22 de Setembro de 1890, constituído do Distrito Sede.

⁵⁷ Decretos 181 de 23 de Fevereiro de 1891; 196 de 18 de Abril de 1891; 01 de 08 de Maio de 1892. Maiores informações em Braga, M.N.C. O município de São Gonçalo e sua história (1998, p.51).

Mapa 3.4b – INCORPORAÇÃO TERRITORIAL POR NITERÓI E O SURGIMENTO DE NOVAS VIAS E NÚCLEOS INTRAURBANOS – SÃO GONÇALO E NITERÓI – SÉCULO XIX



Fonte: Informações extraídas em Braga, M.N.C. *O município de São Gonçalo e sua história*. 1998. Editora Falcão, 160p.

3.5 - O ciclo virtuoso do esplendor industrial na primeira metade do século XX e a organização do espaço urbano

Se o processo urbano industrial ganhou forças no início do século XX, foi no final do século XIX que ele apresentou os primeiros passos rumo a sua consolidação, na égide de um lento processo de acumulação capitalista ainda de base essencialmente agrária. A sua reprodução era afetada pela inexistência de fontes regulares de produção de energia, pela dificuldade de recrutamento de força de trabalho qualificada; pela concorrência de produtos estrangeiros; pela dependência, em alguns setores, da mão de obra escrava em extinção; e pelas constantes epidemias de febre amarela, que atacavam especialmente os bairros operários da cidade (ABREU, 2008, p.54).

Conforme visto anteriormente de forma bastante breve, ainda neste período a cidade do Rio de Janeiro começaria a se expandir. Esta expansão se dará de forma espacialmente diferenciada dentro do processo de reprodução de capital no espaço através dos serviços de bondes e trens. Estes obedeciam a lógicas distintas, mas tiveram um papel preponderante no processo de expansão físico-territorial da cidade⁵⁸.

O leste da Baía de Guanabara reconheceria um rápido crescimento populacional principalmente com o desenvolvimento do sistema de transporte aquaviário pela Companhia de Barcas Ferry que conectava Niterói ao centro da cidade do Rio de Janeiro, assim como a Estrada de Ferro Cantagalo ligando Itaboraí a Niterói e cruzando o município de São Gonçalo. Ambos os sistemas favoreciam não somente o intercâmbio de mercadorias, mas o fluxo de pessoas entre os municípios e freguesias.

Entretanto, o incremento no tráfego de pessoas e mercadorias na região viria futuramente a intensificar o processo de urbanização e conseqüentemente modificar a estrutura modal dos transportes na região. Em Niterói, surge no início do século XX a Companhia Cantareira e a Viação Fluminense,

⁵⁸ De acordo com Abreu, M. A. (2008, p. 43-53), os bondes aparecem no século XIX com o intuito de atender uma demanda existente, tendo grande influência no padrão de ocupação de parte da cidade, como no caso a Zona Sul do Rio de Janeiro, em franco processo de valorização urbana. Diferentemente, os trens serviam áreas fracamente integradas com o núcleo urbano, freguesias rurais e pouco valorizadas. A dinâmica destes dois vetores de expansão urbana configuraria o modelo sócio-espacial caracterizado centro-periferia.

vindo a controlar a Companhia de Barcas Ferry e os serviços de abastecimento de água e carris da capital. Esta fusão possibilitou a eletrificação dos bondes que ligavam o centro de Niterói aos arrabaldes de São Gonçalo.

O fluxo populacional nas áreas também demandaria a implantação de linhas de bonde a vapor em substituição gradual aos bondes de tração animal. O Tramway Rural Fluminense, implantado em São Gonçalo no último ano do século XIX, pode ser considerado um importante progresso no transporte de passageiros entre os bairros de Neves, Centro e Alcântara e que futuramente interligaria com a Companhia de Carris de Niterói, que assumiria o controle da companhia⁵⁹.

Logo, nos primeiros trinta anos do século XX, São Gonçalo passou pelos primeiros surtos de desenvolvimento em infraestrutura tipicamente urbana. Os serviços de abastecimento de água e de fornecimento de energia, ainda que restritos a algumas localidades se ampliam respectivamente por meio de pipas de água e de uso de lâmpadas incandescentes. Os meios de comunicação, como os jornais impressos, ganham destaque divulgando notícias do município. Consolidando-se como importante núcleo suburbano da capital do Estado do Rio de Janeiro, o município de Niterói, a crescente polarização urbana de Alcântara e da vila de São Gonçalo (sede da histórica paróquia de São Gonçalo do Amarante) se articula com a ascensão da localidade de Neves, constituindo-se importante centro industrial nesta época⁶⁰.

Além deste fato, o desenvolvimento da cidade implicará nas transformações político-territoriais neste período buscando uma melhor administração do município. Os limites da cidade são confirmados, a sede de vila é elevada à cidade os primeiros distritos são criados: Cordeiro (atual Ipiúba), Itaipu, São Gonçalo e Neves. Posteriormente, a configuração territorial dos distritos sofreria

⁵⁹ “A eletrificação da linha de Neves pela Companhia Cantareira e a inauguração do ramal eletrificado por Sete Pontes, colocaram em cheque a situação do bonde a vapor da Tramway Rural Fluminense. Enquanto os habitantes de Sete Pontes estavam otimamente servidos por cômodos, modernos e velozes bondes elétricos, os habitantes do litoral, pelo Porto Velho, Madama e até Alcântara, ainda estavam obrigados ao transporte pelos bondes da Tramway, os únicos existentes.” Palmier, L. São Gonçalo Cinquentenário. (1940, p. 93.)

⁶⁰ Palmier, L. São Gonçalo Cinquentenário. (1940, p. 89-106); Braga, M.N.C. O município de São Gonçalo e sua história (1998, p.103-112).

novas mudanças, como a perda do distrito de Itaipu para Niterói em 1957, assim como as terras de Maricá⁶¹.

Se até os primeiros anos da década de 1930 a industrialização esboçava seus primeiros passos no Brasil, em especial na capital da república – a cidade do Rio de Janeiro, principalmente no período da Primeira Guerra Mundial, será após a Revolução de 1930, sob o comando do então presidente Getúlio Vargas que ela de fato se consolidará. A crise internacional de 1929 seria o estopim máximo na onda de mudanças que estavam por vir na economia brasileira, entre outras palavras,

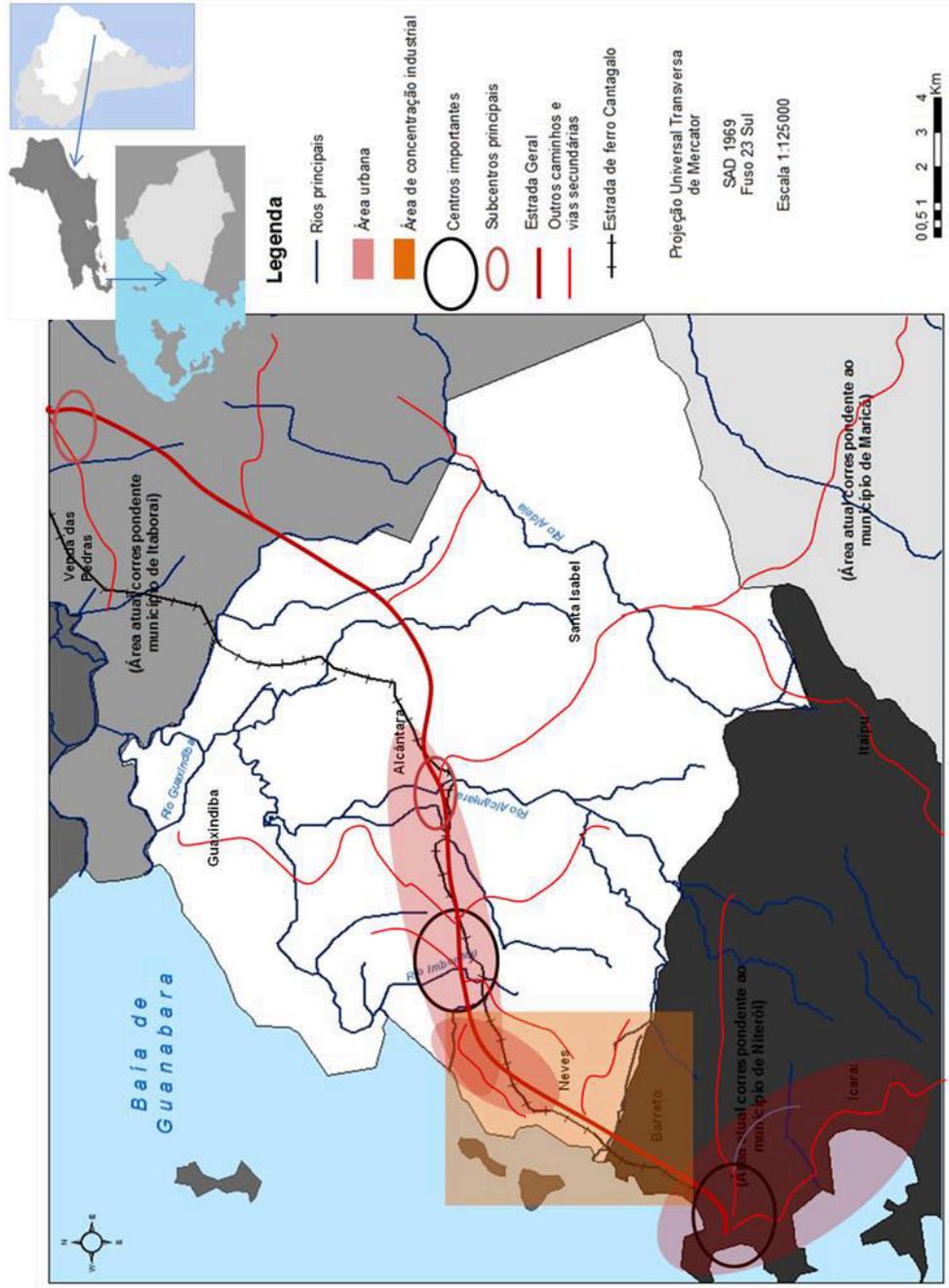
[...] determinou que o poder político da nação fosse entregue a outros grupos, dentre os quais estavam agora incluídos os banqueiros e os industriais. Iniciava-se, assim, o período de ascensão do capital financeiro na economia brasileira [...] (ABREU, 2008, p. 72).

São Gonçalo reconheceria, a partir deste período, o fenômeno do processo de industrialização crescente em seu território, o que demandaria o desenvolvimento de seu setor de serviços e de comércio. Este salto para economia industrial ocorreu à custa do setor agrário em crise e na égide das vantagens comparativas que o município já apresentava, tais como a proximidade com as capitais federal e estadual e seu porte logístico em termos de rede ferroviária e portuária. O processo de urbanização se desenvolvia no município (mapa 3.5a)⁶².

⁶¹ De acordo com Braga, M. N. (1998, p. 57-58), é demarcado os limites urbanos do município de São Gonçalo através da Deliberação de 26 de Dezembro de 1908, assim como após o Estado de Sítio decretado no Brasil que suprimiu o município de seu status quo, a sua sede é definitivamente criada através da Lei 2335 de 27 de Dezembro de 1929. Inicialmente constituído de três distritos (Cordeiro, Itaipu e São Gonçalo), sucessivas transformações na estrutura distrital do município culminariam no Decreto Lei Estadual de 28 de Janeiro de 1944, que define a divisão distrital em cinco distritos: São Gonçalo (sede), Ipiíba, Monjolos, Neves e Sete Pontes até os dias atuais.

⁶² José Luis Honorato Lessa, em sua dissertação de mestrado *A paisagem revelada: natureza da concentração industrial em São Gonçalo – crise ou reestruturação da indústria local?* (2009, p. 48-50), comenta sobre os principais setores industriais implantados em São Gonçalo na primeira metade do século XX. Segundo o autor, muitas plantas industriais se instalaram neste período no município e algumas ganharam grande notoriedade: a Cia. de Cimentos Portland, a Fundação Acieira Martins, a Eletro-Química Fluminense, a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas (CEBUM), a Cia. Brasileira de Fósforos, Conservas Quacker, entre muitas outras.

Mapa 3.5a – ÁREAS URBANAS E ZONAS INDUSTRIAIS DENSAS – SÃO GONÇALO E NITERÓI – SÉCULO XX (1930)



Fonte: Informações extraídas em Braga, M.N.C. *O município de São Gonçalo e sua história*. 1998. Editora Falcão, 160p. Palmer, L. *São Gonçalo Cinqüentenário. 1940*. IBGE, 238p.

A partir dos anos de 1940, o perfil agrário do município lentamente vai cedendo lugar a uma paisagem cada vez mais urbana. Industrialização, incremento demográfico e a crise na agricultura constituíram elementos essenciais no processo de urbanização da cidade, assim como uma saída à crise por parte de muitos agricultores, em sua maioria, produtores de cítricos: retalham-se as grandes propriedades parcelando-as em lotes para habitação, atrativo de mão de obra crescente para o parque industrial em ascensão. Enfim, as bases da urbanização estariam lançadas e consolidando São Gonçalo como periferia industrial da orla oriental da Baía de Guanabara polarizada pela capital estadual, Niterói⁶³.

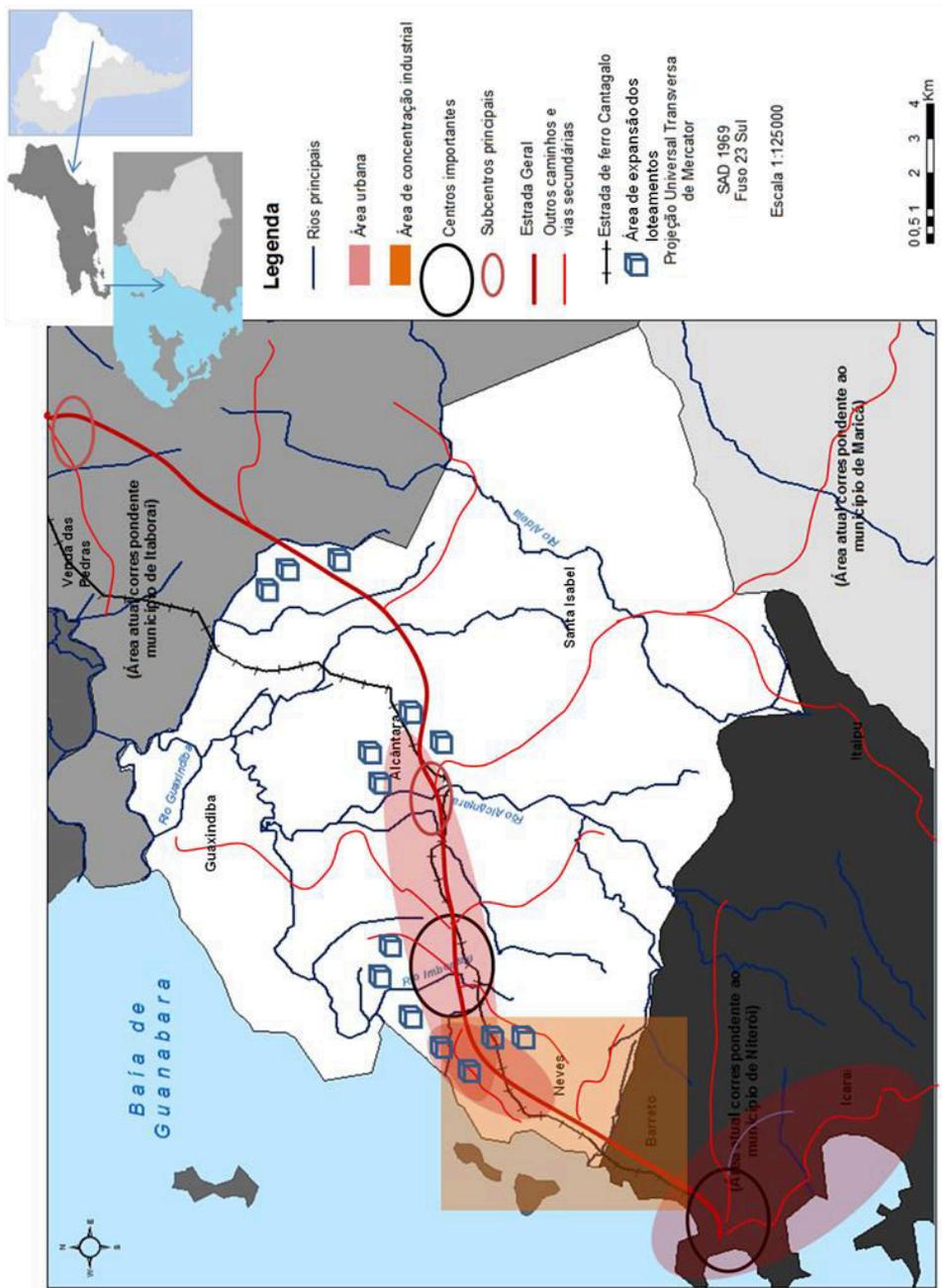
Outro fator preponderante na urbanização local encontra-se engendrado na dinâmica urbana regional a partir dos processos desencadeados no núcleo da metrópole que se formava. Primeiramente destaca-se o reflexo das reformas urbanas, como a Reforma Pereira Passos na então capital federal, as quais provocaram não somente a expulsão de uma população menos favorecida das áreas centrais e arrabaldes, como também promoveu a valorização imobiliária e fundiária no espaço urbano. O destino de muitos migrantes pobres encontrou, nas franjas urbanas para além dos limites do Distrito Federal, a possibilidade de residência a baixos custos de aquisição de terra.

O processo de expansão do espaço urbano gonçalense encontrou na prática loteadora o seu foco⁶⁴. Importante fronteira loteada, o distrito de Neves encontrou seu grande potencial de desenvolvimento, pois importantes vilas operárias foram construídas a cargo do capital industrial. Outras localidades, como o bairro de Alcântara e arrabaldes do bairro de Guaxindiba também se destacaram como fronteiras loteadoras pioneiras no âmbito do processo urbano industrial local (Mapa 3.5b).

⁶³ “O crescimento populacional das áreas periféricas da cidade está intimamente ligado a quatro fatores determinantes: as obras de saneamento realizadas na década de 30 pelo DNOS (através do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense), a eletrificação central do Brasil, a partir de 1935; a instituição da tarifa ferroviária única em todo o Grande Rio (que beneficiou sobretudo os subúrbios afastados e os municípios da Baixada); e a abertura da Avenida Brasil, em 1946, que aumentou sobremaneira a acessibilidade dos municípios periféricos” Abreu, M. A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* (2008, p.109-110).

⁶⁴ Decreto Lei de 1942.

Mapa 3.5b – FRENTE LOTEADORA PIONEIRA E NOVOS VETORES DE EXPANSÃO URBANA – SÃO GONÇALO – SÉCULO XX (1940-1960)



Fonte: Informações extraídas do Relatório técnico para a implementação do Plano Diretor Municipal Participativo de São Gonçalo, 2008, Technum Consultoria, 103p.

Entretanto, para a expansão dos loteamentos se fazia necessário tornar as terras do município em urbanas⁶⁵. Uma vez já havendo uma forte pressão para ocupação da periferia, esta não foi acompanhada dos investimentos necessários que estavam sendo propostos. Posteriormente, a retração da atividade industrial devido à modernização e reestruturação espacial do parque industrial regional não cessou o processo de chegada de novos contingentes populacionais.

Assim nascia a Manchester Fluminense, regozijando-se de um dos parques industriais mais importantes do país e um dinamismo econômico sem precedentes em sua história. Com um crescimento populacional elevado alavancado na “febre loteadora” e uma forte arrecadação de impostos, o município desenvolveu e aplicou uma série de projetos urbanísticos voltados para a melhoria em infraestrutura e saneamento básico, tais como abertura de logradouros, abastecimento de água, rede de esgoto, rede elétrica, dragagem e recuperação de rios, construção e melhorias em habitações.

É interessante ressaltar que muitos dos investimentos no município foram promovidos à custa de constantes reivindicações da população local. A rede urbana se expandia rapidamente, as melhorias urbanas se concentravam e estas somente se desenvolviam à medida que as indústrias se desenvolviam em algumas poucas áreas.

Em suma, o início do século XX pode ser colocado como o período em que São Gonçalo reconheceria em seu território o fenômeno urbano pautado no capital industrial à custa de um setor agrário em crise. Este primeiro momento da expansão urbana ocorreria sob o processo loteador, o que demandaria melhorias futuras no aporte de infraestrutura local. Para tanto, a aliança entre capital industrial e política local foi essencial na implantação dos serviços essenciais à população residente, apesar de os melhoramentos urbanos verificados tenham ocorridos através de pressões por parte da sociedade civil.

⁶⁵ Deliberação 370, de 10 de Novembro de 1962. Câmara de Vereadores Municipal.

3.6 - O auge da “febre loteadora”, a crise urbana e o estigma de cidade dormitório: quais os rumos do planejamento urbano local?

Se por um lado São Gonçalo reconheceria até a década de 1960 um forte desenvolvimento urbano engrenado pelo setor secundário em franca expansão, nas décadas seguintes assistiu-se a um forte declínio das atividades econômicas. Estas tiveram forte repercussão nas estratégias de planejamento e gestão urbanas locais, assim como forte impacto no ordenamento territorial municipal.

Conforme visto anteriormente, o largo processo de loteamento por meio da progressiva divisão de antigos terrenos voltados para a agricultura encontrou na aliança entre a política local e os setores econômicos sua força motriz. Estes constituíram um ciclo virtuoso no ordenamento territorial local, de forma que o desenvolvimento urbano se deu através da conjuntura incremento populacional, desenvolvimento de novos loteamentos, forte arrecadação de impostos e atração industrial.

Entretanto, após os anos de 1960, verificou-se que importantes indústrias começaram a fechar suas portas. Este fenômeno tem suas raízes na reestruturação produtiva em que pese novas estratégias de acumulação de capital, acarretando um forte impacto na estrutura econômica local e logo, na estrutura sócio-espacial.

Além disso, o peso da indústria na economia de São Gonçalo, embora ainda relevante, rapidamente cede grande espaço a um setor crescente de comércio e serviços. Tão acelerado seria o crescimento populacional no âmbito da metropolização que já se iniciava, verificada através da expansão do núcleo metropolitano em consonância com a expansão dos loteamentos no município de São Gonçalo.

O papel do Estado se torna cada vez mais aliado ao capital privado e a seus interesses, quando as políticas sociais urbanas ligadas à habitação e ao acesso a terra se tornam claramente segregatórias, associadas à crescente concentração de renda. Remoção forçada de favelas e a expulsão indireta dos

pobres do centro metropolitano tiveram um impacto relevante no processo de favelização e de loteamento irregular nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁶⁶.

Com efeito, se os loteamentos apresentaram franca expansão após a década de 1950, foi na década de 1970 que seu crescimento territorial ganhou sua máxima expressão espacial. Muitos cresceram às margens de grandes rodovias regionais construídas, como da Ponte Presidente Costa e Silva e a rodovia BR 101, assim como em várzeas de rios (Mapa 3.6a).

Diante das questões urbanas que se delineavam, o papel do planejamento urbano é essencial no reconhecimento e controle dos problemas que emergiam. Entretanto, a ideia de planejamento encontrava no estado tecnocrático e centralizador seus principais entraves na perspectiva de um desenvolvimento sócio-espacial mais justo e democrático. As políticas voltadas para o ordenamento territorial e provisão de infraestrutura básica, desenvolvidas de “cima para baixo”, consistiam em investimentos pontuais, pautados em interesses particulares e ausentes de uma visão regional de fato integrada e democrática⁶⁷.

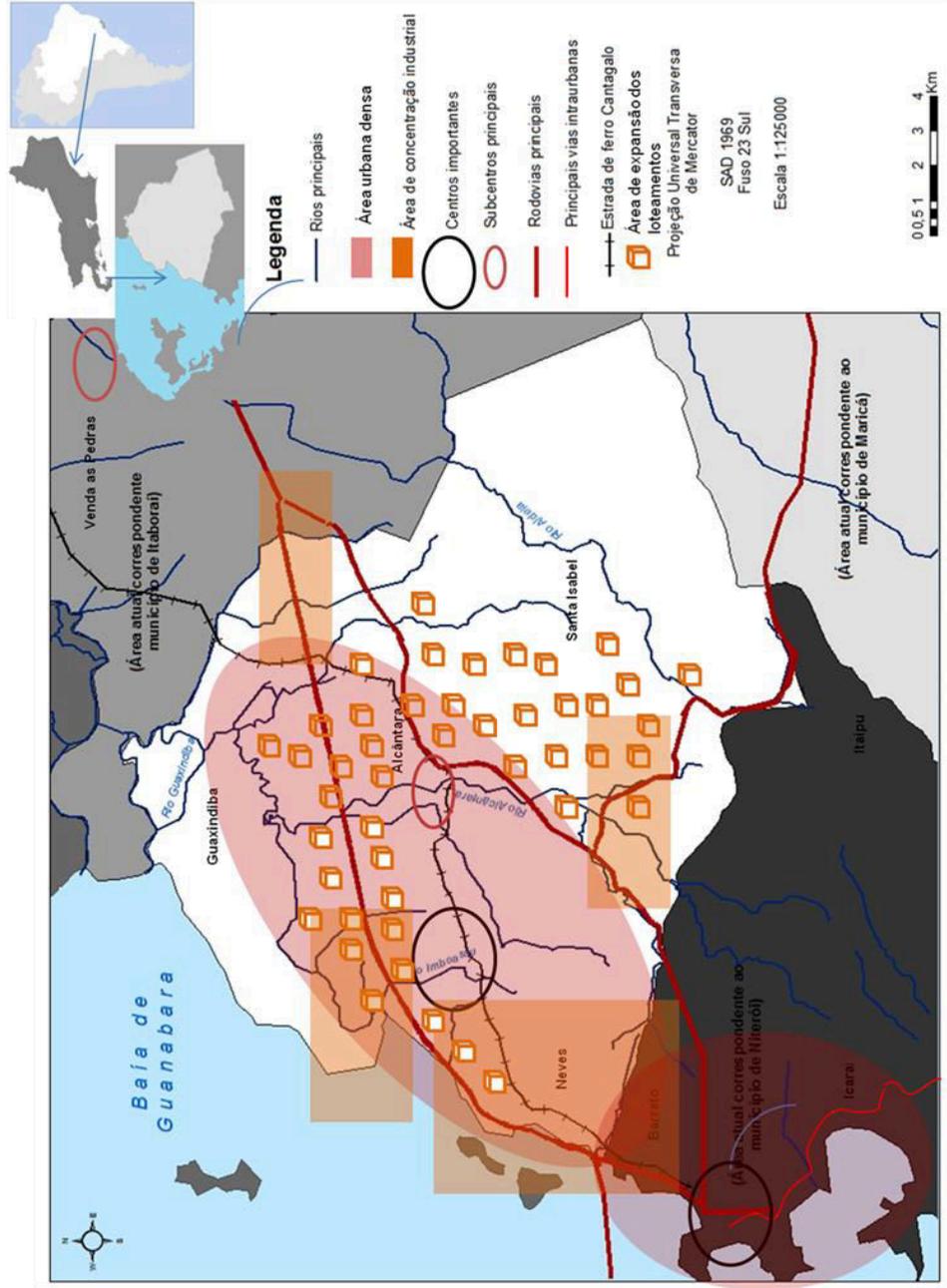
Outro ponto importante, inerente ao processo urbano regional no Estado do Rio de Janeiro, remete-se aos impactos da fusão do Estado da Guanabara em relação à perda do status de capital nacional para Brasília, somado aos processos oriundos da reestruturação econômica regional. O quadro de baixo dinamismo econômico e altas taxas de crescimento demográfico seriam os pontos essenciais na condição de São Gonçalo como cidade dormitório.

Esta “explosão demográfica” urbana, caracterizada por um inchaço das periferias em relação aos núcleos urbanos principais conjuntamente com os problemas econômicos dos anos da década de 1980 acabaria por dar forma a uma conjuntura ainda mais complexa. A conquista política à luz da aprovação da nova Constituição Brasileira em 1988 instituindo o papel dos ativismos sociais e a luta

⁶⁶ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi instituída pela Lei Complementar n° 20 de 1° de Julho de 1974 com o advento da fusão do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro.

⁶⁷ Deliberação n° 683 de 1973. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. Código de Planejamento Urbano do Município de São Gonçalo.

Mapa 3.6a – EXPANSÃO URBANA E A SEGUNDA FRENTE DE EXPANSÃO LOTEADORA – SÃO GONÇALO – SÉCULO XX (1960 - 1980)



Fonte: Informações extraídas do Relatório técnico para a implementação do Plano Diretor Municipal Participativo de São Gonçalo, 2008, Technum Consultoria, 103p.

pelo direito à cidade resvalariam em uma máquina estatal quebrada economicamente e sem muitas escolhas no planejamento sócio – espacial para as metrópoles.

A crise urbana estava deflagrada e as dimensões desta crise rompiam com exclusividades, uma vez que se tratava de uma questão verdadeiramente metropolitana. Desta forma, o município de São Gonçalo representava a realidade socioespacial de muitas das cidades metropolitanas brasileiras: um grande contingente populacional residindo em áreas informais da cidade, principalmente nas favelas e nos loteamentos irregulares, suscetíveis a toda ordem de problemas no que tange ao saneamento ambiental e áreas de risco (Mapa 3.6b).

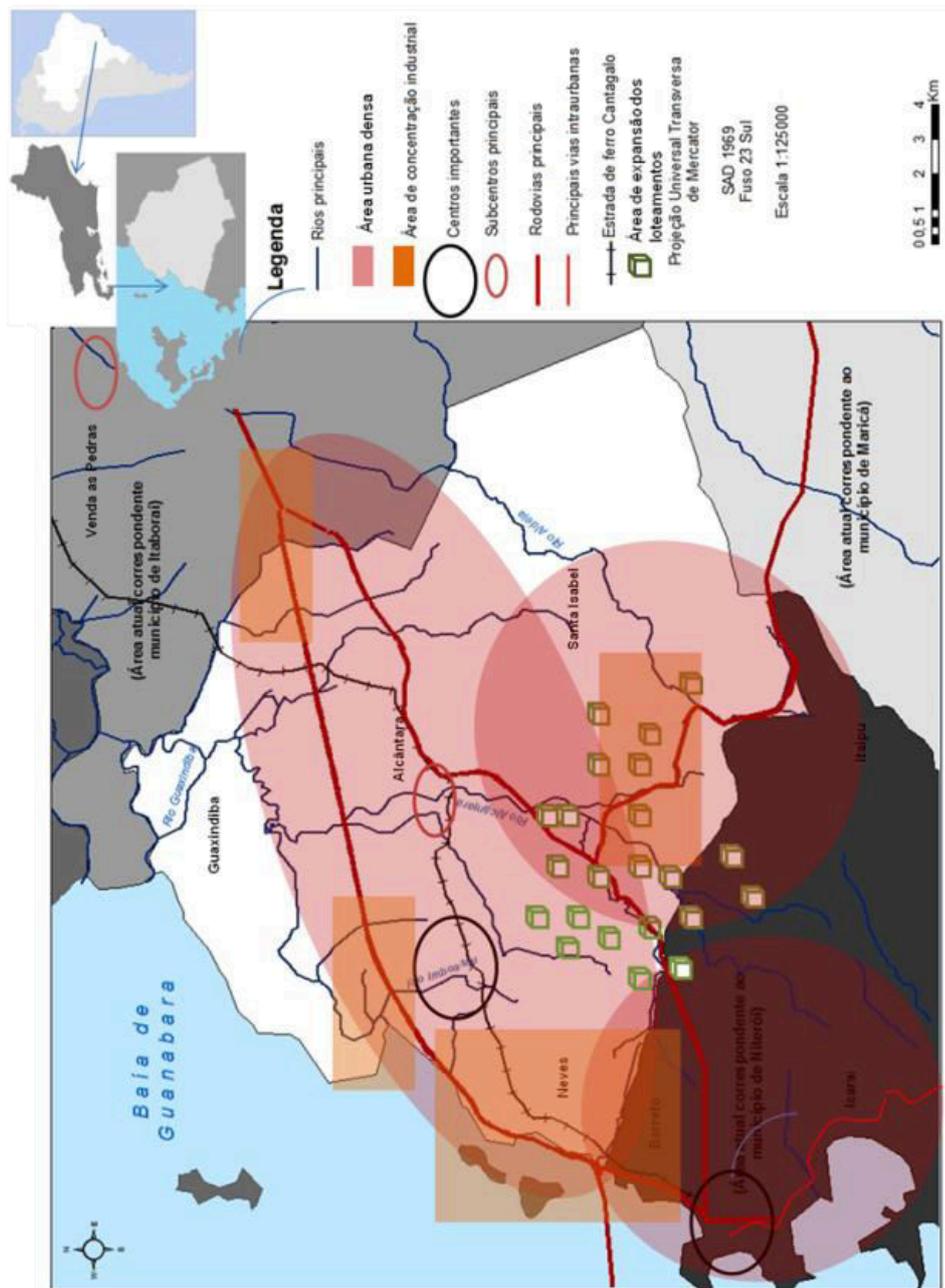
Neste período, a expansão urbana no município pode ser caracterizada não somente por um processo de adensamento das áreas urbanas consolidadas, mas principalmente pela expansão dos loteamentos nas franjas do município. Áreas afastadas do tradicional eixo de concentração foram os principais destinos de maioria esmagadora da população mais pobre, tendo como exemplo maior o bairro de Jardim Catarina, área loteada que já ostentou o título de maior loteamento da América Latina (Mapa 3.6c).

Ao analisar os dados oriundos dos Censos Demográficos⁶⁸ nacionais, referente a partir dos anos de 1960, a dimensão dos impactos oriundos do processo de metropolização na estrutura territorial da periferia torna-se claro. A taxa de crescimento da população de São Gonçalo apresenta até o ano de 2010 uma queda gradativa, embora a população continue crescendo, ainda que em um ritmo bastante reduzido. (Gráficos 3.6a)

Entretanto, entre os anos de 1970 e 2010, a expansão do tecido urbano metropolitano se acelera principalmente no espaço periférico (Gráfico 3.6b). Este quadro de expansão em São Gonçalo está relacionado à lógica de produção do espaço – principalmente através da ocupação informal nos assentamentos precários, uma vez que o acesso à moradia formal se torna restrito à medida que a especulação fundiária e imobiliária crescem. Estes processos estão inseridos em formas de reprodução do capital, que encontram no solo urbano seu efeito multiplicador

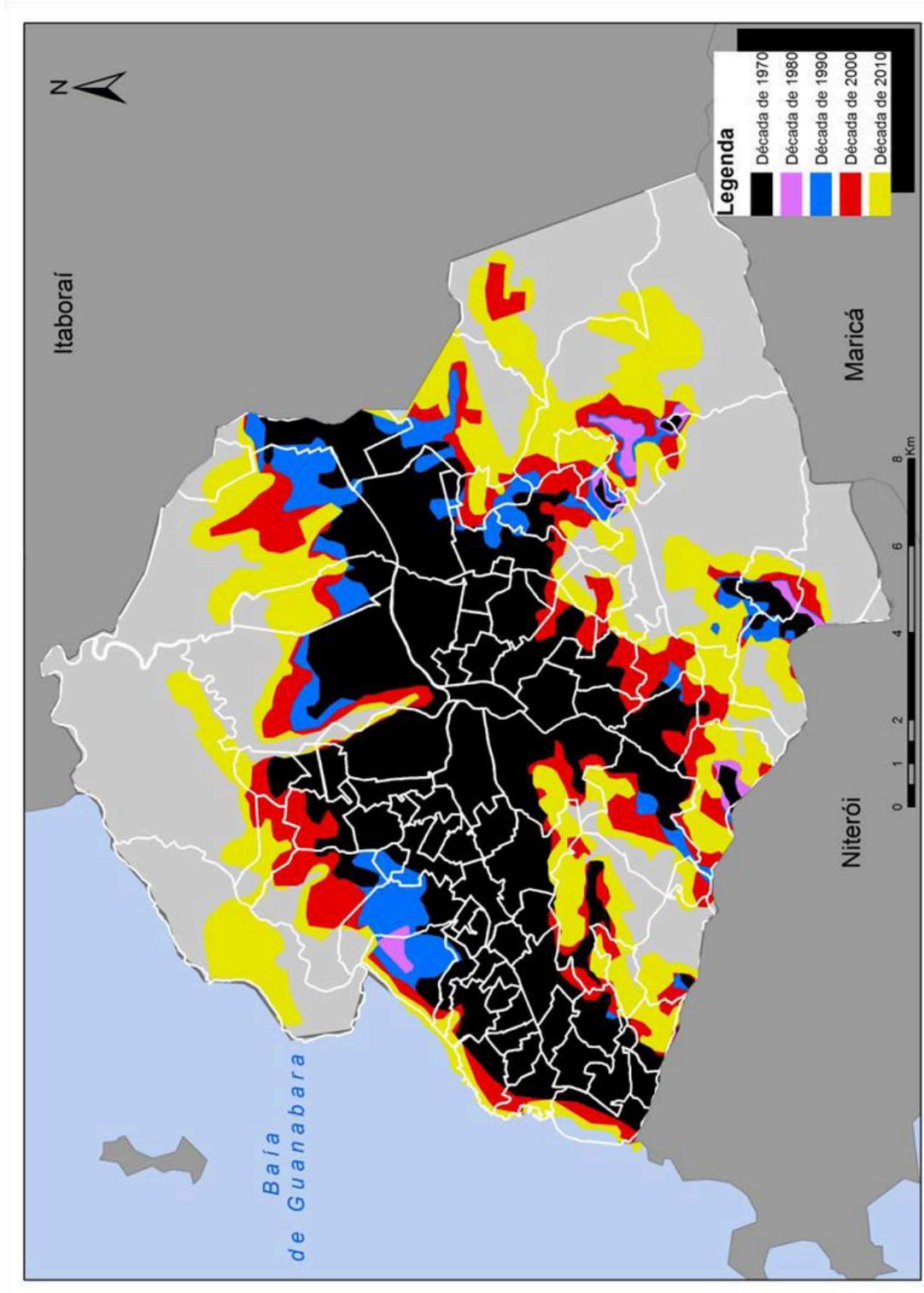
⁶⁸ IBGE, Censos Demográficos dos anos de 1970, 1980 e 1990.

Mapa 3.6b – EXPANSÃO URBANA E A TERCEIRA-FRENTE DE EXPANSÃO LOTEADORA – SÃO GONÇALO – SÉCULO XX (1980 - 1990)



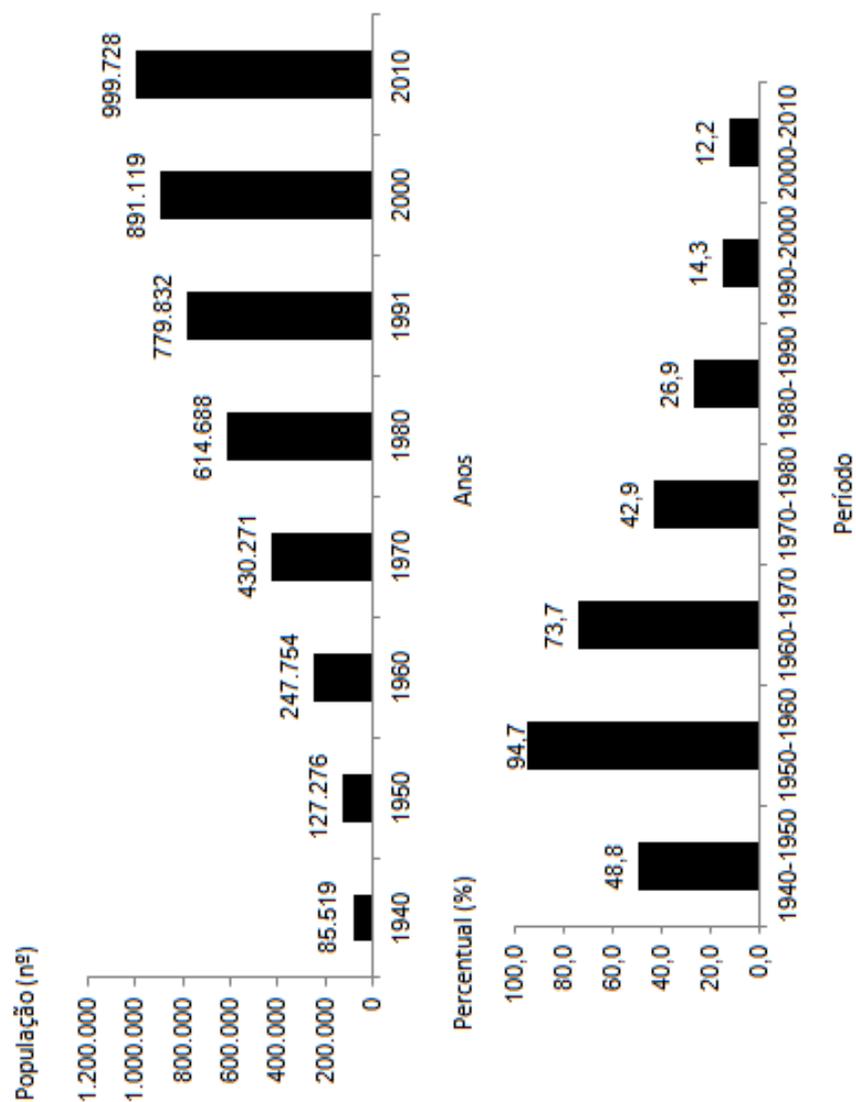
Fonte: Informações extraídas do Relatório técnico para a implementação do Plano Diretor Municipal Participativo de São Gonçalo, 2008, Technum Consultoria, 103p.

Mapa 3.6c – EXPANSÃO DA MANCHA URBANA – SÃO GONÇALO – SÉCULO XX (1970 – 2010)



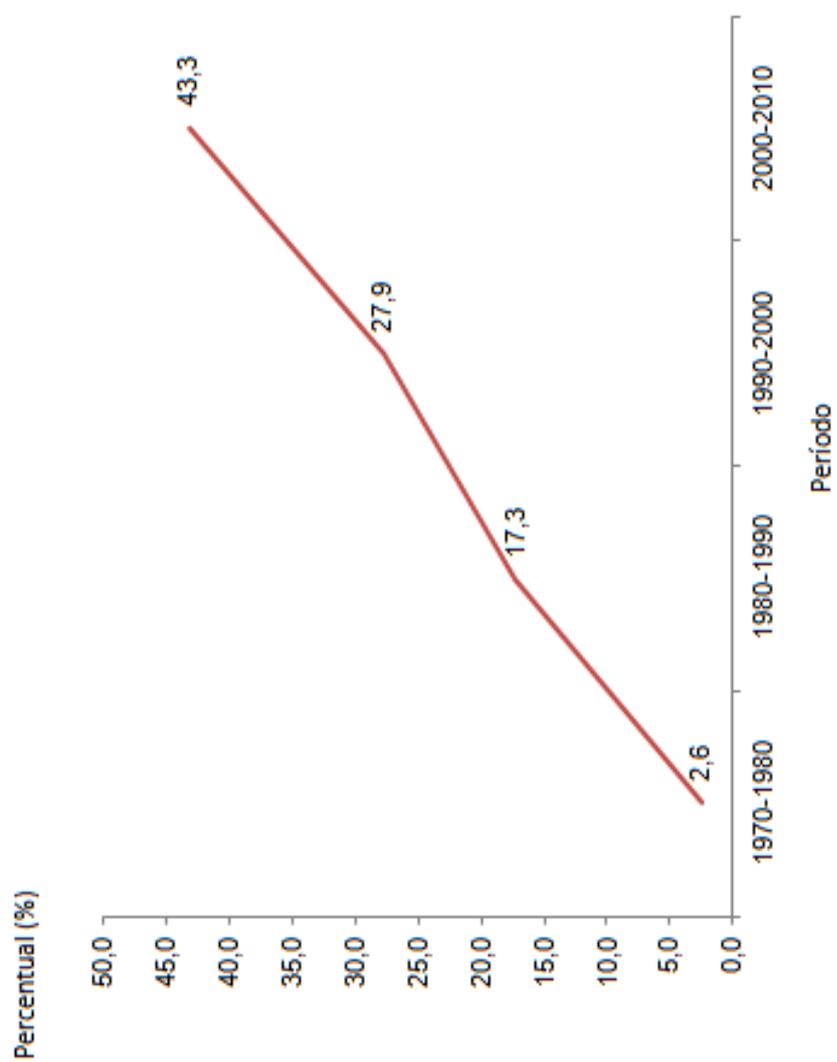
Fonte: Observatório das Metrópoles – IPPUR – UFRJ

Gráficos 3.6a: POPULAÇÃO TOTAL E PERCENTUAL DE CRESCIMENTO POPULACIONAL – SÃO GONÇALO – SÉCULO XX (1940-2010)



Fonte: Censos Demográficos – IBGE, referentes ao período compreendido entre os anos de 1940 e 2010.

Gráficos 3.6b: PERCENTUAL DE EXPANSÃO URBANA – SÃO GONÇALO – SÉCULO XX (1940-2010)



Fonte: Observatório das Metrópoles – IPPUR – UFRJ

enquanto mercadoria e refletindo em um espaço crescentemente diferenciado: a proliferação dos condomínios fechados é um exemplo claro deste processo.

Em São Gonçalo, esse fenômeno resulta em uma nova configuração socioespacial rompendo com a homogeneidade social no tecido urbano. Tal aspecto encontra-se engendrado em processos maiores, oriundos da globalização econômica encontrando sua expressão na reestruturação social na metrópole baseada nas novas relações de trabalho e nos ideais de planejamento e gestão urbanos liberais, observados através da orientação das políticas públicas e de ordenamento territorial.

Ainda nesta década, o Plano Diretor de São Gonçalo é aprovado com o intuito de organizar o território com base nas formas de uso do solo urbano municipal⁶⁹. Entretanto, a efetividade das ações propostas no conjunto das diretrizes definidas com o objetivo de racionalizar o uso e a ocupação territorial no plano encontra nas contradições das leis e na implementação destas os seus principais gargalos. Os instrumentos propostos nada mais proporcionam do que a legitimação e perpetuação dos problemas urbanos existentes no município, dentre eles a especulação imobiliária e a degradação ambiental⁷⁰.

Com o advento do Ministério das Cidades criado no ano de 2003, os primeiros passos rumo à construção de uma agenda integrada e efetiva de desenvolvimento urbano nacional são dados. Com o objetivo de promover efetivamente as políticas urbanas na área de saneamento, habitação e transporte, sua criação representa uma etapa inédita na construção de um planejamento urbano integrado de forma a fortalecer as competências locais através dos Planos Diretores Municipais, na definição de diretrizes voltadas para a redução das desigualdades urbanas e maior justiça ambiental no espaço urbano de algumas cidades.

Neste contexto, sob o enfoque de estabelecer uma agenda integrada na gestão urbana entre municípios da região, São Gonçalo integra a partir de 2003 o Consórcio Intermunicipal de

⁶⁹ Lei municipal nº 065 /1991 institui as bases gerais e promulga o Plano Diretor Municipal de São Gonçalo.

⁷⁰ Oliveira, M. M. Caminhos e Descaminhos do Planejamento Urbano Municipal de São Gonçalo. Monografia de Graduação em Geografia. UERJ/FFP, São Gonçalo, 2006, p.75-86.

Desenvolvimento do Leste Fluminense⁷¹. Esta agenda regional é complementada pelas conferências municipais de cada município, com o intuito de reforçar as diretrizes definidas por um conselho municipal voltado para a promoção e execução de políticas urbanas com a participação de atores locais. A emergência do novo Plano Diretor de São Gonçalo⁷², reformulado e dotado de novas diretrizes para o ordenamento territorial municipal constitui-se resultante deste processo.

Este novo momento no planejamento e gestão urbanos locais e regionais ocorre principalmente a guisa do período economicamente favorável. Recentemente, o estado do Rio de Janeiro vem esboçando sinais de uma lenta recuperação econômica na égide das novas circunstâncias as quais a economia brasileira se encontra.

Algumas considerações merecem ser colocadas sobre as novas configurações socioespaciais que emergem, na égide da nova dinâmica de acumulação e reorganização do espaço urbano regional:

- Na condição de antigo subúrbio industrial, ocorrendo uma crescente refuncionalização dos antigos espaços industriais locais, refletindo em novos padrões de uso e ocupação;
- Na disposição do ordenamento territorial previsto no Zoneamento Urbano estabelecido no Plano Diretor Municipal de 2008 que, entre outras palavras, legitima o atual quadro da questão urbana municipal;
- Nos novos arranjos socioespaciais a partir da implantação de políticas públicas de cunho regional, como os investimentos em habitação, saneamento e transporte previstos em grandes programas de investimento (Programa de Aceleração do Crescimento e Minha Casa Minha Vida);
- Na emergência de novas centralidades a partir da instalação de novos empreendimentos de cunho regional (comerciais, imobiliários e industriais)

⁷¹ Os princípios gerais na formação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE) no estado do Rio de Janeiro encontram-se, ab initio, nas primeiras conferências regionais realizadas entre os municípios da região do Leste Metropolitano na década de 2000, a primeira em Niterói (2003) e a segunda em Itaboraí (2005). O consórcio é instituído em 2006 por meio da Lei 1993, de 22 de Novembro de 2006 inicialmente entre os poderes executivos de 11 municípios - Itaboraí, São Gonçalo, Tanguá, Niterói, Rio Bonito, Magé, Guapimirim, Maricá, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu. Mais tarde, abrigaria os municípios de Araruama, Saquarema, Teresópolis e Friburgo.

⁷² Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Minuta do novo Plano Diretor, 2008.

O município de São Gonçalo é, nesta conjuntura, um dos municípios da região do Leste Metropolitano que tem mostrado de forma contundente as consequências deste novo momento econômico. Consequências essas negativas e positivas, claramente perceptíveis no espaço da cidade. Para tanto, há a necessidade de compreensão dos principais indicadores sociais e econômicos que se desenvolvem no espaço urbano regional e seus impactos no espaço intraurbano local, conforme veremos a seguir.

Capítulo 4

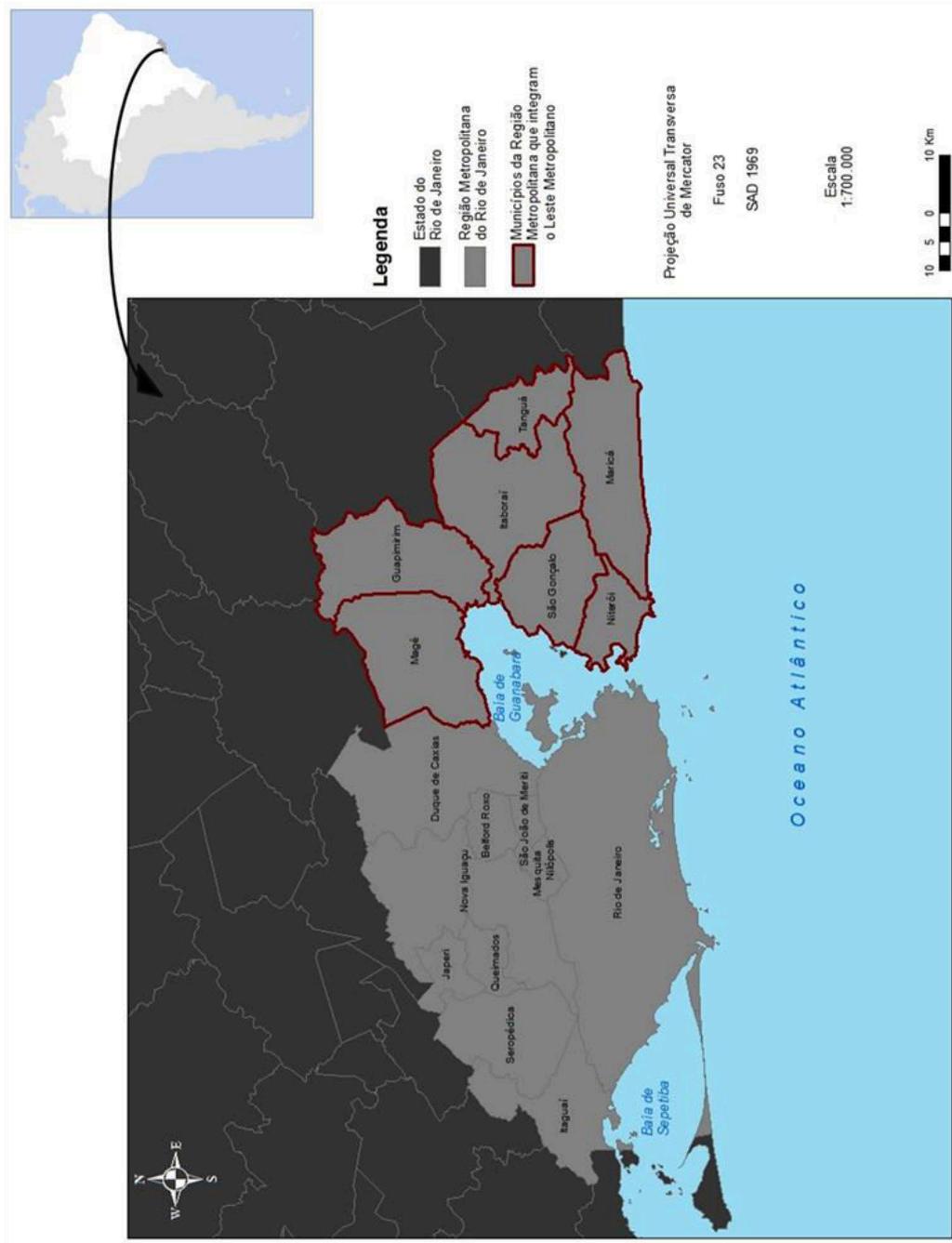
São Gonçalo no Leste Metropolitano atual: contexto socioeconômico no espaço urbano regional

Após um breve resgate histórico sobre o município de São Gonçalo em relação a sua evolução territorial e urbana no espaço regional, analisaremos alguns indicadores sociais e econômicos locais referentes ao município no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e logo, na região do Leste Fluminense (Mapa 4a).

Essa concepção vem ao encontro da busca de uma compreensão do espaço urbano regional em sua totalidade nas suas diversas dimensões, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou simbólicas. A idéia de região e o entendimento de sua configuração (Gomes, 1995, p.57), se constrói a partir de um olhar sobre o espaço urbano no contexto da aglomeração urbana. Pensar a aglomeração urbana é um convite direto à reflexão sobre o processo de metropolização e sobre a forte interdependência entre as unidades administrativas em relação ao núcleo da metrópole. Essa forte relação se baseia na idéia de um espaço de fluxos, em um intercâmbio bastante variado em termos populacionais e econômicos. Os desafios e os problemas da ordem urbana assumem, portanto, uma nova dimensão na escala dessas relações, alterando os padrões de planejamento e gestão territorial. Logo, o recorte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é essencial à análise.

Por outro lado, a necessidade de se abordar o Leste Metropolitano no conjunto da Região Metropolitana parte da formação de novos arranjos institucionais, no caso o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE), que em termos regionais surge em um contexto de redefinição de estratégias e ações conjuntas no território. A escala do planejamento adquire maior complexidade à medida que o consórcio redesenha o quadro político-institucional na gestão dos serviços públicos. Nesse estudo serão trabalhados os municípios que congregam o CONLESTE e simultaneamente fazem parte da Região Metropolitana.

Mapa 4a – O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO NO CONTEXTO REGIONAL ATUAL



Fonte: Observatório das Metrópoles – IPPUR – UFRJ

Para tanto, o olhar sobre os indicadores locais no conjunto dos processos urbanos regionais é essencial para o estudo que se segue. De início, conforme já foi apresentado, o desenvolvimento do município de São Gonçalo não se deu de forma autônoma no espaço e no tempo, uma vez que sua evolução é intrínseca aos processos territoriais na região, polarizados pelo município núcleo da metrópole e compartilhando uma situação socioeconômica comum a outras unidades administrativas que compõem a região.

4.1 - Dinâmica populacional recente

Nessa parte, interessa à pesquisa analisar os dados referentes à população residente no conjunto da região: total de moradores, percentual de crescimento populacional e taxa de urbanização. Para tanto, recorreremos aos dados referentes aos censos demográficos de 2000 e 2010 realizados pelo IBGE.

Para o ano de 2000 (Tabela 4.1a), o município de São Gonçalo apresentava uma população estimada em 891.119 habitantes, somente atrás do município do Rio de Janeiro. Porém, há outro cenário para análise: considerando o município de Mesquita como pertencente ao município de Nova Iguaçu, São Gonçalo figura em terceiro lugar no conjunto da Região Metropolitana. Em relação a ambos os cenários no conjunto dos municípios da Região Metropolitana que constituem o Leste Fluminense, São Gonçalo firma-se como município mais populoso da região.

No ano de 2010 (Tabela 4.1a), o município de São Gonçalo ainda configura como o segundo município mais populoso da Região Metropolitana com 999.728 habitantes, assim como o mais populoso no conjunto de municípios metropolitanos que congregam o Leste Metropolitano. Ao analisar as taxas de crescimento populacional no período, São Gonçalo apresenta um percentual abaixo da média para a Região Metropolitana (15,8%) e para os municípios metropolitanos que congregam o Leste Metropolitano (23,5%).

Tabela 4.1a: POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E CORRESPONDENTES AOS MUNICÍPIOS DO LESTE METROPOLITANO E PERCENTUAL DE CRESCIMENTO NO DECÊNIO 2000-2010

Município	Pop. 2000	Pop. 2010	Crescimento (%)
Belford Roxo	434474	469332	8,0
Duque de Caxias	775456	855048	10,3
Guapimirim	37952	51483	35,7
Itaboraí	187479	218008	16,3
Itaguaí	82003	109091	33,0
Japeri	83278	95492	14,7
Mage	205830	227322	10,4
Maricá	76737	127461	66,1
Mesquita**	164879	168376	2,1
Nilópolis	153712	157425	2,4
Niterói	459451	487562	6,1
Nova Iguaçu**	755720	796257	5,4
Paracambi	40475	47124	16,4
Queimados	121993	137962	13,1
Rio de Janeiro	5857904	6320446	7,9
São Gonçalo	891119	999728	12,2
S. J. de Meriti	449476	458673	2,0
Seropedica	65260	78186	19,8
Tanguá	26057	30732	17,9
Região Metropolitana	8821167	11835708	34,2
Leste Metropolitano*	1884625	2142296	13,7

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Mage, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanguá.

**Até o ano de 2001, o município de Mesquita fazia parte do município de Nova Iguaçu. Portanto, os dados referentes à população de 2000 para ambos os municípios foram obtidos por meio de estimativas calculadas com base nos setores censitários do município de Nova Iguaçu para o ano de 2000 que compreendem atualmente o município de Mesquita.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Ao aprofundar os indicadores em relação à mobilidade, a Tabela 4.1b apresenta um indicador importante em termos de mobilidade e crescimento populacional. De acordo com a análise da tabela, cerca de 520.000 novas pessoas ingressaram na Região Metropolitana (em especial municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, respectivamente) até meados do ano de 2005. Em relação à Região Metropolitana, cerca de 125.000 pessoas ingressaram nos municípios metropolitanos que compõem o Leste Metropolitano: São Gonçalo apresenta, nesse conjunto, o segundo percentual mais elevado, somente atrás do município de Niterói.

Tabela 4.1b: PESSOAS ACIMA DE CINCO ANOS DE IDADE QUE NÃO RESIDIAM NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA ATÉ 31/07/2005 E PERCENTUAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA REGIÃO METROPOLITANA E AO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS METROPOLITANOS QUE COMPÕEM O LESTE METROPOLITANO* EM 2010

Município	Nº total de pessoas	% em relação ao total da Região Metropolitana	% em relação ao total do conjunto de municípios metropolitanos que compõem a RMRJ
Belford Roxo	22.174	4,3	
Duque de Caxias	35.223	6,8	
Guapimirim	4.504	0,9	3,1
Itaboraí	18.945	3,7	13,0
Itaguaí	10.183	2,0	
Japeri	6.336	1,2	
Magé	14.019	2,7	9,6
Maricá	24.358	4,7	16,8
Mesquita	13.080	2,5	
Nilópolis	8.546	1,7	
Niterói	40.717	7,9	28,0
Nova Iguaçu	35.485	6,9	
Paracambi	1.591	0,3	
Queimados	7.882	1,5	
Rio de Janeiro	202.588	39,2	
São Gonçalo	40.395	7,8	27,8
São João de Meriti	20.200	3,9	
Seropédica	8.555	1,7	
Tanquá	2.375	0,5	1,6
Região Metropolitana	517156		
Leste Metropolitano*	145313		

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanquá. Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010

A proporção da população residente no município de São Gonçalo em relação ao conjunto da Região Metropolitana, estabelecida através percentual da população do município em relação à população total da Região Metropolitana é de 8,4%, enquanto que no conjunto da população nos municípios metropolitanos que agregam o Leste Metropolitano é de 46,7%, ou seja: cerca de metade da população residente nessa região mora em São Gonçalo (Tabela 4.1c).

Tabela 4.1c: PERCENTUAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DO CONJUNTO DA POPULAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E NOS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS QUE COMPREENDEM O LESTE METROPOLITANO* EM 2010

Municípios	(%)
Belford Roxo	4,0
Duque de Caxias	7,2
Guapimirim	0,4
Itaboraí	1,8
Itaquai	0,9
Japeri	0,8
Mage	1,9
Marica	1,1
Mesquita**	1,4
Nilópolis	1,3
Niterói	4,1
Nova Iguaçu**	6,7
Paracambi	0,4
Queimados	1,2
Rio de Janeiro	53,4
São Gonçalo	8,4
S. J. de Meriti	3,9
Seropédica	0,7
Tanguá	0,3
Região Metropolitana	100

Municípios	(%)
Guapimirim	2,4
Itaboraí	10,2
Mage	10,6
Marica	5,9
Niterói	22,8
São Gonçalo	46,7
Tanguá	1,4
Leste Metropolitano*	100

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Mage, Marica, Niterói, São Gonçalo e Tanguá.
 **Até o ano de 2001, o município de Mesquita fazia parte do município de Nova Iguaçu. Portanto, os dados referentes à população de 2000 para ambos os municípios foram obtidos por meio de estimativas calculadas com base nos setores censitários do município de Nova Iguaçu para o ano de 2000 que compreendem atualmente o município de Mesquita. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Ao verificar as taxas de urbanização referentes à proporção da população urbana em relação ao conjunto da população total no recorte regional específico (Tabela 4.1d), observa-se que o município de São Gonçalo apresenta uma taxa elevada (99,9%) quando comparada com o conjunto da metrópole. Sob o enfoque dos municípios do Leste Metropolitano que compreendem a Região Metropolitana, São Gonçalo apresenta a segunda taxa mais alta, somente atrás de Niterói (100%).

Tabela 4.1d: TAXA DE URBANIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E CORRESPONDENTES AOS MUNICÍPIOS DO LESTE METROPOLITANO* EM 2010

Município	Pop. Urbana (2010)	Pop. Rural (2010)	Taxa de Urbanização (%)
Belford Roxo	469.332	0	100,0
Duque de Caxias	852.138	2.910	99,7
Guapimirim	49.792	1.691	96,7
Itaboraí	215.327	2.681	98,8
Itaquai	104.209	4.882	95,5
Japeri	95.492	0	100,0
Mage	215.236	12.086	94,7
Maricá	125.401	2.060	98,4
Mesquita**	168.376	0	100,0
Nilópolis	157.425	0	100,0
Niterói	487.562	0	100,0
Nova Iguaçu**	787.563	8.694	98,9
Paracambi	41.722	5.402	88,5
Queimados	137.962	0	100,0
Rio de Janeiro	6.320.446	0	100,0
São Gonçalo	998.999	729	99,9
S. J. de Meriti	458.673	0	100,0
Seropédica	64.285	13.901	82,2
Tanguá	27.428	3.304	89,2
Região Metropolitana	11.777.368	58.340	99,5
Leste Metropolitano*	2119745	22.551	98,9

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Mage, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanguá. **Até o ano de 2001, o município de Mesquita fazia parte do município de Nova Iguaçu. Portanto, os dados referentes à população de 2000 para ambos os municípios foram obtidos por meio de estimativas calculadas com base nos setores censitários do município de Nova Iguaçu para o ano de 2000 que compreendem atualmente o município de Mesquita. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Considerações importantes podem ser extraídas a partir da análise dos dados relativos ao crescimento populacional e à produção do espaço urbano regional. Cabe destacar o peso crescente da população residente nos municípios metropolitanos do Leste Metropolitano no total da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, deflagrado na taxa de crescimento da população residente: cerca de metade dos municípios metropolitanos do Leste Metropolitano apresentam taxas de crescimento acima da média para ambos os recortes regionais.

Ao se trabalhar as taxas de urbanização, observa-se que se trata de municípios que estão se urbanizando rapidamente, pressupondo a ideia de transição de terras rurais em terras urbanas ou ainda, na ocupação crescente de áreas ainda desocupadas, como no caso dos municípios de Maricá e Guapimirim, Tanguá e Itaboraí apresentando as taxas mais altas. Apesar de São Gonçalo apresentar uma taxa de crescimento mediana em termos metropolitanos conforme visto anteriormente, essa situação não elimina as possibilidades de se refletir acerca dos principais problemas inerentes em relação ao crescimento urbano desordenado, observado na precariedade em termos de infraestrutura e no incremento de assentamentos precários, conforme será visto adiante.

4.2 – Domicílios e infraestrutura urbana básica

Com base no Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE analisamos os dados referentes à situação dos domicílios em relação ao abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia. Referentes ao setor censitário, os dados foram compatibilizados ao nível dos municípios e os indicadores foram desenvolvidos a partir do cálculo percentual dos domicílios particulares permanentes urbanos atendidos em relação ao total de domicílios particulares permanentes nos setores

Tabela 4.2a: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E CORRESPONDENTES AOS MUNICÍPIOS DO LESTE METROPOLITANO* DE ACORDO COM OS DIFERENTES NÍVEIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – 2010

Município	Rede Geral (%)	Poço ou Nascente (%)	Chuva ou Cisterna (%)	Outras Formas (%)
Belford Roxo	74,5	19,8	0,0	5,6
Duque de Caxias	62,6	32,2	0,1	5,2
Guapimirim	55,7	34,0	0,0	10,2
Itaboraí	27,1	62,3	0,1	10,5
Itaguaí	81,2	14,4	0,1	4,4
Japeri	83,2	12,5	0,1	4,2
Mage	40,1	45,8	0,1	14,0
Maricá	18,9	74,1	0,3	6,6
Mesquita	91,2	5,2	0,0	3,5
Nilópolis	91,2	7,4	0,1	1,3
Niterói	97,4	1,7	0,1	0,9
Nova Iguaçu	76,3	20,3	0,0	3,4
Paracambi	68,0	21,2	0,0	10,7
Queimados	82,5	15,4	0,0	2,0
Rio de Janeiro	98,5	0,6	0,0	0,9
São Gonçalo	79,7	13,2	0,2	6,9
S.J. de Meriti	93,0	4,7	0,1	2,2
Seropédica	93,8	5,0	0,0	1,3
Tanque	30,6	62,9	0,0	6,4
Região Metropolitana	87,6	9,6	0,0	2,8
Leste Metropolitano*	69,9	23,4	0,1	6,6

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Mage, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanque. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Considerando o abastecimento de água (Tabela 4.2a), toma-se como adequado o serviço estabelecido somente por meio da rede geral, sob competência da CEDAE. Nesse contexto, São Gonçalo apresenta um percentual bastante elevado (79,7%), embora ainda abaixo do percentual total da Região Metropolitana (87,6%). Por outro lado, no recorte compreendido pelos municípios metropolitanos que fazem parte do Leste Metropolitano, é o segundo município com o melhor percentual de atendimento, somente ultrapassado pelo município de Niterói (97,4%).

Tabela 4.2b: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E CORRESPONDENTES AOS MUNICÍPIOS DO L. METROPOLITANO* DE ACORDO COM OS DIFERENTES NÍVEIS DE COLETA DE ESGOTO - 2010

Município	Rede Geral (%)	Fossa Septica (%)	Fossa Rudimentar (%)	Vala (%)	Rio, Lago ou Mar (%)	Outra Forma (%)
Belford Roxo	72,9	9,3	7,3	8,3	1,3	0,8
Duque de Caxias	77,3	8,9	4,0	6,8	2,5	0,5
Guapimirim	46,9	22,7	19,4	9,8	0,9	0,3
Itaboraí	40,8	25,4	14,1	16,2	2,5	1,1
Itaguaí	68,7	9,5	8,6	9,7	1,9	1,6
Japeri	60,4	8,8	9,4	17,1	3,5	0,8
Magé	48,2	15,9	14,1	14,8	5,7	1,3
Maricá	12,4	51,9	28,2	5,1	1,7	0,7
Mesquita	87,6	6,3	0,9	2,7	2,2	0,4
Nilópolis	96,2	2,6	0,3	0,1	0,8	0,1
Niterói	87,2	5,1	1,9	3,6	2,0	0,3
Nova Iguaçu	78,1	5,9	2,9	10,4	2,2	0,5
Paracambi	77,1	6,0	2,4	7,9	6,2	0,3
Queimados	68,9	15,5	3,9	8,4	2,7	0,6
Rio de Janeiro	91,0	4,0	1,1	2,2	1,4	0,3
São Gonçalo	68,4	13,7	4,3	8,3	4,6	0,7
S. J. de Meriti	90,4	4,2	1,1	2,0	1,8	0,6
Seropédica	58,4	7,0	11,3	20,4	2,1	0,9
Tanguá	56,3	3,3	18,9	17,1	4,0	0,4
Região Metropolitana	82,8	6,9	3,0	4,8	2,0	0,4
Leste Metropolitano*	68,7	13,0	5,8	8,2	3,7	0,7

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanguá. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Quanto à rede de coleta de esgoto (Tabela 4.2b), também sob a competência da CEDAE, toma-se como adequado a coleta de esgoto pela rede geral. O município de São Gonçalo apresenta um percentual de coleta adequado baixo (68,4%) em relação ao verificado para a Região Metropolitana (82,8%) e no conjunto de municípios metropolitanos que fazem parte do Leste Metropolitano (62,7%). Entretanto, em relação a esse último, o município ainda apresenta o segundo melhor indicador, atrás somente do município de Niterói (87,2%).

Tabela 4.2c: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E CORRESPONDENTES AOS MUNICÍPIOS DO L. METROPOLITANO DE ACORDO COM OS DIFERENTES NÍVEIS DE COLETA DE LIXO - 2010

Município	Serviço de limpeza (%)	Caçamba (%)	Queimado (%)	Enterrado (%)	Terreno baldio ou logradouro (%)	Rio, lago ou mar (%)	Outras formas de tratamento (%)
Belford Roxo	85,4	3,3	4,7	0,1	6,0	0,1	0,5
Duque de Caxias	92,4	3,5	2,3	0,0	1,4	0,1	0,2
Guapimirim	88,2	5,1	5,9	0,2	0,5	0,0	0,2
Itaboraí	89,2	3,8	5,9	0,1	0,7	0,1	0,2
Itaguaí	92,8	4,3	2,2	0,1	0,3	0,1	0,2
Japeri	81,9	3,4	11,3	0,1	2,2	0,3	0,7
Mage	92,8	3,1	3,6	0,1	0,2	0,0	0,2
Maricá	85,1	8,1	3,0	0,0	1,0	0,0	2,8
Mesquita	94,2	4,6	0,5	0,0	0,5	0,2	0,1
Nilópolis	97,6	2,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
Niterói	83,0	15,9	0,3	0,0	0,7	0,0	0,0
Nova Iguaçu	92,2	2,5	3,3	0,0	1,5	0,2	0,2
Paracambi	83,6	10,9	5,2	0,1	0,1	0,0	0,1
Queimados	87,1	7,0	4,1	0,1	1,3	0,2	0,1
Rio de Janeiro	85,1	14,2	0,1	0,0	0,6	0,0	0,0
São Gonçalo	88,8	5,0	3,6	0,0	2,2	0,1	0,3
S. J. de Meriti	96,8	1,4	0,4	0,0	1,1	0,1	0,2
Seropédica	90,2	2,5	6,5	0,1	0,3	0,0	0,3
Tanque	90,7	3,0	6,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Região Metropolitana	87,3	10,0	1,4	0,0	1,0	0,1	0,2
Leste Metropolitano*	87,6	7,5	3,1	0,0	1,3	0,1	0,4

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Mage, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanque. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Em relação ao serviço de coleta de lixo (Tabela 4.2c), esse é realizado pela empresa Marquise. Tomando como adequado o serviço de coleta por meio do serviço de limpeza, São Gonçalo apresenta um elevado percentual de atendimento domiciliar (88,8%), tanto na escala da Região Metropolitana quanto em relação ao conjunto dos municípios metropolitanos que fazem parte do Leste Metropolitano. Em ambas as situações, os indicadores são razoáveis em termos de atendimento.

Por último, sobre o fornecimento de energia (Tabela 4.2.d) prestado pela empresa AMPLA, toma-se como abastecimento adequado aquele prestado por meio de medidor individual ou medidor compartilhado. Verifica-se que o percentual de domicílios atendidos no município de São Gonçalo (96,7%) é superior ao total verificado para a Região Metropolitana e para o conjunto dos municípios metropolitanos que fazem parte do Leste Metropolitano, o que sugere um bom nível de abastecimento.

Tabela 4.2d: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E CORRESPONDENTES AOS MUNICÍPIOS DO LESTE METROPOLITANO* DE ACORDO COM OS DIFERENTES NÍVEIS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA - 2010

Município	Medidor individual (%)	Medidor compartilhado (%)	Sem medidor (%)	Outras fontes (%)	Sem energia (%)
Belford Roxo	76,7	7,7	11,7	3,8	0,1
Duque de Caxias	83,8	6,3	7,6	2,2	0,1
Guapimirim	87,8	8,8	2,4	0,8	0,2
Itaboraí	88,1	5,2	5,0	1,5	0,2
Itaguaí	82,3	8,6	7,1	1,9	0,1
Japeri	64,6	7,2	21,3	6,7	0,2
Mage	91,9	4,6	2,3	0,9	0,3
Marica	91,8	4,5	2,3	1,3	0,1
Mesquita	88,2	7,4	3,7	0,6	0,1
Nilópolis	92,6	4,5	2,5	0,4	0,1
Niterói	92,5	3,2	3,2	1,1	0,0
Nova Iguaçu	82,3	5,7	9,9	1,9	0,1
Paracambi	92,0	5,9	1,8	0,1	0,2
Queimados	78,4	7,6	12,0	1,7	0,2
Rio de Janeiro	87,1	5,4	6,0	1,4	0,0
São Gonçalo	94,0	2,7	2,2	1,0	0,1
S. J. de Meriti	85,2	8,3	5,4	1,0	0,1
Seropedica	74,2	9,9	14,1	1,6	0,1
Tanguá	87,3	6,4	5,5	0,6	0,3
Região Metropolitana	86,8	5,5	6,1	1,5	0,1
Leste Metropolitano*	92,5	3,6	2,8	1,1	0,1

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Mage, Marica, Niterói, São Gonçalo e Tanguá. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

No quadro geral, observa-se que os indicadores relativos ao abastecimento de água e coleta de esgoto para os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que congregam o Leste Metropolitano são bastante inferiores em relação ao conjunto geral da região. Para além, as disparidades locais em termos de acesso ao serviço são elevadas, demonstrando se tratar de um problema conjuntural, de ordem regional. Logo, supõe que a oferta desses serviços não acompanhou a demanda, acarretando a precariedade no acesso, conforme observado no município de São Gonçalo.

Vale citar a pesquisa desenvolvida pela UN-Habitat em relação ao monitoramento de indicadores socioeconômicos do impacto do COMPERJ sobre os municípios da Região de Influência, desenvolvida em parceria com a Universidade Federal Fluminense e a Petrobras⁷³. Se tratando de um avanço considerável em termos de análise regional, os estudos chamam a atenção no sentido de alertar que os problemas em relação ao abastecimento de água estão muito além da ordem estrutural em termos de acesso. A disponibilidade hídrica encontra-se seriamente comprometida em relação à demanda futura para a região, principalmente com a instalação do COMPERJ. Obras que visem à

⁷³ Relatório Anual de Monitoramento dos Indicadores de ODMs (2009 – 2010) nos municípios da Região de Influência do COMPERJ. Rio de Janeiro, UN-Habitat, 2012.

elevação da vazão hídrica e a ampliação da rede resvalam em impactos socioambientais iminentes ou não avançam no sentido de cumprir uma meta verdadeiramente regional.

Ainda, o serviço de coleta de esgoto é colocado no estudo como um problema crônico. Além da rede oficial não chegar à maioria dos domicílios pesquisados, os efluentes domésticos e industriais não possuem tratamento. Logo, a efetividade do serviço de coleta encontra seu maior gargalo na ineficiência e, até mesmo, inexistência das estações de tratamento de esgoto na região.

4.3 - Aspectos econômicos

Em relação aos aspectos econômicos, analisamos os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) por setor de atividade e Produto Interno Bruto per capita. Esses dados foram obtidos por meio do IBGE e do CEEP/CEPERJ do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Ao analisar o Produto Interno Bruto dos municípios no conjunto geral da Região Metropolitana (Tabela 4.3a), observa-se que o município de São Gonçalo ocupa o quarto lugar no ranking, atrás somente do município núcleo(1º), Duque de Caxias (2º) e Niterói (3º). Esses números podem ser mais bem verificados ao analisar o percentual de participação do PIB no conjunto regional (Tabela 4.3b).

Tabela 4.3a: PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE POR MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO – 2009

Município	Total (R\$)	Posição	Setores			
			Agropecuária (R\$)	Indústria (R\$)	Serviços (R\$) (1)	Ad. Pública (R\$)
Belford Roxo	3 885 522	6	1 828	1 023 419	2 860 276	1 572 607
Duque de Caxias	22 855 463	2	6 881	7 572 540	15 276 043	3 037 363
Guapimirim	382 351	17	5 526	67 449	309 376	162 974
Itaboraí	1 891 920	9	5 425	280 922	1 605 574	768 464
Itaguaí	2 577 143	8	15 047	237 606	2 324 490	419 764
Japeri	569 717	16	2 708	58 106	508 903	322 398
Mage	1 745 402	10	21 086	223 198	1 501 118	791 442
Maricá	1 035 931	14	4 184	125 118	906 628	408 852
Mesquita	1 424 022	11	363	168 495	1 255 164	589 928
Nilópolis	1 419 723	12	-	154 606	1 265 117	508 266
Niterói	9 328 679	3	13 850	1 306 385	8 008 443	1 839 135
Nova Iguaçu	8 659 086	5	7 686	1 264 461	7 386 938	2 756 930
Paracambi	381 551	18	1 997	46 648	332 906	165 610
Queimados	1 139 251	13	1 763	267 199	870 289	430 388
Rio de Janeiro	139 314 126	1	53 001	20 989 746	118 271 379	22 084 411
São Gonçalo	8 954 008	4	24 862	1 368 698	7 560 448	3 025 076
S. J. de Meriti	3 724 705	7	816	366 217	3 357 672	1 397 032
Seropedica	623 315	15	6 259	114 542	502 515	270 198
Tanguá	225 938	19	2 419	34 717	188 801	105 570
Região Metropolitana	210137853		175699	35670072	174292081	40656410
Leste Metropolitano*	23564228		77351	3406488	20080389	7101513

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Mage, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanguá. Fonte: SEPLAG/CEPERJ/CEEP – Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 4.3b: PERCENTUAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO NOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DO CONJUNTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E NOS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS QUE COMPREENDEM O LESTE METROPOLITANO* EM 2010

Município	(%)	Município	(%)
Belford Roxo	1,85	Guapimirim	1,62
Duque de Caxias	10,88	Itaboraí	8,03
Guapimirim	0,18	Mage	7,41
Itaboraí	0,90	Maricá	4,40
Itaguaí	1,23	Niterói	39,59
Japeri	0,27	São Gonçalo	38,00
Mage	0,83	Tanguá	0,96
Maricá	0,49	Leste Metropolitano*	100
Mesquita	0,68		
Nilópolis	0,68		
Niterói	4,44		
Nova Iguaçu	4,12		
Paracambi	0,18		
Queimados	0,54		
Rio de Janeiro	66,30		
São Gonçalo	4,26		
S. J. de Meriti	1,77		
Seropedica	0,30		
Tanguá	0,11		
Região Metropolitana	100		

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Mage, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanguá. Fonte: SEPLAG/CEPERJ/CEEP – Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Observa-se também que grande parte da riqueza gerada no total dos municípios que compreendem a Região Metropolitana é oriunda do setor de serviços: no caso do município de São

Gonçalo, o setor de serviços corresponde a cerca de 85% da riqueza gerada no total do PIB municipal, enquanto que o setor industrial e agrícola respondem por cerca de 15% e 0,2% respectivamente.

Conforme relatório sobre Produto Interno Bruto para os municípios do Estado do Rio de Janeiro realizado pela Fundação CEPERJ para o período de 2005 a 2009⁷⁴, o PIB do município é apresentado como um dos que mais cresceram no período da pesquisa. Apresenta destaque para o setor de serviços nos seguintes segmentos - Administração Pública (40%), Atividades Imobiliárias e Aluguéis (19,2%) e Prestação de Serviços às Empresas (8,9%) – em função do dinamismo desses setores em relação aos demais.

Ainda que em segundo lugar, o setor industrial do município de São Gonçalo é apresentado no relatório como um dos que mais ganharam expressividade no conjunto da Região Metropolitana. Embora o município possua tradição nos segmentos alimentício (conserva de peixes) e químico (farmacêutico), houve incremento no total do valor de produção em relação a outros gêneros como produção de tinta, vidro, papel e papelão, entre outros.

Sobre o PIB per capita (Tabela 4.3c), observa-se que o município de São Gonçalo apresenta o sexto maior valor para a Região Metropolitana, assim como o segundo maior no conjunto dos municípios metropolitanos que integram o Leste Metropolitano (R\$9699,00), precedido pelos municípios de Duque de Caxias, Itaguaí, Rio de Janeiro, Niterói e Nova Iguaçu respectivamente por ordem de valores. No conjunto total, o município de São Gonçalo apresenta um valor abaixo da média para os recortes espaciais pesquisados, estando somente quatro municípios com valores acima da média (Duque de Caxias, Itaguaí, Rio de Janeiro e Niterói).

⁷⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – 2005 – 2009 Estado do Rio de Janeiro. SEPLAG/CEPERJ/CEEP. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

Tabela 4.3c: PERCENTUAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA NOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DO CONJUNTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E NOS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS QUE COMPREENDEM O LESTE METROPOLITANO* EM 2010

Município	Total (R\$)	Per capita (R\$)
Belford Roxo	3 885 522	8 280
Duque de Caxias	22 855 463	29 501
Guapimirim	382 351	8 257
Itaboraí	1 891 920	8 792
Itaquai	2 577 143	28 479
Japeri	569 717	5 792
Mage	1 745 402	7 544
Maricá	1 035 931	8 744
Mesquita	1 424 022	7 928
Nilópolis	1 419 723	9 434
Niterói	9 328 679	22 530
Nova Iguaçu	8 659 086	11 047
Paracambi	381 551	8 838
Queimados	1 139 251	8 785
Rio de Janeiro	139 314 126	28 406
São Gonçalo	8 954 008	9 699
S. J. de Meriti	3 724 705	8 514
Seropédica	623 315	8 574
Tanque	225 938	7 842
		Média per capita
Região Metropolitana	210137853	12473
Leste Metropolitano*	23564228	10487

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Mage, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanque. Fonte: SEPLAG/CEPERJ/CEEP – Governo do Estado do Rio de Janeiro

No âmbito geral da análise dos indicadores econômicos e com base no relatório econômico produzido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para análise de PIB no período de 2005 a 2009, observa-se que embora o município núcleo (Rio de Janeiro) concentre mais da metade do valor do PIB para a Região Metropolitana, alguns municípios da Região Metropolitana possuem peso preponderante nos valores totais para o conjunto em relação a outros municípios (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói e São Gonçalo), como no caso o município de São Gonçalo no contexto dos municípios metropolitanos que integram o Leste Metropolitano. A princípio, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentou, conforme aponta o relatório, a maior participação no PIB estadual para o ano de 2009.

Sobre a participação dos setores por atividade na participação total do PIB, observa-se que embora o setor de serviços prevaleça em todos os municípios da Região Metropolitana e dos municípios do Leste Metropolitano que são integrados à Região Metropolitana, o avanço verificado para esse setor encontra-se fundamentado nos segmentos de aporte logístico ao setor industrial, seja para a indústria de base, seja na indústria de transformação. Essa lógica corresponde aos novos investimentos em cadeia produtiva na Região Metropolitana do Rio de Janeiro como o setor

siderúrgico e o petroquímico. Para o Leste Metropolitano, pode-se pensar nos efeitos econômicos a cargo da implantação do COMPERJ no município de Itaboraí.

Outro segmento que apresenta um grande percentual na participação do PIB para os municípios metropolitanos são as atividades relacionadas ao mercado imobiliário. Acessibilidade dos preços, o crédito farto, os juros baixos e as possibilidades de lucro no mercado de imóveis são fatores primordiais na compreensão desse fenômeno, além de outros fatores inerentes ao processo urbano regional do Rio de Janeiro.

No caso do Leste Metropolitano, a chegada do COMPERJ à região vem a gerar um efeito renda, além de reordenar e reorientar o espaço produtivo regional, atentando para as novas vocações industriais que emergem. Essas mudanças implicam em novo ordenamento territorial, nos quais fatores como renda, ocupação, mercado de trabalho e mobilidade influenciam diretamente esse processo.

Sobre o indicador de renda per capita, é interessante colocar que para além de um indicador econômico é essencialmente um indicador de desigualdade social. Visto que a realidade socioespacial na maioria dos municípios metropolitanos não condiz com os números apresentados, pressupõe-se que boa parte da riqueza gerada encontra-se concentrada socialmente. Para o município de São Gonçalo, indaga-se sobre o efeito da implantação do COMPERJ na renda regional de forma que se tratando de uma região bastante desigual, essa discrepância social tenderá a uma redução ou a uma ampliação.

4.4 – Aspectos sociais

Quanto aos aspectos sociais, investigamos os seguintes índices: Índice de Desenvolvimento Humano (com base nos dados do UN – PNUD 2000), o Índice de GINI (com base no Censo demográfico de 2000 e na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003 – IBGE), indicadores de renda e escolaridade (Censo Demográfico de 2010 – IBGE).

Tabela 4.4a: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ÍNDICE DE GINI PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E PARA O CONJUNTO DE MUNICÍPIOS DO LESTE METROPOLITANO* QUE COMPÕEM A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO EM 2000

Município	IDH	Ranking
Belford Roxo	0,742	13
Duque de Caxias	0,753	11
Guapimirim	0,739	14
Itaboraí	0,737	15
Itaguaí	0,768	8
Japeri	0,724	17
Mage	0,746	12
Maricá	0,786	4
Mesquita	*	*
Nilópolis	0,788	3
Niterói	0,886	1
Nova Iguaçu	0,762	9
Paracambi	0,771	7
Queimados	0,732	16
Rio de Janeiro	0,842	2
São Gonçalo	0,782	5
S. J. de Meriti	0,774	6
Seropédica	0,759	10
Tanque	0,722	18
Região Metropolitana	0,77	
Leste Metropolitano*	0,79	

Município	GINI	Ranking
Belford Roxo	0,38	1
Duque de Caxias	0,42	5
Guapimirim	0,42	5
Itaboraí	0,39	2
Itaguaí	0,4	3
Japeri	0,38	1
Mage	0,41	4
Maricá	0,44	6
Mesquita	*	*
Nilópolis	0,4	3
Niterói	0,46	7
Nova Iguaçu	0,41	4
Paracambi	0,41	4
Queimados	0,39	2
Rio de Janeiro	0,48	8
São Gonçalo	0,41	4
S. J. de Meriti	0,4	3
Seropédica	0,4	3
Tanque	0,39	2
Região Metropolitana	0,41	
Leste Metropolitano*	0,42	

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Mage, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanque. **Até o ano de 2001, o município de Mesquita fazia parte do município de Nova Iguaçu. Portanto, os dados referentes à população de 2000 para ambos os municípios foram obtidos por meio de estimativas calculadas com base nos setores censitários do município de Nova Iguaçu para o ano de 2000 que compreendem atualmente o município de Mesquita. Fonte: UN/PNUD – 2000; Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003.

Conforme visto anteriormente, observamos um significativo incremento populacional no município, assim como um contínuo processo de expansão urbana. Diante desse quadro, indagamos sobre as condições de vida da população do município de São Gonçalo em relação ao contexto regional. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano para o ano de 2000 (Tabela 4.4a), indicador baseado em dados de educação, expectativa de vida ao nascer e PIB per capita, o município de São Gonçalo apresenta um grau de desenvolvimento médio, entretanto, próximo ao nível considerado alto (acima de 0,8). Em relação ao conjunto regional, São Gonçalo encontra-se em quinto lugar no ranking (0,782), atrás dos municípios de Niterói(1º - 0,886) e Rio de Janeiro (2º - 0,842) com níveis considerados de alto desenvolvimento humano, seguidos de Nilópolis (3º - 0,788) e Maricá (4º - 0,786) apresentando níveis médios respectivamente. Sua média é acima da média metropolitana, entretanto ligeiramente abaixo da média para os municípios metropolitanos que congregam o Leste Metropolitano.

Ainda, na mesma tabela consideramos também o Coeficiente de Gini, um índice importante com o intuito de avaliar o nível de desigualdade social em termos de distribuição de renda. Sabendo que os índices variam entre 0 e 1, e logo, da condição de igualdade de renda à extrema desigualdade, analisamos que o município de São Gonçalo apresenta um indicador na média para o Leste

Metropolitano (0,42) e acima da média para a Região Metropolitana (0,41), considerado de desigualdade moderada à alta (até 0,5). Em relação a cada município, São Gonçalo apresenta o quarto maior nível de desigualdade na região, conjuntamente com Nova Iguaçu, Magé e Paracambi.

Entretanto, o mais interessante é observarmos, no contexto regional, a relação inversamente proporcional entre o Índice de Desenvolvimento Humano e o Coeficiente de Gini, de forma a chamar atenção para a relação entre desenvolvimento social e renda. Os municípios que apresentam os melhores indicadores são justamente aqueles que simultaneamente apresentam os maiores níveis de desigualdade social, no caso particular, Niterói e Rio de Janeiro. Isso nos leva a refletir sobre os diferentes níveis de acesso de grande parte da população à escola, saúde e riqueza produzida, de acordo com o seu status de renda. São municípios que concentram riqueza e desenvolvimento na região e simultaneamente, concentram esses mesmos indicadores em seus níveis intralocais.

Em contrapartida, municípios mais pobres como Japeri e Tanguá apresentam um desenvolvimento social baixo, mas simultaneamente apresentam Coeficientes de Gini relativamente melhores. Todavia, se tratam de municípios cuja grande parte da população se encontra em níveis de renda bastante baixos, o que coloca a posição desses municípios em uma situação ainda mais delicada.

Proporemos avançar nesses indicadores no sentido de analisar, primeiramente os indicadores de escolaridade e, em seguida, de renda em relação à Região Metropolitana e ao conjunto dos municípios metropolitanos que fazem parte do Leste Metropolitano. Para o indicador de escolaridade, analisamos o percentual da população em função dos diferentes níveis de escolaridade assim como a taxa de população analfabeta. Para o indicador de renda, analisamos o percentual de população para cada município de acordo com os diferentes níveis de renda (em termos de salários mínimos).

Tabela 4.4b: NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E AOS MUNICÍPIOS DO LESTE METROPOLITANO* QUE COMPÕEM A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO EM 2010

Município	Sem Instrução ou Fundamental Incompleto (%)	Fundamental Completo e Médio Incompleto (%)	Médio Completo e Superior Incompleto (%)	Superior Completo (%)	Não Determinado (%)
Belford Roxo	58,8	18,5	19,8	2,2	0,7
Duque de Caxias	55,6	18,7	21,5	3,6	0,5
Guapimirim	60,6	16,7	19,3	3,3	0,2
Itaboraí	59,6	17,0	20,1	3,1	0,3
Itaguaí	56,6	16,6	23,0	3,5	0,4
Japeri	65,0	16,1	16,9	1,5	0,4
Magé	58,7	16,8	20,9	3,1	0,5
Maricá	47,9	15,8	27,0	9,0	0,3
Mesquita	49,1	18,4	27,1	5,0	0,3
Nilópolis	43,4	18,0	32,1	6,2	0,3
Niterói	34,2	12,7	28,8	24,0	0,3
Nova Iguaçu	54,0	18,6	22,8	4,2	0,5
Paracambi	50,8	19,5	24,8	4,5	0,4
Queimados	60,1	16,8	20,3	2,3	0,6
Rio de Janeiro	42,0	16,1	26,8	14,5	0,5
São Gonçalo	48,7	18,1	27,7	4,9	0,6
São João de Meriti	52,7	18,6	24,6	3,5	0,6
Seropédica	56,6	16,8	21,9	4,4	0,2
Tanquá	68,7	14,0	15,0	2,3	0,0
Região Metropolitana	53,8	17,0	23,2	5,5	0,4
Leste Metropolitano*	54,0	15,9	22,7	7,1	0,3

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanquá. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

De acordo com o indicador de escolaridade (Tabela 4.4b), grande parte da população de São Gonçalo (48,7%) apresenta um nível de escolaridade baixo quando comparado com os outros níveis e, ainda, próximo da metade da população quando comparado com o somatório dos outros níveis (51,2%). A segunda maior taxa encontra-se para a população que apresenta um nível de escolaridade médio e com ensino superior incompleto (27,7%), seguido de fundamental completo e médio incompleto (18,1%) e superior completo (4,9%).

Em relação à Região Metropolitana e ao conjunto de municípios metropolitanos que congregam o Leste Metropolitano, assim como em termos de população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, São Gonçalo apresenta um valor abaixo da média (53,8) assim como o quinto valor mais baixo, atrás de Niterói (34,2%), Rio de Janeiro (42%), Nilópolis (43,4%) e Maricá (47,9%).

No outro extremo, ou seja, em relação à taxa da população com nível superior completo, apresenta um valor abaixo da média (4,9%) assim como o sexto valor mais alto para o conjunto da região, atrás somente de municípios como Niterói (24%), Rio de Janeiro (14,5%), Maricá (9%), Nilópolis (6,2%) e Mesquita (5%).

Tabela 4.4c: TAXA DE ANALFABETISMO EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E AOS MUNICÍPIOS DO LESTE METROPOLITANO* QUE COMPÕEM A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO EM 2010

Município	(%)
Belford Roxo	5,0
Duque de Caxias	5,0
Guapimirim	7,5
Itaboraí	6,6
Itaguaí	5,4
Japeri	7,1
Magé	5,9
Maricá	4,5
Mesquita	3,5
Nilópolis	2,2
Niterói	2,3
Nova Iguaçu	4,6
Paracambi	5,5
Queimados	5,7
Rio de Janeiro	2,9
São Gonçalo	3,6
São João de Meriti	3,4
Seropédica	5,9
Tanguá	8,9
Região Metropolitana	5,0
Leste Metropolitano*	5,6

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanguá. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Ainda consideremos a taxa de analfabetismo (Tabela 4.4c) para a Região Metropolitana e para os municípios metropolitanos que pertencem ao Leste Metropolitano. Nesse contexto, São Gonçalo apresenta a sexta taxa mais baixa para região (3,6%), sendo o primeiro ocupado por Nilópolis (2,2%) seguido de Niterói (2,3%), Rio de Janeiro (2,9%), S. J. de Meriti (3,4%) e Mesquita (3,5%), assim como uma taxa abaixo da média para a Região Metropolitana e em relação aos municípios metropolitanos que pertencem ao Leste Metropolitano.

Em relação ao indicador de renda (Tabela 4.4d), cerca de metade da população do município (47,7%) se encontra na faixa de renda compreendida por até dois salários mínimos. Em seguida, a segunda maior taxa se encontra para a faixa de dois a cinco salários mínimos (12,6%) e, consecutivamente, de cinco a dez salários mínimos (2,7%) e acima de dez salários mínimos (0,4%).

Tabela 4.4d: RENDA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E AOS MUNICÍPIOS DO LESTE METROPOLITANO* QUE COMPÕEM A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO EM 2010

Município	% de pessoas miseráveis	% de pessoas com renda até 2 salários mínimos	% de pessoas com renda de 2 a 5 salários mínimos	% de pessoas com renda de 5 a 10 salários mínimos	% de pessoas com renda acima de 10 salários mínimos
Belford Roxo	1,8	47,3	8,4	1,1	0,1
Duque de Caxias	1,6	45,4	10,9	1,9	0,3
Guapimirim	1,7	48,6	9,3	1,9	0,5
Itaboraí	1,9	48,4	9,4	1,9	0,3
Itaguaí	1,2	43,3	13,0	2,4	0,4
Japeri	2,4	48,3	6,0	0,7	0,1
Mage	2,3	47,4	9,8	1,8	0,3
Maricá	0,8	40,8	15,9	5,5	1,3
Mesquita	1,3	44,4	12,6	3,0	0,4
Nilópolis	0,7	43,5	15,2	3,8	0,6
Niterói	0,4	32,0	17,4	11,9	6,3
Nova Iguaçu	1,7	45,4	9,8	2,1	0,4
Paracambi	0,9	49,5	9,8	1,8	0,3
Queimados	2,1	46,7	9,0	1,4	0,2
Rio de Janeiro	0,7	38,0	16,1	7,7	3,5
São Gonçalo	0,8	47,0	12,6	2,7	0,4
S.J. de Meriti	1,1	47,9	11,5	2,0	0,3
Seropédica	2	47,2	11,1	2,4	0,5
Tanque	2,6	52,6	6,6	0,9	0,2
Região Metropolitana	1,5	45,5	11,3	3,0	0,9
Leste Metropolitano	1,5	45,2	11,6	3,8	1,3

*O recorte para o Leste Metropolitano na análise baseou-se nos municípios que congregam o Consórcio do Leste Metropolitano - CONLESTE, que no âmbito da Região Metropolitana compreende os seguintes municípios: Guapimirim, Itaboraí, Mage, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanque. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Em relação à Região Metropolitana e ao conjunto de municípios metropolitanos que congregam o Leste Metropolitano, sobre o percentual de população com renda até dois salários mínimos, São Gonçalo apresenta uma taxa acima da média para ambas as regiões, assim como o décimo valor mais elevado em termos de análise para cada um dos municípios da Região Metropolitana. Em relação ao conjunto dos municípios metropolitanos que compõem o Leste Metropolitano, São Gonçalo apresenta a quinta maior taxa.

Por outro lado, em relação à população que apresenta renda acima de dez salários mínimos, São Gonçalo apresenta um percentual abaixo da média (0,4%) em relação à Região Metropolitana e ao conjunto de municípios metropolitanos que congregam o Leste Metropolitano, assim como o sétimo valor mais elevado em termos de análise para cada um dos municípios da Região Metropolitana. Em relação ao conjunto de municípios metropolitanos que conformam o Leste Metropolitano, essa taxa é a quarta mais elevada, atrás dos municípios de Niterói (6,3%), Maricá (1,3%) e Guapimirim (0,5%).

Sobre a incidência de miseráveis, ou seja, parte da população que recebe menos de setenta reais por mês, São Gonçalo apresenta a quinta taxa mais baixa para o conjunto de municípios na região (0,8%), atrás de Niterói (0,4%), Nilópolis, Rio de Janeiro (0,7% em ambos) e Maricá (o mesmo valor

que São Gonçalo apresenta). Ainda, a média para o município encontra-se abaixo dos percentuais para a Região Metropolitana e para os municípios metropolitanos que fazem parte do Leste Metropolitano.

A investigação simultânea dos indicadores de renda e escolaridade chamam a atenção para a correspondência entre ambos, assim como a relação entre eles e os indicadores de desigualdade e desenvolvimento social. Em relação às análises concernentes à Região Metropolitana, observamos que os municípios do Leste Metropolitano que integram à região concentram, de maneira significativa, uma desigualdade acentuada em termos, tanto intraurbanos, como interurbanos.

No capítulo seguinte, nos focaremos exclusivamente nas diferenças socioespaciais apresentadas pelo município de São Gonçalo, objeto de análise dessa dissertação.

Capítulo 5

Desigualdades espaciais e o processo de segregação no espaço intraurbano do município de São Gonçalo

Com base nos pressupostos teórico-metodológicos apresentados, são selecionados alguns indicadores essenciais na compreensão das desigualdades socioespaciais intraurbanas. Para além dessa perspectiva, a escolha desses indicadores constitui base essencial na compreensão do fenômeno urbano e suas implicações sociais no espaço, tais como a segregação socioespacial.

Para tanto, esses indicadores são analisados por meio do Geoprocessamento, ou seja, por meio de “um conjunto de técnicas capazes de manipular e analisar dados em ambiente geográfico, dispondo uso de algumas de suas tecnologias para o seu tratamento” (GONÇALVES, 2008, p. 28). Isso se fará sob um Sistema de Informações Geográficas, que entre outras palavras, constituem:

[...] conjuntos de ferramentas possibilitam a integração, numa única base de dados, de informações geográficas provenientes de fontes diversas tais como dados cartográficos, dados de censo e cadastro urbano e rural, imagens de satélite e modelos numéricos de terreno, além de oferecem mecanismos para recuperar, manipular e visualizar estes dados, através de algoritmos de manipulação e análise. Ou seja: os SIGs podem ser considerados como sistemas computacionais capazes de tratar dados de natureza geográfica, através de técnicas provenientes do Geoprocessamento. (GONÇALVES, 2008, p.28)

Com vistas à elaboração de um Sistema de Informações Geográficas em relação à interpretação das desigualdades socioespaciais no espaço intraurbano, se faz necessário recorrer aos dados oriundos do IBGE referentes ao Censo Demográfico para o ano de 2010. O conjunto de indicadores constituem os resultados do universo por setor censitário⁷⁵, sendo esses analisados por meio de plataformas computacionais de análise estatística (SPSS, Microsoft Excel) e de análise espacial (ArcGIS 10).

⁷⁵Os setores censitários são demarcados pelo IBGE, obedecendo a critérios de operacionalização da coleta de dados, de tal maneira que abranjam uma área que possa ser percorrida por um único recenseador em um mês e que possua em torno de 250 a 350 domicílios (em áreas urbanas).

Base de Informações do Censo Demográfico de 2010: Resultados do Universo por setor censitário. IBGE. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. 2011, 201p.

Primeiramente, os indicadores utilizados como suporte à pesquisa sobre as desigualdades intraurbanas e o processo de segregação socioespacial no município de São Gonçalo podem ser divididos em três categorias: indicadores de caracterização contextual, indicadores de meio de consumo coletivos e indicadores de renda e escolaridade. Para cada um desses indicadores, há um conjunto de variáveis e para cada análise, a possibilidade de se analisar os indicadores em suas diversas escalas, seja a partir dos setores, bairros e distritos (Mapa 5a).

Indicadores de caracterização contextual:

- percentual de residentes nos domicílios urbanos por setor em relação ao total de residentes no município;
- percentual de residentes nos domicílios urbanos por bairro em relação ao total de residentes no município;
- média do número de moradores por domicílio particular permanente no setor;
- domicílios particulares urbanos caracterizados como assentamentos precários e aglomerados subnormais;
- percentual de domicílios particulares permanentes próprios e quitados em relação ao total de domicílios particulares permanentes no setor;
- percentual de domicílios particulares permanentes próprios em aquisição em relação ao total de domicílios particulares permanentes no setor;
- percentual de domicílios particulares permanentes alugados em relação ao total de domicílios particulares permanentes no setor;
- percentual de domicílios particulares permanentes sem banheiro em relação ao total de domicílios particulares permanentes no setor;

- percentual de domicílios particulares permanentes com quatro banheiros ou mais em relação ao total de domicílios particulares permanentes no setor;

Indicadores de meio de consumo coletivos:

- percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento adequado de água em relação ao total de domicílios particulares permanentes no setor;
- percentual de domicílios particulares permanentes com coleta adequada de esgoto em relação ao total de domicílios particulares permanentes no setor;
- percentual de domicílios particulares permanentes com coleta adequada de lixo em relação ao total de domicílios particulares permanentes no setor;
- percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento adequado de energia em relação ao total de domicílios particulares permanentes no setor;

Indicadores de renda e escolaridade

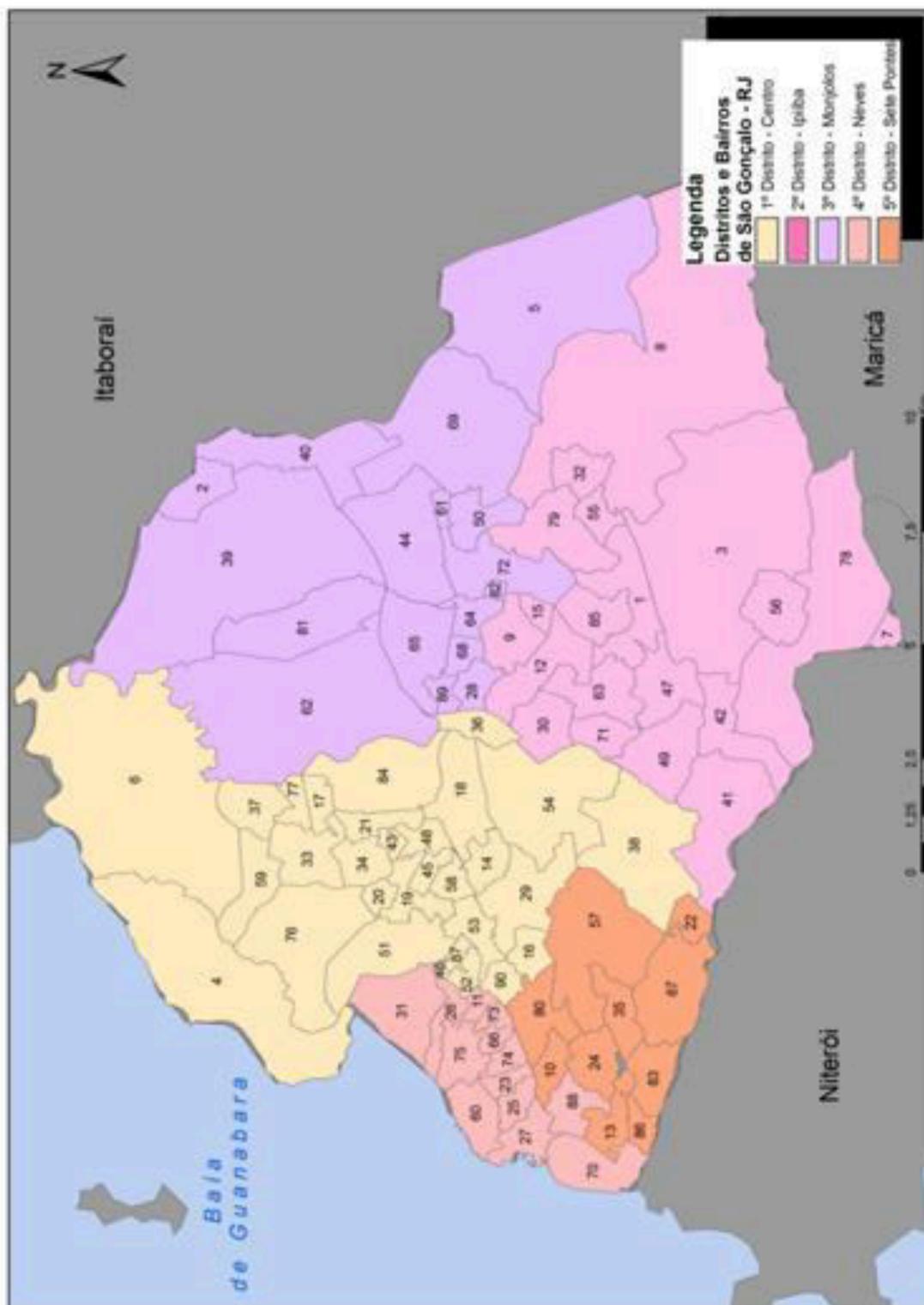
- percentual de domicílios particulares sem rendimento nominal domiciliar per capita em relação ao total de domicílios particulares no setor;
- percentual de domicílios particulares com rendimento nominal domiciliar per capita de até dois salários mínimos em relação ao total de domicílios particulares no setor;
- percentual de domicílios particulares com rendimento nominal domiciliar per capita de dois a cinco salários mínimos em relação ao total de domicílios particulares no setor;
- percentual de domicílios particulares com rendimento nominal domiciliar per capita de cinco a dez salários mínimos em relação ao total de domicílios particulares no setor;
- percentual de domicílios particulares com rendimento nominal domiciliar per capita acima de dez salários mínimos em relação ao total de domicílios particulares no setor;

- percentual de domicílios particulares permanentes com responsáveis sem instrução em relação ao total de domicílios no setor;
- percentual de domicílios particulares permanentes com responsáveis com até 4 anos de estudo em relação ao total de domicílios no setor;
- percentual de domicílios particulares permanentes com mais de 17 anos de estudo em relação ao total de responsáveis no setor;

Em um segundo momento, a pesquisa consiste em uma análise territorial no que tange os processos sociais que engendram a desigualdade e a segregação no espaço. Essa análise social no território possui uma base teórico-metodológica bem definida, desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles no âmbito do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O mote dessa análise parte de pressupostos definidos a partir das mudanças na estrutura social em relação aos processos econômicos que lhe conferem forma – isto é, a globalização econômica e seus efeitos na organização social no espaço. A essa organização territorial estão associadas relações sociais de classe no espaço urbano, pressupondo uma hierarquia das classes sociais em suas múltiplas dimensões, conforme será visto na última parte desse capítulo.

Mapa 5a – BAIRROS E DISTRITOS ATUAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO



Fonte: Observatório das Metrópoles – IPPUR – UFRJ

Tabela 5a: Distritos e respectivos bairros correspondentes – São Gonçalo

Bairros	Distrito
ITAOCA	Centro
BARRA DAS PALMEIRAS	Centro
GALO BRANCO	Centro
LINDO PARQUE	Centro
LUIZ CAÇADOR	Centro
MUTONDO	Centro
MUTUA	Centro
MUTUAGUAÇU	Centro
NOVA CIDADE	Centro
ROCHA	Centro
ITAUNA	Centro
MUTUAPIRA	Centro
ALCANTARA	Centro
SALGUEIRO	Centro
TRIBOBO	Centro
CRUZEIRO DO SUL	Centro
SÃO MIGUEL	Centro
ROSANE	Centro

Bairros	Distrito
ANTONINA	Centro
BOAÇU	Centro
BRASILÂNDIA	Centro
CENTRO	Centro
COLUBANDE	Centro
ESTRELA DO NORTE	Centro
FAZENDA DOS MINEIROS	Centro
PORTO DO ROSA	Centro
RECANTO DAS ACÁCIAS	Centro
TRINDADE	Centro
VILA IARA	Centro
ZÉ GAROTO	Centro

Bairros	Distrito
ANAIA PEQUENO	Ipiiba
VARZEA DAS MOÃAS	Ipiiba
SANTA ISABEL	Ipiiba
AMENDOEIRA	Ipiiba
COELHO	Ipiiba
JARDIM AMENDOEIRA	Ipiiba
ALMERINDA	Ipiiba
IEDA	Ipiiba
MARIA PAULA	Ipiiba
ARRASTÃO	Ipiiba
ANAIA PEQUENO	Ipiiba
ARSENAL	Ipiiba
ELIANE	Ipiiba
ENGENHO DO ROÇADO	Ipiiba
JOCKEY	Ipiiba
JARDIM NOVA REPÚBLICA	Ipiiba
RIO DO OURO	Ipiiba
SACRAMENTO	Ipiiba
VILA CANDOSA	Ipiiba

Bairros	Distrito
GEBARA	Monjolo
LARGO DA IDEIA	Monjolo
RAUL VEIGA	Monjolo
BOM RETIRO	Monjolo
MARAMBIA	Monjolo
VISTA ALEGRE	Monjolo
BARRACÃO	Monjolo
GUARANI	Monjolo
JARDIM CATARINA	Monjolo
LAGOINHA	Monjolo
LARANJAL	Monjolo
MIRIAMI	Monjolo
MONJOLO	Monjolo
PACHECO	Monjolo
SANTA LUZIA	Monjolo
TIRADENTES	Monjolo
VILA TRÉS	Monjolo

Bairros	Distrito
CAMARÃO	Neves
PARAÍSO	Neves
PORTO DA MADAMA	Neves
PORTO DA PEDRA	Neves
PORTO VELHO	Neves
BOA VISTA	Neves
GRADIM	Neves
MANGUEIRA	Neves
NEVES	Neves
PARADA 40	Neves
PATRONATO	Neves
PORTO NOVO	Neves
VILA LAGE	Neves

Bairros	Distrito
BARRO VERMELHO	Sete Pontes
COVANCA	Sete Pontes
NOVO MEXICO	Sete Pontes
PITA	Sete Pontes
ZUMBI	Sete Pontes
ENGENHO PEQUENO	Sete Pontes
MORRO DO CASTRO	Sete Pontes
SANTA CATARINA	Sete Pontes
TENENTE JARDIM	Sete Pontes
VENDA DA CRUZ	Sete Pontes

Fonte: Observatório das Metrópoles – IPPUR - UFRJ

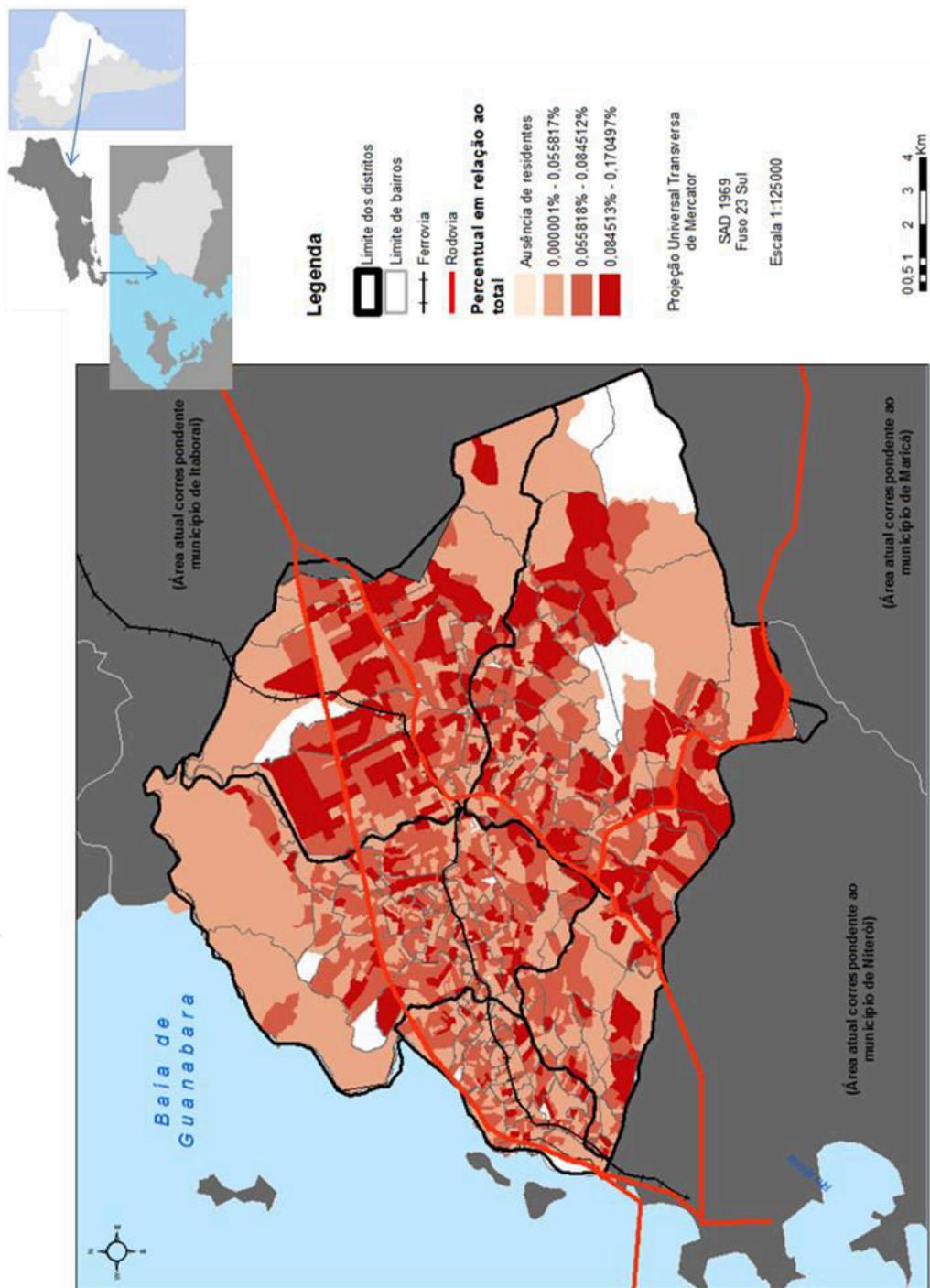
5.1 – Indicadores de caracterização contextual

Com base nos dados do Censo Demográfico recente, calculamos o percentual de residentes nos domicílios particulares permanentes urbanos por setor censitário e bairro em relação ao total de residentes no município, assim como a média do número de moradores por domicílio particular permanente no setor.

A importância de se trabalhar esse indicador não só reside na percepção das áreas mais populosas do município (localidades, bairros, distritos), como também na apreensão do contingente populacional em relação à localização de sua moradia (seja próximo do centro urbano principal ou nas franjas urbanas; seja em áreas mais valorizadas ou em assentamentos precários, etc). Logo, esse indicador tende a revelar em quais condições parte da população urbana do município possui em relação ao local onde vivem e, mais precisamente, a sua moradia.

Apresentando um total de 1922 setores censitários, obteve-se uma média de população por setor em torno de 517 habitantes, em que o mínimo pode ser expresso pelos setores caracterizados pela ausência de população residente e o máximo pela presença de 1735 pessoas residentes. O mapa procura apresentar áreas compreendidas pelos setores onde o peso populacional mostra maior ou menor expressividade em relação ao conjunto total. Nesse caso, optou-se por representar os setores cujos números apresentam um contingente abaixo da média, acima da média e muito acima da média.

Mapa 5.1a: PERCENTUAL DE RESIDENTES NOS DOMICÍLIOS URBANOS POR SETOR EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RESIDENTES NO MUNICÍPIO



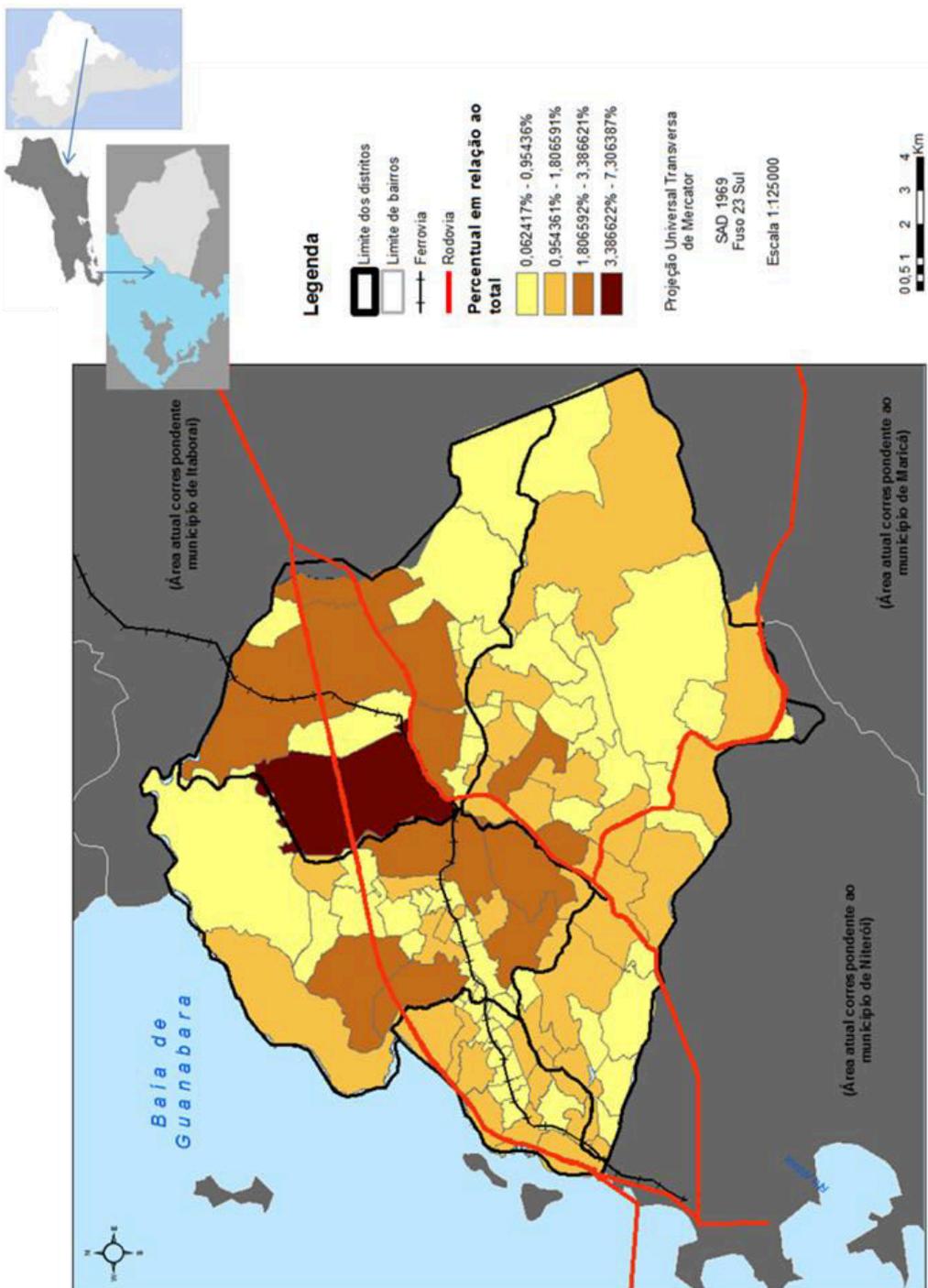
*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE.

De acordo com a análise do mapa 5.1a, a composição dos setores em termos de peso populacional varia bastante no espaço. Ainda, observa-se que, embora esse peso se mostre fractal, a proporção de setores censitários que apresentam um peso populacional maior tende a ser maior à medida que se afasta do centro urbano principal (geralmente áreas verticalizadas) em direção às franjas urbanas limítrofes a outros municípios (áreas de ocupação horizontalizada), principalmente no quadrante Nordeste – Leste – Sudeste, ou seja, nos arrabaldes do distrito Centro assim como distritos de Monjolo e parte de Ipiíba.

Esse aspecto é reforçado a partir da análise ao nível do bairro, conforme o mapa 5.1b. É interessante observar que os bairros dos distritos Centro e Neves, situados no eixo histórico de ocupação urbana (ao longo da antiga Estrada Real) são os que apresentam os percentuais de população mais baixos, em torno de 1 a 2% da população total do município. Em contrapartida, os bairros mais afastados, principalmente no distrito de Monjolo, apresentam percentuais mais elevados, alcançando até 7% da população total do município, como é o caso do bairro Jardim Catarina.

Mapa 5.1b: PERCENTUAL DE RESIDENTES NOS DOMICÍLIOS URBANOS POR BAIRRO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RESIDENTES NO MUNICÍPIO



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

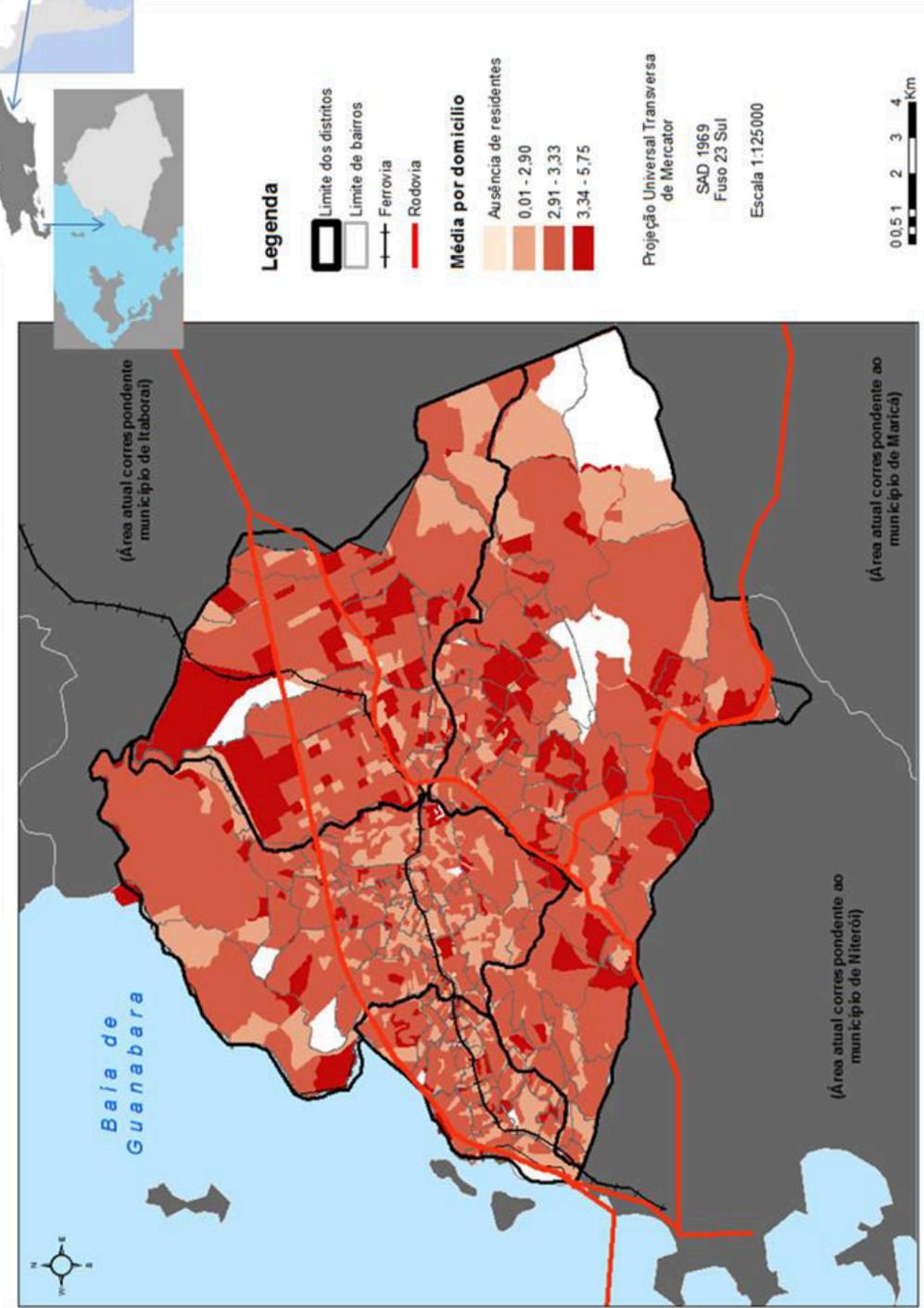
Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE.

Quanto à média de moradores por domicílios particulares permanentes (mapa 5.1c), percebe-se que os setores censitários que já são caracterizados por abrigarem grande parte da população do município ainda possuem uma média de moradores por residência bastante elevada, principalmente nas áreas mais afastadas do centro urbano, com destaque para os distritos de Monjolo e Ipiíba. Em compensação, no distrito Centro, ao longo do eixo urbano histórico, essa concentração ocorre nas áreas mais verticalizadas, como os bairros do Centro e Alcântara.

Logo é visível que a dinâmica de ocupação no município de São Gonçalo obedece aos processos recentes de expansão dos loteamentos periféricos e principalmente, dos assentamentos precários (mapa 5.1d). Conforme já foi visto anteriormente, esses processos encontram-se engendrados em processos urbanos regionais maiores, como a metropolização e periferização.

A partir desses principais aspectos, procurou-se analisar as condições de ocupação do espaço urbano por meio de alguns indicadores considerados base na compreensão das desigualdades intraurbanas municipais. Nessa etapa, priorizou-se analisar o percentual de domicílios particulares permanentes próprios ou quitados, em aquisição e alugados em relação ao total de domicílios particulares permanentes no setor.

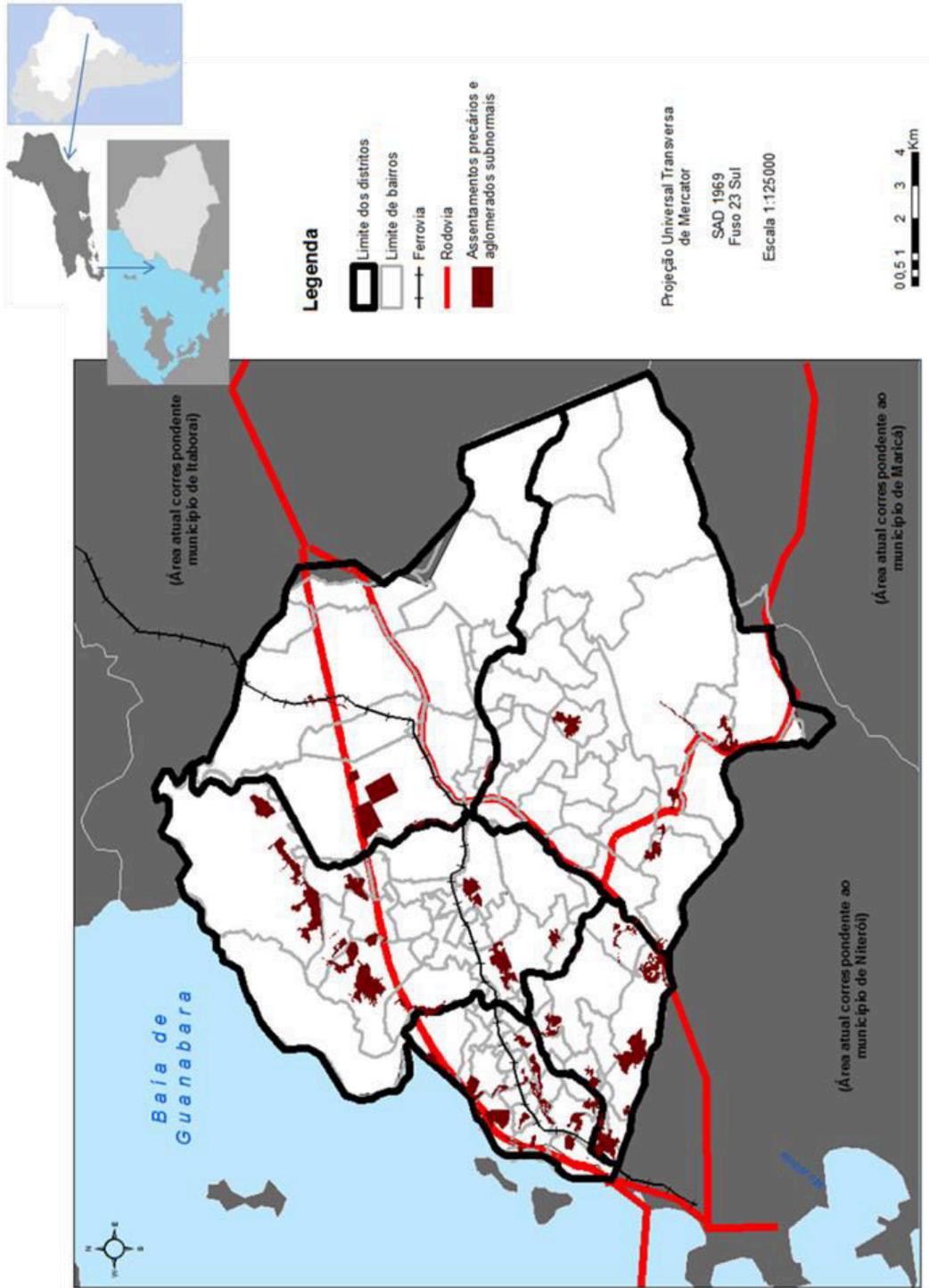
Mapa 5.1c: MÉDIA DO NÚMERO DE MORADORES POR DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE NO SETOR



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

Mapa 5.1d: DOMICÍLIOS PARTICULARES URBANOS CARACTERIZADOS COMO ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E AGLOMERADOS SUBNORMAIS



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

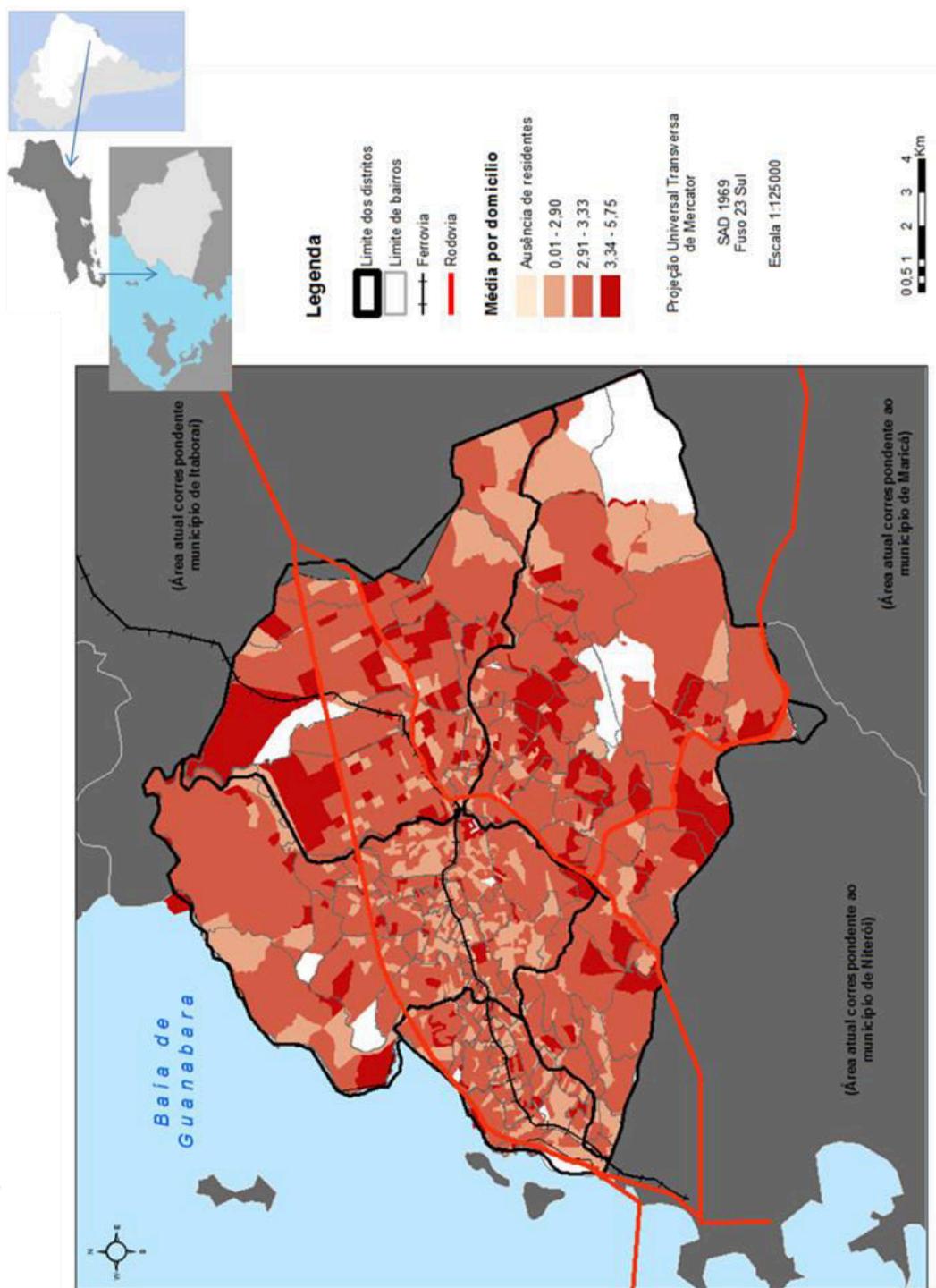
Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE e UN-Habitat – 2010

Ao analisar os domicílios próprios ou quitados (mapa 5.1e), observa-se que embora os valores revelem um espaço bastante fragmentado, o percentual de domicílios próprios ou quitados é crescente nos setores cada vez mais afastados do eixo urbano tradicional, compreendidos entre os bairros de Neves, Centro e Alcântara (distrito Centro), apresentando uma alta concentração em direção às franjas urbanas municipais.

No que tange aos domicílios em processo de aquisição (mapa 5.1f), a situação também se mostra fragmentária em termos espaciais. Entretanto, é possível observar que em relação ao total de domicílios nesse processo, há uma concentração considerável, em termos percentuais, ao longo ou próxima do tradicional eixo urbano do município (distritos do Centro e de Neves), embora seja possível localizar em áreas afastadas alguns setores que se destacam nesse quesito.

Em relação aos domicílios alugados (mapa 5.1g), a análise demonstra um processo nitidamente oposto ao que se identifica a partir da análise sobre o percentual de domicílios próprios ou quitados. O percentual de domicílios que se encontram alugados é alto, principalmente os setores censitários próximos ou localizados na área compreendida pelo tradicional eixo urbano do município, observado nos arrabaldes do Centro e de Alcântara (distrito Centro) e principalmente nos bairros de Rio do Ouro e Várzea das Moças (limítrofes à Região Oceânica de Niterói e localizados no distrito de Ipiíba).

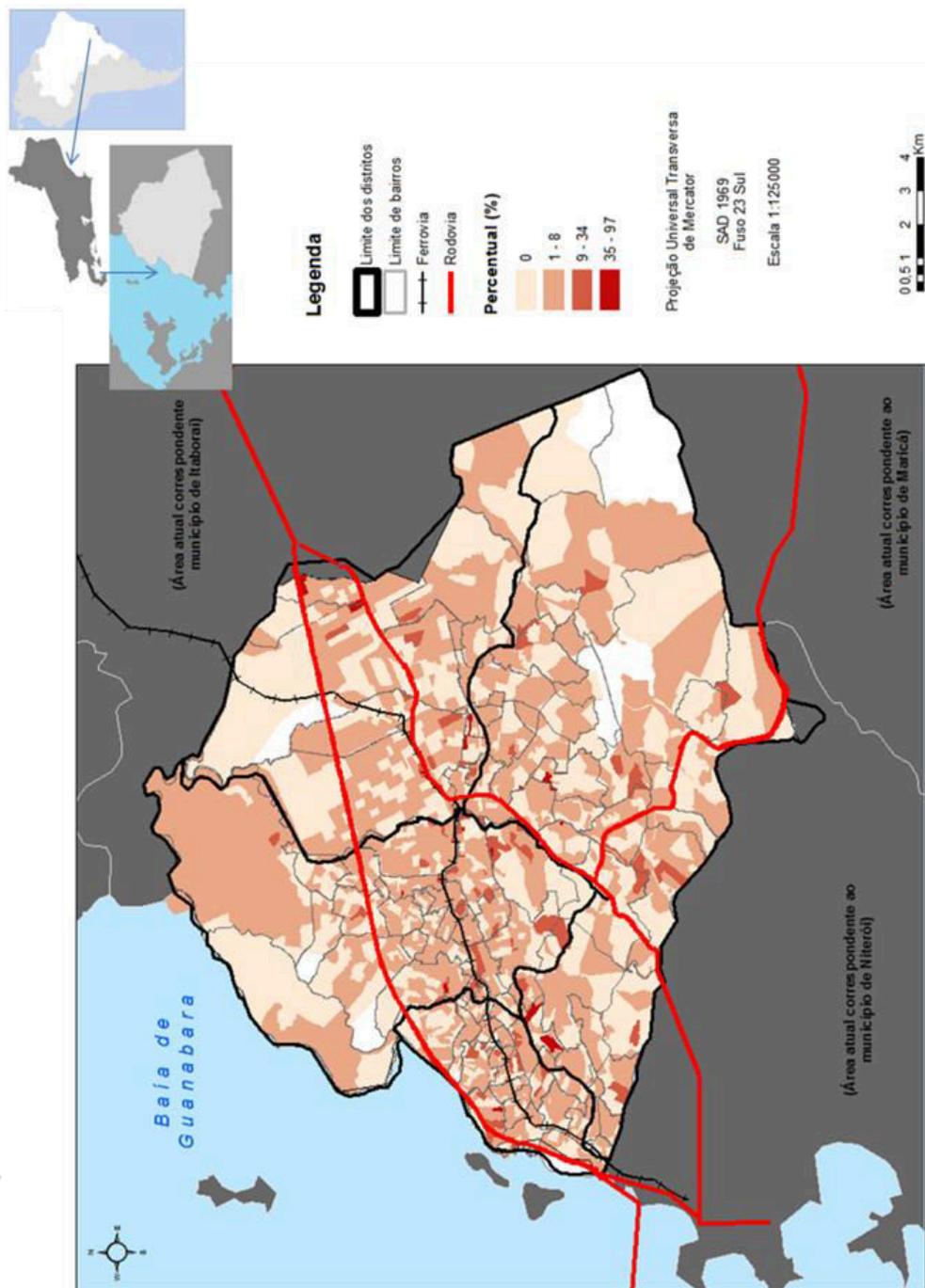
Mapa 5.1e: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES PRÓPRIOS E QUITADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO SETOR



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

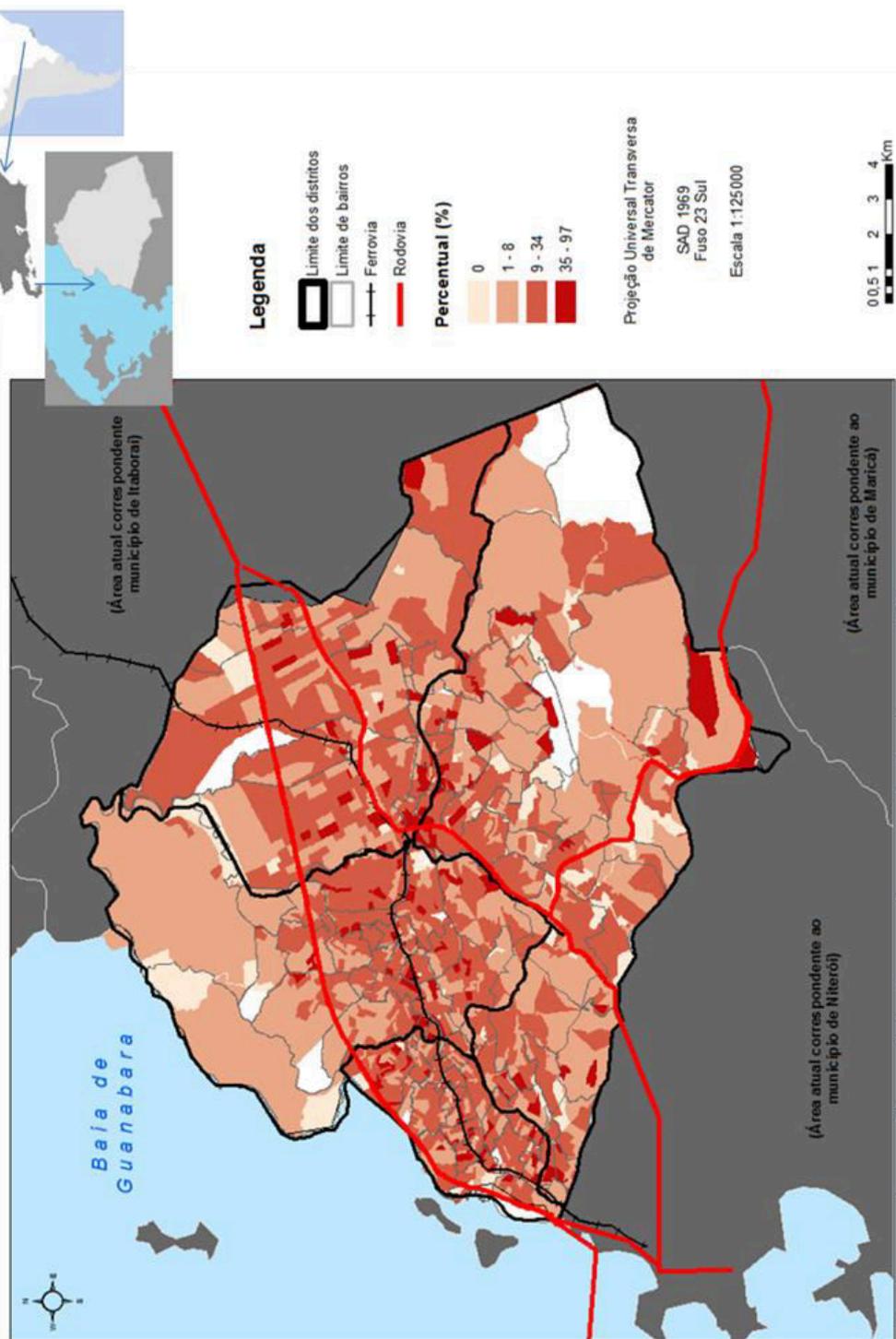
Mapa 5.1f: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES PRÓPRIOS EM AQUISIÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO SETOR



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

Mapa 5.1g: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES ALUGADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO SETOR



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários.

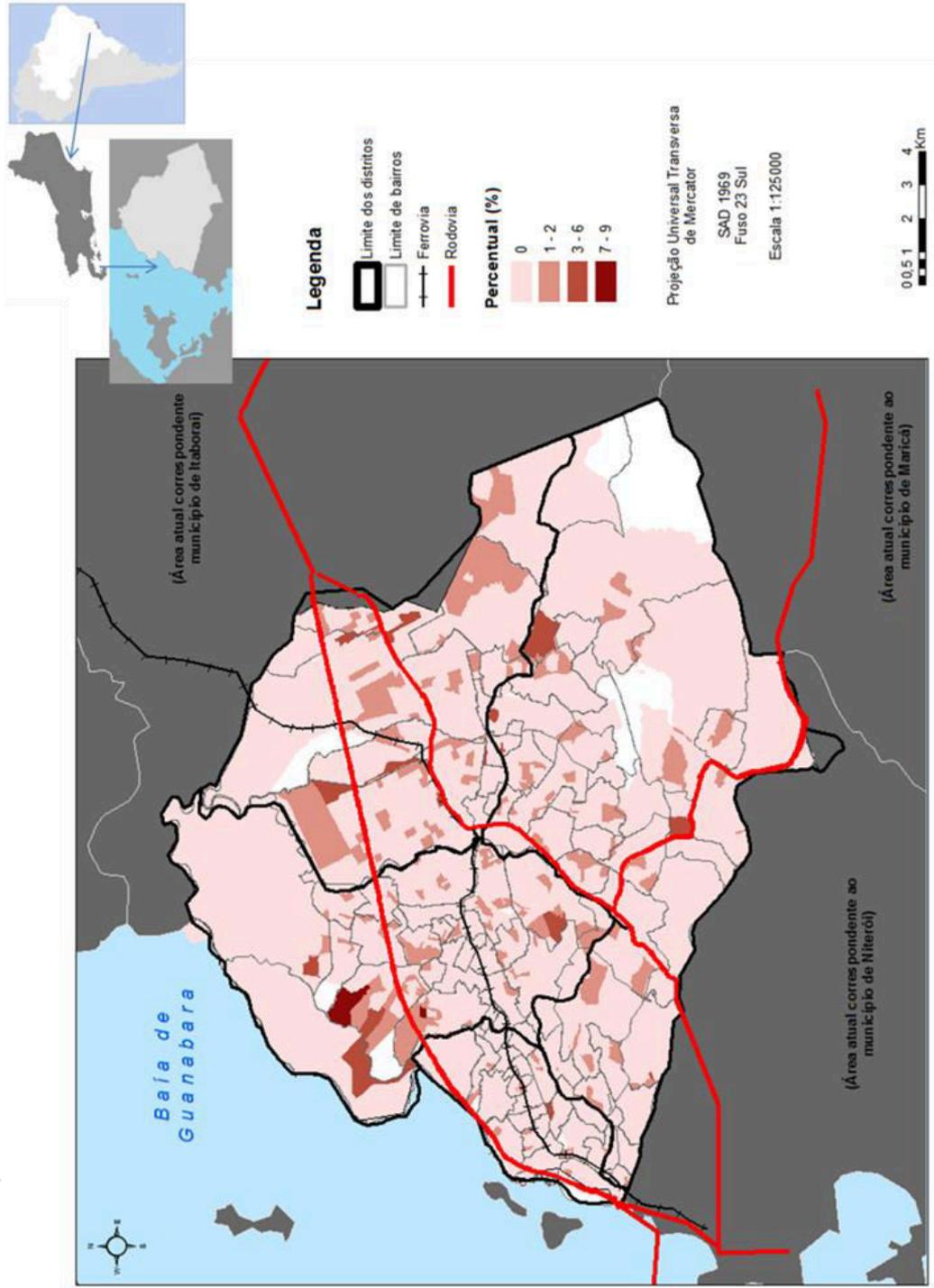
Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Univer so por setor censitário, IBGE

Com efeito, os resultados obtidos no conjunto geral da análise deduzem uma forte relação com a dinâmica na organização da metrópole do Rio de Janeiro, deflagrada principalmente após a década de 1980. No caso do município de São Gonçalo, assim como em muitos outros municípios periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a produção de habitação sob o regime de loteamento popular encontrou no discurso da “casa-própria” um efeito multiplicador em termos de reprodução social no espaço.

Da mesma forma, a atuação do Estado e dos promotores imobiliários também foi fundamental nesse processo, seja pela atuação direta ou indireta na produção do espaço (remoções no centro da metrópole e provimento habitacional em áreas distantes), seja na promoção imobiliária de alto status (nesse caso, no centro da metrópole) que, respectivamente, reforçaram esse processo na periferia metropolitana.

Em prosseguimento às análises, com o objetivo de aprofundar sobre a questão da organização socioespacial com base na estrutura domiciliar, calculou-se o percentual de domicílios particulares permanentes sem banheiro, assim como os domicílios que possuem quatro banheiros ou mais em relação ao total de domicílios particulares permanentes no setor. Conjuntamente com os indicadores anteriores, esses dados vêm a delinear o quadro geral das desigualdades no espaço urbano periférico metropolitano.

Mapa 5.1h: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEM BANHEIRO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO SETOR



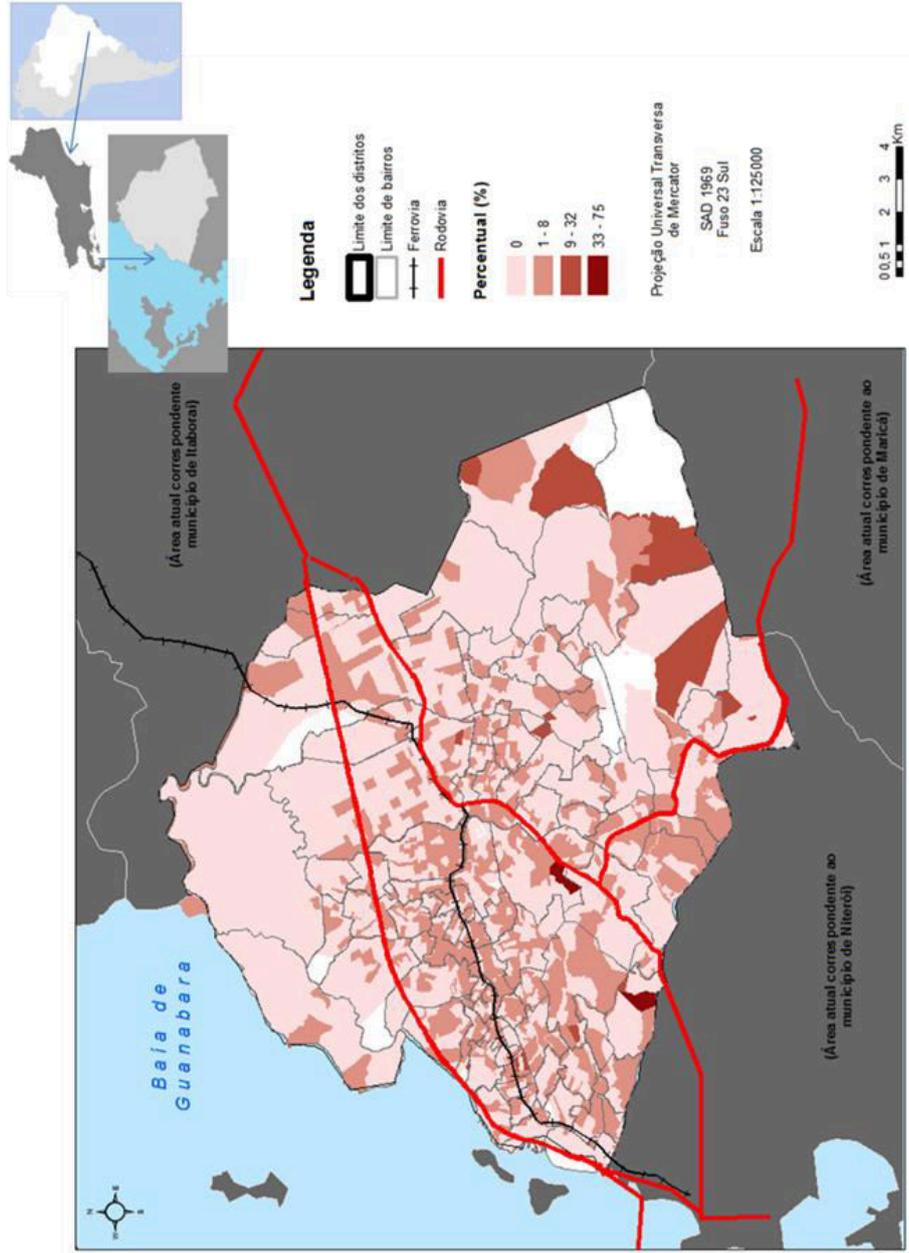
*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

Ao analisar o mapa 5.1h, é perceptível que, embora haja uma ampla fragmentação no espaço, em termos percentuais, observa-se que as maiores taxas percentuais de domicílios sem banheiro se concentram nas franjas urbanas do município, principalmente nos bairros de Fazenda dos Mineiros e Porto do Rosa, ao norte do distrito Centro. Há também uma alta concentração de domicílios sem banheiro em algumas áreas distantes no distrito de Monjolo, com destaque para os bairros de Jardim Catarina e Marambaia, assim como Santa Isabel, no distrito de Ipiíba.

Em relação ao percentual de domicílios que possuem quatro banheiros ou mais, observa-se por meio do mapa 5.1i que, ainda que haja um perfil fragmentado em termos espaciais, há uma tendência à concentração em relação ao eixo urbano tradicional do município, principalmente nos distritos Centro e Neves. Por outro lado, observa-se que em alguns pontos da franja urbana municipal, o baixo percentual não se constitui uma regra: bairros como Santa Isabel, Ipiíba e Rio do Ouro, localizados nos distritos de Ipiíba e fronteiros ao município de Maricá e à Região Oceânica do município de Niterói, apresentam concentrações moderadas. Da mesma forma, alguns bairros próximos a grandes vias de circulação (em especial a Rodovia Amaral Peixoto), tais como Colubandê (distrito Centro) e Morro do Castro (distrito de Sete Pontes) apresentaram áreas com as mais altas taxas de concentração.

Mapa 5.1i: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM QUATRO BANHEIROS OU MAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO SETOR



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

Com base na análise conjunta desses indicadores, os setores que apresentam um baixo percentual de domicílios sem banheiro, em sua maioria, encontram-se nos assentamentos precários ou aglomerados subnormais no município, assim como, grande parte desses setores constituem áreas densamente habitadas, principalmente na região Norte do município. Em contrapartida, alguns setores ao Sul apresentam percentuais elevados em que cada domicílio pode apresentar quatro banheiros ou mais. Esses setores constituem, em sua maioria, loteamentos de alta renda em sua maioria, com localização estratégica (adjacente às rodovias e de grande acessibilidade às regiões turísticas, como a Região dos Lagos).

5.2 – Indicadores de meios de consumo coletivo

Os meios de consumo coletivo constituem-se essenciais na compreensão da produção do espaço urbano e logo, na produção das desigualdades intraurbanas. Nessa etapa da pesquisa apresenta, com base nos dados oriundos do Censo Demográfico recente, indicadores de acesso em termos de abastecimento de água e de energia elétrica, assim como coleta de esgoto e lixo.

Em um primeiro momento, analisamos os percentuais de domicílios para cada um dos serviços de acordo com o nível de adequabilidade, tendo como nível de análise o distrito. Essa análise vem a fornecer uma base mais ampla, precedendo às análises espaciais ao nível do setor censitário, localizando os bairros com maiores e menores percentuais.

Sobre o indicador de acesso à água, foi considerado como adequado o abastecimento domiciliar por meio da rede geral. Por outro lado, considerou-se inadequado o abastecimento por meio de captação em poço ou nascente na propriedade, armazenamento de água de chuva e outras formas de abastecimento que não sejam consideradas adequadas de acordo com o contexto.

Sobre o percentual de domicílios particulares permanentes com coleta adequada de esgoto nos setores censitários, foi considerado como adequado o serviço de coleta por meio da rede geral ou pluvial. Entretanto, considerou-se inadequado o serviço de coleta via fossa séptica e rudimentar, vala,

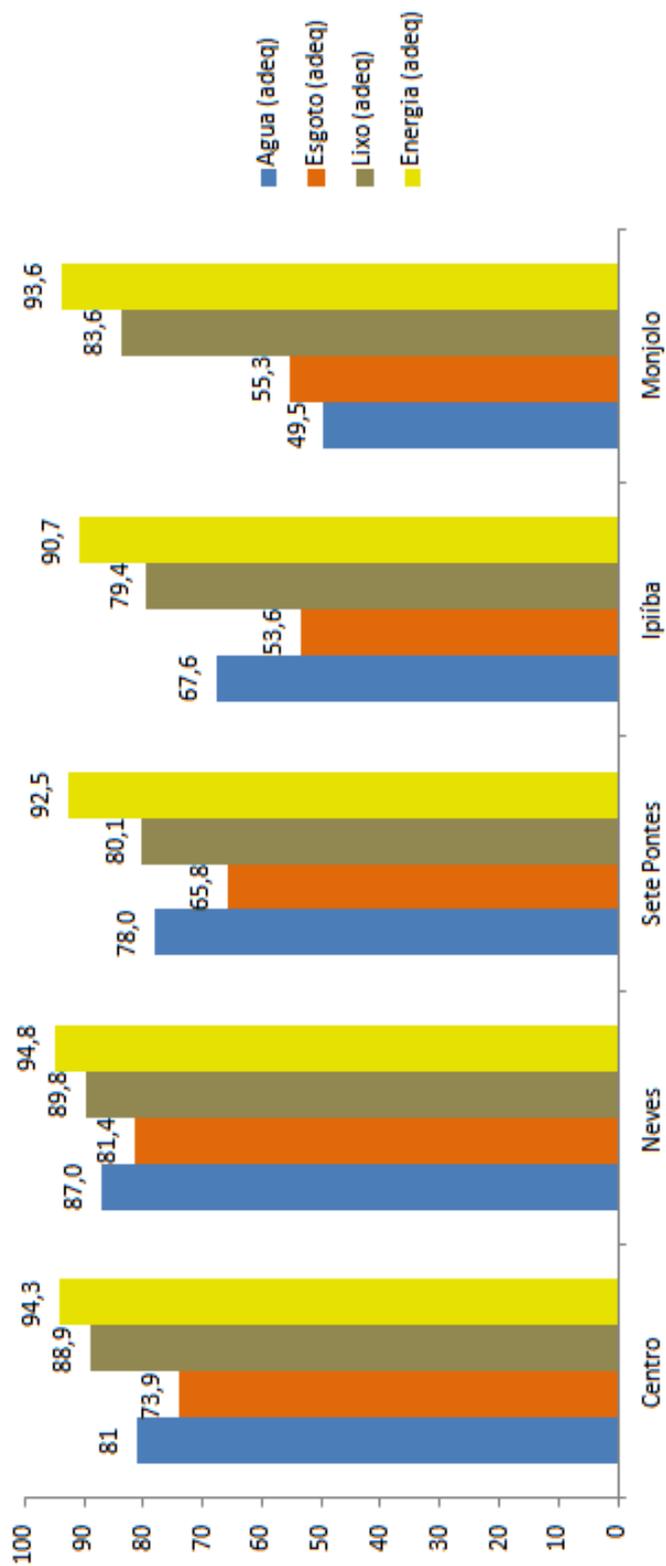
rio, lago, mar ou outras formas de coleta que não sejam consideradas adequadas de acordo com contexto.

Em relação ao indicador de coleta de lixo, foi considerado como adequado o serviço de limpeza executado diretamente e por meio de caçamba. Contudo, foi considerado inadequado o serviço de limpeza caracterizado pelo lixo queimado e enterrado em propriedade, jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar. Consideraram-se ainda outras formas de serviço como inadequadas de acordo com o contexto.

Finalmente, trabalhou-se o indicador sobre o fornecimento de energia. Considerou-se como adequado o fornecimento de energia por meio de medido exclusivo ou coletivo através de empresa fornecedora. Logo, foi considerado inadequado o serviço sem medidor ou por meio de outras fontes que não correspondem ao contexto geral de análise.

De acordo com o gráfico 5.2a, é perceptível que o distrito de Neves apresenta no conjunto total de indicadores os melhores resultados, seguido do distrito Centro, Sete Pontes, Ipiíba e Monjolo consecutivamente. Ainda, é importante ressaltar sobre uma desigualdade crescente em termos de adequabilidade para cada indicador em cada distrito: se por um lado Neves apresenta um desnível relativamente baixo, por outro lado o distrito de Monjolo apresenta as maiores diferenças. Essas diferenças tendem a se acentuar principalmente quanto ao serviço de água e principalmente de esgoto.

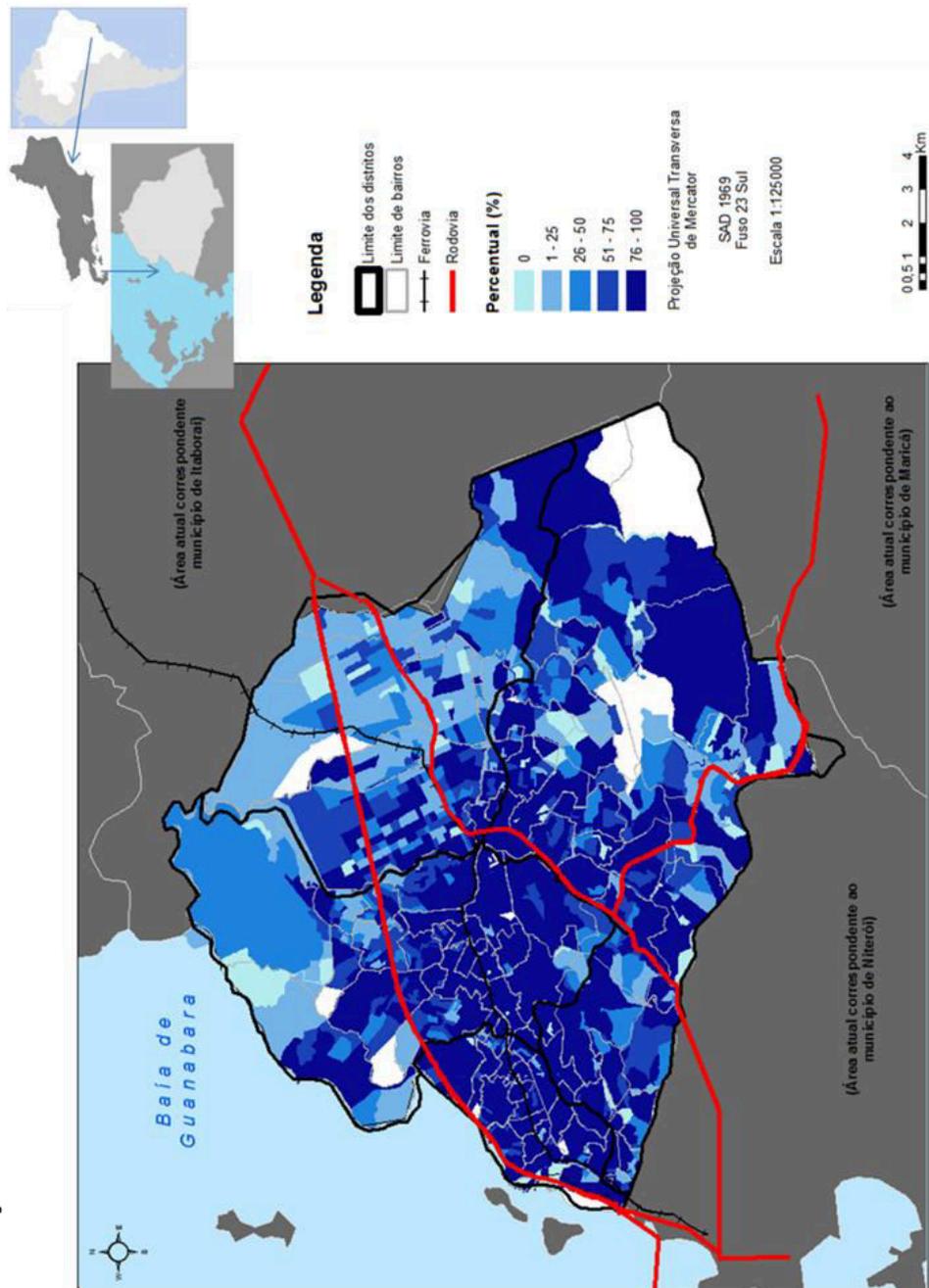
Gráfico 5.2a: PERCENTUAL DE DOMÍCIOS PARTICULARES SEGUNDO RENDIMENTO NOMINAL DOMICILIAR PER CAPITA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMÍCIOS PARTICULARES NO SETOR POR DISTRITO



Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE.

Em relação ao percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento adequado de água nos setores censitários (mapa 5.2a) é observado que a área compreendida a partir do eixo urbano pioneiro apresenta o melhor indicador em termos de acesso, no caso, entre os bairros de Neves, Centro e Alcântara, localizados nos distritos Neves e Centro. Outros bairros adjacentes ao eixo urbano principal, principalmente no distrito de Sete Pontes, e alguns bairros localizados ao Sul do distrito de Ipiíba, embora apresentem valores elevados, constituem um contraponto à maioria dos bairros verificados nesses distritos.

Mapa 5.2a: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM ABASTECIMENTO ADEQUADO DE ÁGUA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO SETOR



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários.

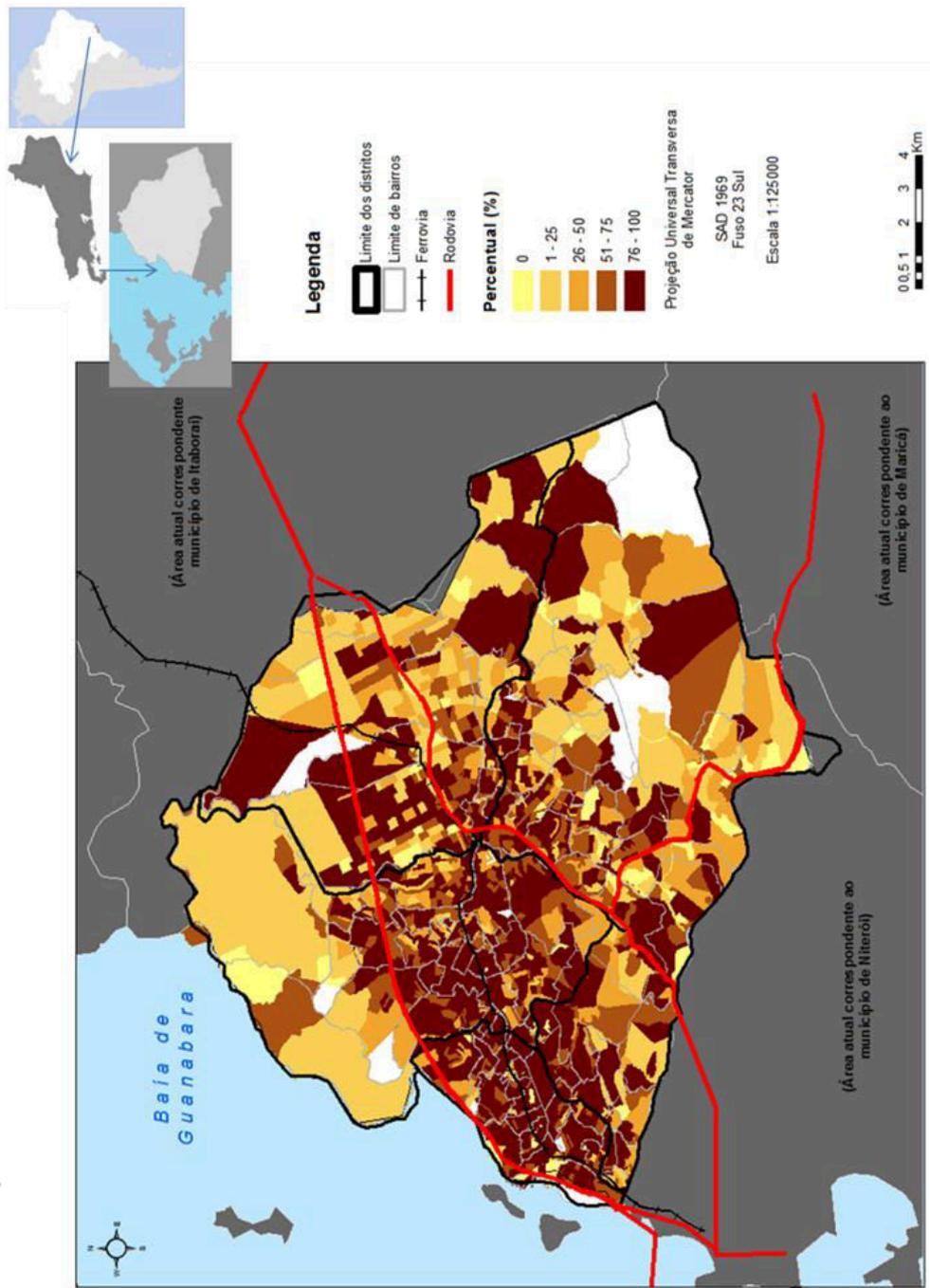
Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

Nesse sentido, a situação em relação ao acesso adequado se reverte à medida que se analisa os bairros mais afastados, embora nas áreas centrais onde existem assentamentos precários se caracterizam pelo baixo grau de acesso adequado. Bairros localizados nas franjas urbanas ao Norte do município, em especial no distrito Centro (bairros de Itaoca, Salgueiro e Boaçu) e ao Sul, no distrito Ipiíba e Sete Pontes. Ainda, a situação se mostra crítica na maioria dos bairros do distrito de Monjolo, o distrito que apresenta o pior nível de acesso na maioria dos setores e bairros.

Embora a situação se apresente de forma bastante fragmentária (mapa 5.2b), mais uma vez é observado que a área compreendida a partir do eixo urbano principal concentra os melhores indicadores, principalmente em relação aos bairros localizados no distrito de Neves. Apesar da maioria das áreas mais afastadas do centro apresentarem indicadores piores, em algumas dessas áreas esse padrão é rompido, como no caso de alguns setores ao Sul e Sudeste do distrito de Ipiíba (áreas nos bairros de Rio do Ouro, Ipiíba, Largo da Idéia e Maria Paula) e ao Norte do distrito de Monjolo (bairro Bom Retiro).

Dessa forma, é perceptível que os desníveis em termos de acesso à rede de esgoto são excepcionais. Ainda, o município apresenta um quadro bastante crítico, principalmente nas áreas dos loteamentos precários, além de alguns setores na periferia distante. Os piores resultados podem ser encontrados ao Norte do distrito Centro, principalmente nos bairros de Fazenda dos Mineiros, Itaoca e Barra das Palmeiras. Nos distritos de Monjolo e Ipiíba, assim como no distrito de Sete Pontes, os níveis são críticos na maioria dos bairros.

Mapa 5.2b: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM COLETA ADEQUADA DE ESGOTO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO SETOR



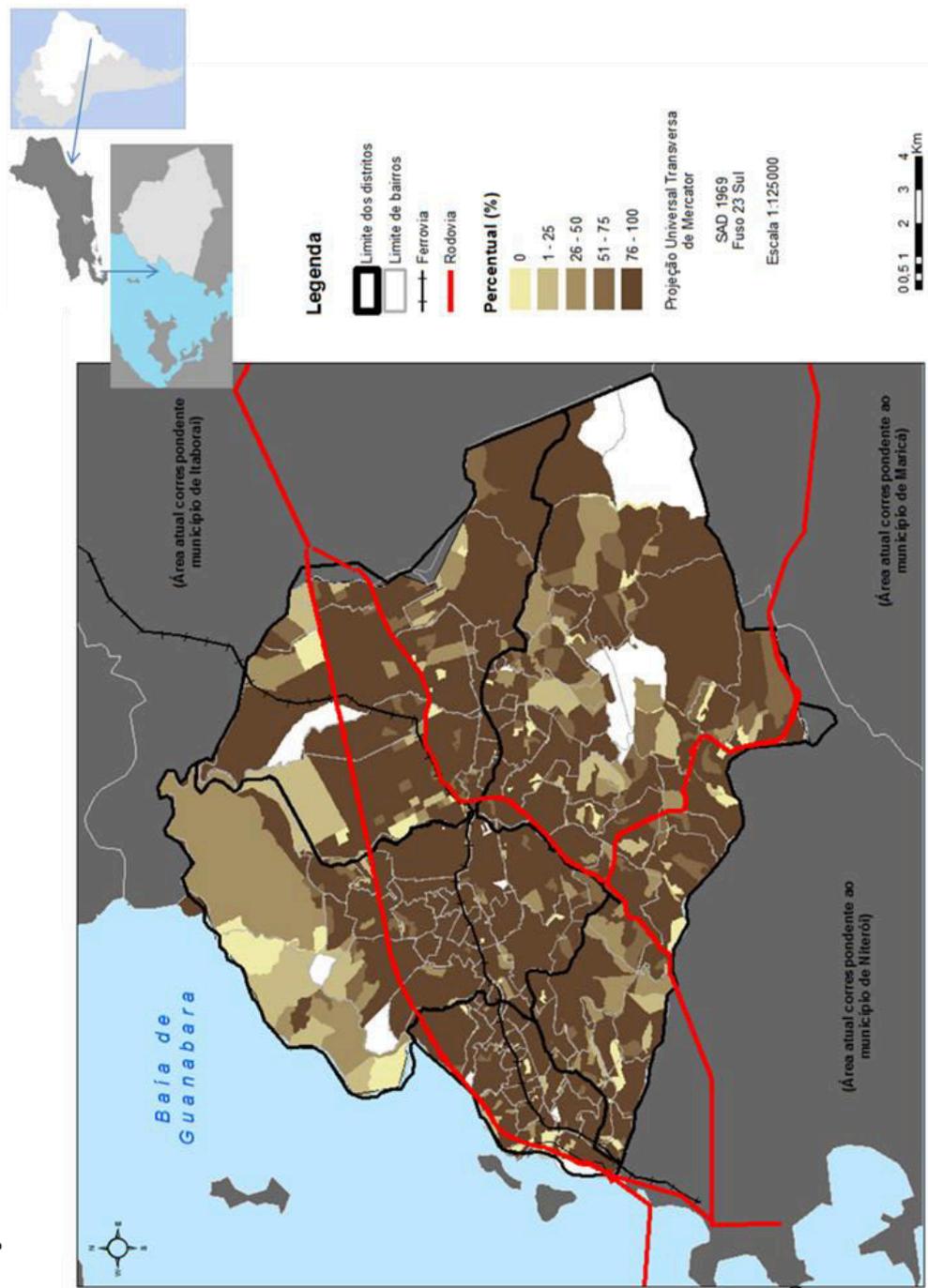
*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

De acordo com a análise do indicador (mapa 5.2c), o município apresenta uma cobertura significativa em termos de coleta, principalmente ao longo do eixo urbano principal da cidade, entre os bairros de Neves, Centro e Alcântara, respectivamente, no Distrito de Neves e Centro. Em compensação, o Norte do distrito Centro, assim como algumas áreas do distrito de Ipiíba, Monjolo e Sete Pontes apresentam indicadores piores. As áreas que correspondem aos assentamentos precários também possuem indicadores insatisfatórios.

O indicador sobre fornecimento de energia é o que apresenta os melhores resultados, seguido do indicador de coleta de lixo. De acordo com o mapa 5.2d, é observado que o município possui uma boa cobertura em termos de abastecimento de energia considerado adequado. Somente algumas poucas áreas ao Norte do distrito Centro, Ipiíba, Monjolo e Sete Pontes possuem indicadores pouco satisfatórios, mas ainda assim acima da média em sua maioria.

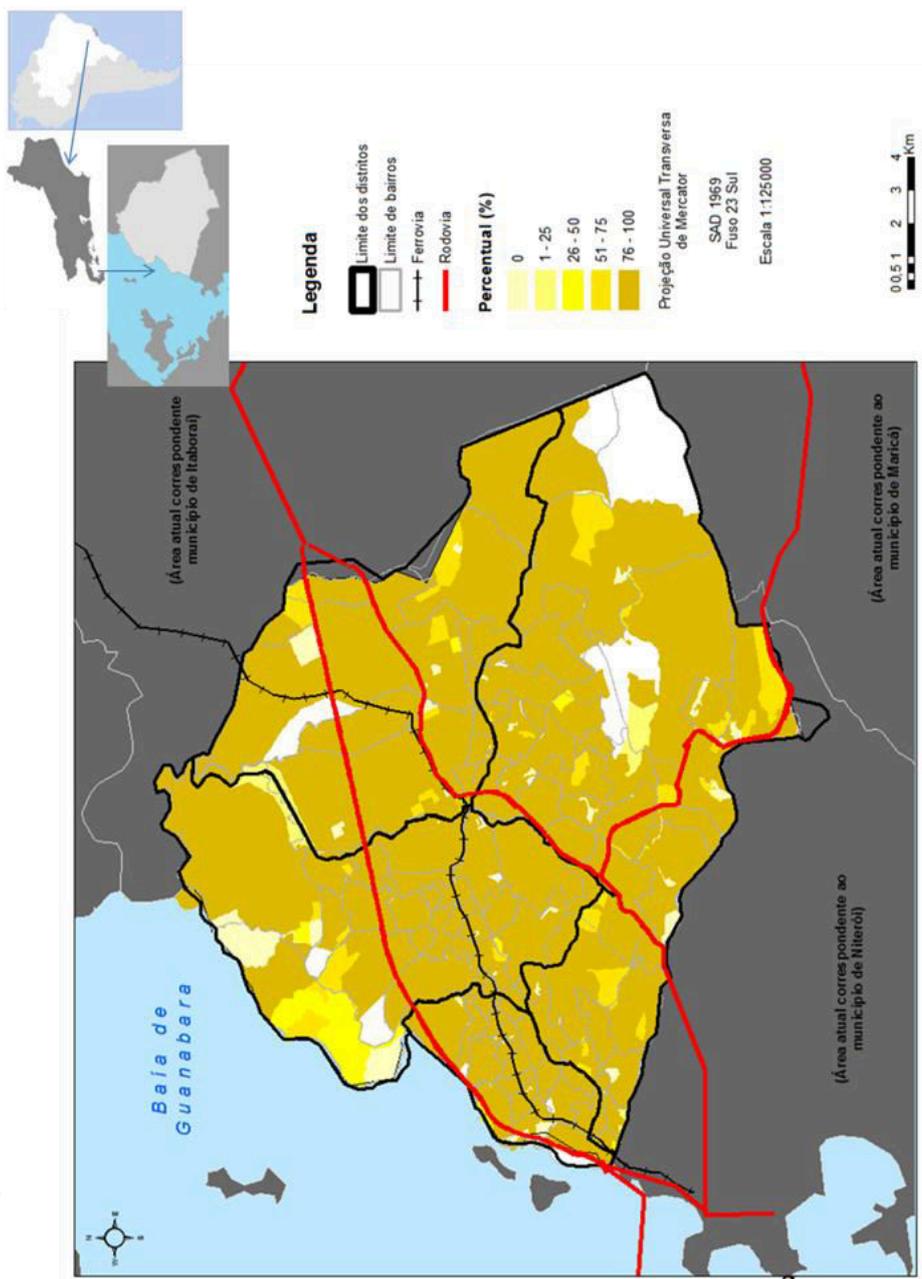
Mapa 5.2c: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM COLETA ADEQUADA DE LIXO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO SETOR



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários.

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

Mapa 5.2d: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM ABASTECIMENTO ADEQUADO DE ENERGIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO SETOR



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários.

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

Apesar dos indicadores referentes ao abastecimento de energia e coleta de lixo apresentarem, respectivamente, percentuais bastante satisfatórios quando comparados aos indicadores de coleta de esgoto e abastecimento de água, cabem algumas ressalvas: quanto à coleta de lixo, é preciso verificar a frequência com que o serviço é prestado em uma determinada área ou bairro do município (diariamente, semanalmente, etc), além da disponibilidade de acesso (áreas cujo acesso é limitado em função de diversos fatores – desde a ausência de vias trafegáveis até os problemas concernentes à criminalidade violenta). Quanto ao abastecimento de energia, é necessário verificar se o conjunto de domicílios pertença a algum programa pautado em tarifas sociais voltadas para a população de baixo poder aquisitivo ou se há, de fato, o abastecimento formal.

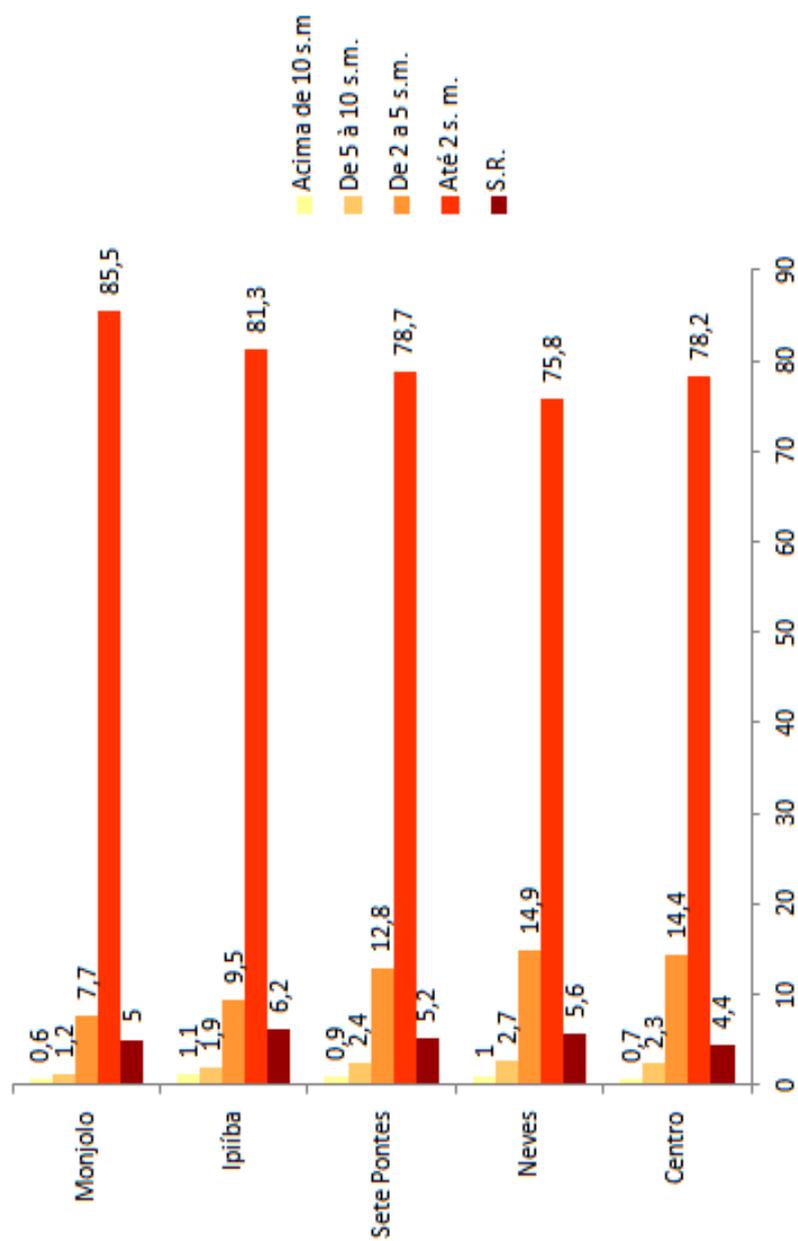
Entretanto, em relação ao quadro geral de análise, é perceptível que, excetuando-se grande parte da área caracterizada pelo eixo principal de urbanização do município, além de certas áreas conurbadas ao município de Niterói, o Norte do Distrito Centro assim como o distrito de Monjolo e partes dos distritos de Ipíiba e Sete Pontes apresentam os níveis mais preocupantes em termos de acesso aos serviços de saneamento básico e energia de maneira adequada. Verifica-se, embora de maneira discreta, certa polarização em termos de acesso a esses meios de consumo coletivos, em que determinadas áreas da periferia intraurbana do município mostram a precariedade em termos de acesso e qualidade dos serviços prestados quando comparados com a área central.

5.3 – Dos indicadores de renda e escolaridade

Ainda com base no Censo Demográfico realizado no ano de 2010, procuramos analisar os dados referentes às condições de renda e escolaridade em relação aos domicílios e os respectivos responsáveis para o município de São Gonçalo. A apreensão de indicadores socioeconômicos é, para o estudo que se segue, fundamental na compreensão da segregação socioespacial com base na distribuição das classes sociais no território.

Em relação aos dados de renda, analisamos os percentuais de domicílios segundo faixas de renda - sem rendimento, até dois salários mínimos, de dois a cinco salários mínimos, de cinco a dez salários mínimos e acima de dez salários mínimos - por distrito. Essa análise vem a fornecer uma base mais ampla às análises espaciais ao nível do setor censitário, localizando os bairros com maiores e menores percentuais.

Gráfico 5.3a: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES SEGUNDO RENDIMENTO NOMINAL DOMICILIAR PER CAPITA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES NO SETOR POR DISTRITO



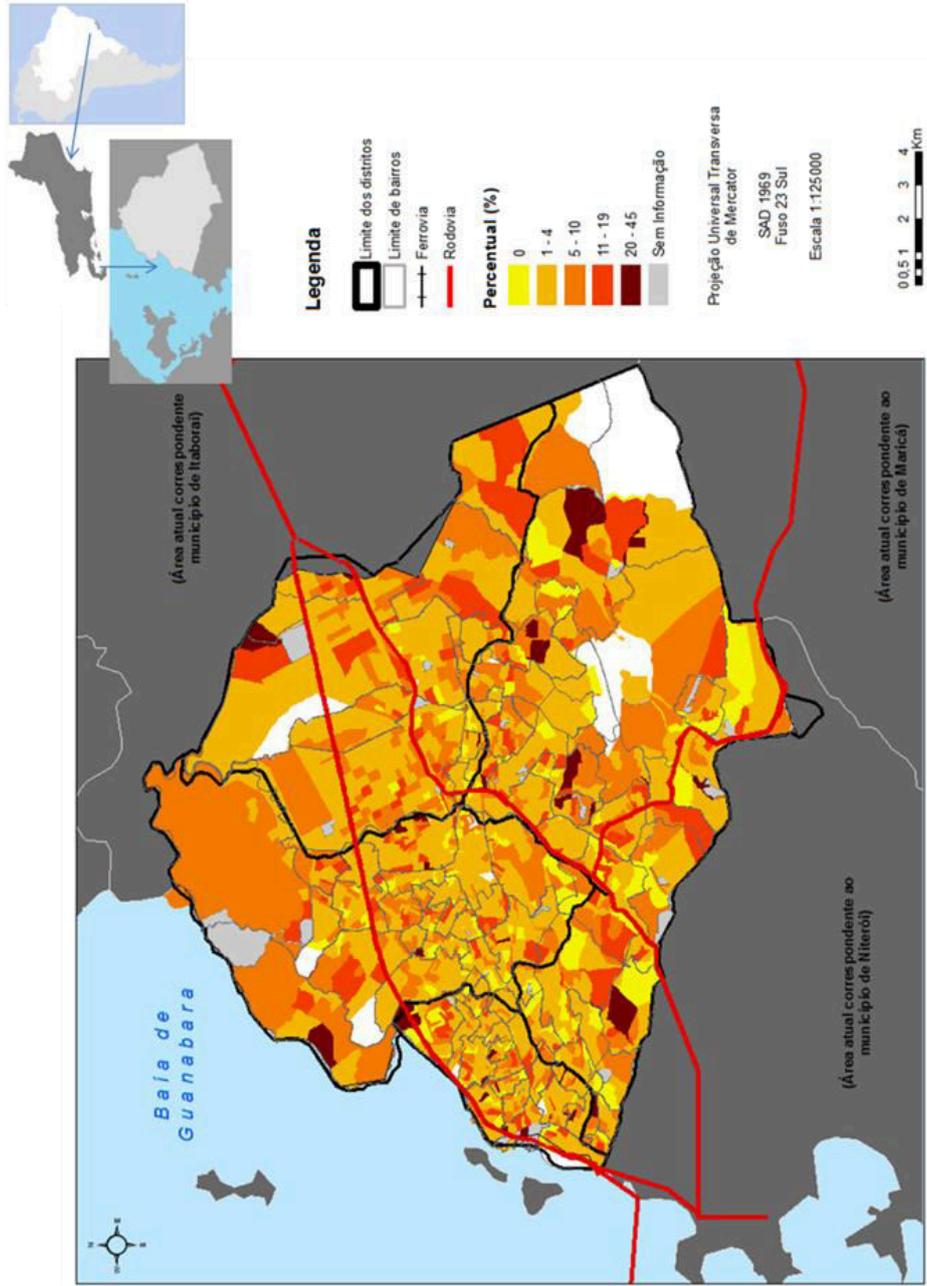
Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE.

Com base na análise do gráfico 5.3a, grande parte dos domicílios no município de São Gonçalo possui renda de até dois salários mínimos (cerca de 80% em relação aos domicílios totais), principalmente no distrito de Monjolo (apresentando cerca de 85% desses domicílios. Por outro lado, um pequeno percentual dos domicílios em São Gonçalo apresenta renda superior a dez salários mínimos (cerca de 1%), cujo distrito de Ipiíba apresenta o maior percentual (1,1%).

Entretanto, ao agregar os indicadores de renda, ou seja, os percentuais acima de dois salários mínimos, o distrito de Neves é o que apresenta o maior percentual (acima de 18%), seguido do distrito Centro (cerca de 17%). Já o distrito de Monjolo é o que apresenta o indicador mais baixo (9,5%), seguido dos distritos de Ipiíba e Sete Pontes (respectivamente, 12,5% e 16,1%).

Ao focar a análise do percentual de domicílios sem renda em relação ao total de domicílios no setor (mapa 5.3a), é observado que, embora a análise espacial indique a uma fragmentação, é percebido que em alguns casos esses setores são caracterizados por assentamentos precários. Ainda, a quantidade de setores que apresentam esse percentual tende a aumentar à medida que se afasta do centro em direção à periferia intraurbana, principalmente as franjas urbanas dos distritos de Monjolo, Centro e Ipiíba (com destaque para os bairros de Bom Retiro, Itaúna, Itaóca, Largo da Idéia e Santa Isabel).

Mapa 5.3a: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES SEM RENDIMENTO NOMINAL DOMICILIAR PER CAPITA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES NO SETOR

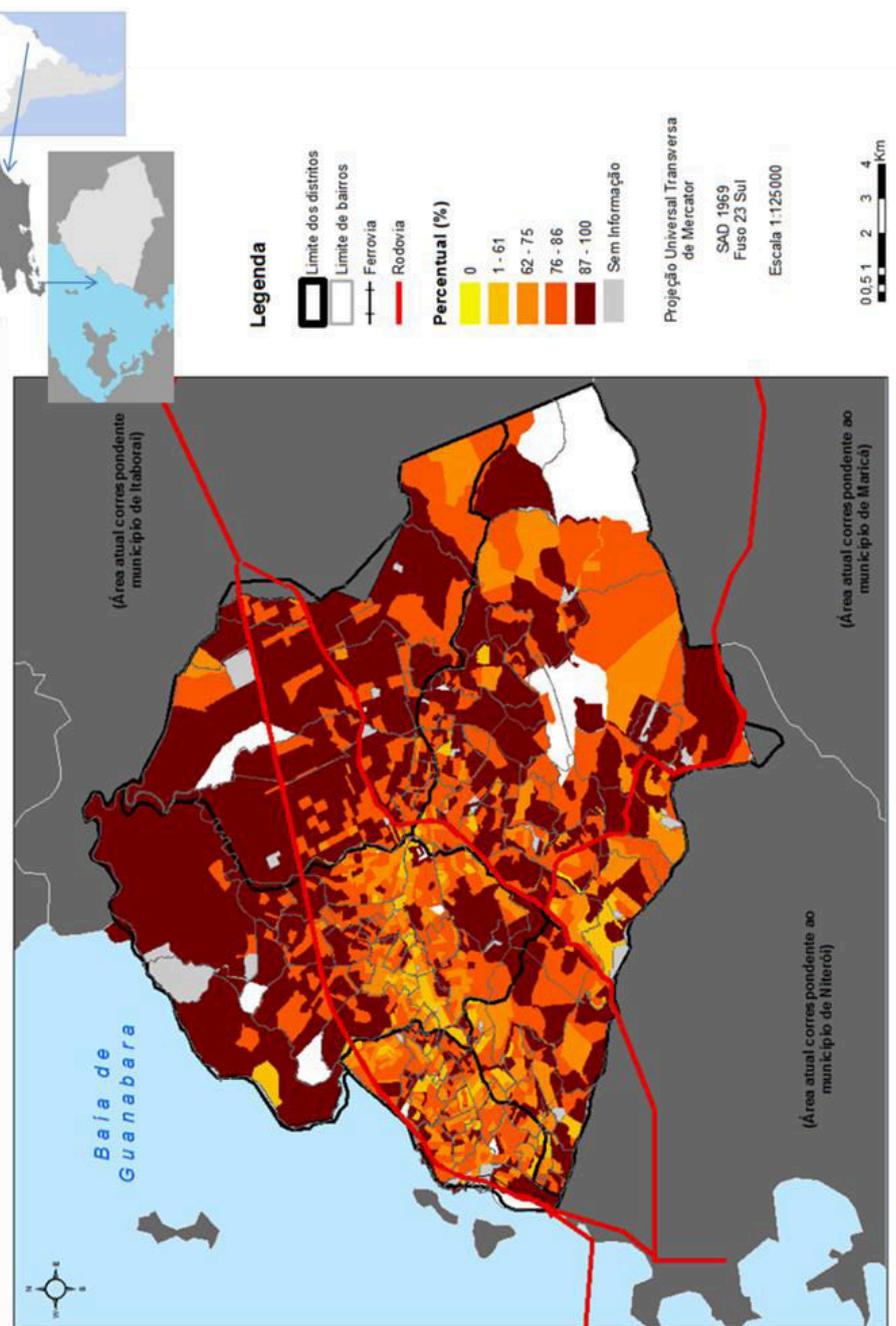


*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

Em relação ao percentual de domicílios com renda até dois salários mínimos (mapa 5.3b), o qual é realidade para a maioria dos domicílios do município, é nítida a percepção de que os setores que abarcam a maior parte do percentual se localizam nas franjas urbanas municipais, contrapondo-se ao eixo urbano tradicional compreendido entre os bairros de Neves, Centro e Alcântara. Essa dualização tende a ser quebrada ao observar alguns setores localizados na periferia intraurbana, principalmente os que compreendem os bairros fronteiriços a Niterói, no distrito de Ipiúba (em especial os bairros de Maria Paula, Rio do Ouro e Arsenal). Essa tendência tende a ser reforçada ao se analisar o percentual de domicílios com renda entre dois e cinco salários mínimos em relação ao total de domicílios no setor (mapa 5.3c), assim como em relação ao percentual de domicílios com renda entre cinco e dez salários mínimos (mapa 5.3d).

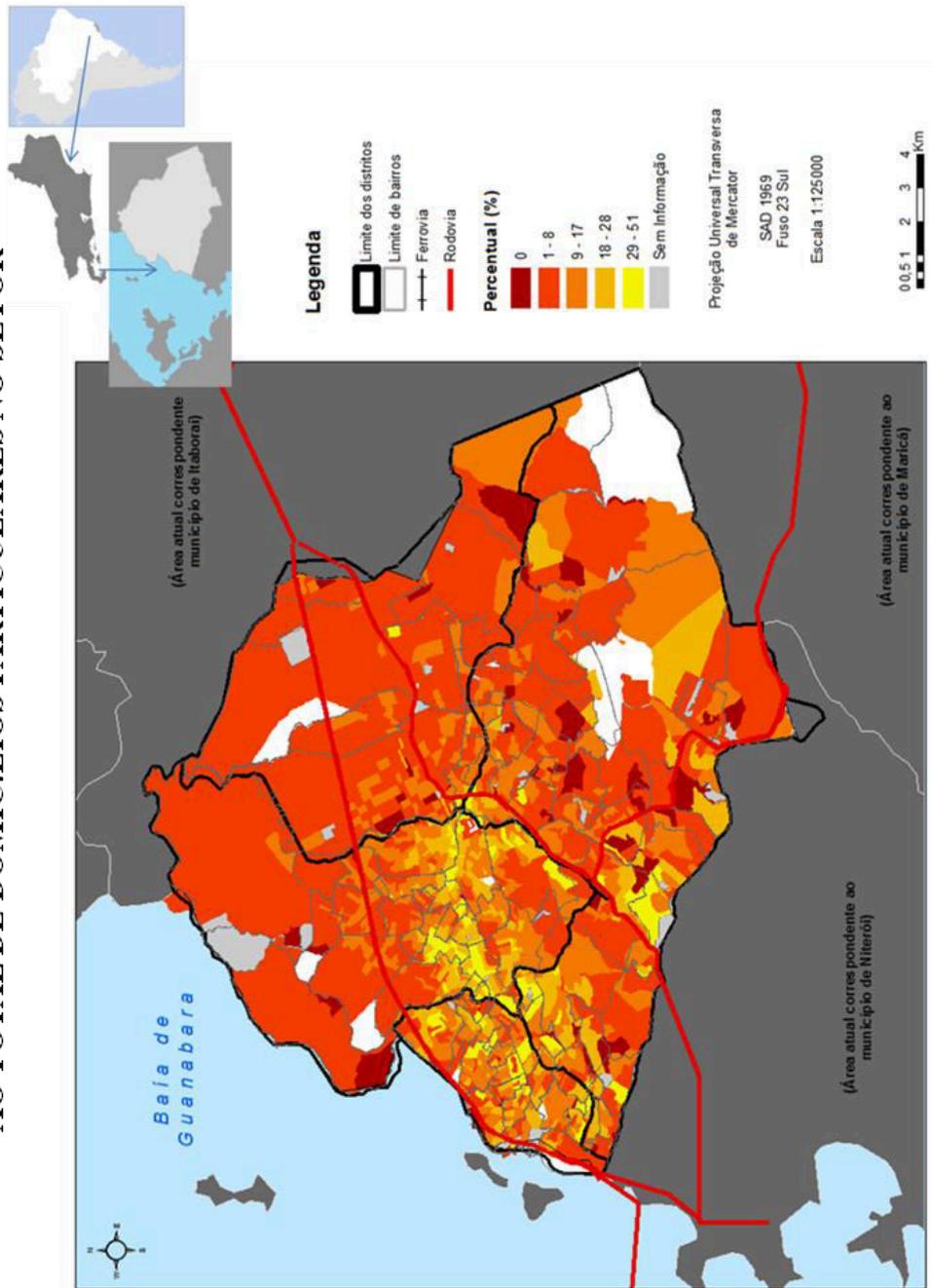
Mapa 5.3b: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES COM RENDIMENTO NOMINAL DOMICILIAR PER CAPITA DE ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES NO SETOR



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

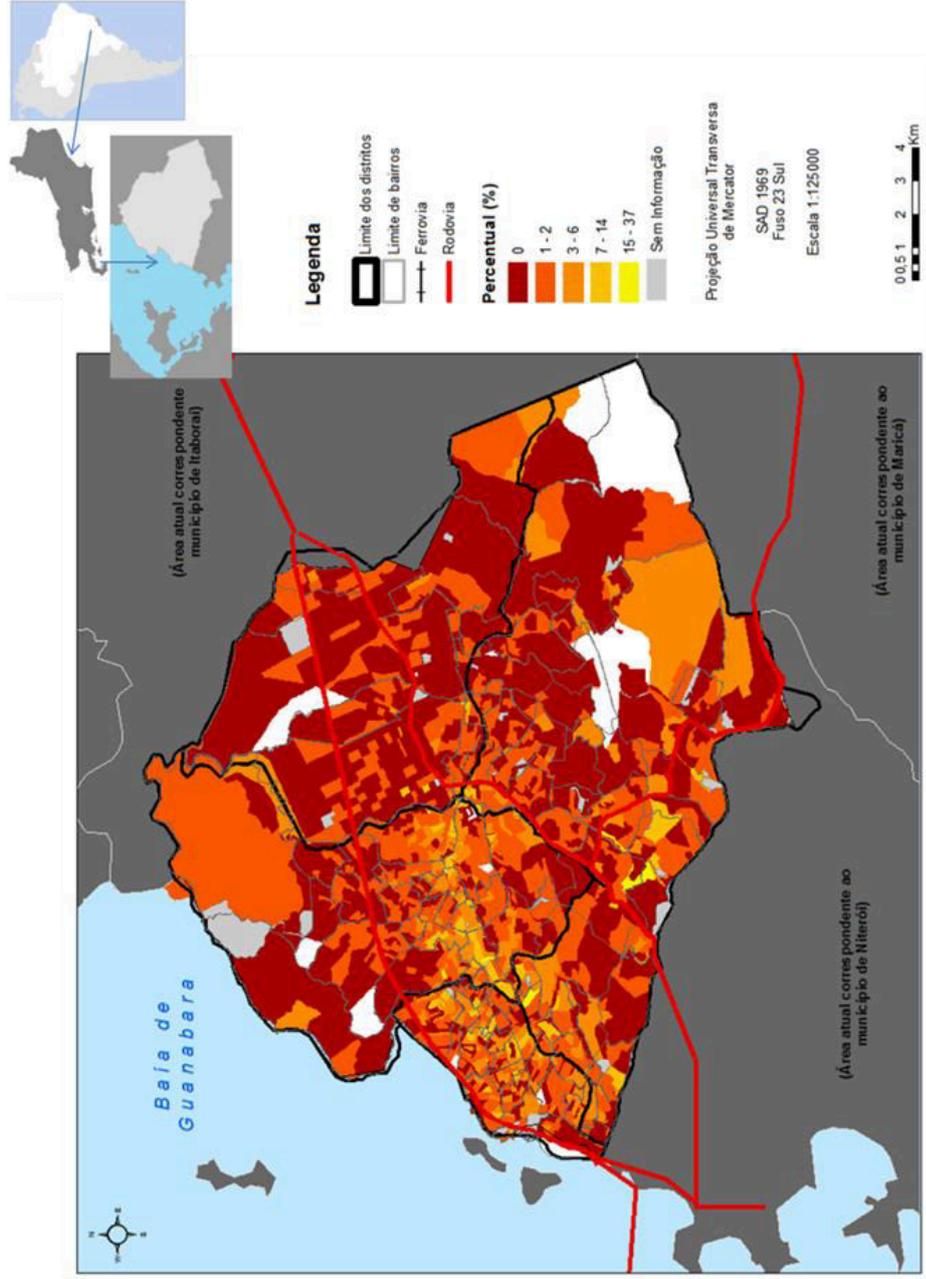
Mapa 5.3c: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES COM RENDIMENTO NOMINAL DOMICILIAR PER CAPITA DE DOIS A CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES NO SETOR



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

Mapa 5.3d: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES COM RENDIMENTO NOMINAL DOMICILIAR PER CAPITA DE CINCO A DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES NO SETOR



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários.

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

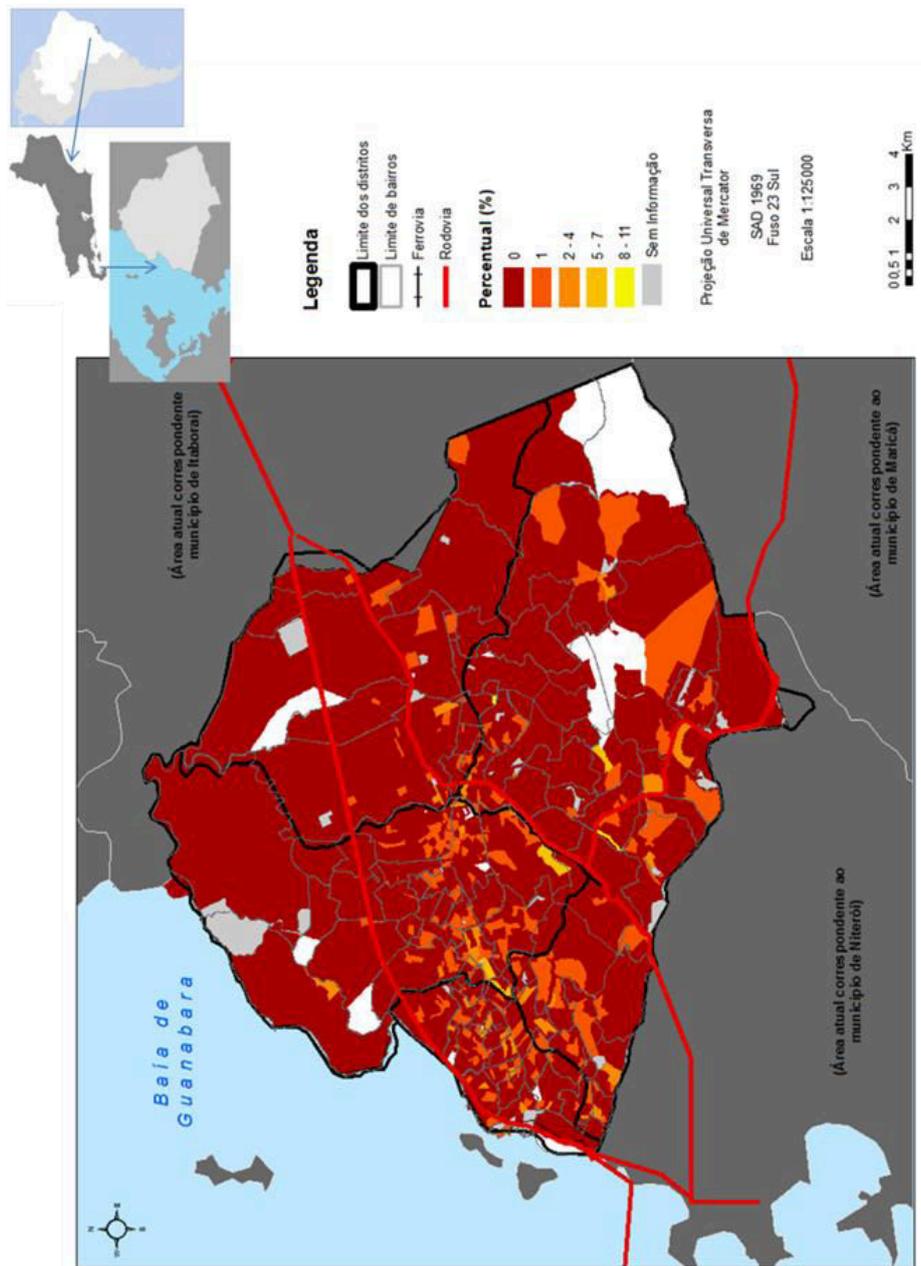
Entretanto, ao analisar o percentual de domicílios com renda superior a dez salários mínimos (mapa 5.3e), embora haja indícios de uma fragmentação no município, principalmente nos distritos de Neves, Centro e Ipiíba, o distrito Centro ainda tende a concentrar os maiores percentuais, principalmente ao longo do eixo urbano principal. Merece destaque alguns bairros nessa área, como o Mutondo, Centro, Zé Garoto, assim como partes do bairro do Colubandê.

Em relação aos dados referentes aos indicadores de escolaridade foram constatados problemas de ordem operacional em relação ao uso das ferramentas de Geoprocessamento, comprometendo os resultados⁷⁶. Portanto, não foi possível realizar a análise espacial dos dados referentes ao nível de escolaridade para o município.

Ao finalizar a análise espacial dos principais indicadores, elaborados a partir dos dados obtidos no Censo Demográfico de 2010, constatamos que a investigação atingiu os objetivos propostos no início desse trabalho, ao permitir a demonstração espacial, através da construção de mapas, das desigualdades sociais e econômicas no espaço intraurbano do município de São Gonçalo, fruto do processo histórico de uma formação social e econômica que chegou até a atingir um certo desenvolvimento industrial nos anos de 1930 a 1960, mas que não foi suficiente para uma transformação de fato das bases socialmente excludentes que sempre estiveram presentes no município.

⁷⁶ Os dados referentes à construção do indicador de escolaridade estão disponíveis por Áreas de Ponderação, ou seja, agregados por setores definidos pelo IBGE, e não exclusivamente pelo setor censitário. Em razão disso, a análise fica comprometida, pois toda ela se baseou nos dados apresentados pelo setor censitário.

Mapa 5.3e: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES COM RENDIMENTO NOMINAL DOMICILIAR PER CAPITA ACIMA DE DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES NO SETOR



*As áreas em branco são caracterizadas como áreas ausentes de setores censitários

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Resultado do Universo por setor censitário, IBGE

5.3 – Periferias segregadas, segregação nas periferias: as suas formas em São Gonçalo

Após o mapeamento dos principais indicadores de desigualdade locais, podemos observar que a segregação socioespacial em São Gonçalo deve ser considerada como um dos fenômenos estruturantes do tecido socioespacial, além de um processo fundamental na organização do espaço intraurbano municipal.

Essa leitura espacial dos indicadores permitiu verificar determinadas áreas, visando uma apreensão mais específica do fenômeno em um dado local no espaço urbano. Por outro lado, a vivência, baseada no exercício da experiência e da observação em campo forneceu bases mais claras no sentido de compreender o fenômeno da segregação socioespacial de maneira mais dinâmica.

Por meio dos indicadores intraurbanos de desigualdade socioespacial, assim como em relação às observações realizadas em atividade de campo, verificamos para o município de São Gonçalo em termos de segregação socioespacial:

- O eixo histórico de urbanização, compreendido entre os bairros de Neves (distrito de Neves), Centro (distrito Centro) e Alcântara (distrito Centro), e, de certa forma, englobando o eixo entre o bairro do Alcântara e o bairro do Colubandê (distrito Centro) apresentam os maiores níveis de verticalização em relação ao desenvolvimento comercial e residencial. Concentra os melhores indicadores em termos de infraestrutura urbana e meios de consumo coletivo, além de uma concentração relativamente alta de população com alto poder aquisitivo. Em contrapartida, essa região também concentra um razoável número de assentamentos precários. Chama a atenção para uma mistura social, atribuindo a essa área diferenças marcantes em termos socioespaciais, observadas principalmente nos novos condomínios fechados voltados para a população de alto status;
- Bairros afastados do eixo central tradicional, à medida que se localizam cada vez mais distantes do eixo urbano tradicional, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do município, tendem a concentrar os indicadores mais preocupantes em termos de infraestrutura

urbana e meios de consumo coletivos. Essa concentração é ainda mais evidente à medida que associamos o resultado desses indicadores ao peso populacional verificado para essas áreas, oriundo do processo de ocupação historicamente instituído no município. Sua característica principal é o modelo horizontal de expansão urbana, em que grande parte da população apresenta status inferior em termos de renda. Os assentamentos precários localizados nessas áreas pouco se diferem de seu entorno. Logo, são áreas cuja mistura social não é tão evidente, se apresentando de maneira relativamente homogênea;

- O quadrante sudoeste do município, principalmente entre os bairros de Maria Paula e Ipiúba, e polarizados pela Rodovia RJ 104 que liga São Gonçalo à Região dos Lagos assim como à Região Oceânica de Niterói, é o que tem concentrado as diferenças mais marcantes em termos de configuração socioespacial intraurbana recente. São áreas que concentram, simultaneamente, os melhores indicadores e os piores, assim como têm apresentado uma mudança crescente em termos de renda da população. Dois processos são verificados nessas áreas: a expansão dos conjuntos habitacionais populares voltados para uma parcela da população de status inferior e, ao mesmo tempo, o crescimento dos loteamentos horizontais de alta renda. A mistura social, sob esses aspectos, torna-se latente.

Essas observações são de suma importância para essa pesquisa, e logo, no tocante ao objeto de estudo dessa dissertação: a segregação socioespacial. As análises espaciais dos principais indicadores de desigualdade, assim como a pesquisa empírica, em termos de contato direto com a realidade local, constituíram-se essenciais na compreensão da segregação intraurbana em São Gonçalo, e, possivelmente, na percepção dos padrões territoriais de organização social. Essa discussão vem ao encontro dos principais estudos sobre segregação socioespacial em relação aos níveis de interação entre pessoas de diferentes grupos sociais, assim como diferentes níveis de agrupamento de diferentes grupos de pessoas⁷⁷.

⁷⁷ Maiores observações em Ribeiro, M. G. e Ribeiro, L. C. Q. Análise social do espaço urbano-metropolitano: Fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles, IPPUR, UFRJ. 2011.

Com o objetivo de prosseguir o estudo, com base no aporte teórico-metodológico proposto e nas análises espaciais da configuração socioespacial intraurbana de São Gonçalo, obtivemos maiores informações por meio de registros fotográficos e contato com agentes sociais para as seguintes áreas selecionadas: os bairros de Neves, Centro e Alcântara (eixo urbano tradicional); arrabaldes do bairro de Jardim Catarina (regiões Norte e Nordeste) e os bairros de Maria Paula, Arsenal e Ipiíba (região Sul e Sudeste). Nessa direção, conseguimos apreender possíveis conflitos territoriais em função das práticas espaciais por parte dos agentes envolvidos, além de uma visão geral das condições de moradia e alguns aspectos particulares em relação à população local.

Em relação aos bairros localizados no eixo urbano compreendido pelos bairros de Neves, Centro e Alcântara, é sabido que, ao mesmo tempo em que esses bairros se encontram no mesmo sítio urbano histórico, e logo, polarizam o desenvolvimento intraurbano local no âmbito do processo urbano regional, apresentam diferenças marcantes entre os mesmos em termos de configuração socioespacial.

O bairro de Neves, assim como bairros adjacentes, se desenvolveu no território municipal principalmente no âmbito do processo urbano industrial regional, de início a meados do século XX. Podemos dizer que a área compreendida por esses bairros e polarizada pelo bairro de Neves, no distrito homônimo, constituiu a máxima gonçalense em termos de desenvolvimento industrial – a “Manchester Fluminense”, termo cunhado com sentido alusivo à tradicional cidade industrial inglesa.

De antigo nascedouro industrial e tradicionalmente conhecido por suas vilas operárias, assim como histórico eixo de conurbação urbana com o subúrbio industrial de Niterói, a área registra, nesses últimos anos, mudanças significativas em termos de configuração socioespacial. Apesar de ainda concentrar indústrias importantes e grandes redes do comércio varejista (dada à proximidade com as vias de circulação regionais, como a BR 101) e conservar, em parte, seu aspecto de subúrbio operário, observamos essas mudanças principalmente em relação à atuação do capital imobiliário em antigos espaços industriais degradados, vazios ou sem uso.

Um exemplo emblemático é a construção do “Condomínio Novas Cores”, pela empresa PDG Realty e localizado na Rua Oliveira Botelho, no bairro de Neves. Trata-se de um condomínio de

edifícios, constituído de quatro blocos residenciais e cerca de duzentas e oitenta e seis unidades de moradia, que diferem no número de cômodos (dois ou três quartos). A tipologia construtiva (acabamento, varandas, etc), assim como os recursos que o condomínio apresenta em carácter particular e privativo (área de lazer e segurança privadas) rompem, de forma significativa, com o contexto socioespacial local (Fotos 5.3a).



Fotos 5.3a: O Condomínio Novas Cores, empreendimento do grupo PDG Realty, localizado no bairro de Neves, em São Gonçalo. Abaixo, fotos ilustrativas das residências localizadas nas imediações do empreendimento. **Fonte: Autor, Outubro de 2012.**

Ao prosseguir com as análises, abordaremos sobre o bairro Centro e, consecutivamente, o bairro de Alcântara e adjacências. A estratégia em esboçar uma análise de campo, tendo em vista a percepção nessas três localidades tem como base a disposição desses bairros ao longo da antiga Estrada Geral, hoje dividida em várias seções e dotada de vários nomes.

Sobre o bairro Centro, trata-se do centro político e administrativo do município. A priori, a área compreendida pelo centro da cidade, assim como bairros adjacentes, representa o sítio histórico, compreendendo o primeiro núcleo de aglomeração populacional local. Os bairros que se encontram na região central são caracterizados por possuírem, em termos históricos, maior oferta de infraestrutura urbana. Tradicionalmente concentra um percentual significativo de moradores com renda mais elevada, além de um setor de serviços amplo e diversificado. Entretanto, também se encontram nessa área assentamentos precários, sendo que muitos localizados próximos aos eixos urbanos valorizados do centro.

A área central do município, embora já apresente uma característica dinâmica em termos de desenvolvimento socioespacial, tem polarizado investimentos significativos por meio do lançamento de novos empreendimentos comerciais e residenciais de alto status. Exemplos desse fenômeno é a construção do “Shopping Boulevard São Gonçalo”, construído e administrado pela empresa Affinità; o “Icon Business Mall”, em construção pela empresa Gafisa e o “Condomínio Barão de Mauá”, construído pela empresa W3 Engenharia.

O fenômeno “shopping” no município é relativamente recente. Remonta os últimos dez anos e tem seu despertar com a construção do “Shopping São Gonçalo”, no bairro Boa Vista, conforme veremos mais adiante. Entretanto, a construção do “Shopping Boulevard”, empreendimento milionário orçado em cerca de cento e cinquenta milhões de reais, representa nitidamente os interesses de uma camada social específica, ou seja, as camadas sociais de alto status que residem próximas ao shopping e que não desejam grandes deslocamentos. Ainda, o shopping, representa os interesses do capital imobiliário em expansão, representado nos novos empreendimentos residenciais de status elevado em construção na área e arrabaldes (Fotos5.3b).

Nesse mesmo processo, destacamos o “Icon Business Mall”, empreendimento lançado pela empresa Gafisa e que reúne em uma mesma construção um pequeno shopping e um grande centro comercial em edifício, com quatrocentos e cinquenta e uma salas comerciais. Embora ainda esteja em construção, o design arquitetônico observado no projeto assim como a localização do empreendimento deduz o status do empreendimento (Fotos 5.3c).



Fotos 5.3b: O Shopping Boulevard, empreendimento do grupo Affinità, localizado no bairro Centro, em São Gonçalo. Fontes: Autor, Outubro de 2012 e www.brasilbrokerscorporate.com.br



Fotos 5.3c: O Icon Business Mall, empreendimento da empresa Gafisa, localizado no bairro Centro, em São Gonçalo. Fontes: Autor, Outubro de 2012 e www.gafisa.com.br

No âmbito desse processo, os investimentos imobiliários residenciais no centro de São Gonçalo também ganham força, principalmente os empreendimentos voltados para o público consumidor de status mais elevado. O “Residencial Barão de Mauá” consiste em dos exemplos típicos desse fenômeno. Localizado em uma área bastante acessível do centro da cidade, além da proximidade com áreas residenciais de alto status (Rua Aluizio Neiva) o empreendimento desenvolvido pela empresa W3 é composto por dois blocos residenciais de vinte andares, oito apartamentos por andar, além de três quartos. É notável o nível de exclusividade do empreendimento, atribuído nível do padrão construtivo e da infraestrutura fornecida (Fotos 5.4d e 5.4e).

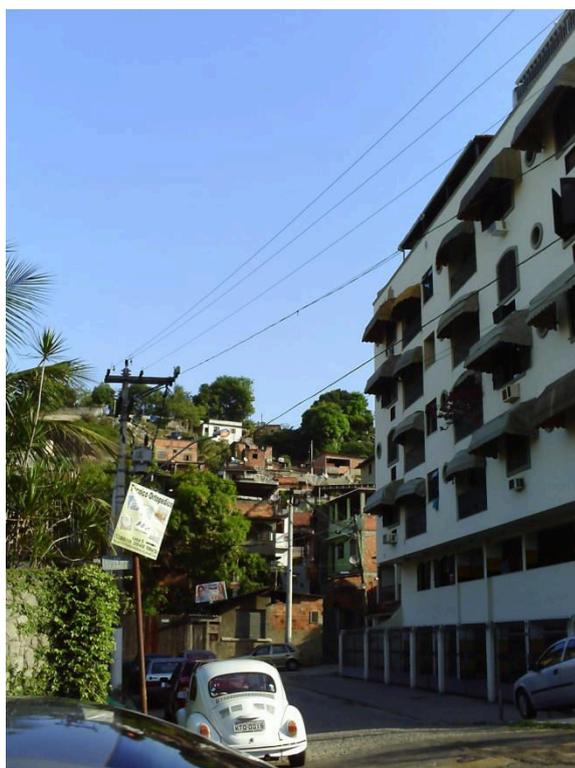


Fotos 5.3d: O Residencial Barão de Mauá, empreendimento da empresa W3, localizado no bairro Centro, em São Gonçalo. **Fontes: Autor, Outubro de 2012.**



Fotos 5.3e: Aspectos residenciais gerais na Rua Aluísio Neiva, localizada no bairro Centro, em São Gonçalo. **Fontes: Autor, Outubro de 2012.**

Interessante observar que nessa mesma área, no caso, a Rua Aluisio Neiva, localiza-se um dos acessos a um assentamento precário relevante em termos intraurbanos: o Morro Menino de Deus. A proximidade dos condomínios fechados e dos prédios de alto status com o assentamento precário ilustra a expressão máxima da segregação socioespacial na área, atestada principalmente nas referências de moradores da localidade em relação ao assentamento diante do temor às incidências criminosas frequentes na área e principalmente nas suas imediações (Foto 5.3f).



Fotos 5.3e: A segregação socioespacial concreta: um dos acessos ao Morro Menino De Deus em dos eixos valorizados do centro de São Gonçalo: a rua Alúísio Neiva, localizada no bairro Centro, em São Gonçalo. **Fontes: Autor, Outubro de 2012.**

Embora esses sejam considerados exemplos significativos para o estudo que segue, a análise sobre o empreendimento Parque das Águas, localizado no bairro do Mutondo e nos limites com o bairro do Alcântara pode ser considerado o mais emblemático⁷⁸, uma vez que incorpora todas as

⁷⁸ Maiores informações em Silva, O. T. As práticas espaciais do capital imobiliário e as diferentes expressões de centralidade: alguns apontamentos para o debate. Artigo apresentado no XIV Encontro Nacional da ANPUR. 2011.

dimensões do processo de segregação verificado em outras áreas da cidade e, a título de exemplo, de outras regiões metropolitanas brasileiras.

De início, é interessante comentar que o empreendimento, dados os seus atributos construtivos, o público consumidor alvo e as suas qualidades intrínsecas que lhe conferem o status de condomínio fechado representam um rompimento abrupto com a ordem socioespacial local. O “Bairro Planejado”, como é denominado pela empresa responsável pelo empreendimento – a CR2 – foi construído em um vasto e antigo terreno de uma antiga indústria – a Nigatec. Sua localização obedece exatamente a todos os critérios de exclusividade em termos de produção imobiliária de alto padrão: uma área que apresenta relativa amenidade urbana (proximidade com áreas verdes), além de acesso restrito (uso do automóvel) e segregada naturalmente (dadas as condições preexistentes).

O empreendimento atualmente encontra-se em sua segunda fase de expansão física em termos de construção. Composto atualmente de quatro edifícios variando entre quatorze e vinte um pavimentos em uma área de aproximadamente 100.000m², o empreendimento “Parque das Águas” simboliza, para além da segregação socioespacial, uma completa renúncia aos atributos locais em razão das potencialidades extralocais – uma clara alusão em termos de status social aos bairros nobres da cidade vizinha, Niterói, observada na denominação dos edifícios: Piratininga, Itaipu, entre outros. Seja sob a denominação de “Parque das Águas” ou “Bairro Planejado”, o empreendimento pode ser colocado como exemplo fidedigno da má gestão e planejamento urbanos por parte do poder público local em todas as suas formas.



Fotos 5.3f: O empreendimento Parque das Águas, construído pela empresa CR2, na área dos bairros de Mutondo e Alcântara. “Ilha de riqueza” ou “Fantasia”? **Fontes: Autor, Outubro de 2012**

Em prosseguimento às investigações de campo, nos atentaremos a partir desse momento, às franjas urbanas do município, em especial, o quadrante Norte e Nordeste, assim como o quadrante Sul e Sudoeste do município. Conforme observado, essas áreas, embora localizadas na periferia do município, possui configurações socioespaciais crescentemente distintas, de maneira que essas diferenças vêm a evidenciar cada vez mais conflitos intraurbanos.

Em relação ao quadrante Norte e Nordeste do município, percebemos por meio das análises espaciais dos indicadores que se trata de uma região bastante comprometida em relação à precariedade da infraestrutura intraurbana. Essa problemática tem suas raízes no processo histórico de ocupação e desenvolvimento urbano, que no caso dos bairros de Jardim Catarina e Boa Vista, estão relacionados à expansão urbana desordenada através dos loteamentos horizontais de baixa renda.

No caso do bairro Jardim Catarina, localizado no distrito de Monjolo, sua preponderância em termos de análise para o estudo que se desenvolve encontra-se na sua própria natureza: de antiga área de fazendas para produção de laranjas a loteamento popular periférico, a localidade que hoje apresenta uma das maiores densidades demográficas intraurbanas, além de concentrar cerca de 10% da população do município, já ostentou o título de maior loteamento da América Latina.

As características do bairro são típicas de um loteamento popular na periferia. Trata-se de uma área cuja ocupação se deu de forma densa e espaiada, conferindo um modo de ocupação horizontalizado. Essa crescente ocupação não foi acompanhada devidamente de um planejamento público eficaz em termos de controle e investimento em saneamento básico e habitação digna. Apesar das recentes melhorias em termos de urbanização, o bairro ainda apresenta deficiências sérias em termos de políticas públicas voltadas para um desenvolvimento socioespacial local (Fotos 5.3g).





Fotos 5.3f: O bairro de Jardim Catarina. A primeira foto, um assentamento precário localizado às margens da Rodovia Amaral Peixoto, próximo do bairro de Alcântara. Abaixo, imagens de algumas ruas localizadas no interior do bairro mostram a situação de precariedade local. **Fontes: Autor, Outubro de 2012.**

Em relação ao quadrante Sul e Sudoeste, uma das áreas industriais mais recentes no município, os bairros de Maria Paula, Arsenal e Ipiíba, (pertencentes ao distrito de Ipiíba), embora tenham o seu histórico processo de ocupação relacionado à expansão dos loteamentos periféricos e concentre os dilemas da ausência de planejamento em termos de uso e ocupação do solo (Foto 5.3g), tem apresentado as duas faces de um problema crônico em termos de segregação: nesse caso, com a chegada dos loteamentos fechados de alta renda e da produção imobiliária vertical de status, assim como da produção imobiliária voltada para a população de baixa renda.



Fotos 5.3f: Fotos de áreas internas dos assentamentos precários localizados no bairro de Ipiúba. As condições das habitações, assim como o saneamento básico são precários. **Fontes: Autor, Outubro de 2012**

No geral, os loteamentos voltados para a produção imobiliária de alto status nessas áreas apresentam características essenciais no que concerne à lógica de produção regional, assim como, intrínseca ao contexto local. Primeiramente, esses loteamentos encontram-se localizados próximos à Região Oceânica de Niterói, assim como próximos ao principal acesso à Região dos Lagos, região balneária famosa por suas praias, localizada na costa litorânea à Leste no Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, o critério acessibilidade é fundamental na compreensão da lógica de produção imobiliária da região e. Nesse caso, a Rodovia RJ 106 é um importante condicionante nesse processo. Conjuntamente com a ideia de acessibilidade, a noção de liberdade imbuída no ato de idealizar e planejar a própria casa áreas dotadas de segurança privada completa, assim como lazer e amenidades

privativas, vem ao encontro das reais carências que o município apresenta, em termos de promoção de habitação digna, segurança pública e lazer público (Fotos 5.3h).



Fotos 5.3i: Loteamentos fechados voltados para a produção imobiliária de alto status – Bairros de Rio de Arsenal e Rio do Ouro, em São Gonçalo. **Fontes: Autor, Outubro de 2012**

Em relação à produção imobiliária voltada para a população de renda mais média baixa e baixa, podemos citar, a título de exemplo, os conjuntos habitacionais Arsenal Life, promovidos pela construtora Tenda. Ao todo, são quatro conjuntos habitacionais: o Arsenal Life I (composto de oito blocos de quatro andares e apartamentos de dois quartos), Arsenal Life II (composto de seis blocos de quatro andares e apartamentos de dois quartos), Arsenal Life III e IV (composto de sete blocos de

quatro andares e apartamentos de dois quartos). Os três últimos apresentam status de condomínio fechado, embora a semelhança entre os condomínios sejam bastante parecidas.



Fotos 5.3j: Conjuntos habitacionais populares– Bairro de Arsenal, em São Gonçalo. Funcionalidade e monotonia longe do centro. **Fontes: Autor, Outubro de 2012**

Produzidos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e com o objetivo de atender principalmente a demanda oriunda das classes baixas e populares, podemos observar que a lógica de produção dessas moradias, embora vinculadas a propósitos sociais, correspondem às estratégias de atuação do capital na produção do espaço urbano. Essa estratégia consiste em produzir uma grande quantidade de imóveis com custos mais baixos em áreas relativamente distantes, uma vez que o valor dos terrenos é mais barato e os custos de produção são reduzidos. Os resultados são grandes conjuntos

habitacionais monótonos, localizados nas franjas municipais e que, embora localizados próximos a grandes eixos de circulação, as qualidades são automaticamente exauridas com o advento do longo tempo de deslocamento, além das precárias condições de transporte público.

Dessa forma, os registros fotográficos e o contato com a população local vêm a reforçar a pesquisa sobre as desigualdades e o processo de segregação socioespacial em curso no município de São Gonçalo. A apreensão desses resultados apresenta, mais uma vez, uma importante contribuição aos debates sobre a produção capitalista do espaço e, acima de tudo, da reprodução da segregação em marcha no espaço urbano metropolitano atual.

Podemos observar, através da pesquisa empírica, que a segregação socioespacial no município é mobilizada em função de agentes e atores intraurbanos e interurbanos, configurando uma atuação complexa na produção do espaço. A segregação socioespacial na periferia já se apresenta de forma fragmentária, observada na paisagem tanto através da crescente heterogeneização de alguns espaços, assim como da profunda homogeneização interna de outros. Essas dimensões da segregação são percebidas através dos novos enclaves de moradia de alta renda, na situação de extrema precariedade a qual os assentamentos precários e os loteamentos periféricos estão sujeitos e, ainda, na produção de moradia de baixa renda em áreas longínquas, perpetuando a exclusão e a reprodução da desigualdade e legitimando a atuação do poder público aliado às diferentes frações do capital.

Considerações Finais

Este trabalho de dissertação teve, como proposta principal, a investigação acerca das desigualdades socioespaciais em um típico município de periferia metropolitana. Dessa maneira, procurou-se analisar o município de São Gonçalo e seus processos locais em função de sua inserção no espaço urbano-regional, no caso, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e, ainda que de forma parcial, no conjunto de municípios que compreendem o Leste Metropolitano Fluminense.

Ao compreendermos a desigualdade socioespacial presente no espaço urbano intrametropolitano, nesse caso, do Rio de Janeiro, é observado que a segregação socioespacial constitui-se uma das dimensões mais expressivas desse fenômeno, encontrando principalmente nos municípios periféricos metropolitanos a sua máxima expressão. A magnitude desse processo encontra-se na dimensão do rompimento em relação ao status o qual a periferia se encontra historicamente inserida: novas formas de produção e apropriação do território, gerando mudanças significativas na estrutura urbana, que em São Gonçalo, são identificadas através do surgimento de áreas socialmente diferentes em termos de infraestrutura e habitação.

A par desses acontecimentos, se faz necessário verificar o que compõe o complexo quadro de mudanças na organização social do território. Nesse contexto, procura-se delinear os principais atores que venham a engendrar as mudanças sociais e econômicas no processo urbano-regional. Para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, podemos citar alguns projetos de cunho regional que possuem impactos relevantes na estrutura urbana local, tais como o polo petroquímico COMPERJ, o corredor rodoviário Arco Metropolitano, a expansão da rede metroviária com a implantação da Linha 3 do Metrô interligando Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, o novo Porto de São Gonçalo, além de outros projetos locais e regionais relacionados. Novas centralidades emergem no território da metrópole, gerando novas hierarquias em termos de rede urbana. Mudanças em relação à divisão técnica e social do trabalho, em termos regionais, vêm resultar em alterações significativas na estrutura social da população.

Ao abordar a segregação socioespacial, procuramos primeiramente discorrer sobre o conceito de segregação. Observamos a necessidade de explorar, a priori, o conceito de espaço, uma vez que para a compreensão de segregação socioespacial, o espaço deve ser considerado como produto social e condição essencial na reprodução social. No contexto da sociedade capitalista, o espaço é não somente produto social e reprodutor da sociedade, como também produto e reprodutor de desigualdades socioespaciais, e logo, produtor de segregação. Ao analisar a segregação enquanto conceito, recorreremos aos principais teóricos, a princípio, oriundos da Escola de Chicago e recentemente, os autores de linha crítica e marxista, em uma linha tênue de tempo, nos quais percebemos grandes diferenças, mas ao mesmo tempo atentamos às proximidades, principalmente no que tange a quem está por trás de sua produção. Logo, ela é um fenômeno histórico, que na égide do desenvolvimento capitalista encontra seu potencial tendo como base, agentes bem definidos.

Demarcamos esses agentes – em especial, o Estado, agente chave na legitimação e produção do espaço no modo capitalista. Analisamos que a ação desses agentes não ocorre de maneira isolada e que grande parte das contradições expressas na organização interna do espaço está, no âmbito do desenvolvimento capitalista, relacionada ao grau de interação entre esses agentes na conjugação de interesses específicos, algo bastante complexo. Complexidade essa, observada na tentativa em se analisar separadamente a atuação de cada um no processo de produção do espaço e logo, de reprodução do sistema capitalista, seja na metrópole, seja especificamente na periferia.

Pensando a questão social, assim como a organização interna do município em relação à metrópole, foi considerado essencial o resgate sobre a formação histórica social e política de São Gonçalo na região. Essa pesquisa foi de suma importância na compreensão dos processos que motivaram, assim como sustentaram o desenvolvimento urbano do município. Pudemos, nessa etapa, notar a importância de se trabalhar o município no conjunto da Região Metropolitana e, em especial, em relação aos municípios do Leste Metropolitano à medida que seu passado responde até os dias atuais por parte da estrutura e dinâmica metropolitanas. Pretendemos situar a posição dos agentes produtores do espaço nesse processo, de forma a levantar os principais atores que respondem

atualmente por essa dinâmica metropolitana, viabilizando o reconhecimento de alguns dos principais atores que regem esse processo.

Para tanto, recorreremos à análise dos principais indicadores socioeconômicos regionais recentes, de forma a apresentar, conforme foi dito, um panorama local no processo urbano regional. Observamos que a realidade de São Gonçalo, assim como a de muitos dos municípios que compõem a periferia metropolitana é bastante similar em termos de renda, escolaridade e infraestrutura urbana, legitimando o discurso de que os problemas de natureza social, econômica e ambiental verificados localmente devem ser considerados como uma questão verdadeiramente metropolitana. Essa percepção vem de encontro às principais ideias que permeiam a busca por um planejamento e gestão urbanos pautados nos princípios de participação e integração regionais.

As mesmas disparidades observadas em termos de indicadores também são vistas nas análises espaciais em escala local. A leitura cartográfica dos indicadores através dos mapas para o município de São Gonçalo nos remete à ideia de um município que, embora esteja na periferia e se apresente estigmatizado como periférico, se apresenta dividido e cada vez mais fragmentado. As dimensões dessa organização social no espaço podem ser expressas nas diferentes condições de moradia e acesso à residência as quais a maioria da população está sujeita, no papel do poder público em relação à infraestrutura urbana básica e na situação em termos de renda e escolaridade da população. Observamos que, em termos espaciais, embora haja uma clara relação centro x periferia na escala intraurbana, ou seja, certa polarização espacial com base nos indicadores (área central x área periférica) é observado que algumas áreas da cidade já apresentam diferenças marcantes, tanto em termos de riqueza quanto em termos de pobreza: é o caso dos assentamentos precários no eixo urbano central valorizado em relação aos novos enclaves de alta renda distantes, principalmente na região sul do município.

Em suma, observamos que o processo de segregação socioespacial no município vem ao encontro das crescentes transformações espaciais verificadas ao longo do tempo, e recentemente pode ser vista como resultado da ação de atores definidos no âmbito regional e local, assim como do papel

dos agentes produtores do espaço urbano. Verificamos ainda que a dimensão na qual o processo se encontra, ressalta os conflitos dele emergentes e que cabe ao Estado o papel de minimizar as desigualdades sociais através da formulação de políticas públicas socialmente eficazes e que sejam capazes de reduzir as desigualdades socioespaciais de maneira integrada e democrática.

Referências

- ABREU, M. A.. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- BRAGA, M. N. C. O município de São Gonçalo e sua história. Rio de Janeiro, Ed. Falcão.
- BRUN, J., RHEIN, C. in org. La Segregation dans la Ville. Habitat et Sociétés. L'Harmattan, Paris, 1994.
- CAETANO, A. F. A. Entre a Sombra e o Sol: A Revolta da Cachaça, a Freguesia de São Gonçalo do Amarante e a crise política Fluminense. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense. 2008.
- CALDEIRA, T. P. R. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Ed. EdUSP, São Paulo, 2000.
- CARDOSO, F. H. e FALLETO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. Ed. LTC, Rio de Janeiro, 1970.
- CARLOS, A. F. A. A Cidade. Editora Contexto, São Paulo, 2009.
- _____. A Reprodução do Espaço Urbano. Ed. USP, São Paulo, 1994.
- CASTELLS, M. A Questão Urbana. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1983.
- CASTRO, I. E. in org. Geografia: Conceitos e Temas. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.
- CHOAY, F. O Urbanismo. Utopias e realidades de uma ontologia. Editora Perspectiva, São Paulo, 2003.
- CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. Editora Ática, São Paulo, 1995.
- COSTA, H. S. M. Novas Periferias Metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Editora C/Arte, Belo Horizonte, 2006.
- DAVIE, M. R. The Pattern of Urban Growth. in. MURDOCK, G.P. in org. Studies in the Science of Society. New Haven, Yale Press, 1937.
- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Editora Boitempo, São Paulo, 2008.
- EUFRASIO, M. A. Estrutura Urbana e Ecologia Humana. A escola sociológica de Chicago (1915-1940). PPGS – USP, São Paulo, 1999.
- FRIDMAN, F. Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII. II Encontro Internacional de História Colonial. UFRN, Rio Grande do Norte. 2008, v.9, n.24.
- GEIGER, P. P. e SANTOS, R. L. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 1954.
- GONÇALVES, T. G. B; BESSA, E. S. Entre a Preservação Ambiental e a Ocupação Urbana: Propostas e Impasses do Plano Diretor de São Gonçalo, RJ. II Seminário Nacional sobre Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano. Natal, R.G. Norte, 2012.

- GONÇALVES, T. G. B. Uso do Geoprocessamento no auxílio à Gestão Urbana no controle da Violência Urbana no município do Rio de Janeiro: um Olhar sobre os Dados do Disque – Denúncia. Monografia de Graduação, IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008.
- GRAFMEYER, Y, JOSEPH, I. *L'École de Chicago. Naissance d'écologie urbaine*. Paris, Aubier, 2000.
- HALL, P. Cidades do Amanhã. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1995..
- HARRIS, C., ULLMAN, E. The Nature of Cities. American Academy of Political and Social Science, 242v, 1945.
- HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. Editora Hucitec, São Paulo, 1980.
- _____. A Condição Pós-Moderna. Editora Loyola, São Paulo, 1993.
- HARVEY, D. A Produção Capitalista no Espaço. Editora Anablume, São Paulo, 1980.
- HAWLEY, A. H. Human Ecology: A Theory of Community Structure. New York, Ronald, 1950.
- HOUSER, P. e SCHNORE, L. F. Estudos de Urbanização. Livraria Pioneira Editora, São Paulo. 1976.
- HOYT, H. The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities. Washington, Federal Housing Administration, 1939.
- IBGE. Base de Informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário. Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Rio de Janeiro, 2011.
- KOWARICK, L. A espoliação urbana. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- _____. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Paz e Terra, 2000.
- LAGO, L. C. Desigualdades e Segregação na Metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Editora Revan. Rio de Janeiro, 2000.
- LÉFÈBVRE, H. O Direito à Cidade. Editora Centauro, São Paulo, 2008.
- _____. A Revolução Urbana. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2004.
- LESSA, C. O Rio de todos os brasis – Uma reflexão em busca da autoestima. Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000.
- LESSA, J. L. H. A paisagem revelada: natureza da concentração industrial em São Gonçalo – crise ou reestruturação da indústria local? Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP São Gonçalo. 2009.
- LOJKINE, J. O Estado capitalista e a Questão Urbana. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1981.
- MARICATO, E. in org. A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 1982.
- MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. In: Espaço e Debates. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. V. 24, Nº 45. NERU, São Paulo, 2004.

MARQUES, E. TORRES, A. São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais. Ed. Senac, São Paulo, 2005.

MATA e SILVA, S., MOLINA, E. São Gonçalo no Século XVI. Ed. ICBEU, São Gonçalo, Rio de Janeiro. 1995.

_____. São Gonçalo no Século XVII. Ed. ICBEU, São Gonçalo, Rio de Janeiro. 1997.

_____. São Gonçalo no Século XVIII. Ed. Muiraquitã, São Gonçalo, Rio de Janeiro. 1999.

MENDONÇA, A. M. Município de São Gonçalo, das indústrias às ruínas e vazios industriais: planejamento urbano e perspectivas de revitalização. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MODESTO, N. S. A. A reprodução espacial em marcha na consolidação dos Grupos de Poder Hegemônico em São Gonçalo, RJ. Niterói, Tese de Doutorado, IGEO – UFF.

MORAES, A. C. R. Geografia - Pequena História Crítica. Editora Hucitec, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, M. M. Caminhos e Descaminhos do Planejamento Urbano Municipal de São Gonçalo. Monografia de Graduação em Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP São Gonçalo. 2006.

PALMIER, L. São Gonçalo Cinquentenário: História, geografia e estatística. Serviço Geográfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1940.

PLANO DIRETOR DE SÃO GONÇALO. Lei municipal nº 065/1991. Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SÃO GONÇALO: A CIDADE QUE QUEREMOS. Lei municipal nº 001/2009. Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

PRÉTECEILLE, E. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. In: Espaço e Debates. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. V. 24, Nº 45. NERU, São Paulo, 2004.

QUINN, J. A. Human Ecology and Interactional Ecology. American Sociological Review, v.5, 1940.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO - MUNICÍPIOS DO CONLESTE (2000 – 2008). Rio de Janeiro, UN – Habitat, 2009.

_____. MUNICÍPIOS DO CONLESTE (2009). Rio de Janeiro, UN – Habitat, 2010.

RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO DOS INDICADORES DE ODMS (2009 – 2010) NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO COMPERJ. Rio de Janeiro, UN-Habitat,

RIBEIRO, L.C.Q in org. O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Editora Revan. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Dos cortiços aos condomínios fechados: As Formas de Produção da Moradia na Cidade do Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1997.

RIBEIRO, L.C.Q., RIBEIRO, M. G. Análise social do espaço urbano-metropolitano: fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos. Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, CNPq. Observatório das Metrôpoles, IPPUR, UFRJ, 2011.

SEPLAG. Projeto Contas Regionais do Brasil. Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro. CEPERJ, CEEP. Rio de Janeiro, 2011.

_____. Produto Interno Bruto dos municípios – 2005-2009. CEPERJ, CEEP. Rio de Janeiro, 2011.

SALAS, M. M. e CASTRO, F. S. Segregación urbana: un acercamiento conceptual. In: Revista de Ciências Sociales. Universidade de Costa Rica, Costa Rica, n.61, 1993. p. 17-26.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. Ed. USP. São Paulo, 1996.

_____. Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a Geografia Crítica. Ed. USP. São Paulo, 2002.

_____. Metamorfoses do Espaço Habitado. Ed. USP. São Paulo, 2008.

SANTOS, N. Chorographia do Distrito Federal (Cidade do Rio de Janeiro). Benjamin D'Aguila, 1913.

SCHNORE, L. F. Social Morphology and Human Ecology. American Journal of Sociology, v.63, 1958.

SILVA, E.M.B. Os santos óleos: relações sociais e alforria na pia batismal. Freguesia de São Gonçalo, Rio de Janeiro, meados do século XVIII. São Gonçalo, Dissertação de Mestrado, UERJ – FFP. 2011.

SILVA, O. T. As práticas espaciais do capital imobiliário e as diferentes expressões de centralidade: alguns apontamentos para o debate. Artigo apresentado no XIV Encontro Nacional da ANPUR. 2011.

SMOLKA, M. O. O Capital Incorporador e seus Movimentos de Valorização. Rio de Janeiro, Cadernos IPPUR/UFRJ, nº 3, 1987.

SOJA, E. Post Modern Geographies: the reassertion of Space in Critical Social Theory. Verso, London / New York, 1989.

SORRE, M. Les fondements de la Géographie Humaine. Tome III, L'habitat conclusion générale. Colin, Paris, 1952..

SOUZA, M. J. L. ABC do Desenvolvimento Urbano. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2007.

_____. O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrôpoles brasileiras. Ed. Bertrand, Rio de Janeiro, 2000.

SPOSATI, A. Debate: A pesquisa sobre segregação: conceitos métodos e medições in. Espaço e Debates. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. v. 24, Nº 45. NERU, São Paulo, 2004.

STÉBÉ, J. M. e MARCHAL, H. La Sociologie Urbaine Que sais-je?, Paris, 2007.

TASCHNER, S. Favelas: fatos e políticas in. Espaços e Debates. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. nº 18. São Paulo, 1986.

_____. Debate: A pesquisa sobre segregação: conceitos métodos e medições in. Espaço e Debates. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. V. 24, N° 45. NERU, São Paulo, 2004.

TOPALOV, C. Le profit, la rente et la ville. Éléments de théorie. Economica, Paris, 1984.

TORRES, H. Debate: A pesquisa sobre segregação: conceitos métodos e medições in. Espaço e Debates. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. V. 24, N° 45. NERU, São Paulo, 2004.

VALLADARES, L. in org. Habitação em questão. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1980.

VELHO, O. O fenômeno urbano. Guanabara, Rio de Janeiro, 1973.

VÉRAS, M. P. B. Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade. Educ Studio Nobel, São Paulo, 2000.

VILLAÇA, F. O Espaço Intra-urbano no Brasil. Studio Nobel. São Paulo, 1998.

WEHRS, C. Niteroi Cidade Sorriso: Historia de um lugar. Gráfica Vida Doméstica, Rio de Janeiro. 1984.

Internet

<http://www.2camara.gov.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoesdoimperio>

Acesso em 04/07/2012, às 14hs.

www.saogoncalo.rj.gov.br

Acesso em 08/07/2012, às 17:35hs.

www.bairroplanejado.com.br

www.cr2.com.br

www.w3engenharia.com.br

www.gafisa.com.br

www.tenda.com.br

Acesso em 12/09/2011, às 18hs.